UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

DAYANE SOARES DA SILVA

“Informar para prevenir. Agir para reprimir”:

A repressão política dopsiana ao movimento estudantil universitário de São
Paulo na ditadura civil-militar brasileira (1968 - 1978)

Versão Corrigida

São Paulo
2019

DAYANE SOARES DA SILVA

“Informar para prevenir. Agir para reprimir”:

A repressão política dopsiana ao movimento estudantil universitário de São Paulo na ditadura civil-militar brasileira (1968 - 1978)

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586" Silva, Dayane Soares da
"Informar para prevenir. Agir para reprimir": A repressão política dopsiana ao movimento estudantil universitário de São Paulo na ditadura civil-militar brasileira (1968 - 1978) / Dayane Soares da Silva ; orientador Luiz Bernardo Murtinho Pericás. - São Paulo, 2019.
177 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Ditadura civil-militar. 2. Repressão política. 3. Movimento estudantil. 4. DEOPS. 5. Polícia política. I. Pericás, Luiz Bernardo Murtinho, orient. II. Título.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Dayane Soares da Silva

Data da defesa: 04 / 12 / 2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Luiz Bernardo Pericás

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 26 / 01 / 2020.

Professor Doutor Luiz Bernardo Pericás

*A todas e todos que lutaram, e lutam, por uma
Universidade e por um sistema voltados aos
interesses do povo.*

AGRADECIMENTOS

Compreendo que todo o conhecimento é, em certa medida, resultante de uma construção coletiva, o que não difere neste caso. Portanto, mais injusto do que mencionar sinteticamente aqueles que contribuíram para com o processo de realização deste trabalho, seria não o fazer.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento que possibilitou a devida dedicação à pesquisa que resultou nesta dissertação.

Aos funcionários da Universidade de São Paulo, do Arquivo Público de São Paulo, do Centro de Documentação e Memória da UNESP e do CEDIC da PUC-SP, pelo apoio material e imaterial.

Aos professores Antônio Carlos Mazzeo e Paulo Douglas Barsotti, pelas sugestões prestadas no exame de qualificação. Ao professor Horacio Gutiérrez por ter composto a banca de defesa, colaborando com seus apontamentos e reflexões.

Ao meu orientador, Luiz Bernardo Pericás, pela confiança depositada no meu trabalho e pelas valiosas contribuições ao longo desse processo.

Aos tão queridos amigos Andrey Ide, Bruno Silva, Débora Lima, Jussara Souza e Natália Abreu, por todos os momentos, palavras e sorrisos. Ao Bruno Henrique Soares, pela parceria e valiosos intercâmbios de leitura e conhecimento. À Thamires Miranda, por me fazer resgatar e valorizar o que sou e o que construí.

Às pessoas inestimáveis e admiráveis que a Universidade de São Paulo possibilitou que cruzassem meu caminho: Julio Cesar da Silva e Simone Ferreira. A eles agradeço a companhia no passo-a-passo das trilhas do cotidiano acadêmico e em tantos outros momentos, tornando as coisas sempre mais leves.

Ao Jorge Augusto Reis, pela impagável presença, perto ou longe, mantendo-me longe das armadilhas da minha mente.

À Giovanna Nogueira e à Mayara Carneiro Marques, pelos incontáveis momentos de apoio e descontração proporcionados nos altos e baixos dos últimos anos.

À Elaine Silva de Melo, que de longa data me acompanha na trajetória da vida, compartilhando alegrias e tristezas e sempre me motivando a persistir.

Ao André Peralta, por todo amor, suporte e companheirismo. A ele sou grata pelos momentos de paz, sobretudo nos momentos mais difíceis do desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, Ana Lúcia de Lima Soares e Aluizio Felix da Silva, por terem destinado os esforços de uma vida para me possibilitarem muitas das oportunidades que não tiveram. A eles serei eternamente grata.

RESUMO

“SILVA, D.S. **“Informar para prevenir. Agir para reprimir”**: A repressão política ao movimento estudantil universitário de São Paulo na ditadura civil-militar brasileira (1968 - 1978). 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.”

Esta dissertação pretende investigar, a partir das informações produzidas, apreendidas e acumuladas pelo Deops/SP, a repressão lançada pela polícia política à categoria estudantil universitária da cidade de São Paulo, entre os anos de 1968 e 1978, com ênfase nas práticas, produtos e efeitos da vigilância. Durante a ditadura civil-militar brasileira, diversos setores sociais foram trazidos frente às lentes da suspeição do Estado e de seus órgãos de segurança e informação, dentre os quais o estudantil. O Deops paulista, que tomava notas sobre movimentações estudantis anteriormente ao golpe de 1964, intensificou, progressivamente, suas ações. Posto isto, a análise lança luz à associação generalizada do estudante e do movimento da categoria ao crime político, assim como aos principais agentes, meios e espaços do processo de espionagem. Demonstra-se que os produtos provenientes da vigilância constituíram uma ferramenta substancial para com as tentativas de dominação e silenciamento do movimento estudantil e de seus componentes. De modo paralelo, o estudo versa também os posicionamentos e as lutas estudantis frente ao intenso cerceamento de suas atividades.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; repressão política; movimento estudantil; DEOPS; polícia política.

ABSTRACT

“SILVA, D.S. **“Inform to prevent. Act to suppress”**: Political repression to São Paulo's student movement throughout the Brazilian military-civil dictatorship (1968 - 1978). 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.”

The main objective of this Master's dissertation is to investigate, from the information produced, seized and accumulated by Deops/SP, the repression undertaken by the political police on the university student category of the city of São Paulo, between 1968 and 1978, with emphasis on surveillance practices, products and effects. During Brazilian civil-military dictatorship, several social sectors were brought in front the suspicion of the State and its security and information organs, among which the student category. The Deops/SP, which took notes on student movements before the 1964 coup, progressively intensified its actions on them. Having said that, the analysis sheds light on the exaggerated association of the student and category movement with political crime, as well as the central agents, means and spaces of the espionage process. It is shown that the products coming from the surveillance have been a substantial tool for the attempts to dominate and silence the student movement and its components. In parallel, the study also discusses the positions and student struggles in the face of the intense curtailment of their activities.

Keywords: civil-military dictatorship; political repression; student movement; DEOPS; political police.

RESUMEN

“SILVA, D.S. **“Informar para prevenir. Actuar para reprimir”**: la represión política al movimiento estudiantil universitario de Sao Paulo en la dictadura civil militar brasileña (1968 - 1978). 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.”

Esta tesis de maestría tiene como objetivo investigar, con base en la información producida, incautada y acumulada por Deops/SP, la represión emprendida por la policía política en la categoría de estudiantes universitarios de la ciudad de São Paulo, entre los años de 1968 y 1978, con énfasis en las prácticas, productos y efectos de la vigilancia. Durante la dictadura civil-militar brasileña, varios sectores sociales fueron llevados frente a las lentes de la sospecha del Estado y sus agencias de seguridad e información, entre los cuales la categoría de estudiantes. El Deops Paulista, que tomó notas sobre los movimientos estudiantiles antes del golpe de 1964, intensificó progresivamente sus acciones. Dicho esto, el análisis arroja luz sobre la asociación general del movimiento estudiantil y de la categoría a la delincuencia política, así como sobre los principales agentes, medios y espacios del proceso de espionaje. Se demuestra que los productos de la vigilancia han sido una herramienta sustancial para intentar dominar y silenciar el movimiento estudiantil y sus componentes. Al mismo tiempo, el estudio también se ocupa de las posiciones y las luchas de los estudiantes frente a la intensa restricción de sus actividades.

Palabras clave: dictadura civil militar; represión política; movimiento estudiantil; DEOPS; policía política.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estudante na luta contra a crise dos excedentes.	65
Figura 2 - Estudantes, operários e camponeses em luta pelas <i>liberdades democráticas</i> , 1968.	66
Figura 3 - Quadro demonstrativo referente à distribuição de circulares da Faculdade de Belas Artes de São Paulo (provenientes de USP e de outros locais).....	95
Figura 4 - José Dirceu, Julio Magalhães (pai de Heloísa) e Heloísa Magalhães em entrevista coletiva.	102
Figura 5 – Veículos da Força Pública usados no transporte dos estudantes detidos em Ibiúna.	128
Figura 6 - Documentos escondidos em frestas no Crusp.	135
Figura 7 – Material apreendido no Crusp e exposto pelo II Exército	137

LISTA DE SIGLAS

AESI	Assessoria de Segurança e Informação
AI	Ato Institucional
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
BNM	Brasil Nunca mais
CA	Centro Acadêmico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CEDEM	Centro de Documentação e Memória da UNESP
CEDIC	Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP
CRUSP	Conjunto Residencial da USP
CV	Comissão da Verdade
CVUSP	Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEOPS/SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DI-SP	Dissidência Universitária de São Paulo
DNE	Diretório Nacional de Estudantes
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FADUSP	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
FEA-USP	Faculdade de Economia e Administração da USP
FEBASP	Faculdade de Belas Artes de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FP	Força Pública
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LSN	Lei de segurança Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MO	Movimento Operário
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
OP	Ordem Política
OS	Ordem Social
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEG	Política Educacional do Governo

POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
POR	Partido Operário Revolucionário
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SNI	Serviço Nacional de Informações
STM	Supremo Tribunal Militar
UEE	União Estadual de Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1. EDIFICANDO AS BASES DA ORDEM E DO CONROLE POLÍTICO	27
1.1. Em nome da “segurança nacional”	28
1.2. O crime e o criminoso político.....	33
1.3. A lógica da suspeição e a produção de informações	37
1.4. O Deops/SP de olho no crime político	42
CAPÍTULO 2. MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA CIVIL-MILITAR	47
2.1. Da trajetória e organização política do ME universitário	47
<i>A categoria estudantil e a luta específica.....</i>	<i>49</i>
<i>A atuação estudantil frente à política nacional.....</i>	<i>53</i>
<i>Os movimentos estudantis e as Esquerdas</i>	<i>55</i>
2.2. Das primeiras medidas de controle em 1964 à ascensão das mobilizações estudantis em 1968	61
2.3. Do novo ciclo político-repressivo ao refluxo das mobilizações estudantis	67
<i>Estreitando a ação da oposição: o Ato Institucional nº 5</i>	<i>68</i>
<i>477: O “AI-5 das Universidades”</i>	<i>70</i>
<i>Refluxo e (re) configuração: repressão política e movimento estudantil após 1968.....</i>	<i>73</i>
CAPÍTULO 3. “SE NÃO DETER, PELO MENOS, CONTROLAR EM SEUS NASCEDOUROS”: O MOVIMENTO ESTUDANTIL SOB A ÓTICA DA SUSPEIÇÃO.....	77
3.1. Caracterizando os “inimigos da pátria”: os estudantes e o crime político.....	78
<i>O estudante e a dissolução dos costumes.....</i>	<i>81</i>
<i>A “exploração esquerdista”: partidos, organizações políticas, lideranças estudantis e a aliança operário-estudantil.....</i>	<i>85</i>
3.2. Os agentes da informação e do silenciamento	90
<i>Difusão pelo corpo universitário: direção e reitorias</i>	<i>92</i>
<i>Infiltração: os “dedos-duros” e os agentes de segurança</i>	<i>97</i>
3.3. Os meios e espaços de coleta de informações.....	103
<i>A atenção à mídia</i>	<i>103</i>
<i>Entidades representativas, processos eleitorais e espaços deliberativos</i>	<i>105</i>
<i>O campo cultural sob a mira: Imprensa clandestina, cineclubes e teatro</i>	<i>108</i>
<i>De olho no “proselitismo”: vestibulares e calouradas.....</i>	<i>115</i>
<i>As atividades externas em foco.....</i>	<i>117</i>

CAPÍTULO 4. DAS INFORMAÇÕES À PRÁXIS	119
4.1. <i>Ofensivas sobre a categoria estudantil</i>	120
<i>A Operação Ibiúna</i>	120
<i>A Operação Crusp</i>	131
4.2. Os reflexos sobre sujeitos particulares	142
<i>Do Deops à Justiça Militar</i>	143
<i>Os reflexos em médio prazo: carreira acadêmica e retomada à vida universitária</i>	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICE A - “Documentando o inimigo”: a sistematização das informações sobre o movimento estudantil e seus componentes.	166
ANEXOS.....	155
Anexo A.	172
Anexo B.	173
Anexo C.	174
Anexo D.	176
Anexo E.....	177

INTRODUÇÃO

Os saldos positivos das experiências revolucionárias que emergiram ao final do século 20, como as revoluções de Cuba e da Argélia, a guerra no Vietnã e as lutas anticoloniais na África, foram significativos para a acentuação das lutas políticas em diversas localidades do mundo no decurso da década de 1960 e no início dos anos de 1970, incluso o Brasil. Como ressaltou Marcelo Ridenti, a partir de então “[...] havia exemplos vivos de povos subdesenvolvidos que se rebelavam contra as potências mundiais, construindo pela ação as circunstâncias históricas das quais deveria brotar o homem novo”.¹ A influência dos acontecimentos no plano internacional, somada aos aspectos particulares do âmbito nacional – como a política e as discussões sobre a caracterização socioeconômica do país e da “revolução brasileira” – pautaram mudanças na esquerda.² Naquele contexto, muitos de seus militantes passaram a vislumbrar a revolução na ordem do dia. Porém, se por um lado é possível constatar a presença da “utopia romântica revolucionária”, em um cenário repleto de lutas políticas e culturais³, por outro, podemos verificar o crescimento progressivo das práticas repressivas empreendidas sob a responsabilidade do Estado, que, por seu turno, caminhavam em sentido oposto aos anseios dos setores populares e ao espírito revolucionário.

O golpe civil-militar deflagrado em 1964⁴ ocasionou a interrupção do processo político que vinha sendo assinalado pela ascensão da luta de classes através dos movimentos sociais que emergiram no final da década de 1950 e no início da década de 1960, instituindo uma ditadura que vigoraria até 1985. Nas palavras de Florestan Fernandes, a ditadura foi criada com o intuito

¹ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas de revolução, do CPC à Era da TV*. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 17.

² O conceito de esquerda que adotamos neste trabalho tem por base o entendimento de Jacob Gorender, segundo o qual “esquerda” diz respeito ao: “[...] conceito referencial de movimentos e ideias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes”. In: GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 2003, 1987, p.7.

³ RIDENTI, op.cit, p.08.

⁴ Objetivando destacar o caráter de classe do golpe de 1964 no Brasil, bem como da ditadura subsequente, optamos por utilizar neste trabalho o termo “civil-militar”. Embora que os anos que se sucederam ao Golpe tenham sido marcados, sobretudo, pela presença da força e domínio da comunidade militar, é importante lembrar que uma parcela significativa da sociedade civil, incluindo o empresariado, desempenhou papel ativo no período em questão. No entanto, cabe destacar que embora adotemos “ditadura civil-militar”, utilizaremos, por vezes, apenas o termo “ditadura”, de modo a corroborar com a fluidez do texto. Para um panorama mais detido acerca do debate em torno dessas, e de outras, nominações, Cf. RIDENTI, Marcelo. The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. In: *Bulletin of Latin American Research*, v. 35, n. 4, 2016, p.32-42. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/blr.12519/abstract>. Acesso em: 28 set. 2018.

de resolver a crise do poder burguês; embora a tenha agravado.⁵ Como destacou Eliézer Rizzo de Oliveira, a intervenção das Forças Armadas naquele contexto se efetivou no sentido de contestação da própria dominação burguesa, tendo em vista que essa última “se mostrava incapaz de – nos limites do regime instituído em moldes liberais em 1946 – preservar as relações fundamentais do sistema capitalista implantado no Brasil”,⁶ relações essenciais para a consolidação do modelo de desenvolvimento econômico associado-dependente escudado pela sequência de governos instituídos após o Golpe.

O modelo de desenvolvimento mencionado corresponderia, como ressaltou Maria Helena Moreira Alves, a um processo de desenvolvimento distorcido, no qual “mantém-se sem solução consideráveis problemas sociais como as desigualdades regionais, graves disparidades na distribuição da renda, altos índices de desemprego e níveis de vida abertamente baixos para a maioria da população”.⁷ A perpetuidade e o agravamento desses e de outros problemas, no decurso da ditadura, impulsionariam expressivamente o descontentamento de numerosos setores da sociedade brasileira, sobretudo os subalternos, que ousariam contestar a ordem estabelecida. Todavia, as ações de oposição cometidas por esses setores não ficariam isentas de represálias.

Pretendendo o êxito do plano político-econômico adotado, de modo a afastar quaisquer adversidades que pudessem abalar os seus pilares, os governos militares estabelecidos no Brasil pós-1964 constituíram e aprimoraram copiosos mecanismos orientados para o controle político de todos os estratos sociais, bem como variados meios, inclusive amparados pelo legislativo, com o intuito de justificar as práticas repressivas lançadas sobre a oposição. Enquanto braços do Estado, foram concebidos e reformulados diversos órgãos de informação e segurança voltados para a contenção de ideias, movimentos e indivíduos que caminhavam em sentido divergente ao projeto governamental do período em questão. Por sua vez, os governantes e os agentes responsáveis pela repressão classificariam os integrantes da oposição enquanto “inimigos da pátria”, e justificariam a repressão a eles investida pela suposta necessidade de “manutenção da ordem” e do zelo pela segurança nacional.

⁵ Fernandes afirmou que, embora a ditadura tenha sido para resolver a crise do poder burguês, “ela não resolveu essa crise e, na nova, conjuntura, ela própria é tragada pela crise do poder burguês, agravada ao extremo limite pela incapacidade da burguesia e de seu governo ditatorial de engatar a modernização acelerada a alguma modalidade consciente de revolução dentro da ordem”. FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982, p.97.

⁶ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 12.

⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 23.

Para o silenciamento da “subversão”,⁸ o Estado e seus agentes se utilizaram de práticas repressivas díspares, dentre as quais a espionagem e o consequente acúmulo de informações, ou nas palavras de Marionilde Brepohl, a repressão preventiva, que “consistiu na vigilância e controle cotidiano sobre a sociedade, prática consolidada pela criação do que foi denominado comunidade de informações”,⁹ e norteou o funcionamento de um dos braços principais do esquema de repressão durante a ditadura: a polícia política, como foi o caso dos Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (Deops).¹⁰

Sob a lógica da suspeição, a partir da qual qualquer indivíduo se achava predisposto a constituir uma ameaça à segurança nacional, tornava-se viável a antecipação da ação repressiva às mobilizações dos setores de oposição. Tal lógica resultaria em uma coleta de informações desenfreada pelos agentes policiais, com o auxílio de colaboradores, nas quais constam registros sobre pessoas, setores, entidades e instituições. Com efeito, durante os seus sessenta anos de existência, o Deops teve como fruto de sua constante atividade vigilante um vasto acervo documental, constituído por documentos de produção própria, documentos difundidos por outros órgãos da repressão e por delatores da sociedade civil, e, também, de documentos apreendidos nos espaços vigiados.

Entre os setores sociais que estiveram sob a mira constante dos órgãos do Estado e, mais especificamente, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social paulista – órgão sobre o qual recai o nosso foco –,¹¹ a categoria estudantil foi especialmente visada, maiormente a sua

⁸ Utilizaremos o termo “subversão” entre aspas, pois, compreendemos, conforme evidenciou Priscila Antunes, que “[...] trata-se de uma denominação atribuída pelos militares e conservadores a todos aqueles que expressavam qualquer tipo de crítica ao regime, fosse ela realizada de forma pacífica ou revolucionária”. Cf. ANTUNES, Priscila. *Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile*. In: ARAÚJO, Maria de Paula; FERREIRA, Marieta de Moraes; FICO, Carlos; QUADRAT, Samantha Viz. (org.). *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 201.

⁹ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Rev. bras. Hist.* vol. 17 n. 34 São Paulo, 1997, pág.01. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011. Acesso em: 11 jan. 2017. A “comunidade de informações” diz respeito ao conjunto dos diferentes órgãos de informações atuantes ao longo da ditadura.

¹⁰ Os Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social receberam diferentes nomenclaturas ao longo de sua história (1924-1983). É possível observar os diferentes usos dessas nomenclaturas nos próprios documentos produzidos pelo Departamento: “O CERTO É DOPS E NÃO DEOPS”, é o que foi estampado ao final de um relatório. A variação de sigla entre “DOPS” e “DEOPS” ainda se faz recorrente entre os que o mencionam de alguma maneira em nossa atualidade, opção que não interfere no sentido de seu uso. Considerando que o último nome recebido pela Delegacia foi “Deops”, optamos pela utilização do mesmo ao longo deste trabalho. Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, BR_SP_APESP_DEOPS_SSB1237_1971; AQUINO, M.A. de. *DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária*. In: AQUINO, M.; MATTOS, M.; SWENSSON, JR.; LONGHI, C. *O Deops/SP em busca do crime político*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 20.

¹¹ Importante sublinhar que embora nosso foco recaia sobre a documentação e ação do Deops/SP, compreendemos e levamos em consideração a interação entre os diferentes órgãos que compunham o aparato repressivo. Diante disto, em alguns momentos deste trabalho destacaremos a atividade de alguns destes órgãos em conjunto com o Deops.

vertente universitária. Ao tomar em mãos o catálogo referente aos dossiês¹² elaborados pelo Deops/SP, notamos que uma parcela considerável de seu conteúdo se refere ao movimento estudantil (ME), sobre o qual foram dedicadas centenas de pastas,¹³ o que demonstra a constante atenção atribuída ao setor, atenção essa que não se reduziu a um advento da década de 1960, sendo passível de ser observada já no hiato entre as ditaduras estadonovista e militar. Contudo, apesar da sua presença de longa data, os olhares atentos ao estudantado se intensificaram após a deflagração do golpe de Estado em 1964. É a respeito da atividade repressiva da polícia política, com ênfase no olhar vigilante do Deops/SP, sobre a categoria estudantil universitária paulista, com foco no período que abarca os anos de 1968 a 1978, que nossa investigação se debruçou.¹⁴

A datar da “abertura” política do regime militar brasileiro,¹⁵ especialmente a partir da década de 1980, intensificou-se – ou se deu com maior evidência –, o que se tornaria uma vasta produção bibliográfica a respeito do período no qual vigorou a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Ao levantar as produções que voltaram suas análises para esse período, foi possível observar que até o início da década de 1990, a historiografia, assim como toda produção literária, vinha sendo constituída predominantemente por estudos a partir do lado dos

¹² De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivista, “Dossiê” consistente em “Unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica”. Cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida, BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.), Dicionário de terminologia arquivista. São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo)/Secretaria de Estado da Cultura, 1996, p. 32. *apud*. REIS Longhi, Carla. O Aparato Repressivo Brasileiro: dinâmicas da violência e confrontos pelo poder. *Projeto História* 38 (jan.- jun., 2009), p. 3.

¹³ GOVERNO do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Catálogo da delegacia de ordem política – DEOPS; Catálogo da delegacia de ordem social.

¹⁴ Cabe ressaltar que apesar de que o foco central deste estudo recaia sobre fenômeno da repressão, não ignoramos as variadas lutas empreendidas pela categoria estudantil universitária. Porém, embora tenhamos dedicado alguns espaços deste estudo para discorrer acerca de algumas das especificidades do movimento da categoria, não tivemos por objetivo um aprofundamento acerca de militantes ou grupos específicos, o que não resulta na pretensão de captar a ação da categoria de forma generalizada. Compreendemos a heterogeneidade do movimento estudantil ao longo de toda sua trajetória e destacamo-las neste trabalho nos momentos que consideramos propícios, no entanto, nossa atenção central se deteve à repressão investida sobre a militância estudantil de esquerda.

¹⁵ Recordemos que embora a distensão política iniciada no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) tenha possibilitado um maior espaço para a organização dos setores de oposição, a repressão não recuou ao longo desse período – fato que se mostrou ainda mais evidente com o documento secreto da CIA (1974), revelado pelo pesquisador Matias Spektor em maio de 2018, o qual atesta o conhecimento e autorização do então presidente Geisel para a execução de membros da oposição à Ditadura. Cf. FOLHA de S. Paulo. “*Chefe da CIA disse que Geisel assumiu controle sobre execuções sumárias na ditadura*”. Rubem Valente e Gustavo Uribe, 10. mai. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumiu-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 07 jun. 2017.

indivíduos e setores reprimidos pelo regime ditatorial, ou seja, adotando como objeto central de análise a atuação destes, utilizando-se, na maior parte das vezes, de documentos produzidos pelos próprios grupos e indivíduos atingidos pela repressão estatal; movimento que se justifica dada a necessidade do momento em atribuir legitimidade às atividades de oposição, bem como destacar as arbitrariedades à ela investida. Porém, para além das questões da época e dos propósitos de cada autor, essas perspectivas tiveram predominância facilitada devido à carência de fontes diversas – sejam fontes sigilosas ou testemunhos ainda não disponibilizados – que permitissem explorar o período em questão a partir de outro viés.

A contar de meados da década de noventa, com a abertura de parte considerável dos *arquivos da repressão*¹⁶, foram empreendidos novos estudos que passaram a preencher uma parcela das lacunas ainda abertas sobre o assunto, valorizando-se igualmente uma história construída a partir de investigações das próprias estruturas e engrenagens do aparato repressivo ditatorial, de modo a atribuir ênfase à documentação e às práticas do mesmo.¹⁷ Dentre as fontes que favoreceram esse tipo de abordagem, podemos destacar a documentação produzida, apreendida e armazenada pelos Departamentos Estaduais de Ordem Política, cujo acervo corrobora com a função de fazer do Brasil o detentor de “um dos maiores acervos públicos de documentos outrora sigilosos produzidos por uma ditadura militar”.¹⁸

No que tange à documentação contida no acervo do Deops/SP – no qual se encontra o *corpus* documental predominante selecionado para este trabalho –, valorosos estudos já foram desenvolvidos a tomando como base, de modo a abordar tanto aspectos díspares das ditaduras no Brasil, como dos movimentos sociais atrelados a tais períodos, contribuindo significativamente para um adensamento em alguns assuntos, como na história dos movimentos de oposição e das práticas repressivas lançadas sobre estes.¹⁹ No entanto, embora já tenham se

¹⁶ Os *arquivos da repressão* correspondem aos “[...] conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança em ações repressivas durante a vigência das ditaduras civil-militares de segurança nacional”. Cf. BAUER, 2012, p. 259, apud. KONRAD, G; LOPES, J. *Arquivos da Repressão e Leis de Acesso à Informação: os casos brasileiro e argentino na construção do direito à memória e à verdade*. Aedos, nº 13, vol. 5 – Ago./Dez. 2013, p. 10.

¹⁷ “A primeira e inovadora lei referente ao acesso foi sancionada no governo do presidente Fernando Collor no dia 8 de janeiro de 1991. Ela dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Porém, a conhecida Lei de Arquivos atingiu apenas alguns arquivos e excluiu os das Forças Armadas Brasileira graças ao Decreto nº 99.347, que alterou o Decreto nº 79.099”, Cf. LOPES; KONRAD, op.cit., 2013, p.13.

¹⁸ FICO, Carlos. *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro*. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.56, jan. /jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2017.

¹⁹ Dentre os trabalhos que exploraram o acervo podemos citar os que compõem a Série Inventários DEOPS (1996-2004); criada enquanto instrumento de apoio a pesquisadores interessados no fundo Deops/SP, e também, os que compõem a coleção *Histórias da Repressão e da Resistência*, desenvolvida a partir do Inventário, sendo ambos os trabalhos vinculados ao Projeto Integrado do Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo (PROIN).

passado mais de duas décadas desde a disponibilização de parte considerável do conteúdo do acervo em questão para consulta pública,²⁰ e apesar da ampla produção bibliográfica já elaborada com base no mesmo, compreendemos que uma considerável parcela da documentação desclassificada ainda carece de devida atenção, dada sua larga extensão e vias de acesso,²¹ e apresenta imensa potencialidade de contribuição para com a construção da história das ditaduras no Brasil e, igualmente, para a compreensão mais detida acerca dos mecanismos da repressão Estatal investida aos grupos de oposição, bem como das atividades empreendidas por esses últimos.²²

No tocante à literatura produzida acerca do movimento da categoria estudantil universitária na ditadura civil-militar brasileira, é passível de se notar que a temática foi abordada por diferentes perspectivas, embora umas ainda se sobreponham, quantitativamente, às outras. Entre os conteúdos que compõem essa bibliografia se destacam assuntos que abarcam discussões acerca dos projetos educacionais defendidos pelo movimento da categoria, a organização e (re) organização de seus órgãos representativos, as esquerdas no meio estudantil, a análise sociológica do o movimento estudantil e o movimento estudantil frente à repressão empreendida pelo Estado ditatorial. Dentre as numerosas produções voltadas à temática, é possível destacar os trabalhos realizados por estudiosos como João Roberto Martins Filho, Maria Ribeiro do Valle, Mirza Pellicciotta e Angélica Müller, cujos esforços foram de grande valor para a construção dos pilares deste estudo.²³

²⁰ Em 18 de novembro de 2011 foi sancionada, pela presidenta Dilma Rousseff, a Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011), que regulamenta o direito de todo cidadão ter acesso a informações públicas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: 12 mar. 2018.

²¹ O acervo do Deops/SP é formado por aproximadamente 3.5 milhões de documentos, 1.538.000 fichas, 149.917 prontuários e 9.141 dossiês de pessoas, partidos políticos, empresas e movimentos sociais. Além disso, por mais que tenham sido empreendidos grandes esforços para a organização de suas pastas, uma considerável parte de seu conteúdo se apresenta de modo difuso entre as mesmas, como foi o caso da documentação sobre o setor estudantil que, embora tenham pastas específicas a ele atribuídas, uma quantia indefinida de documentos sobre esse o mesmo se encontra em pastas destinadas ao armazenamento de informações sobre outros grupos, organizações e temáticas, fazendo-se ainda necessário o emprego de um árduo garimpo para um acesso mais amplo documentos. Ademais, entre os documentos selecionados no acervo em questão para a realização desta pesquisa, se encontram, majoritariamente, nos dossiês da “Delegacia de Ordem Social” e da “Delegacia de Ordem Política”, sendo que, a primeira possui 90% de seus documentos digitalizados e acessíveis através do site do APESP, enquanto a segunda dispõe 0%, exigindo o emprego de um esforço maior para a localização e coleta dos documentos relacionados à temática. Para maiores informações e acesso a documentação digitalizada, Cf. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>.

²² Embora as ações empenhadas por parte do setor estudantil possam ser caracterizadas, por vezes, como um movimento de massas, ao levar em consideração suas raízes amplas e difusas, vamos ao encontro da afirmativa de que esse setor não se configura como classe social independente ou se associa à uma única classe em específico, correspondendo, de tal modo, a uma categoria social. Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.

²³ Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987; VALLE, Maria. Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2016; PELLICCIOTTA, Mirza. *Uma aventura política: as movimentações estudantis nos anos 70*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. (Dissertação de mestrado em História Social);

Já no que compete às produções cujas abordagens fogem um pouco dos autores anteriormente mencionados e se aproximam das perspectivas assumidas no presente trabalho, dado o fato de se valerem, predominantemente, de fontes oficiais para sua construção, é interessante lembrar dos estudos empreendidos por Renato Cancian, Andréia Zaparte, Ana Karine Braggio, Viviane dos Santos e, tratando de modo geral das universidades, o trabalho de Rodrigo Patto de Sá Motta.²⁴ Além disso, ainda em relação a esses tipos de produções acadêmicas, é interessante destacar outros trabalhos, mais recentes e em formato de artigos, que apresentam consideráveis pontos de diálogo com nosso trabalho, como o de autoria de Aline Augustinho e o de Pedro Ernesto Fagundes.²⁵

Apesar de que, como se pode notar, já contemos com uma rica produção relacionada ao movimento estudantil universitário durante a ditadura, assim como sobre a atuação do aparato repressivo estatal sobre o mesmo, pudemos constatar que literatura dedicada ao assunto, até o momento de elaboração desta dissertação, salvo algumas exceções, ainda carecia de estudos que explorassem o potencial dos documentos oficiais para uma compreensão mais detida acerca da repressão investida sobre o movimento da categoria e seus componentes, bem como para a compreensão da atividade estudantil no recorte temporal selecionado. Assim, não desviando de um diálogo com os estudos já empreendidos, propusemo-nos explorar mais a fundo a atuação de um dos braços do aparato repressivo brasileiro sobre o setor estudantil: a polícia política. A partir das práticas e dos discursos provenientes desta instituição, expressos por meio de sua documentação arquivada, procuramos evidenciar o olhar e a atividade dos agentes repressivos sobre o ME e seus componentes, bem como os efeitos causados a eles. No mais, para além da análise do processo repressivo, a pesquisa conduziu-nos ao exame das movimentações estudantis no período supracitado, e, também, o uso das fontes documentais ainda não trabalhadas, ou pouco trabalhadas, nos propiciou uma análise acerca de acontecimentos que

MÜLLER, Angélica. *A resistência do Movimento Estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Dissertação (Pós-Graduação em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

²⁴ Cf. CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008; ZAPARTE, Andreia. *A DOPS e a repressão ao Movimento Estudantil em Curitiba Paraná (1964-1969)*. Mestrado (História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011; BRAGGIO, Ana Karine. *O movimento estudantil paranaense e a vigilância política no pré-golpe civil-militar de 1964*. Mestrado (História da educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2013; SANTOS, Viviane Teresinha dos. *Os subversivos das arcadas*. In: CARNEIRO, Mariz Luiza Tucci (org.). *Inventário DEOPS, Módulo II – Estudantes*; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

²⁵ Cf. AUGUSTINHO, Aline. *A construção simbólica do inimigo: o movimento estudantil de 1968 pela óptica dos arquivos DOPS – São Paulo*. *Revista Movimentação / Dossiê: 1968: Embates e Utopias*, v. 5, n. 09, 2018; FAGUNDES, P. “Operação Ibiúna”: XXX Congresso da UNE sob o olhar da repressão política. In: MÜLLER, Angélica (coord.). *1968 em movimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018;

tiveram pouco, senão nenhum, espaço nos estudos dedicados à temática.

Embora que para a elaboração deste estudo tenham prevalecido os documentos oficiais, variados foram os tipos documentais adotados para o seu desenvolvimento. Nosso projeto inicial limitava o *corpus* documental a uma seleção de documentos na série *dossiês* do acervo Deops/SP.²⁶ Contudo, ao longo da pesquisa consideramos necessária – para melhor contextualização, complementação e contraposição de fontes – a inserção de documentos não previstos anteriormente. Assim que, para além dos documentos produzidos pela polícia política e dos documentos estudantis a eles anexados, este estudo foi cotejado com fontes complementares coletadas do acervo digital do projeto “Brasil: Nunca mais”, da coleção “Movimentos Estudantis”, do Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da PUC São Paulo, do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP e, também, com algumas matérias publicadas em jornais da época, encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Além disso, considerando sua importância, tomamos para complementação de nosso estudo o conteúdo dos relatórios originados pela Comissão Nacional da Verdade, pela Comissão da Verdade de São Paulo, pela Comissão da Verdade da USP e pelo Projeto: “Brasil Nunca Mais”.

Estabelecidos os materiais que compõem o *corpus* documental deste trabalho, cabem aqui algumas pontuações no tocante aos seus usos, pois, assim como todos os tipos documentais utilizados enquanto fontes para produção do conhecimento histórico, apresentam tanto potencialidades, como possíveis problemáticas, embora essas últimas não sejam limitantes.

Como bem colocou Regina Célia Pedroso, “foi o temor da subversão social que marcou o discurso policial brasileiro prioritariamente no século XX”.²⁷ Através dos escritos elaborados a partir dessa válvula de temor – seja ela real, ou instrumentalizada pelos detentores do poder –, é possível captar a atuação mais detalhada das forças repressivas do Estado naquele contexto. De tal maneira, consideramos os acontecimentos captados pelo olhar dos agentes dos órgãos de

²⁶ As fontes selecionadas em meio aos documentos do Deops/SP correspondem a relatórios de vigilância sobre os campi universitários paulistanos, bem como fichas e prontuários referentes a estudantes. Em relevante parte dessa documentação se encontram anexadas informações sobre as mobilizações estudantis consideradas naquele momento como uma eminente ameaça à Segurança Nacional, tal como jornais e demais produções oriundas da própria categoria estudantil.

²⁷ PEDROSO, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial*. Coleção Histórias da Intolerância - Intolerância étnica e intolerância política. Vol. 06. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005, p. 115.

segurança e informação enquanto produtos de suma importância para uma compreensão mais detida acerca dos mecanismos repressivos utilizados pelos órgãos do Estado ditatorial e para a construção da trajetória da juventude universitária de oposição ao longo da ditadura civil-militar brasileira. Não ignoramos, porém, os cuidados que devem envolver os usos desse tipo documental.

Os documentos produzidos pelos órgãos que compuseram o repressivo do Estado, como evidenciou Maria Tucci Carneiro, "encerram valores e preconceitos arraigados ao nível do mental coletivo" e são, assim, carregados de um discurso ideológico, fator ao qual deve ser atribuída larga importância no processo de análise.²⁸ Outras pontuações, como o fato de os documentos do Deops/SP terem possivelmente passado por uma depuração durante o período no qual estiveram sob a posse da Polícia Federal antes de chegarem à posse do Arquivo do Estado de São Paulo, fazendo com que determinadas documentações se façam ausentes entre as sequências das pastas, são igualmente importantes de serem consideradas.²⁹ Contudo, tais apontamentos, que não devem ser desconhecidos no exercício investigativo, não aniquilam ou limitam a competência dos documentos oriundos da repressão para com a construção do conhecimento histórico. Embora documentos desse tipo tenham nascido "sob o signo do segredo e do ocultamento", e que, por muitas vezes, tenham se constituído com base na "[...] mentira, na delação e na invenção, para delimitar o outro como inimigo", não podemos ignorar que os mesmos, tal como afirmou Ludmila Catela, "[...] 'espelham a 'verdade' que essas forças repressivas construíram para justificar suas ações e, fundamentalmente, para construir a ideia de 'inimigo'".³⁰

Também, semelhantemente aos documentos de cunho oficial, os documentos produzidos pelo setor estudantil ou pela imprensa, apreendidos e anexados aos prontuários

²⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Os arquivos da polícia política brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: PROIN, 2005, p.1. Disponível em: https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf. Acesso em: 15 jan. 2018.

²⁹ Através da observação dos acervos é possível afirmar a ausência de documentos a partir da constatação de desfalques em meio às sequências numéricas, tendo em vista que todas as documentações seguiam um rigoroso padrão de catalogação. Nesse sentido, do mesmo modo que os textos presentes na documentação carecem de cautela, o modo de organização dos documentos requer semelhante cuidado para com sua análise, tendo em vista que também expressam sentido. Tal afirmativa pode ser evidenciada ao observar a organicidade dos documentos efetuada pela polícia política. A título de exemplo, podemos ao fazer menção ao "auto de exibição e apreensão" expedido pelo DOPS resultante da invasão e apreensão dos documentos da PUC pela polícia política em 1977. Dos 221 documentos apreendidos e listados, os que faziam referência à luta pela Constituinte se apresentam circulados à caneta na lista e seguem, posteriormente, anexos, o que demonstra a atenção dos agentes da polícia política voltada questão da Constituinte, naquele momento. Cf. BR_SPAPESP_DEOPSOS000087.

³⁰ CATELA, Ludmila da Silva. "Do segredo à verdade... processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina". In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (org.). *Desarquivando a ditadura – memória e justiça no Brasil*. Vol. II. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 448 et seq.

policiais (como panfletos, folhetins e jornais), ou contidos em outros acervos, apresentam sua potencialidade enquanto *corpus* documental, pois ao tratarem de várias das mobilizações estudantis em diferentes datas, localidades, tal como das pautas e demandas do setor, além de fornecer informações a respeito dos acontecimentos, apresentam os discursos e práticas predominantes no meio estudantil em momentos históricos distintos.³¹ É claro, no entanto, que produzidos em um cenário de intensa repressão, muitos dos documentos originados no meio estudantil, de forma clandestina, não se dispõem entre os acervos documentais ou, por vezes, se dispõem de modo incompleto, o que não impede o aproveitamento de seus conteúdos.

Por fim, é válido também realçar que, no que se refere à neutralidade na produção histórica, questão especialmente lembrada quando estão em discussão as representações do passado recente, vamos ao encontro da afirmativa de Napolitano de que “[...] nem a história é uma ponte direta para “aquilo que realmente aconteceu” como sonhavam os pais fundadores da disciplina no século XIX, nem a memória é, necessariamente, uma ficção imaginativa sem nenhum compromisso com o real”, dessa maneira, “o distanciamento é parte da ética profissional e intelectual de qualquer historiador, mas esta prerrogativa está longe de significar neutralidade ideológica ou política diante do passado.”³² Logo, não tivemos a pretensão ilusória de recobrir este trabalho com um manto de imparcialidade, afinal, ela não é intrínseca ao ofício do historiador.

Feitas tais ressalvas e apontamentos, compete-nos, ainda, explicitar as motivações que levaram à seleção do recorte temporal e espacial adotados para o desenvolvimento deste trabalho, tal como apresentar nossos objetivos centrais.

A partir da observação do acervo Deops /SP constatamos, em uma expressiva parcela dos documentos que o compõem, a contínua vigilância da polícia política sobre o setor estudantil ao longo de grande parte do período de atividade do Departamento (1924-1983), mesmo durante o intervalo de tempo existente entre as ditaduras estadonovista e a militar, quando se traçavam os degraus da democratização. Todavia, embora haja uma quantia

³¹ Dada a repressão massiva sobre a oposição estudantil, por vezes, muitos dos documentos produzidos por esta última foram apreendidos antes mesmo de sua saída das gráficas e ainda, apreendidos nas sedes das entidades responsáveis por armazenar documentos restritos ao mesmo estudantil. Essa circunstância resultou no fato de que determinadas documentações produzidas pelo setor estudantil se façam ausentes nos acervos dedicados ao armazenamento de sua documentação, como os que constam no CEDEM/UNESP e CEDIC/PUC, sendo encontradas somente entre os *arquivos da repressão*.

³² NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Antíteses. 8, 2015, P. 15.

significativa de documentos referentes ao setor estudantil no período entre ditaduras, é notória sua produção em menor proporção nesse ínterim da década de 1950 até os anos iniciais da década de 1960, em relação aos produzidos nos anos posteriores a 1964.³³ Foi possível notar o aumento da produção documental policial sobre o movimento estudantil ao longo da década de 1960 e, mais especificamente, após golpe de 1964 e, posteriormente, com o decreto do Ato Institucional nº 5, em 1968, ano que marca o recorte temporal inicial de nossa pesquisa. Por sua vez, adotamos como marco final para nossa investigação o ano de 1978, marcado pelo fim do AI-5, pela ascensão do protagonismo de outros movimentos sociais nas frentes de luta e pela mudança e reestruturação do ME, que voltaria suas ações, majoritariamente, para o âmbito educacional e institucional.

Por conseguinte, acreditamos que, para a execução do trabalho proposto, um recorte espacial de dimensão moderada nos possibilitaria uma análise mais apurada acerca da temática, haja vista a vastidão de ações empreendidas pela repressão e pela oposição em todas as regiões do país ao longo da ditadura, assim como pela razão da imensa produção documental resultante desse processo. Por consequência, delimitamos espacialmente esta dissertação à cidade de São Paulo, embora não ignoremos a troca de informações entre a cidade selecionada para investigação e as demais regiões do Estado e do país – tanto por parte dos órgãos de informações, como por parte das entidades estudantis –, posto que esse intercâmbio é demasiado significativo para a compreensão de determinados acontecimentos, fato que nos levou, nos momentos em que consideramos propício, a transgredir as linhas espaciais pré-definidas.

Como pudemos descrever até aqui, o objetivo central que norteou este estudo consistiu no esforço de traçar uma compreensão mais detida acerca da repressão política lançada sobre a categoria estudantil universitária de São Paulo (1968-1978), com ênfase na prática e nos produtos da vigilância policial, por entende-las como de valiosa relevância para com os intentos de silenciar o ME e seus militantes. Posto isto, buscamos elucidar as seguintes indagações: (1) de quais maneiras o movimento estudantil efetuou sua resistência frente aos cerceamentos de liberdade impostos pela Ditadura; (2) quais os rumos tomados pelo movimento estudantil conforme a estruturação progressiva do aparato repressivo; (3) quais os mecanismos utilizados pelo Estado e pela polícia política para reprimir o estudantado; (4) a partir de quais pressupostos se dava a associação da categoria estudantil e de seus componentes ao crime político, e, (5) qual

³³ Vale destacar que o discurso presente em cada documento, bem como o seu conteúdo, variou conforme as modificações dos ideais relativos à ordem e à segurança nacional abarcadas por cada governo ao longo do período de atividade da polícia política.

a importância das ações da polícia política, especialmente do acúmulo de informações, para a efetiva desmobilização do estudantado.

Traçados os objetivos, e visando a melhor exposição dos resultados obtidos, a dissertação que aqui se apresenta foi dividida em quatro capítulos.

No “capítulo 1”, buscaremos evidenciar as bases ideológicas que nortearam as práticas e discursos expressos Estado ditatorial brasileiro e por seu aparato repressivo. No deteremos igualmente a construção do “inimigo” e os mecanismos utilizados para o seu combate. Para tanto, em um primeiro momento, atribuiremos ênfase às questões relativas à segurança interna abarcadas pelas sucessões de governos ditatoriais pós-1964, para, posteriormente, nos determos à análise de alguns aspectos da constituição e funcionamento do aparato repressivo, com ênfase na polícia política, no caso deste estudo, o Deops/SP.

Tomando a indissociabilidade dos fenômenos da repressão e da oposição para o desenvolvimento deste estudo, compreendendo a dialética que os permeia, optamos por dedicar o “capítulo 2” às lutas empreendidas pelo movimento da categoria estudantil universitária e às primeiras tentativas de silenciamento a elas impostas pelo regime ditatorial. Evidenciaremos, inicialmente, algumas das especificidades e principais demandas do movimento estudantil, para, então, dedicarmo-nos aos principais conflitos entre ele e a repressão ditatorial. Feito isto, teremos apresentado o quadro no qual se efetuou a ação da polícia política, assim como as transformações pelas quais o movimento estudantil passou ao compasso da intensificação do cerceamento de liberdades e da repressão estatal.

No “capítulo 3” o propósito central de nossa investigação passa a se sobressair, de modo que suas contribuições específicas se tornam mais evidentes. Nosso objetivo aqui será o de traçar uma compreensão mais detida acerca do olhar vigilante da polícia política sobre a juventude universitária. Para tanto, nos dedicaremos, primeiro, à uma análise acerca da caracterização dos estudantes, especialmente os universitários, enquanto criminosos políticos, bem os seus usos visando sua desqualificação perante à sociedade civil. O passo seguinte será examinar as diferentes práticas de obtenção de informações sobre o estudantado, assim como os espaços centrais do processo de observação e coleta. Ao final deste capítulo será possível verificar a constituição dos produtos da vigilância, instrumentos essenciais para as ofensivas lançadas sobre o estudantado.

Em vias de desfecho, no “capítulo 4” abordaremos a potencialidade do processo de vigilância empreendida pela polícia política, com o auxílio de seus colaboradores, assim como

o acúmulo de informações resultante do mesmo, enquanto um dos mecanismos utilizados para a desmobilização e o silenciamento da categoria estudantil universitária no decurso da ditadura. Para isso, destacaremos alguns reflexos dessa modalidade de prática repressiva em nível coletivo, a partir de dois casos de ofensivas diretas à categoria estudantil, e em nível individual, a partir de casos de ofensivas diretas aos estudantes politicamente ativos. Com efeito, ao final deste capítulo, teremos demonstrado ao leitor a utilização dos produtos das ações “preventivas”, ou seja, as informações acumuladas sobre o “inimigo”, enquanto importante ferramenta do processo de repressão política.

CAPÍTULO 1. EDIFICANDO AS BASES DA ORDEM E DO CONROLE POLÍTICO

Haverá repressão, sim. E dura e implacável. Mas apenas contra o crime e só contra os criminosos.

MÉDICI.¹

Ao final da primeira metade do século XX, e com maior veemência após o golpe civil-militar de 1964, momento marcado pelo florescimento político e cultural, o projeto da *utopia autoritária*², baseado na ideia de que o país poderia se desprender do subdesenvolvimento, elevando-se a uma potência mundial através de uma limpeza que objetivava, sobretudo, a eliminação daqueles que se opunham ao modelo econômico adotado, levou o Estado brasileiro a formar, e aprimorar progressivamente, uma comunidade de informação e segurança portadora de um dos sistemas de inteligência, bem como do aparato repressivo, mais estruturado da história do país. Os esforços dos agentes responsáveis pela repressão se direcionaram para o controle e silenciamento de todos os setores da sociedade, sobretudo aos que representassem uma ameaça, mesmo que simbólica, aos planos almejados pela classe dominante e pelo regime ditatorial vigente. Entre os saldos desse processo podemos citar os numerosos expurgos dos cargos públicos, as centenas de cidadãos levados ao exílio e os mais violentos atentados aos direitos humanos.

Compreendemos que para tratar da repressão política exercida sobre a categoria estudantil universitária – objetivo central deste trabalho –, faz-se necessário discorrer sobre alguns dos aspectos que estiveram presentes nos discursos e nas práticas do Estado ditatorial brasileiro, e, conseqüentemente, de seu aparato repressivo. Ademais, consideramos de semelhante importância tratar de alguns aspectos gerais dos órgãos de informação e repressão, com ênfase no Deops/SP. Feito isso, será possível nos aproximarmos do que os militares no poder e os órgãos que constituíram seu aparato repressivo classificaram genericamente como crime e criminoso político, assim como os principais instrumentos adotados para combatê-los.

¹ Cf. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil – Biblioteca da Presidência da República. Trecho do discurso comemorativo ao 31 de março de 1970, proferido por Emílio Garrastazu Médici. *apud.* Cf. RELATÓRIO, COMISSÃO da verdade do Estado de São Paulo. Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política. Tomo I - Parte I - 2014, p. 168, subitem 91.

² Cf. D'ARAUJO, M. C. et al. (Org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.09; FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, passim.

1.1. Em nome da “segurança nacional”

A utilização do controle político-ideológico, visando a “manutenção da ordem”, constituiu-se enquanto uma das bases de sustentação dos regimes de exceção estabelecidos no Cone Sul – Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.³ De modo a garantir a ordem social, político e econômica objetivada pelos detentores do poder, foram adotados em todos os casos de ditaduras latino-americanas, na segunda metade do século XX, doutrinas, ou seja, conjuntos de ideias orientadas para a manutenção e consolidação de um modelo de segurança interna, que representariam, em linhas gerais, o pensamento expresso por cada Estado militar e seus órgãos de segurança e informação.

As doutrinas em questão foram constituídas no panorama da guerra fria, a partir das vertentes francesa e estadunidense, amplificando-se progressivamente para outras localidades, sobretudo para os países latino-americanos, onde, na década de 1960, massificavam-se os movimentos sociais. No entanto, embora inspiradas nos modelos originados nos Estados Unidos da América e na França, as variantes adotadas na América Latina possuiriam características próprias, levando em consideração às especificidades da região. Além do mais, apesar de todas as ditaduras estabelecidas no Cone Sul terem adotado uma doutrina enquanto modelo geral para orientar parte do seu pensamento e ação, importando diversos dos aspectos das vertentes originais, cada uma delas atribuiu uma série de particularidades a esse conjunto de ideias, que influenciariam de maneiras distintas as ações tomadas por esses governos e pelos órgãos encarregados da repressão em cada país.

Na Argentina, após o golpe de 1976, os militares promoveram a desindustrialização do país, entendendo-a como medida necessária para a desativação do movimento operário. No Chile governado pelo general Augusto Pinochet, adotou-se uma política econômica de extremado liberalismo, inspirada nas ideias de Milton Friedman. Um caso excepcional ocorreu no Peru, em que a ideologia da segurança nacional foi reinterpretada de forma anti-imperialista e socializante após o golpe de 1968.⁴

Com suas especificidades, a variante brasileira da chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento surge, desenvolvida e ministrada na Escola Superior de Guerra (ESG),⁵ na segunda metade do século XX, ainda sob o contexto de polarização do Ocidente

³ Brasil (1964), Argentina (1966 e novamente em 1976), Chile (1973), e Uruguai (1976).

⁴ MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, núm. 5, 2002, p. 40. Disponível em: <http://oai.redalyc.org/articulo.oa?id=16200503>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

⁵ A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada pela Lei nº 785/49.

versus Oriente,⁶ apresentada, por parte de seus idealizadores, enquanto um contraponto aos rumos que tomavam as instituições vigentes no Estado brasileiro, em especial no tocante ao desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista.⁷ Entre seus princípios, essa doutrina apresentou proposições relativas segurança interna e externa atreladas ao desenvolvimento econômico dependente, e pretendeu o combate a quaisquer forças que, mesmo de maneira sutil, as contrapusessem.

A Doutrina acabou por ser utilizada enquanto instrumento pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro para justificar e legitimar “a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente”,⁸ e, também, “as mais violentas formas de opressão classista”.⁹ Sua aplicação, direcionada para o combate daqueles classificados enquanto inimigos da nação, teve entre suas principais premissas rejeitar a ideia de divisão de classes – pois esta ameaçava o ideal de unidade política –, e evitar os esforços de construção de um projeto alternativo ao capitalismo, buscando, assim, fortalecer as estruturas produtivas vigentes, reforçadas pelo capital internacional. De acordo com a análise de Enrique Serra Padrós, em conformidade com os princípios da Doutrina, “[...] qualquer entendimento que aponte a existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes é identificado como nocivo aos interesses da ‘nação’” e, desse modo, deveriam ser combatidos.¹⁰

Segundo Maria Helena Moreira Alves, a Doutrina constituía um corpo orgânico de pensamento, composto por “uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel no Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência

⁶ Às concepções francesas sobre a guerra de guerrilha foram acrescentados os preceitos da “doutrina de segurança nacional”, desenvolvidos pelo National War College, nos Estados Unidos, e também apropriados pela ESG. Sob essa ótica, o Brasil seria um aliado natural dos Estados Unidos na Guerra Fria movida contra as potências comunistas”. Cf. JOFFILY, M. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento, p. 99. In: MOTTA; REIS; RIDENTI. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

⁷ “O governo Goulart promovera uma série de restrições aos investimentos multinacionais, configuradas, entre outras medidas, numa severa política de controle das remessas de lucros, de pagamentos de *royalties* e de transferências de tecnologia, assim como em legislação antitruste e em negociação para a nacionalização de grandes corporações estrangeiras. Adotou também uma política nacionalista de apoio e concessão de subsídios diretos ao capital privado nacional. [No mais], o período Goulart foi fértil para a organização da classe trabalhadora; um governo que buscava apoio dos trabalhadores criava um clima político que permitia o desenvolvimento de formas de organização mais profundas e efetivas”. Cf. ALVES, op.cit., p. 24-25.

⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2005, p.27.

⁹ ALVES, op. cit., p. 31-32.

¹⁰ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: ARAÚJO, Maria de Paula; FERREIRA, Marieta de Moraes; FICO, Carlos; QUADRAT, Samantha Viz. (org.). *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 146.

mundial” e, também, por um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente.¹¹ Tais modelos teriam grande peso no conteúdo de formação de muitos militares.

Em similaridade aos demais países latino-americanos, às concepções de guerra adotadas no Brasil, sobretudo, pelos governos militares ao longo da ditadura, apresentou centralidade no tocante à preocupação com o avanço dos movimentos sociais, especialmente os da classe trabalhadora, e ressaltou a ameaça do inimigo interno e da guerra revolucionária,¹² diferenciando-se dos norte-americanos que “privilegiavam o conceito de guerra total e a estratégia nuclear”, e dos franceses que, envolvidos na Guerra da Argélia, “concentravam suas atenções na guerra limitada como resposta à ameaça comunista”.¹³

As concepções de guerra, assim como as práticas voltadas para a garantia da defesa nacional, variaram ao longo da história de cada país, sofrendo mutações conforme as mudanças micro e macroestruturais. Se no Brasil, anteriormente à Guerra Fria os esforços de seguridade interna estiveram voltados para um modelo de guerra convencional, na qual a ameaça externa obtinha centralidade, a partir daquele momento a concepção de “inimigo interno” passava a entrar em foco: qualquer grupo, movimento ou indivíduo poderia constituir uma ameaça ao *status quo*. Por consequência, a “ameaça”, conforme era visualizada, poderia agir a partir do uso de formas psicológicas e indiretas que teriam por objetivo atingir a população de forma gradual, levando-as a conspirar contra suas autoridades, e, por ser interna, a suspeita recaía intensamente sobre a sociedade de modo geral. É nesse sentido que as mobilizações de grupos e indivíduos que trouxeram à ordem do dia pautas de cunho social, opostas ao projeto adotado pelo governo pós-1964, foram classificadas enquanto um perigo à nação.

À vista disso, considerando a imaterialidade fronteiriça da guerra que se tinha em vista e a impalpabilidade da suposta ameaça à nação, entendeu-se, naquele momento, a necessidade de uma organização burocrática mais estruturada e o aumento das ofensivas sobre a nova definição predominante de inimigo.¹⁴ A partir de então, como destacou Mariana Joffily, “[...] era preciso agir unificando os comandos políticos e militares, atuar também por meio da ação psicológica e ter controle das informações que levassem a um conhecimento profundo do inimigo, para prever e neutralizar suas ações”.¹⁵ O combate a “subversão” passava, então, a envolver “desde o controle do fluxo de informações (o campo de batalha “psicossocial”) até o

¹¹ ALVES, op. cit., p. 31.

¹² ALVES, op. cit., p. 39-40.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Essa concepção de guerra, majoritariamente adotada no meio das Forças Armadas e, logo, pelo Estado, seria oficializada legalmente em 1967, por meio do Decreto nº 314, assim como a guerra psicológica adversa.

¹⁵ JOFFILY, M op., cit., 98-99.

modelo de desenvolvimento econômico”,¹⁶ fato que se evidencia através da extensa quantidade de documentos coletados, produzidos e difundidos pelos órgãos de informação e segurança do Estado.

É válido, no entanto, abriremos um breve parêntese para ressaltar que, embora atribuamos ênfase a um conjunto de ideias que manteve presença significativa no pensamento e práticas dos militares ao largo da ditadura, os militares, assim como os governos militares, não constituíam um todo monolítico. Conforme destacou Carlos Fico, “[...] a doutrina ou ideologia de segurança nacional e desenvolvimento teve que se adaptar, ao longo do tempo, aos ditames dos mandantes do momento”, e o termo “militares”, neste caso, corresponde a um grupo composto de “uma variada gama de cores políticas”,¹⁷ e ao longo dos governos, o “conjunto lógico e sistemático de ideias [da Doutrina] mesclou-se de diversas maneiras, ou dito de outro modo, houve momentos e/ou grupos em que certos aspectos da “doutrina” sobrepuseram-se sobre os outros”.¹⁸ Dessa forma, embora tenha se constituído sob o panorama da guerra fria, a edificação e progressão da Doutrina se fez de maneira progressiva. Sua presença no pensamento do Estado brasileiro se fortaleceu, sobretudo, no decurso da ditadura, mas alguns de seus aspectos foram readequados para atender às necessidades de cada governo e conjuntura.

Cabe, do mesmo modo, assinalar que, embora a repressão tenha marcado expressivamente o período em que vigorou a ditadura, para além das práticas arbitrárias, cada governo militar no poder visou, à sua maneira, obter legitimidade – tanto para a deflagração do Golpe e continuidade da ditadura instituída, como para as práticas repressivas praticadas sob sua responsabilidade. Para tanto, as justificativas utilizadas estiveram recorrentemente atreladas aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna, e mecanismos legais foram ativados para sua oficialização.

A legislação se fez indispensável enquanto instrumento de legitimação da ditadura. Foram, maiormente, as alterações lançadas pela Constituição de 1967 e, também, pelos atos constitucionais que cumpriram com a função de dar oficialidade às questões relativas à pretensa segurança nacional e, mais uma vez, justificar as práticas repressivas do aparato repressivo estatal.

¹⁶ MIGUEL, op. cit., p.43.

¹⁷ Nesse sentido, convém lembrar que as disputas políticas marcaram a instituição militar brasileira, posto que a unidade interna não definiu a caserna. Para maiores detalhes acerca desse assunto e outras questões relativas, Cf. MARTINS Filho, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos, Editora da UFSCar, 1995.

¹⁸ FICO, Carlos. op.cit., p. 41-42.

A legislação de segurança nacional solidificou a doutrina de segurança nacional, que foi transformada “em preceito constitucional pela Emenda nº 1969, que subverteu o direito público brasileiro, anulou os poderes constitucionais do Legislativo, subjugando a sociedade e os estabelecimentos político-jurídicos”.¹⁹ Já a Constituição promulgada em janeiro de 1967, que viabilizou um aumento de poder ao executivo em detrimento do legislativo e do judiciário, aprimorou e fixou, em papéis oficiais, as definições das questões relativas à defesa nacional e incorporou uma parcela das medidas anteriormente estabelecidas pelos atos institucionais.²⁰ O texto também acresceu, em relação à constituição de 1946, algumas questões relativas à manutenção da segurança nacional, através da inserção e alteração de artigos, e de uma seção específica ao assunto, intitulada “*Da Segurança Nacional*”, além de incorporar as medidas que haviam sido anteriormente lançadas através dos atos institucionais. A resolução que marcaria com maior alento essa Constituição, no sentido da segurança nacional, foi a que estabeleceu que, a partir da promulgação daquele texto, “toda pessoa natural ou jurídica” se tornava “responsável pela segurança nacional”.²¹

Tipificando os crimes anteriormente previstos na Constituição de 1967, em março do mesmo ano foi baixada a Lei de Segurança Nacional de 1967 (Decreto-Lei nº 314).²² A partir desse decreto foram oficialmente definidos os crimes contra a segurança nacional; ainda que de maneira pouco precisa, visando criminalizar atos e atores distintos. Com o propósito de garantir a segurança nacional compreenderam “medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva”, sendo que as preocupações relativas à segurança interna diziam “respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país”. A partir da LSN de 1967 foram definidas as penalidades inafiançáveis para os crimes ali fixados, resultando em um cerceamento ainda maior das possibilidades de ação da oposição.²³

¹⁹ COIMBRA, Cecília Maria B. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicol. Estud.* 2000, vol.5, n.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02>. Acesso em: 10 jan. 2019, p. 13-14.

²⁰ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 55.

²¹ BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil de 1967*, 24 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm Acesso em: 13 jan. 2019.

²² BRASIL, *Decreto-Lei nº 314*, de 13 de Março de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.

²³ Em março de 1969 o DL nº 314 foi alterado substancialmente pelo Decreto-Lei nº 510, que “tornou mais severas as disposições da lei”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-510-20-marco-1969-376778-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.

1.2. O crime e o criminoso político

A compreensão de como se deu o que Álvaro Andreucci chamou de “nomeação de suspeitos”,²⁴ é de grande valor para o entendimento do funcionamento da complexa estrutura de inteligência e repressão do Estado ditatorial brasileiro sobre os indivíduos enquadrados em crimes relacionados à “subversão”. Podemos ilustrar, até o momento, parte das raízes do empenho realizado para a contenção do que o Estado e seus órgãos de segurança e informação denominaram, *grosso modo*, enquanto subversão interna. Contudo, como é passível de se notar, a definição do “inimigo interno”, assim como a do próprio “crime político”, se deu de maneira pouco determinada; o que possibilitou sua aplicação trivializada. À vista disso, diversos membros da sociedade civil foram intensamente vigiados, controlados, indiciados, condenados e reprimidos violentamente por razões de naturezas distintas, a partir de uma lógica de suspeição permanente. Logo, é válido trazer à discussão o seguinte questionamento: de que modo se deu a identificação, de modo geral, do crime e do criminoso político pelo Estado e por seu aparato repressivo?

Como bem destacou Marcos Florindo: “[...] transformada em ideologia de acordo com as necessidades de controle social de nossas elites, a cientifização do combate ao crime ajudou a “construir e justificar uma hierarquia entre os cidadãos” de modo a dividi-los entre “bons ou maus de acordo com as normas impostas pela sociabilidade burguesa”.²⁵ Assim, quaisquer conjuntos de ideias ou indivíduos que representassem uma ameaça ao governo ditatorial e aos seus planos de desenvolvimento político-econômico, foram categorizados enquanto ameaças eminentes. Apesar da ausência de uma caracterização oficial bem delineada a respeito dessas ameaças, um aspecto marcou correntemente o discurso manifesto pelos governos militares e pelas informações produzidas pelos órgãos que constituíram o aparato repressivo do Estado ditatorial brasileiro: o anticomunismo.

De acordo com os militares, o golpe deflagrado em 1964, autodeclarado por eles como Revolução, foi uma resposta direta a uma emitente “ameaça comunista” ao país.²⁶ Entretanto, como nos mostra a própria história, tal afirmativa não se alinha aos fatos, dado que uma

²⁴ Cf. ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. *Cultura Amordaçada: intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS*, Módulo VI.

²⁵ FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O Serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas*. Dissertação (Mestrado em História) –, UNESP/Franca, 2000, p.11.

²⁶ Cf. D'ARAUJO, M. C. et al. (Orgs.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; D'ARAUJO, M. C. et al. (Orgs.) *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Rev. Bras. Hist.* vol.24 n° 47 São Paulo, 2004.

proposta da abolição da propriedade privada ou dos meios de produção não se inseria na realidade do governo de João Goulart. Apesar disto, aos tempos da tomada do poder pelos militares, como bem destacou Moniz Bandeira, o comunismo era “a chave da questão”: anteriormente ao Golpe, “o comunismo era o CGT, esse esforço de organização e unificação do movimento sindical [...]. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava as remessas de lucros. Era tudo o que contrariava os interesses dos EUA, dos latifundiários e do empresariado”, o comunismo era “a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores”.²⁷ Foi, então, como afirmou Rodrigo Motta, “construída uma imagem deturpada da situação política, colocando os comunistas numa posição de força muito maior que a real”,²⁸ o que seria bastante útil no discurso de legitimação do Golpe, da ditadura subsequente e das práticas repressivas empreendidas durante a sua vigência.

No entanto, embora o uso arbitrário do comunismo tenha se feito claro no pré e pós-1964, bem como os ataques proferidos ao mesmo, esse fenômeno tem sua origem em uma data anterior. Para melhor entendê-lo, convém destacarmos alguns de seus marcos, especialmente no Brasil.

A negação ao comunismo começou a se difundir, sobretudo, no período pós-guerras. Já com crise do sistema liberal, após a primeira guerra mundial e, é claro, com a vitória da Revolução Russa – que deslocou a possibilidade do comunismo do plano do inatingível –, a influência do comunismo passou a se alargar para além da União Soviética, mostrando-se enquanto uma possibilidade e, ao mesmo tempo, enquanto um perigo ao ver das nações capitalistas. No decurso do século 20 “o conflito opondo comunismo e anticomunismo ocupou posição central, colocando-se como elemento destacado na dinâmica política, cultural e nas relações internacionais”,²⁹ e, na segunda metade daquele século, o advento da Revolução Cubana fez com que a América Latina fosse posicionada como um foco de suspeita no que diz respeito à expansão de ideais socialistas. Até aquele momento “a região era considerada teatro secundário pelas duas superpotências em luta, mais preocupadas com Europa, Ásia e África”,³⁰ mas a partir de então o comunismo deixava de ser vislumbrado apenas como um espectro, deslocando-se, com maior evidência, para o rol das possibilidades.

²⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, ed.4, p. 178.

²⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000, p. 339.

²⁹ Ibid., p. 06.

³⁰ Ibid., p. 287.

Se no decurso a Segunda Guerra mundial o foco de combate dos países do Ocidente foi o nazismo, após a reorientação do pós-guerra, as lentes dos agentes controladores foram novamente direcionadas ao comunismo; tendo em vista que antes da Segunda Guerra o comunismo e o anarquismo constituíram os alvos primeiros da suspeição.³¹ Nos anos de 1960 e 1970 a América latina “foi vista como cenário da expansão da influência soviética, o que justificou o virulento anticomunismo existente nos setores dominantes locais” e, nesse sentido, “procurou-se desenvolver, junto à população latino-americana, a ideia de que socialismo e democracia eram incompatíveis”.³² Visando conter o possível avanço do comunismo no ocidente, os Estados Unidos da América marcaram sólida influência na região a partir de seu discurso fortemente anticomunista, de modo que “[...] a nova política norte-americana implicou numa considerável pressão sobre os países da América Latina, na tentativa de estabelecer um ‘cordão sanitário’ capaz de impedir a progressão do comunismo”.³³

Embora o impulso anticomunista tenha partido do continente norte-americano, difundindo-se posteriormente aos demais países da região, os ideários anticomunistas estadunidenses não foram simplesmente importados para o solo latino-americano. Mesmo que ao longo da história do século vinte o discurso anticomunista tenha sido absorvido majoritariamente dos EUA e da França, a introdução desse conjunto de ideias nos demais países da América não se deu como cópia. No caso brasileiro “a influência norte-americana convergiu e se combinou com uma tradição anticomunista enraizada no Brasil havia décadas”.³⁴ Semelhantemente a outros países, o fenômeno do anticomunismo começou a se amplificar no Brasil a partir da Revolução Russa, em 1917, mas se apresentou com maior concretude a partir do Levante Comunista,³⁵ irrompido no ano de 1935; evento que configurou um marco da expansão do anticomunismo no país.³⁶

O anticomunismo foi amplamente adotado e difundido, sobretudo pelos quadros das forças armadas; o que não é estranho se levarmos em consideração o papel tradicionalmente atribuído aos militares enquanto garantidores da manutenção da ordem vigente e da importância

³¹ Cf. HUGGINS, M. Da espionagem policial à eliminação do “comunismo”: A Segunda Grande Guerra e o pós-guerra. In: HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: Relações Estados Unidos-América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

³² PADRÓS, op.cit., p. 146.

³³ MOTTA, op.cit., 287.

³⁴ Ibid., p. 288.

³⁵ O Levante Comunista ou "Intentona Comunista", nas palavras de Motta, "[...] tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder, a qual uma vez bem-sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira". Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A "Intentona Comunista" ou a construção de uma legenda negra. *Tempo*, núm. 13, julho, 2002, pp. 189-207, Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil, p. 190.

³⁶ Sobre a expansão do anticomunismo no Brasil, Cf. D'ARAUJO. et al. (1994); MOTTA (2000).

de valores como “disciplina” e “hierarquia” na caserna. Logo, o setor militar constituiu “o grupo social mais receptivo às propostas de mobilização contra o comunismo, em defesa da pátria e da nação”.³⁷ Já a recusa do comunismo por parte de outros setores da sociedade partiu, de modo geral, do medo da ação deste na tradicional organização social e econômica brasileira. Embasados em tais receios, foram constituídas “bases para estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira” que seria reproduzida “ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista”.³⁸

Dentre as singularidades na adoção e ampliação do anticomunismo em solo brasileiro, alguns aspectos se evidenciaram ao longo dos anos. Rodrigo Patto de Sá Motta traçou uma definição do que classificou enquanto as três matrizes do anticomunismo brasileiro: (1) o cristianismo católico, (2) o nacionalismo³⁹, e (3) o liberalismo⁴⁰. Indo ao encontro do autor, consideramos tais matrizes como de suma importância para a construção das representações anticomunistas no Brasil ao longo de sua história e, especialmente, no que compete a este trabalho, possuem imenso valor para uma interpretação mais apurada da documentação produzida pelos agentes de segurança e informação do Estado no decurso da ditadura estabelecida em 1964.

Outrossim, conforme também destacou Motta, o imaginário acerca dos comunistas apresentou frequentemente diferentes associações que se estenderam para além do âmbito político-econômico, de modo a relacioná-los a: demônios; agentes patológicos; ameaça estrangeira; desvio da moral; o inferno soviético, dentre outros jargões.

A questão da moralidade, sob os moldes conservadores tradicionais, que acompanha a história brasileira desde os seus primórdios, além de marcar forte presença na esfera privada, também transcendeu para a esfera política e se fez evidente entre as forças armadas. O apelo aos valores morais tradicionais foi um dos aspectos que se sobressaiu no discurso utilizado na tentativa de desqualificar seus opositores. Como evidenciou Carlos Fico: “Padres e bispos eram

³⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *Em guarda contra o perigo vermelho...*, op. cit., p. 58-59.

³⁸ Ibid., p.7.

³⁹ O nacionalismo adotado foi o de caráter conservador, ligado à ordem e a tradição, que demonstrava “repúdio às posições internacionalistas dos comunistas” por considera-las ameaça à pátria: “A doutrina e os militantes comunistas são acusados de serem elementos estrangeiros, estranhos ao Brasil. As ideias defendidas pelos membros do PCB seriam formulações provenientes de países estrangeiros, proposições que nenhuma relação teria com a realidade nacional”. Cf. MOTTA, op. cit., p. 50-53.

⁴⁰ “Os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade”. Cf. MOTTA, op. cit., p. 60.

acusados de romper o celibato eclesiástico; políticos de oposição, de serem homossexuais; professoras universitárias de esquerda eram amantes”. Acreditava-se que “uma das formas de o “movimento comunista internacional” se propagar seria pelo incentivo do uso de drogas e pela valorização da ideia de “amor livre””.⁴¹ Como poderemos observar posteriormente, no tocante ao setor estudantil, as acusações de “baixo moralismo” se fizeram insistentemente nas análises presentes nos informes produzidos sobre a categoria.

Dessa maneira, apesar de que a deflagração de uma revolução de caráter socialista não ter composto, de fato, a ordem do dia, a crença nessa possibilidade por parte das autoridades governamentais – seja por mero jogo político ou por um temor real – fez-se frequentemente presente nas práticas e nos discursos do Estado, sobretudo no âmbito das forças armadas. Por seu turno, o anticomunismo, peça fundamental do discurso de legitimação para a tomada do poder pelos militares, não amenizaria após 1964. O fenômeno que já se fazia presente na cultura política brasileira há décadas, sobretudo na caserna, acrescido pela visão superestimada da difusão do comunismo na América do Sul após a década de 1950, levou o combate a este último a um patamar superior pelos governos militares. Logo, embora que a preocupação com a presença e o crescimento do comunismo no Brasil, especialmente pelos militares e suas bases de apoio, não tenha ocorrido sem fundamentações – dado o cenário político da região, sobretudo na segunda metade do século vinte –, foi frequente a supervalorização da influência do Partido Comunista naquele período, do mesmo modo que seu instrumental, com finalidade de ocasionar temor para fins políticos,⁴² e da presença das matrizes do anticomunismo na classificação do crime e do criminoso político.

1.3. A lógica da suspeição e a produção de informações

É com o quadro exposto nos itens anteriores, intensamente marcado pelas bases ideológicas evidenciadas, que foram criadas, organizadas e amplificadas as funções dos órgãos de segurança e informação que formaram o aparato repressivo do Estado ditatorial brasileiro que, por sua vez, tornaram-se fundamentais para a efetivação do controle sobre o chamado

⁴¹ FICO, op.cit., p.187.

⁴² Em determinados momentos de nossa história “a presença do anticomunismo foi fraca, quase residual”, em outros “houve radicalização do fenômeno em algumas conjunturas históricas, sempre ligadas a fases de crescimento da influência do PCB, em particular, e da esquerda, em geral”, situação que podemos vislumbrar no cenário da ditadura civil-militar brasileira – seja nas prévias de seu estabelecimento, seja ao longo de sua duração. Cf. MOTTA op. cit., p.50-53.

“inimigo interno” e suas ações “subversivas”, e, conseqüentemente, corroborariam para com a manutenção do regime por mais de duas décadas.

Como recordou Maria Helena Alves, a teoria do “inimigo interno” induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de defensivas: (1) “o Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população”, (2) “ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os “inimigos”, aqueles setores da população que possam estar infiltrados pela ação comunista “indireta”.⁴³ Dessa maneira, ao corroborarem tanto para com a prevenção das atividades classificadas enquanto subversivas, quanto para com o combate das mobilizações dos grupos de oposição, levando-os, por diversas vezes, à desmobilização, as práticas de monitoração desempenhadas pelos órgãos repressivos, visando captar e antecipar quaisquer atividades consideradas desviantes da ordem configurada, fizeram-se de suma importância enquanto ferramentas mantentoras da ditadura.

Embora atribuamos, neste trabalho, centralidade às atividades desempenhadas pelo Deops/SP, é imprescindível mencionar outros órgãos que constituíram o aparato repressivo estatal, posto que, apesar de agirem de modo independente em relação ao outro, interagiram frequentemente através da difusão de informações ou em ações conjuntas.⁴⁴ No que concerne a tal ponto, é válido fazer menção ao órgão incumbido de articular e coordenar, a nível nacional, todas as atividades de informação e contrainformação: o Serviço Nacional de Informações (SNI).⁴⁵

Apesar de anteriormente a 1964 o Estado contar com o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI)⁴⁶, viu-se como necessária a criação de um sistema seguro exclusivo à coleta e difusão de informações, o que resultou na constituição de um serviço de informação que funcionaria de acordo com os preceitos adotados pela ditadura. Idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, o SNI foi criado, em junho de 1964, como “uma das primeiras

⁴³ ALVES, op. cit., p. 48.

⁴⁴ “Na ditadura militar brasileira, a repressão política nunca foi exercida por uma só organização. Houve a combinação de instituições distintas, com preponderância das Forças Armadas, além de papéis importantes desempenhados pelas Polícias Civil e Militar. Também ocorreu a participação de civis, que financiavam ou apoiavam as ações repressivas. Essa forma de atuação foi incrementada, principalmente a partir de 1969, em especial em São Paulo, por meio da Operação Bandeirantes (Oban). E, depois, com os Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que se instalaram em várias capitais do país”. Cf. RELATÓRIO, COMISSÃO da verdade do Estado de São Paulo. Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política. Tomo I - Parte I - 2014, p. 50, subitem 1.

⁴⁵ RELATÓRIO da Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. – Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume I, parte II, capítulo 4, p. 115.

⁴⁶ “O Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) foi criado pelo presidente Dutra por meio do Decreto no 9.775, de 6 de setembro de 1946. Como parte do arcabouço do CSN, o órgão tinha como função centralizar todas as informações ali produzidas. É considerado o primeiro órgão nacional de informações, com as funções de serviço secreto do país”. Cf. RELATÓRIO da Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, V. I), p. 114; FICO, op.cit., cap.1.

medidas de institucionalização do novo Estado”, cujas funções seriam voltadas exclusivamente “para os assuntos atinentes à Segurança Nacional”.⁴⁷ A partir de sua criação, competia ao seu chefe “estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais, com entidades paraestatais e autárquicas, além de poder solicitar a colaboração de entidades privadas” e, também, “criar e extinguir agências; requisitar funcionários e propor a designação de oficiais das Forças Armadas; classificar assuntos como “segretos” e “ultrassecretos”, de acordo com o regulamento para a salvaguarda das informações que interessam à segurança nacional”.⁴⁸ Segundo Cecília Coimbra, o SNI “poderia ser visualizado como uma pirâmide, que tinha como base as câmaras de torturas e os interrogatórios, e no vértice, o Conselho de Segurança Nacional (CSN)”.⁴⁹

Desse modo, diferentemente dos órgãos preexistentes, que agiam quase que inteiramente autonomamente, o SNI “pretendeu consolidar uma estrutura única e coesa, como uma rede inextricável, cujas ações eram coordenadas a partir de um núcleo central”.⁵⁰ Segundo Maria Helena Alves, a criação do SNI representou a primeira aplicação legal da doutrina de segurança nacional e lançou as bases para o posterior desenvolvimento do aparato repressivo do Estado.⁵¹ A partir de então, a comunidade de informações, e o aparato repressivo estatal como um todo, cresceriam progressivamente. Seriam criados novos órgãos e reorganizados outros tantos já existentes, visando, dessa vez, a integração entre eles, de modo que desempenhassem uma atuação classificada enquanto mais efetiva, corroborando para com a manutenção da ditadura.

No que tange ao seu funcionamento, nas palavras do historiador Carlos Fico, “[...] a “comunidade” amparava-se naquilo que podemos chamar de “pilares básicos” de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura”,⁵² sendo que “seu material básico, como não poderia deixar de ser, era a “informação”, isto é, os dados sobre quaisquer questões ou pessoas de interesse do regime”, e que apesar de terem por destino comum uma respectiva pasta específica para a cada assunto, por parte do órgão responsável pela coleta ou produção do

⁴⁷ BRASIL. *Lei nº 4.341*, de 13 de junho de 1964.

⁴⁸ Cf. RELATÓRIO, COMISSÃO da verdade do Estado de São Paulo. *Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política*. Tomo I - Parte I - 2014, p. 56, subitem 26.

⁴⁹ COIMBRA, op. cit., p.11.

⁵⁰ MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Rev. bras. Hist.* São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso.

Acessado em: 11 jan. 2017.

⁵¹ Cf. ALVES, op.cit., passim.

⁵² FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (Orgs.). In: *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.175.

informe, “elas também eram difundidas [por toda a comunidade] por afinidade temática”.⁵³ Tais afirmativas valem para o caso do Deops que, como veremos a seguir, para além da produção e coleta de informações praticadas de modo independente, obteve inúmeros informes através da difusão de documentos originados por outros órgãos, como foi o caso do II Exército, do CISA; do CENIMAR, e do próprio SNI.⁵⁴

Por seu turno, as práticas e os discursos dos órgãos que constituíram o aparato repressivo seriam marcados por um tipo de raciocínio predominante, que ganhou corpo a partir do momento em que o principal inimigo a ser combatido se tornou interno, e que nortearia tanto os membros dos órgãos de segurança e informação: lógica da suspeição.⁵⁵ Conduzidos por essa lógica, a partir da qual tudo e todos poderiam constituir “indivíduos potencialmente subversivos”,⁵⁶ os órgãos do Estado fizeram uso, enquanto instrumento para os cerceamentos de liberdades, da repressão de caráter preventivo, caracterizada pelo acúmulo de “um sem-número de informações sobre a vida (pública e privada) dos indivíduos considerados potencialmente subversivos”. Sobre a ação repressiva sob os movimentos sociais de oposição, a vigilância foi peça fundamental nas intensivas que objetivaram sua desmobilização.⁵⁷

Outro ponto interessante de ser salientado é que, ao tratar da repressão durante a ditadura é comum associá-la diretamente às práticas de violência física, sobretudo à tortura. Porém, como destacou Mariana Joffily, “o termo repressão abarca uma diversidade extensa de atos, entre os quais se incluem cassações, intervenções, censura, leis autoritárias, ameaças, vigilância, suspeição exacerbada, demissões injustificadas”.⁵⁸ É inegável que a tortura tenha sido um instrumento repressivo proeminente no período no qual vigorou a ditadura – afinal, foram declarados, oficialmente, pela Comissão Nacional da Verdade, 434 mortos e desaparecidos sob a responsabilidade do Estado, sem contar com os inúmeros casos de pessoas

⁵³ Ibid., p. 179.

⁵⁴ Note-se que, apesar de diversos órgãos, e mesmo sistemas, responsáveis pela coleta e produção de informações terem sido estabelecidos e reformulados no decurso da ditadura civil-militar, o Deops se manteve em atividade até seu ano de extinção, 1983 e, ao longo desse percurso, foi responsável pela produção e acúmulo de uma vasta gama de documentos sobre diferentes grupos e sujeitos, além de realizar e participar de diversas operações voltadas para o desmonte das ações realizadas pela oposição.

⁵⁵ Podemos afirmar que a válvula do temor, acionada pela lógica da suspeição, foi uma das motivações para a denúncia de indivíduos suspeitos por membros da sociedade civil, no entanto, não ignoramos o fato de que muitas dessas denúncias tenham sido realizadas por motivações particulares, como vingança pessoal ou visando ocupação de cargos a partir dos expurgos pela Operação Limpeza. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Operação Limpeza*. In: MOTTA, R. op. cit.

⁵⁶ MAGALHAES, 1997.

⁵⁷ Ressaltamos que para além do âmbito dos órgãos de segurança e informação do Estado, a lógica da suspeição teve sua difusão na mentalidade da sociedade civil. Cf.: MAGALHÃES, 1997.

⁵⁸ JOFFILY, op. cit., 97.

que saíram da tortura com vida.⁵⁹ No entanto, é imprescindível que levemos em consideração as outras facetas das práticas repressivas que corroborariam com a desmobilização da oposição, e ocasionaram em vastas violações dos direitos humanos, dentre as quais podemos citar o uso arbitrário do legislativo e, também, a prática da espionagem, do acúmulo e da transmissão de informações.

Os papéis produzidos ou coletados pelos órgãos de informação e de segurança do Estado, embora dotados de conteúdos por vezes não condizentes à realidade, constituem sentido, configurando “uma rede intertextual produtora de eficazes efeitos de sentido e convicção [justificadores da repressão]”,⁶⁰ não correspondendo a uma gama documental desprovida de importância e profundidade. Segundo o *Manual Básico* da Escola Superior de Guerra, produzido em 1976, as informações relativas à Segurança Interna cumprem com o objetivo de “esclarecer o governo quanto à realidade da situação, à verdade dos fatos e às características e intensidades das manifestações e dos efeitos dos antagonismos e pressões, bem como a estimativa dos acontecimentos futuros”,⁶¹ corroborando enquanto ferramentas para o visado combate à “subversão”.

É válido, contudo, sublinhar que, embora as práticas de vigilância tenham seguido uma lógica predominante, os excessos nas descrições dos pretensos crimes e criminosos foram recorrentes no discurso expresso pelos órgãos produtores de informação, resultando em informes e análises cujo conteúdo, definições e descrições, se dispuseram, por vezes, de forma imprecisa e pouco coesa com a realidade. Nesse sentido, conforme destacou Marcos Napolitano, “[...] na diversidade de gêneros de escrita da burocracia repressiva, percebe-se certa incoerência e descompromisso com a verdade, dada a necessidade de superdimensionar qualquer atitude que pudesse ser considerada suspeita”.⁶²

De todo modo, o acúmulo de informações, resultante da vigilância aos indivíduos e grupos colocados sobre a mira dos responsáveis pela repressão, assim como os outros instrumentos que compuseram esse processo, lograram saldo negativo àqueles que se mantiveram em posição de destaque frente às insistentes lentes da vigilância. No decurso da

⁵⁹ Cf. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, V. 3).

⁶⁰ FICO, Carlos. *Como eles agiam...* op.cit., p. 21,

⁶¹ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual básico da escola superior de guerra*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1976. *apud.*, ALVES, Maria Helena Moreira, 2005, p. 87.

⁶² No caso da documentação produzida sobre o estudantil, como se verá posteriormente neste trabalho, observa-se que atividades isentas de qualquer grau de radicalização foram interpretadas como uma ameaça eminente à nação, afinal “[...] a ligação com o setor estudantil, foco de recrutamento da luta armada de esquerda recentemente derrotada, era a principal peça acusatória que recaía sobre os suspeitos”. NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº 47, p. 105-06.

ditadura “[...] além dos casos óbvios de perseguição, prisão, tortura e morte de militantes e quadros organizados, praticados pela polícia política, milhares de pessoas foram espionadas, julgadas e prejudicadas pela comunidade de informações. Muitas sequer souberam disso”.⁶³ Como se poderá observar nos capítulos posteriores, no caso da categoria estudantil, os produtos oriundos do amplo processo de controle sobre a mesma seriam de suma importância para as ofensivas voltadas para tanto para sua desmobilização enquanto coletivo, como para a incriminação e punibilização de seus integrantes, enquanto indivíduos.

1.4. O Deops/SP de olho no crime político

Entre os órgãos repressivos do Estado que vinham de longa data e foram remodelados pós-1964, estiveram os Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social, vinculados ao Governo Estadual, normalmente através da Secretaria de Segurança Pública de cada Estado.⁶⁴ Criado em 1924, em um momento de profunda crise do governo do Estado de São Paulo e da República⁶⁵, o Deops paulista objetivou o controle de todas as agitações sociais que se punham à sua vista até o momento de sua extinção, em 1983.⁶⁶ O órgão foi incumbido de manter o controle e a vigilância sobre todos os estratos sociais, englobando estudantes, sindicalistas, jornalistas, religiosos, organizações clandestinas e militares, dedicando suas atenções a qualquer grupo ou indivíduo que pudesse constituir uma ameaça à manutenção do *status quo* delineado por cada governo em questão.

Ao tratar do Deops, é válido trazer, primeiro, algumas pontuações sobre as instituições policiais, de modo geral. Nas palavras de Martha K. Huggins, o papel de qualquer polícia⁶⁷,

⁶³ FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda...* op.cit., p. 18.

⁶⁴ A Secretaria de Segurança Pública de cada Estado brasileiro foi comumente comandada por um oficial do Exército. O Deops, por sua vez, foi constituído por delegados e investigadores da esfera policial. Cf. RELATÓRIO, BNM. Tomo I, p. 74.

⁶⁵ As conturbações do período em questão estiveram atreladas ao episódio e aos desdobramentos da *Revolta dos 18 do Forte de Copacabana* e, também, ao agravamento da chamada “questão social”, relacionada aos movimentos sociais contestatórios que ascendiam desde o final da década de 1910. Para maiores detalhes sobre o assunto, Cf. AQUINO, Maria Aparecida. As vísceras expostas do autoritarismo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 47, n. 1. p. 23-24, 2006.

⁶⁶ O Deops/SP foi criado oficialmente pela Lei nº 2034/24, de dezembro de 1924. Para maiores detalhes acerca do processo de criação e extinção do DEOPS/SP, Cf.: AQUINO, Maria Aparecida de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, M.; MATTOS, M.; SWENSSON, JR.; LONGHI, C. *O Deops/SP em busca do crime político*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 20; AQUINO, Maria Aparecida. As vísceras expostas do autoritarismo..., op.cit. p. 23.

⁶⁷ Para Huggins, a ação de caráter político não se circunscreve a um tipo específico de polícia. Segundo a estudiosa: “[...] toda a ação policial é política, variando em um *continuum*, desde a polícia visivelmente a serviço do poder organizado, como ocorre historicamente em grande parte da América Latina, até a dissimulação de seu relacionamento com o poder por ideologias de democracia e controle social, que afirmam transformar a polícia em mera extensão de um Estado neutro, quanto a classes, e “do povo”. Cf. HUGGINS, op.cit., p. 10.

consiste em “impedir, coibir ou controlar conflitos que representem ameaça ao regime, a fim de criar e manter o monopólio do uso da força coercitiva por parte de um Estado estruturado em bases de classe”.⁶⁸ Ainda no que toca esse assunto, Paulo Sérgio Pinheiro definiu a polícia política enquanto “uma das mais importantes instituições do mundo moderno que, enquanto braço repressor do Estado, tinha como função o controle do indivíduo”,⁶⁹ atuando, quase sempre, enquanto um “reforço da estrutura de poder existente”.⁷⁰ Tais definições se aplicam muitíssimo bem ao caso brasileiro. Em consonância às definições gerais atribuídas a esse tipo de instituição, os Deops estiveram voltados, segundo Luiz Henrique Sombra, para “[...] estar à disposição dos governos quando estes decidissem vigiar/aprisionar certos indivíduos, combater determinados comportamentos e estigmatizar grupos inteiros (imigrantes, dissidentes políticos, pobres das cidades) ” que eram tidos nocivos e perigosos à ordem pública e à segurança nacional.⁷¹

Sob outra perspectiva, conferida pelo *Manual de Polícia Política e Social*, de autoria do ex-policial Luis Apolônio, datado do final da década de 1950 – frequentemente utilizado nos cursos voltados para o treinamento dos novos policiais do Deops naquele no período –,⁷² a polícia política tinha as seguintes atribuições:

Dentro do País zela pela manutenção da ordem político-social, pela segurança das instituições, da forma de governo e da segurança da autoridade, prevenindo e reprimindo as greves, atentados, agitações, conspirações, conjurações, revoluções, a propaganda e a disseminação das ideologias subversivas e dissolventes.⁷³

⁶⁸ HUGGINS, op.cit., p. 11.

⁶⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Os arquivos da polícia política brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: PROIN, 2005, p.1.

⁷⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Prefácio*, p. IX. In. HUGGINS, op. cit.

⁷¹ SOMBRA, Luiz Henrique. *Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência?* In. DOPS: A lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/ Arquivo Público do Estado, 1996, p 37-41, apud. AQUINO, Maria Aparecida de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, M.; et al., op.cit., p. 18.

⁷² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 30, n.1 p. 22, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20132>. Acesso em: 05 jun. 2018.

⁷³ APOLÔNIO, L. *Manual de polícia política e social*. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo, 1963. (3ª Edição), p. 318. Apud. KOSSLING, Karin Sant’ Anna. As lutas antirracistas de afrodescendentes sob a vigilância do DEOPS/SP (1964-1983). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007. O manual em questão consiste, nas palavras de Rodrigo Motta, em um “tratado de combate ao comunismo”, questão que não se limitaria a esse documento, alinhando-se à tradição anticomunista. Apesar dos alvos de suspeita dessemelhantes, a aversão ao comunismo e a preocupação com seu suposto avanço no país, marcou o discurso policial. Conforme Motta, embora “os DOPS não tenham sido criados apenas para combater o comunismo e, no decurso de sua longa história tampouco cuidaram apenas disso, eles encontraram no anticomunismo sua principal razão de ser,” apesar de que “comunista” tenha sido uma “designação genérica para toda a esquerda socialista, incluindo às vezes até os cristãos progressistas”. Como evidencia um documento datado de agosto de 1972, ao traçar uma apresentação de um álbum de fotos de supostos terroristas, o então diretor de polícia do Deops/SP, afirmou que “o Comunismo

Decerto que o Deops se configurou enquanto um dos aparelhos burocráticos centrais do aparato repressivo brasileiro ao longo das ditaduras estadonovista e militar.⁷⁴ Ao datar de sua criação, enquanto um dos organismos integrantes da “[...] estratégia de readequação do aparato estatal de controle e vigilância da sociedade às transformações ocorridas no mundo do trabalho”,⁷⁵ se manteve em constante atividade, readequando suas formas de ação e os alvos centrais de sua suspeição e prática repressiva conforme o estabelecido por cada conjuntura, contribuindo para com a consolidação de um projeto político-econômico atrelado aos seguimentos da burguesia dominante,⁷⁶ tornando-se peça fundamental nos esforços de combate da oposição pós-1964.

No que compete especificamente à sua ação, para Viviane Teresinha dos Santos, a polícia política “agia com base em três pressupostos básicos: *suspeição*, *vigilância* e *eliminação*, tendo como diretriz uma lógica fundamentada na desconfiança”.⁷⁷ Desse modo, sob a alegação de “manutenção da ordem”, a polícia política se utilizaria de diferentes ferramentas para a contenção dos movimentos e ideias dessemelhantes às adotadas pela ditadura. Intensamente guiada pela lógica da suspeição, tal como destacamos no subitem anterior, produziu, de diferentes maneiras, informações sobre os setores colocados sob sua mira, utilizadas frequentemente para as posteriores ofensivas diretas sobre os mesmos. Conforme sublinhou Magalhães:

Os informantes ou delatores eram os responsáveis por registrar e enviar ao Departamento de Ordem Polícia e Social (Dops) ou ao Serviço Nacional de Informações (SNI) quaisquer fatos que considerassem suspeitos de subversão. Podiam ser voluntários ou profissionais; neste segundo caso, eram militares,

Internacional não tem fronteiras”, destacando que naquele Departamento foi organizado aquele álbum “visando com isso dar modesta, mas valiosa, contribuição ao combate do Comunismo Internacional e mais intimamente a subversão e terrorismo em nossa pátria”. Jargões semelhantes a estes se repetem recorrentemente entre registros produzidos pelos agentes do Departamento. Cf. MOTTA, 2010, p. 21; ARQUIVO Público do Estado de São Paulo (APESP), DEOPS- OS, pasta 033. *Álbuns de pessoas consideradas terroristas e subversivas* - Vol.1, p.1970.

⁷⁴ Durante a ditadura militar, “paralelamente aos sistemas repressivos, na escala do direcionamento das ações de repressão, também foram estruturadas as ‘comunidades complementares’ de informações, divididas por áreas. Estavam localizadas em diversos Estados da Federação, se destacaram as ações dos Departamentos de Ordem Política e Social (Dops) e o Serviço Reservado da Polícia Militar (P2).” Cf. RELATÓRIO, COMISSÃO da verdade do Estado de São Paulo. *Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política*. Tomo I - Parte I - 2014, p. 17.

⁷⁵ FLORINDO, op. cit., p.6.

⁷⁶ OLIVEIRA, Nilo Dias. *A vigilância do DEOPS-SP às Forças Armadas (Brasil – década de 1950): sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008, p. 08.

⁷⁷ SANTOS, Viviane Teresinha dos. *Os subversivos das arcadas*. In: CARNEIRO, Mariz Luiza Tucci (org.). *Inventário DEOPS, Módulo II – Estudantes*.

ex-militares, agentes policiais ou funcionários públicos especialmente incumbidos de tal tarefa [...].⁷⁸

Para Erick Zen, “o sentido de reunir informações sobre o cotidiano e ideias políticas de um cidadão cumpriu o ideal da polícia no Estado moderno: repreender o crime antes que ele acontecesse”, buscava-se, assim, “caracterizar o criminoso para eleger indivíduos potencialmente subversivos e que deveriam permanecer sob a vigilância constante”.⁷⁹ Conforme o depoimento cedido à imprensa pelo ex-delegado do Deops paulista, José Paulo Bonchristiano: “O DOPS era um órgão de inteligência policial, fazíamos o levantamento de todo e qualquer cidadão que tivesse alguma coisa contra o governo, chegamos a ter fichas de 200 mil pessoas durante a revolução”.⁸⁰

Segundo Marcos Florindo, a prática de obtenção de informações “[...] possibilitou à repressão construir saberes a respeito das entidades vigiadas”, atentando-se a todos os nomes, espaços e ideais circulantes, ferramenta que permitia “mapear a organização observada”. Através das delações “era possível conhecer o grau de atividade de cada militante e a importância de cada setor da organização”, sendo possível “antecipar a movimentação dos grupos vigiados”.⁸¹ Logo, a vigilância constante “instaurou mecanismos de controle que emprestaram maior eficiência à repressão, pois permitiam a utilização da coerção física em momentos adequados. Por meio da infiltração, a polícia podia avaliar condições e atacar os pontos nevrálgicos nos momentos oportunos”.⁸²

Vale também ressaltar que embora diversos, e importantes, órgãos tenham operado no processo repressivo no decurso do período em questão, e apesar da criação do DOI-CODI, que ficou a cargo dos “interrogatórios preliminares”, chegando até mesmo a competir com o Deops, este último continuou a atuar de maneira independente.⁸³ O Deops investigou, prendeu, interrogou, torturou e matou, ao longo de toda sua atividade na ditadura, sobretudo durante o comando do Delegado Sérgio Paranhos Fernando Fleury, a partir de 1968, quando as práticas

⁷⁸ MAGALHÃES, 2004, p. 160.

⁷⁹ ZEN, Erick Reis Godliauskas. *O Germe da Revolução: A Comunidade Lituana sob Vigilância do DEOPS (1924-1950)*. São Paulo: Editora Humanitas, 2005, p.33.

⁸⁰ Cf. AGÊNCIA Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Entrevista concedida pelo delegado aposentado, ex-chefe da Divisão de Ordem política do Deops paulista, José Paulo Bonchristiano à jornalista Marina Amaral. Disponível em: <https://apublica.org/2012/02/conversas-mr-dops/>. Acesso em 14/03/2019.

⁸¹ Para um panorama a respeito do tipo de documentação produzida pelo Deops/SP em decorrência de seu processo de vigilância contínua, em especial acerca do movimento estudantil universitário, conferir o Apêndice “A” deste trabalho.

⁸² FLORINDO, op. cit., p.74.

⁸³ “Idealmente, a divisão de tarefas entre os DOI-Codis e os Dops consistia na detenção e interrogatório pelo primeiro e oficialização da prisão, até então clandestina, e abertura de um inquérito, pelo segundo. Na prática, porém, houve disputa por prisioneiros dos altos escalões das organizações de esquerda, sobretudo em regiões nas quais os Dops tinham uma estrutura sólida”. Cf. JOFFILY, op. cit., p. 103.

repressivas do Departamento são intensificadas e muitos de seus componentes passam a integrar o chamado “Esquadrão da Morte”.⁸⁴

Até aqui pudemos evidenciar as bases ideológicas que se ressaltaram nas práticas e discursos do Estado ditatorial brasileiro e de seu aparato repressivo, traçando aspectos importantes acerca de sua formação e funcionamento. A seguir, discorreremos acerca das tentativas de silenciamento impostas pelo Estado à juventude universitária. Para tanto, destacaremos as mudanças progressivas tanto nas práticas repressivas sobre o movimento da categoria estudantil, quanto nas ações de oposição e resistência travadas por ela, pois, como bem destacou Maria Helena Alves, “[...] tanto as estruturas de Estado como as formas de oposição transformaram-se permanentemente à mercê das tentativas de cada parte para controlar, manter ou modificar a outra” e, de tal forma, “o relacionamento mútuo é, portanto, essencialmente dialético”.⁸⁵

⁸⁴ Cf. RELATÓRIO, BNM, Ibid., CPDOC/FGV: Verbete biográfico: Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sergio-fernando-paranhos-fleury>. Acesso em: 04/05/2019.

⁸⁵ ALVES, op. cit., p. 33.

CAPÍTULO 2. MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA CIVIL-MILITAR

Após o golpe de Estado em 1964 – e a consequente perturbação introdutória pela qual passou a esquerda brasileira –, as mobilizações estudantis, assim como a repressão estatal, se deram de forma intensa, mormente nos anos finais da década de 1960, que foram marcados, em diversos locais do mundo, pelas copiosas agitações dos movimentos sociais de massa.¹ O movimento da categoria estudantil se manteve em constante atividade nas lutas travadas pela oposição social à ditadura, mesmo nos momentos em que se fez alvo constante do Estado e de seu aparato repressivo, sendo nas palavras de Caio Prado Júnior “o setor mais sensível à necessidade de reformas e transformações no país”.²

Tomando a indissociabilidade do fenômeno da repressão com as lutas travadas pela oposição, optamos por dedicar este capítulo às progressivas medidas de silenciamento direcionadas à categoria estudantil universitária, assim como às lutas empreendidas por esta frente às arbitrariedades impostas. Embora destaquemos enquanto recorte temporal central para o desenvolvimento deste estudo o período que compreende do ano de 1968 a 1978, consideramos imprescindível tratar, ainda que de modo conciso, da ação repressiva sobre a categoria estudantil, bem como da atuação desta última anteriormente ao ano de 1968. A compreensão das mudanças da atuação tanto do estudantado, que se organizou de diferentes maneiras na década de 1960 e 1970, quanto do Estado e seus órgãos de inteligência e repressão, que acompanharam as alterações trazidas por cada novo ciclo repressivo, são essenciais para que possamos compreender, à posteriori, o cenário no qual esteve inserida a repressão política e as formas de oposição estudantil nos anos que sucederam 1968 e, também, algumas das questões que fomentaram o interesse do Estado no silenciamento dessa categoria social.

2.1. Da trajetória e organização política do ME universitário

A incompatibilidade da sociedade brasileira para com as ideias importadas de outros continentes deixou largos vestígios em diversos aspectos ao longo de sua história. Por múltiplas vezes, desvinculando-se das carências da sociedade brasileira, foram desconsideradas, ou

¹ Cf. VALLE, Maria. Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2016.

² PRADO JÚNIOR, Caio, 1967, *apud* PERICÁS, Luiz Bernardo. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. 2016, p. 240.

tratadas em menores dimensões, as particularidades de sua construção social, seus aspectos culturais, políticos e econômicos, para a inserção de ideias e concepções advindas de outros continentes de modo contraditório. É notória essa prática de importações repleta de paradoxos ainda século 20 – e até mesmo no século 21 –, frequentemente norteadas pelas necessidades da classe dominante. A universidade brasileira, que não escapou da série de ideias mal calçadas, teve sua constituição marcada pelos padrões importados da Europa, e posteriormente dos Estados Unidos da América, sem uma readequação dos sistemas estrangeiros para a realidade nacional e, em especial na segunda metade do 20, essas instituições de ensino passam a ser alinhadas a um projeto desenvolvimento econômico em moldes estreitamente capitalistas.

Em contrapartida, tecendo os modos de defesa de uma universidade que possuísse entre suas características um viés crítico, democrático e popular, uma considerável parte do setor estudantil impôs corpulenta presença no cenário de oposição e resistência ao *status quo*. Já no início do século 20 a juventude universitária lançava seus primeiros sinais de vida em diferentes regiões da América Latina³ e, analogamente, não tardou o início das contestações estudantis às instituições de ensino superior do Brasil por parte do estudantado. Tais manifestações estiveram frequentemente atreladas às questões específicas dos estudantes universitários, mas também se fizeram presentes questões sociais, econômicas e culturais do país, sendo que suas pautas não permaneceram estáticas, passando por transformações de acordo com as especificidades impostas por cada contexto histórico-social.

No início dos anos 1960, no Brasil, agrupamentos do setor estudantil já demonstravam oficialmente a consciência em torno da situação das instituições do ensino superior, associando-a as problemáticas nacionais, de modo a dar início à formulação de projetos de uma reforma universitária – de maneira semelhante em que seriam reivindicadas nos anos posteriores. A *Carta da Bahia*, documento de cunho estudantil redigido em 1961, resultante do I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democracia do Ensino Superior, discorreu acerca da universidade no Brasil e, de modo mais específico, a respeito da reforma universitária pretendida pelo estudantado que se colocava em luta. Derivada da discussão de uma parcela da categoria estudantil sobre a realidade econômico-social brasileira, e indo para além das críticas voltadas as questões restritas às instituições de ensino, o Seminário, e sua consequente

³ A respeito das movimentações estudantis desencadeadas na primeira metade do século 20, bem como das discussões em torno delas, Cf. MELLA, Julio Antonio. *¿Puede ser un hecho la Reforma Universitaria?* (Cuba, 1925); MARIATÉGUI, José Carlos. *La Reforma Universitaria*. Peru, 1928. In. SADER, E.; GENTILLO, P.; ABOITES, H. (Orgs.). *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

Declaração, foi pioneiro em lançar uma crítica formal, por parte dos estudantes, à desconsideração do processo histórico nacional para a inserção das universidades no Brasil:

Conhecemos o problema cultural de uma Nação como resultante de problema social, ou pelo menos como uma de suas partes mais significativas. Universidade e sociedade se interpenetram e se interinfluenciam individualmente. Uma sociedade deformada conterá uma Universidade igualmente mutilada. Reciprocamente, uma Universidade infiel às suas responsabilidades históricas estará conformando uma sociedade incapaz de auto superar-se, insensível à autocrítica, vedada à evolução.^{4*}

A carta esboçou algumas das críticas presentes no meio estudantil daquele período perante aos problemáticos aspectos nacionais que inviabilizavam a existência de uma universidade crítica e democrática como: a existência de um desequilíbrio econômico-social entre as diversas regiões do país, a perpetuação de um Estado oligárquico e classista, a continuidade do desenvolvimento nacional sobre bases capitalistas, e demais problemas referentes aos aspectos econômicos e sociais nacionais. Defendeu-se, assim, que a inserção e funcionamento de universidade alheia a esse cenário fracassaria em sua missão que deveria consistir no exercício da autocrítica e da evolução.

Desse modo, já no início da década de 1960 era possível vislumbrar a efervescência da movimentação de grupos do setor estudantil frente aos descontentamentos com os moldes das instituições de ensino superior, de modo a incorporar, entre suas bandeiras, diversas bandeiras que extrapolavam questões restritas às universidades. Com a tomada do poder pelos militares em 1964, o projeto de reformas que se desenhava no governo de João Goulart aderiu formas absolutamente distintas. O plano educacional que viria a ser defendido pelos governos militares, voltado para atender as necessidades de seu projeto desenvolvimentista, se disporia em sentido oposto aos objetivos almejados por uma considerável parcela da categoria estudantil e, somado às medidas arbitrárias lançadas sobre esta última, acarretaria no aumento de seu descontentamento e, conseqüentemente, na ampliação de suas atividades contestatórias.

A categoria estudantil e a luta específica

A burguesia através de sua ditadura militar está tentando manipular as Universidades para seus interesses. As reformas que ela tenta desenvolver na

⁴ UNIÃO Nacional dos Estudantes (UNE). *Declaração da Bahia* – I Seminário Nacional de Reforma Universitária, 1961, p. XVII.

* Objetivando uma leitura mais fluída, todas as transcrições de fontes presentes neste trabalho tiveram sua gramática adaptada ao acordo ortográfico vigente.

Universidade, através de órgãos reacionários como o Conselho Universitário, Reitoria, Conselho Estadual e Federal de Educação, etc., tem como objetivo efetivar seus interesses monopolistas.⁵

Ao longo de todo o período republicano brasileiro, vários projetos pretenderam a modernização das instituições universitárias e de seus respectivos modelos de ensino, mas, na maior parte das vezes, tais aspirações, foram fundamentadas a partir de padrões inadequados às suas especificidades, e voltados para uma lógica garantidora dos interesses da classe dominante e do capital estrangeiro. O século 20 foi especialmente marcado pelo surgimento de projetos concretos de reformas no ensino superior e pela fundação de órgãos oficiais voltados para a tutela da educação que, por sua vez, tomaram dianteira em diversos processos de mudanças nas universidades. As alterações esboçadas, e por vezes concretizadas, nem sempre obtiveram boa aceitação, tornando-se sujeitas às inúmeras críticas daqueles que ficaram excluídos do efetivo processo de elaboração: os membros da comunidade universitária.

As modificações, ou tentativas de modificações, nas instituições de ensino superior, regadas de aspetos reformistas e tecnicistas, se deram largamente no período no qual vigorou a ditadura civil-militar brasileira. Uma significativa parte do íterim de 1964 a 1985 foi marcada por uma modernização de caráter conservador em diversas esferas, dentre as quais as universidades, que foram “instituições que o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar”.⁶ Sob a tutela do governo, foi proposto e defendido um projeto maior de Reforma Universitária, que abarcou objetivos majoritariamente tecnicistas, objetivando o desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, econômico, deixando de escanteio a função social que as instituições de ensino poderiam exercer, endossando a insatisfação do setor estudantil.

Nesse sentido, não poderíamos deixar de citar a parceria MEC-USAID, estabelecida no decurso da década de 1960, e oficialmente declarada em 1966, que resultou em um conjunto de acordos entre o Ministério da Educação brasileiro e a United States Agency for International Development (USAID). A partir da união MEC-USAID e, assim, do governo brasileiro com os Estados Unidos da América, no plano educacional, o governo nacional, a partir do Ministério da Educação e da Cultura, passou a propor e defender uma série de modificações nas instituições universitárias brasileiras, que pretenderam uma modernização de caráter tecnicizante. As transformações, resultantes dessa série de acordos, foram duramente atacadas

⁵ ARQUIVO Público do Estado de São Paulo (APESP), BR_SP_APESP_DEOPS_SS50Z013_005. *Manifesto da Frente Estudantil Pela Luta Armada*. Página 222: Documento datado a 13/10/1969.

⁶ Ibid., p.16.

pela oposição, que acusou o MEC de promover as universidades nacionais a instituições semelhantes a fundações e empresas.⁷ Porém, apesar das contestações, o projeto educacional do governo, dissociado dos interesses de parte considerável do corpo universitário, prosseguiu.

Foi em 1968, quando assumia o governo o general Artur da Costa e Silva, que foram instaladas comissões responsáveis conter a onda de ações estudantis e para a formulação de um projeto de reforma universitária.⁸ Pouco depois, foi posto em vigência o Decreto-Lei n.º 5540, assinado pelo então Ministro da Educação e Cultura, Tarso de Moraes Dutra.⁹ O decreto resultou em uma reforma estrutural do ensino superior brasileiro, abarcando entre seus resultados uma questão há muito tempo criticada: estava “extinta a cátedra ou cadeira na organização do ensino superior do País”.¹⁰ Outro resultando marcante do decreto foi a instauração progressiva do regime de dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa aos docentes, o que permitiria a melhoria nas atividades desenvolvidas. As bases resultantes dessa reforma seriam essenciais para o futuro desenvolvimento da pós-graduação no Brasil.

Todavia, apesar de a Reforma de 1968 tenha trazido algumas inovações benéficas para as universidades, vale sublinhar que sua construção não se deu de forma democrática. A Reforma foi fruto de um longo processo, no qual diferentes proposituras foram lançadas por parte das camadas intelectuais nacionais ligadas à educação, sobretudo, por parte dos docentes de diferentes instituições superiores de ensino, como Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro. O setor estudantil também buscou exercer papel ativo nesse processo. No momento em que o projeto da Reforma esteve em debate, diversos foram os seminários nacionais organizados pela União Nacional dos Estudantes, realizados desde o início da década de 1960, com o objetivo de fomentar o debate acerca da Reforma Universitária e discutir a situação da Universidade naquele momento, abrindo alas para a inserção de novas proposições. No âmbito das discussões se destacaram a crítica ao sistema de cátedras vitalícias e a defesa da substituição destas pelos departamentos.¹¹ Outro ponto presente nas discussões, mas que não se pôs no saldo final da Reforma, foi a respeito da democratização das instituições educacionais, para a qual integravam

⁷ Para maiores detalhes sobre os acordos MEC-USAID, Cf. ALVES, Márcio Moreira. *Beabá dos MEC-USAID*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

⁸ Denominados respectivamente de: Comissão Meira Mattos e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. Ver mais em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/08.pdf>>.

⁹ BRASIL. *Lei N.º 5.540*, de 28 de novembro de 1968. “Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”.

¹⁰ BRASIL. *Decreto-Lei n.º 5.540*, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 mar. 2018.

¹¹ O sistema catedrático correspondia à disposição de cadeiras, ou disciplinas, de direito vitalício a determinado docente, o que facilitava práticas problemáticas como a contratação de auxiliares íntimos aos catedráticos.

pautas como a instauração de órgãos colegiados nas instituições, nos quais os estudantes pudessem participar de modo ativo.

Assim sendo, apesar de que diferentes ideias tenham ecoado, elas foram frequentemente deixadas em segundo plano pelas comissões oficiais detentoras do poder da Reforma que, quando não realizavam suas reuniões de modo sigiloso, vetavam a inserção de proposições alheias aos seus interesses. Embora a comissão de elaboração do projeto de lei tenha aberto espaços para orientações do corpo docente das instituições de ensino superior e, também, de outros setores, como alguns representantes discentes, e mesmo que algumas das pautas que estiveram presentes nos debates estudantis tenham sido absorvidas efetivamente pela reforma, a existência de um funcionamento colaborativo foi aplicada apenas na teoria, posto que na prática o debate se deu de modo restrito.

Ademais, para além da pretendida modernização nas universidades, como a formação de um quadro técnico visando o desenvolvimento e a suposta modernização, a Reforma teve por objetivo solucionar a crise política que se dava nas universidades. O conjunto de modificações nas universidades brasileiras apresentou a tentativa de um controle político e social da população acadêmica, e, sobretudo, das agitações que partiam majoritariamente do corpo estudantil. Desse modo, se por um lado o corpo universitário lançava suas críticas ao modelo de universidade estabelecido, por outro, o governo tentava silenciá-lo através de modificações mínimas em suas estruturas. Em outras palavras, ofereciam à oposição, principalmente aos estudantes, apenas retalhos da totalidade de suas demandas, visando apaziguá-los, contudo, além das modificações se darem de modo restrito, nem sempre as novidades iam em sentido paralelo aos anseios estudantis.¹²

O movimento da categoria estudantil abarcou como previsão, na maior parte de suas reivindicações, uma universidade dotada de caráter mais democrático e popular, com uma formação que estivesse voltada, de modo mais intenso, para a inserção e desenvolvimento de aspectos políticos sociais. A demanda por uma reforma democrática nas instituições de ensino se fez prioritária em diversos momentos, assim como a oposição ao funcionamento das instituições de ensino como mais uma modalidade do empresariado. Naquele panorama repleto de divergências sobre de que modo deveria se suceder a Reforma – onde também se destacariam outras demandas e contestações específicas, como as relativas à *crise dos excedentes* e ao ensino pago, como veremos posteriormente –, mesmo com as limitações impostas pela ditadura, o movimento da categoria não se manteve em condição de docilidade, demonstrando

¹² Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 102.

constantemente suas discordâncias frente aos acordos que assumiam uma direção contrária aos seus ideais de Universidade e ensino.

A atuação estudantil frente à política nacional

Embora que as demandas da categoria estudantil estejam originalmente atreladas a suas pautas específicas, ao longo de sua existência, sobretudo nos períodos marcados por grandes acontecimentos políticos, elas foram assinaladas por uma forte heterogeneidade, apresentando pautas políticas de larga amplitude e, até mesmo, a questões mais restritas a outras categorias sociais, ultrapassando os limites do círculo universitário. Considerando o período recortado, desde as lutas travadas pelas reformas de base, na década de 1950, até o movimento de “Diretas Já”, na década de 1980, dificilmente seríamos capazes de realizar um significativo recorte temporal no qual as reivindicações estudantis tenham se detido apenas ao âmbito educacional. Mesmo nos momentos em que as questões em torno da Reforma Universitária se puseram em grande evidência, as temáticas que diziam respeito aos acontecimentos para além dos muros das Universidades também foram postas em voga.¹³

Contudo, cabe fazermos algumas ponderações no que concerne à atuação do estudante frente às lutas político-nacionais. Com apontou Daniel Aarão Reis, “[...] os estudantes em geral, os estudantes universitários, em particular, não constituem um todo monolítico, infensos a divisões políticas. São atravessados pelas questões que agitam a sociedade, e que não podem ser reduzidas à problemática da origem de classe”.¹⁴ Logo, apesar do fato de a juventude universitária ter se posicionado em diversos momentos em posição dianteira frente às lutas sociais contestatórias, o fator “ser jovem” não possui autonomia para justificar o fato de essa categorial social ter se mantido em destaque nos cenários das lutas reivindicatórias de caráter nacional. Como também afirmou José Martins Filho: o setor estudantil, mesmo que em extensa atividade, não esteve sempre atrelado às demandas sociais nacionais, de modo a nem sempre se apresentar como uma vanguarda frente às lutas populares.¹⁵

¹³ Embora a luta política contra as práticas antidemocráticas tenha se dado de modo crescente no meio estudantil, as pautas relativas ao ensino público e gratuito ainda apresentou destaque mesmo no ano de 1968. Cf. VALLE, Maria Ribeiro do. Müller, Angélica. O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 37, n. 76, p. 193-196, Dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000300193&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 jul. de 2018.

¹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968: o curto ano de todos os desejos. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 25-35, out. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701998000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 30 jul. 2018.

¹⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.

O movimento da categoria, a partir de seus órgãos de direção central, alternou ou priorizou de tempos em tempos determinadas reivindicações, assim como o seu posicionamento político, de acordo com a linha política predominante em cada entidade e/ou gestão eleita, não constituindo uma ponta de lança de todos os movimentos de pressão popular ao longo de sua história. A União Nacional dos Estudantes, por exemplo, apresentou caminhos teóricos e ideológicos distintos ao longo de sua história, por meio de suas diferentes diretorias, que expressaram, em alguns momentos, concepções mais progressistas, e, em outros, um ideário arraigado de caráter conservador.¹⁶ Nesse sentido, é semelhantemente valoroso recordar que a juventude de direita também compôs presença no movimento estudantil, inclusive durante a ditadura.¹⁷ Além dessas considerações, levar em consideração o cenário político e cultural de cada período vivenciado pelo movimento estudantil, é igualmente importante para uma compreensão mais detida da oposição política exercida pelo mesmo em cada momento de sua trajetória, tal que, se desvinculássemos o mesmo das características gerais do período analisado, possivelmente, impossibilitaríamos uma compreensão mais detida de sua atuação, considerando que cada ocasião e suas especificidades se fizeram essenciais para a realização das ações de cada período.

Apesar das ressalvas aqui dispostas, é inegável que a categoria estudantil brasileira se apresentou enquanto grupo de contestação em diversos âmbitos e políticas de larga escala. Embora não tenha se mantido desde suas origens ao lado dos demais setores sociais, para além de suas lutas relativas à instituição universitária, atuou em diferentes lutas relativas às políticas nacionais, obtendo um protagonismo significativo, na primeira década de vigência da ditadura, entre os grupos de pressão social, atuando enquanto uma correia de transmissão dos ideários de oposição à ditadura. Fora que, para além das bandeiras levantadas em prol do contorno dos problemas socioeconômicos e da repressão estatal, a derrocada do regime ditatorial, e por vezes do próprio sistema capitalista, esteve em evidência, mesmo nos anos de intensificação da repressão.

¹⁶ Sobre a atuação do estudante universitário no Brasil e a trajetória da UNE, Cf. SALDANHA, José A. (2005); MÜLLER, Angélica (2010).

¹⁷ Lembremos que, embora optemos por tratar do ME de esquerda, não ignoramos a existência de um movimento estudantil de direita. Cf.: BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. O Movimento Estudantil de direita no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1961-1980). In. XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP: História e democracia, precisamos falar sobre isso. *Anais...* São Paulo, 2018. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427239792_ARQUIVO_EstudantesDemocraticos-Anpuh.pdf.

Os movimentos estudantis e as Esquerdas

Ao tratar da atuação da categoria estudantil universitária no decurso da ditadura, assim como a repressão empreendida sobre a mesma, merecem ser destacados alguns pontos acerca de seu projeto político, ainda que de maneira concisa, tendo em vista que, embora os grupos estudantis defendessem, no geral, pautas semelhantes, a homogeneidade político-ideológica certamente é o que menos definiria o ME – embora que tal questão tenha sido algumas vezes ignorada pelos agentes dos órgãos repressivos do Estado. Ainda que um aprofundamento acerca das linhas políticas adotadas pelos partidos e organizações de esquerda, bem como pelas próprias tendências estudantis, não seja nosso objetivo central, vale nos dedicarmos – amparados nos resultados obtidos pelos estudiosos que se dedicaram a uma análise qualificada do assunto –¹⁸ a uma breve exposição do assunto. Mencionemos, então, em um primeiro momento, as alterações vivenciadas pelos agrupamentos de esquerda na década de 1960, e, posteriormente, as tendências estudantis que emergiam na década de 1970 enquanto desdobramentos do processo anterior.

Os acontecimentos deflagrados a partir dos anos finais da década de 1950, como a Guerra do Vietnã, Revolução Cubana e até mesmo a morte de Guevara, causaram impactos e trouxeram vários questionamentos para dentro dos partidos políticos e organizações de esquerda de todo o mundo, especialmente nos países latino-americanos.¹⁹ Esse processo resultou, em um breve espaço de tempo, numa alteração das tradições ideológicas instituídas até aquele momento e, do mesmo modo, do cenário de possibilidades de lutas. As experiências revolucionárias incendiaram o pensamento de uma grande parcela de juventude estudantil universitária, que vislumbrava a revolução em um horizonte próximo e transparecia seus ideais através das lutas do movimento da categoria.

No Brasil, os debates em torno da formação social brasileira e do mecanismo a ser adotado para a irrupção da revolução, mais uma vez, se destacaram no decorrer dos anos que compuseram a década de 1960, tornando-se questões chave para diversas alterações no âmbito da esquerda. A adoção de diferentes linhas teóricas, como as partidas do castrismo, guevarismo,

¹⁸ Apesar de considerarmos a importância do assunto, não cabe a este estudo um aprofundamento acerca a organização político-ideológica do movimento estudantil. Tal questão já foi trabalhada de forma mais qualificada nos estudos empreendidos por PELLICCIOTTA (1997); SANTOS (2010) e MÜLLER (2010).

¹⁹ A Revolução Cubana, por exemplo, “subverteu claramente a problemática tradicional da corrente marxista até então hegemonia na América Latina. Por um lado, demonstrou que a luta armada podia ser uma maneira eficaz de destruir o poder ditatorial e pró-imperialista e abrir caminho para o socialismo. Por outro lado, demonstrou a possibilidade objetiva de uma revolução combinando tarefas democráticas e socialistas em um processo revolucionário ininterrupto”. LÖWY, Michael. *O Marxismo na América Latina: uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais*. São Paulo: Editora: Expressão Popular, 2017, p. 45.

trotskismo ou maoísmo, elementares para a criação e reestruturação de diversos partidos e organizações de esquerda, ao longo de toda a década de 1960, não escapariam ao meio estudantil, que contaria com a presença de inúmeros militantes daqueles grupos políticos.²⁰

O PCB, que durante vários anos predominou entre os partidos representantes da esquerda brasileira, tornou-se alvo de copiosas contestações internas e externas em relação à linha política adotada, sobretudo a partir da década de 1960, especialmente após 1964.²¹ As divergências advindas dos novos posicionamentos assumidos pelo partido levaram-no a diversas rupturas nos anos seguintes,²² resultando no surgimento de novos partidos e agrupamentos políticos. Em 1962 um grupo saíria do PCB e criaria o PCdoB²³ e, ainda, com propostas distintas – especialmente contra os chamados “etapismos” – surgiriam outros agrupamentos de esquerda dissidentes do “Partidão”, dentre os quais as organizações trotskistas, como o Partido Operário Revolucionário (POR) e a Organização Revolucionária Marxista (ORM ou POLOP). Outra organização que surge naquele período é a Ação Popular (AP), fundada no ano de 1962, a partir da união de membros de dois grupos: da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). A AP, por exemplo, marcaria presença massiva no meio estudantil, detendo destaque em suas fileiras, sobretudo na cidade de São Paulo e na UNE, para a qual elegeu dez presidentes.²⁴

Porém, mesmo com o surgimento de diversos agrupamentos de esquerda no início da década de 1960, enquanto alternativa aos já existentes, eles não se situariam fora do terreno de debates e divergências internas. Por vezes, as novas agremiações políticas foram consideradas insuficientes para a conjuntura posterior e, após o Golpe, deu-se início a um novo processo de dissidências, muitas das quais resultariam nas organizações de luta armada que teriam maior influência no país: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Ação Libertadora

²⁰ Cf. SILVA, Antonio Ozai. *História das tendências no Brasil* (origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

²¹ O conteúdo da *Declaração de 1958*, ratificado no V Congresso do PCB em 1960, defendia a formação de uma frente ampla de forças sociais, que incluía uma aliança com a burguesia nacional para a realização de uma revolução de estilo democrático-burguesa que, por sua vez, seria executada por etapas. Com o documento de 1958 e concepção de uma evolução por etapas, desconsiderando a possibilidade de uma revolução socialista imediata no país. Com o VI Congresso do PCB, em 1967, no qual a linha política da *Declaração* foi reafirmada, a luta interna ganhou mais intensidade, dada a discordâncias de muitos em relação às teses adotadas. No tocante a impopularidade do PCB, vale também apontar para o fato de que a ausência de uma oposição efetiva ao Golpe de 1964, impossibilitando-o, foi atribuída ao Partido. Cf. SEGATTO, 1989; RIDENTI, 2007.

²² O conteúdo da *Declaração de 1958*, ratificado no V Congresso do PCB em 1960, defendia a formação de uma frente ampla de forças sociais, que incluía uma aliança com a burguesia nacional para a realização de uma revolução de estilo democrático-burguesa que, por sua vez, seria executada por etapas. Com o documento de 1958 e concepção de uma evolução por etapas, desconsiderando a possibilidade de uma revolução socialista imediata no país. Cf. SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

²³ Para mais detalhes Cf.: GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 2003, 1987.

²⁴ SILVA, op.cit, passim.

Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), dissidentes do PCB, e o Partido Comunista Revolucionário (PCR), e o PC do B - Ala Vermelha, dissidentes do PCdoB, entre outros.²⁵ Diversos desses agrupamentos teriam atuação ativa no meio estudantil.

Especialmente em 1968, as lutas travadas pelo ME estiveram centradas em dois eixos principais: a “luta política” – caracterizada pela luta antiditatorial –, e a “luta específica” – tipificada pela luta por uma transformação da sociedade.²⁶ Embora ambas se constituíssem enquanto “respostas do meio universitário à política repressiva do Estado”,²⁷ a existência da diversidade de eixos de luta, somada a divergência quanto aos meios que deveriam ser adotados para execução desta, levou a uma larga divisão da vanguarda estudantil.²⁸ De um lado estava a AP, privilegiando as lutas de rua contra a ditadura, de outro a oposição da qual faziam parte as dissidências do PCB e a POLOP.²⁹ Ao final de 1968, com o estabelecimento do novo ciclo político-repressivo, muitos dos militantes do ME optaram por se dedicar exclusivamente à luta armada. A juventude universitária foi um dos setores mais presentes na composição dos agrupamentos armados. A maior parte da militância da Ação Libertadora Nacional (ALN), por exemplo, partiu da Dissidência estudantil de São Paulo, da qual se deslocaram mais da metade dos quadros.³⁰ Ademais, como nos apresenta o relatório elaborado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, dos 53 estudantes paulistas mortos ou desaparecidos no decurso da ditadura, estavam ligados a agrupamentos distintos como à ALN, ao MOLIPO, ao PCdoB, à VAR-Palmares, à AP, ao PCR, ao VPR, à APML, ao POC, a PORT e ao MR-8.³¹

Dada à intensa atuação da repressão no final da década de 1960 e no início da década de 1970, as atividades de caráter político que continuaram como no meio estudantil, mas, além de se darem de maneira cautelosa e menos massiva, expuseram com menores dimensões a presença e divergências entre os distintos grupos ligados aos partidos e agrupamentos se de esquerda, se comparadas aos anos anteriores e posteriores. Conforme evidenciou Angélica Müller, com a mudança conjuntural após os “anos de chumbo”, que deu o início a abertura

²⁵ SILVA, op.cit., passim. GORENDER, op.cit., passim.

²⁶ Para uma melhor visualização da atuação do ME no ano de 1968, Cf. MARTINS FILHO (1987); VALLE, Maria Ribeiro do. (2008).

²⁷ FILHO, Daniel Aarão Reis. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, 141.

²⁸ A tendência era vista como um “organismo intermediário” entre o partido e as entidades estudantis: “Eram através delas que os partidos e organizações, ainda clandestinos, atuavam para imprimir a orientação política a ser seguida numa entidade e/ou para recrutar novos membros para a respectiva tendência”. MÜLLER, op., cit., p. 102.

²⁹ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, 2ª. Ed. rev. e ampliada, p. 131.

³⁰ GORENDER, op., cit., p.98.

³¹ http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguiçao-ao-Movimento-Estudantil-Paulista.pdf

política, a “exposição de diferenças e divergências foi se tornando possível, apesar dos riscos que essa questão ainda implicava”. As tendências emergiram, então, enquanto instrumentos de luta da categoria estudantil e, também, enquanto modo de atuação dos partidos políticos de esquerda, tendo em vista que estes últimos continuavam na ilegalidade.³² Dentre as tendências que obtiveram destaque no período considerado, especialmente em São Paulo, podemos citar: a “Refazendo”; a “Liberdade e Luta”, a “Caminhando” e, com menos impacto, a “Unidade”.

A “Refazendo” foi composta majoritariamente por membros então pertencentes a AP, ao MR-8 e remanescentes da ALN. Criada durante a reorganização do DCE-Livre da USP, ganhou a primeira eleição para o órgão, em 1976, e obteve destaque naquela universidade. Entre suas bandeiras de luta esteve a defesa pelas Liberdades Democráticas, pela liberdade de organização e expressão, pela democratização das universidades e melhores condições de ensino, pelo direcionamento da luta dos estudantes contra a ditadura vigente, classificado como “principal entrave dão movimento operário-popular” e pela reconstrução das entidades estudantis.³³ A “Refazendo” perdurou até fins de 1980, quando a maioria de seus membros, majoritariamente da APML, optou por integrar o Partido dos Trabalhadores (PT).

Por sua vez, a tendência “Liberdade e luta”, ou “Libelu”, de orientação trotskista, atrelada a Organização Socialista Internacionalista (OSI), surgiu no início da década de 1970, incorporando em sua linha política a defesa dos estudantes enquanto instrumentos para a deflagração da revolução socialista. Posicionou-se enquanto a “Tendência Nacional pela Aliança Operário-Estudantil”, defendendo que a luta pelas “liberdades democráticas”, abarcada pelo ME, deveria estar atrelada à causa operária.³⁴ A tendência valorizou a reconstrução das entidades representativas, destacando-se na luta pela criação do DCE da USP, para o qual ganhou as eleições em 1978. Incluiu, também, em sua agenda, a luta por uma constituinte, por eleições diretas, pela liberdade de organização dos partidos políticos, pela anistia geral e pela revogação dos atos institucionais e dos decretos-leis repressivos.³⁵ A “Libelu” foi uma das forças que optou pelo voto nulo nas eleições municipais de 1976 e nas estaduais e federais de 1978, por as considerar uma farsa eleitoral.³⁶

³² MÜLLER, op., cit., p.99.

³³ Cf. CEDEM, CEMAP, Fúlvio Abramo. Dossiê movimento estudantil (1946, 1977, 1978). DCE-Livre da USP “Alexandre V. Leme”. Gestão Refazendo. *Manifesto*: Nas eleições garantir a UEE que os estudantes precisam;

³⁴ APESP, DEOPS, OS 000036. *PROPOSTAS para o IV Encontro Nacional dos Estudantes*. Liberdade e Luta: Tendência Nacional pela Aliança Operário-Estudantil. Datado a setembro de 1978, p.26.

³⁵ Cf. CEDEM, ASMOB, Cx. 90.03.229 (1974-1977).

³⁶ “Votar no MDB, ainda que com a melhor das intenções, serve para engrossar as fileiras do regime, ao se votar num de seus instrumentos, ao reconhecer as eleições que a ditadura quer impor; votar no MDB é, de fato, dizer que esse arremedo de partido, veículo deformado da própria classe dominante, pode resolver qualquer dos problemas do país; significa ainda proporcionar um pouco de fôlego à ditadura, pela participação na farsa que ela encena”. Cf. APESP, DEOPS, OS 000036, op. cit., p. 27.

A POLOP também marcou seu espaço na esfera universitária com a tendência “Alternativa”, a qual enfatizou a luta pela “liberdade de organização, expressão para todos os explorados”. Já o MEP, um desdobramento da POLOP, constituiu a tendência “Organizar a Luta”, participando da construção do DCE da USP e reivindicando uma organização livre e independente. Ambas as tendências entendiam o ME como “um “movimento político auxiliar” do movimento proletário e, por isso, insistiam na unificação entre ME e MO”, lutando, do mesmo modo, por outras questões, como em prol da revogação dos decretos-lei e do fim das prisões e torturas.³⁷ Ambas se posicionaram a favor do voto nulo para as eleições de 1978, alegando o “voto de protesto” no MDB enquanto um instrumento para fortalecer a ditadura.³⁸

Por sua vez, o PCdoB, como lembrou Müller, “mesmo com o foco na guerrilha rural, no início dos anos 1970 o PCdoB nunca deixou de ter suas bases na militância estudantil” e após a derrota da luta armada o partido adotaria a luta pelas liberdades democráticas.³⁹ No ME expressou-se pela tendência “Caminhando”, a partir do processo de criação do DCE da USP. Englobou entre suas pautas a luta contra o imperialismo estadunidense e em defesa das liberdades democráticas. Para a tendência as causas dos problemas econômicos e sociais do país estavam relacionadas à “dominação imperialista do qual a grande burguesia era aliada” e que “embora os estudantes fossem provenientes, em sua maioria, das camadas médias da população, eles poderiam contribuir no processo revolucionário, sem, no entanto, assumir-se como vanguarda nas lutas sociais do povo”. A “Caminhando” posicionou-se a favor do voto-protesto no MDB, logo, contra o voto nulo, defendendo a necessidade de uma alternativa concreta. Obteve visibilidade na USP, ganhando, em 1979, as eleições que reconstruíram a UNE.⁴⁰

No mesmo período, mesmo que ainda enfraquecido, o PCB se estabeleceu no meio estudantil com a tendência “Unidade”, embora não tenha obtido destaque.⁴¹ Segundo Müller, uma parcela das lideranças do partido não teve a oportunidade de ingressar nas universidades (devido à origem social ou dedicação à militância) e, além do mais, naquele período, “tinham restrições ao ME por considerá-lo um movimento da pequena burguesia que, por essa condição de classe, não tinha condições de assumir a vanguarda da luta democrática”. Para além disso,

³⁷ MÜLLER, op., cit., p. 115.

³⁸ Cf. APESP, DEOPS, OS 000036. *As tarefas dos estudantes nas eleições de novembro*. Organizar a Luta. S/data.

³⁹ Ibid., p. 112.

⁴⁰ SANTOS, Jordana dos. *A atuação das tendências políticas do ME da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da Ditadura Militar nos anos 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília), 2010, passim.

⁴¹ “O retorno às lutas democráticas dos anos 1970, bandeira do PCB nos anos 1960, não redimiu das críticas o partido que vivenciou inúmeras dissidências em virtude de suas “posições reformistas”, num período em que a revolução estava na ordem do dia”. Cf. MÜLLER, op., cit., p. 113.

entre os anos de 1974 e 1976, o partido foi vítima da *Operação Jacarta*, que ocasionou na prisão de uma parcela significativa de seus militantes ligados ao meio estudantil. A tendência “Unidade” se posicionou em defesa da formação de uma ampla frente democrática que englobasse todos os setores da sociedade civil, do voto em candidatos do MDB, das liberdades democráticas, da anistia e da convocação de uma constituinte.⁴²

É passível observar que, ao passo do conjunto da esquerda brasileira, a diversidade teórica se fez evidente no meio estudantil universitário. Embora os grupos atuantes possuísem objetivos em comum, o movimento estudantil não atuou de modo homogêneo, norteados por um único princípio político-ideológico – e, menos ainda, unicamente pelo “movimento comunista internacional”, como expresso frequentemente pelos órgãos repressivos do Estado. No mais, apesar do meio estudantil ter sido ponto de partida de diversas atividades contestatórias à ditadura, muitos estudantes, pertencentes a grande massa, assistiam o desenrolar dos acontecimentos de modo passivo ou pouco participativo, o que supomos que possa ser justificado pelo temor à repressão.

De todo modo, a presença da esquerda no movimento estudantil, no decurso do período recortado, deteria a atenção do Estado e de seus órgãos de informação e segurança. Após 1964, o governo brasileiro passa a transparecer, com maior vigor, a crença de que o ME, suas entidades e lideranças não eram representativos, dadas às suas relações com partidos e agrupamentos de esquerda. No entanto, embora as atividades empreendidas pela categoria tenham sido caracterizadas enquanto um desvio dos reais interesses dos estudantes, os governos militares, tal como destacaram Guilhon Albuquerque e Martins Filho, não objetivaram uma dissolução do movimento, optando por estabelecer os moldes sobre os quais os estudantes deveriam atuar. Pretendeu-se, assim, uma despolitização das universidades, e, para tanto, alçando de instrumentos legais, buscou-se limitar as atividades do estudantado, de modo a controlar a presença da esquerda no meio estudantil.⁴³ A preocupação com as atividades de cunho político lançadas pelo estudantado, tanto nas universidades, quando em outros espaços (sobretudo, as que expressavam ideologias de esquerda), se faria frequente no decurso de toda a ditadura, assim como as tentativas de controlá-las e silenciá-las.

⁴² Ibid., p. 113-14.

⁴³ GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto. *Movimento estudantil e classe média no Brasil: estudo comparativo*, cap. IV, p. 136 (nota nº 12), pp. 117-144, in: *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; MARTINS FILHO, op.cit., p. 98 et. seq.

2.2. Das primeiras medidas de controle em 1964 à ascensão das mobilizações estudantis em 1968

Como foi ressaltado em um dos registros originados no meio estudantil: “A atual fase do processo de acumulação capitalista brasileiro exige que todos os setores da sociedade adaptem-se para se harmonizarem integralmente com o ritmo e as necessidades do capital”.⁴⁴ Conforme apresentamos no capítulo anterior, visando a garantia do modelo econômico de desenvolvimento capitalista adotado pelo Estado ditatorial, o controle de quaisquer indivíduos, espaços ou movimentos que interferissem nesse processo foi contínuo. As universidades, espaço de articulação da categoria estudantil, bem como de atividade da intelectualidade, não escapariam a esse projeto. Para garantir que essas instituições de ensino funcionassem em consonância às políticas adotadas pela ditadura, visando à efetivação de seu projeto de modernização conservadora e o silenciamento da oposição, elas foram constituídas como alvos do controle estatal, o que acarretou em uma série de mudanças nas instituições e em copiosas práticas repressivas.

Dado o Golpe de 1964, uma das primeiras ações repressivas que refletiu nas universidades foi a *Operação Limpeza*, que atingiu extensivamente o corpo universitário, ocasionando um vasto número de expurgos de docentes em várias instituições de ensino superior no Brasil.⁴⁵ No que diz respeito, especificamente, à categoria estudantil, esta foi rapidamente atingida pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), nos quais foram indiciados centenas de alunos.⁴⁶ As demais práticas repressivas direcionadas aos estudantes passaram a ganhar contornos mais definidos conforme a estruturação progressiva da repressão. Porém, vale salientar que “[...] o regime militar não poderia contentar-se somente em perseguir e reprimir o Movimento Estudantil. Ele assumiu como tarefa também construir organismos que canalizassem o descontentamento dos estudantes para uma perspectiva de submissão e conciliação”.⁴⁷

Objetivando a anulação da autonomia da representação estudantil,⁴⁸ em novembro de 1964, durante o governo de Castello Branco, foi instituída pelo então ministro da educação

⁴⁴ APESP, DEOPS, OP 1218, autoria desconhecida.

⁴⁵ Tal processo é referente ao *primeiro ciclo repressivo*. Adotamos a teorização de que a repressão empreendida pela ditadura pode ser dividida, de modo geral, em três ciclos. Para um maior aprofundamento acerca dos ciclos repressivos, e especialmente sobre a *Operação Limpeza*, Cf. ALVES, M.H. *Estado e oposição no Brasil* (2005), e MOTTA, Rodrigo Patto. *As universidades e o regime militar* (2014)

⁴⁶ Cf. MARTINS FILHO, op.cit., p.96.

⁴⁷ APESP, DEOPS, OS 000036. DA/CA: *a luta pelas entidades livres*. Buxixo: jornal dos estudantes da FAUFB (Faculdade de Arquitetura e urbanismo Farias Brito), Gestão “Sair da Maré”. Datado a agosto de 1978.

⁴⁸ MARTINS FILHO, op.cit., p. 103.

Flávio Suplicy de Lacerda, a Lei nº 4.464. Popularizada como *Lei Suplicy*, foi responsável por colocar da UNE na ilegalidade e instituir novos órgãos oficiais para a representação estudantil no ensino superior. Continuavam como órgãos de representação os Diretórios Acadêmicos (DAs), em cada instituição de ensino, e o Diretório Central de Estudantes (DCE), em cada Universidade, e foram criados o Diretório Estadual de Estudantes (DEE) e o Diretório Nacional de Estudantes (DNE). Entre as finalidades previstas para os órgãos mencionados, estavam a defesa dos interesses dos estudantes, a preservação das “tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar”, a organização de “reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo”, a manutenção de “serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos” e a luta pelo “aprimoramento das instituições democráticas”. Apesar desta última, foi notório que tais delimitações foram traçadas para que os órgãos representativos se restringissem à defesa de assuntos ligados às pautas específicas estudantis. Com o Art. 14º da *Lei Suplicy*, estava vedado aos órgãos de representação estudantil “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, tal como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. No mais, visando ascensão política da massa estudantil supostamente colocada à margem por parte da esquerda, ficava estabelecido o exercício do voto obrigatório aos estudantes.⁴⁹ Porém, mesmo com as punições previstas, uma parcela significativa do estudantado se dispôs em posição ativa frente à *Lei Suplicy*, seja não acatando às suas determinações, seja contestando-a em momentos diversos.

Passado algum tempo, mais especificamente ao longo dos anos de 1965 e 1966, quando ainda não se vislumbrava o recrudescimento da repressão que ocorreria nos anos seguintes,⁵⁰ iniciou-se uma visível reorganização do movimento estudantil. A categoria voltou a se mobilizar de maneira mais ativa e a ocupar os espaços anteriormente marcados pela presença de estudantes liberais.⁵¹ Em agosto de 1965, por exemplo, um dos aspectos que marcou presença nos debates que precederam as eleições para o centro acadêmico *XI de agosto*, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi a questão da *Lei Suplicy*. De um lado

⁴⁹BRASIL, Lei nº 4.464, de 9 nov. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 mar. De 2019.

⁵⁰ MOTTA, op., cit., p. 61.

⁵¹ RIDENTI, op., cit., p. 124.

concorreu o Partido Acadêmico Renovador que se posicionou a favor da Lei e, de outro, a então diretoria da entidade, recusando-a.⁵²

O aumento das manifestações iniciadas pelo estudantado a partir de 1965, e com maior intensidade no ano de 1966, centralizou os estudantes sob o foco da repressão. Um informe do Deops/SP, de março de 1966 evidencia, por exemplo, a atenção dada as movimentações partidas daquele setor. O documento destacou que na altura da Praça da Sé, em São Paulo, “vários estudantes de esquerda começaram a exhibir cartazes com dizeres referentes a eleições livres, críticas ao contrabando de minério, contra a Lei Suplicy, à Força Interamericana de Paz, à Anistia e alguma contra a política econômica financeira do governo federal”.⁵³ Já em julho do mesmo ano, ocorreu o deslocamento de tropas da polícia militar e das forças armadas para a desmobilização do 28º Congresso da UNE, realizado em Belo Horizonte, acarretando em um novo episódio repressivo. Pouco tempo depois foi efetivada a invasão do congresso da UEE paulista, resultando na prisão de 178 estudantes e desdobrando na série de manifestações estudantis chamada de “Setembrada”. Posteriormente, em 22 de setembro, se deu a invasão da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, atual UFRJ, no *campus* da Praia Vermelha, resultando no que viria a ser conhecido como “Massacre da Praia Vermelha”.⁵⁴ Percebe-se aqui tanto a amplificação das práticas repressivas, quanto das atividades contestatórias cometidas pelos estudantes.

De maneira semelhante a *Lei Suplicy*, em fevereiro de 1967 foi promovido por Raimundo Muniz de Aragão, o Decreto-Lei nº. 228, conhecido como *Decreto Aragão*, que ao alterar os dispositivos da *Lei Suplicy*, intensificou o controle sobre as atividades estudantis. Além de extinguir as entidades anteriormente previstas pela lei anterior, o novo decreto prescrevia que o estudante que deixasse de votar nas eleições para os DAs seria suspenso por trinta dias, e que em caso de promoção de qualquer “ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” pelos órgãos representativos, estes últimos seriam suspensos ou dissolvidos.⁵⁵ Para além do *Decreto Aragão*, no mesmo ano, foi promulgada a Lei de Segurança Nacional (LSN), que alargou a repressão sobre todos os setores da sociedade,

⁵² Cf. APESP, DEOPS, SS 50Z013_004. Sobre as eleições para o C.A. XI de Agosto e os posicionamentos frente à Lei Suplicy. Documentos datados a 05/08/1965 e 13/08/1965.

⁵³ Cf. APESP, DEOPS, OS 000085. Documento datado a 18/03/1966.

⁵⁴ Para maiores informações sobre os episódios mencionados, Cf. POERNER, Arthur. *O Poder Jovem*. 5ª ed. revista. Rio de Janeiro: Booklink, 2004; FÁVERO, M. Lourdes. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

⁵⁵ BRASIL. *Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0228.htm. Acesso em: 02 de fev. de 2018.

reforçando a arbitrariedade e violência por parte do Estado ditatorial e seus agentes.⁵⁶ Nesse cenário, em março de 1967, o então presidente, Costa e Silva, passa a apresentar suas promessas de “liberalização” da ditadura, mas, o que ocorreu, de fato, foi a alternância entre o “diálogo” e a repressão, acabando por retomar o endurecimento frente à oposição.⁵⁷

É evidente que as tentativas iniciais de silenciamento, desencadeadas nos primeiros anos da ditadura, geraram obstáculos às atividades da oposição, todavia, como se vê, semelhantemente à repressão, os estudantes deram continuidade às suas lutas através de diferentes práticas contestatórias, adaptando suas táticas e estratégias para as adversidades de momento.⁵⁸ Atividades como assembleias, elaboração de manifestos, organização de palestras e atos públicos, continuaram a serem práticas relativamente frequentes de parte da militância da juventude universitária.

Algumas questões centrais direcionariam as lutas de oposição social à ditadura a um processo de radicalização, sobretudo nos anos finais da década de 1960. No caso estudantil, para além do projeto educacional tecnicizante defendido pelo governo, em 1967 se agravava a crise do sistema universitário. A discussão que ganhava ênfase era sobre a chamada crise dos “excedentes”: dado o aumento populacional, proveniente do período de larga urbanização, assim como da demanda de trabalhadores especializados, o crescimento da demanda por vagas nas universidades brasileiras aumenta consideravelmente a partir dos anos finais da década de 1960, todavia o número de vagas oferecidas continuava limitado; mesmo que estudantes atingissem a nota estabelecida para que atravessassem o obstáculo dos vestibulares, ainda assim, não poderiam adentrar nos cursos, dada a insuficiência de vagas. Com isso, se destacariam, no período mencionado, inúmeras greves e protestos relativos à crise dos excedentes e à necessidade de uma Reforma Universitária.⁵⁹ Além disto, no contexto em questão, também se destacaram as problemáticas relativas à Política Educacional do Governo (PEG) que, apesar de sua existência desde o ano de 1966, teve sua implantação efetiva em 1968, com o relatório do Grupo de Trabalho Sobre Reforma Universitária (GTRU), cujo objetivo imediato, era o de “fornecer uma resposta crescente à pressão do movimento estudantil,

⁵⁶ Embora reforçemos o papel do aparato repressivo do Estado no controle político sobre a categoria estudantil, não desconhecemos a participação de membros do próprio corpo universitário – como diretores e instituições e reitores – nas atividades de cerceamento de liberdades e repressão no âmbito universitário. Evidenciaremos tal aspecto no capítulo posterior.

⁵⁷ Tal como evidenciou João Roberto Martins Filho, a “liberalização” do regime em 1967 foi resultante de uma crise interna do grupo dirigente, que possibilitou que as manifestações da oposição social tomassem maiores dimensões. Cf. MARTINS FILHO, op.cit., p. 143-44.

⁵⁸ As novas formas de ação política por parte do estudantado universitário, de acordo com as alterações relativas às medidas de cerceamentos de liberdades impostas, pode ser bem visualizada no cauteloso estudo empreendido por Angélica Müller (2016).

⁵⁹ Cf. MOTTA, *Op., cit.*, p.67; MARTINS FILHO, op.cit., p. 150 et seq.

propondo uma reforma universitária a partir de cima, a fim de retirar as vanguardas estudantis as suas palavras de ordem de mais eficácia política”.⁶⁰ Além dessas questões, foram inseridas medidas voltadas para o estabelecimento do ensino pago nas instituições de ensino superior.

Tais medidas, somadas aos desgostos com o cerceamento de liberdades e com as práticas repressivas promovidas sob o aval do Estado, contribuíram para que os estudantes empreendessem contestações de maiores dimensões, seja nas suas respectivas instituições de ensino superior ou nas ruas, aproximando-se de outros setores, sobretudo no ano de 1968 que, por sua vez, seria marcado pela ascensão e radicalização de diversos movimentos sociais. Ao final da década de 1960 emergiam e se massificavam as lutas contra a ditadura e a repressão que, por sua vez, tomava maiores dimensões. Ao compasso da juventude em âmbito mundial, o movimento estudantil brasileiro, com suas particularidades, incorporou os processos de luta que eclodiam no país.

Figura 1 - Estudante na luta contra a crise dos excedentes.

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais, AEL, Álbum 5.

⁶⁰ MARTINS FILHO, op.cit., p. 156.

Interessante sublinhar que apesar de muitas das manifestações que tiveram seu ponto de partida no meio estudantil terem sido compostas majoritariamente pelos próprios membros da categoria, elas passaram a ganhar crescente visibilidade da sociedade civil no decurso da década de 1960, seja pela comoção da mesma às demandas da categoria e pela forte repressão investida àqueles jovens, seja por ter a sensação de que parte de suas pautas estavam incorporadas às lutas empreendidas pelos estudantes.⁶¹

Figura 2 - Estudantes, operários e camponeses em luta pelas *liberdades democráticas*, 1968.

Fonte: CEDIC. Coleção *Movimentos estudantis*, caixa nº 03.

Conforme analisou Maria Helena Moreira Alves, a força empregada pela repressão apenas *deslocava* a contradição, sem resolvê-la, de modo que “enquanto se empregava a coerção para submeter um setor da oposição, outros seletores da população, até então inativos,

⁶¹ Para ilustrar a afirmativa, podemos fazer menção a “Passeata dos Cem mil”, realizada em 26 de junho de 1968. A manifestação contou com a presença de diversos setores sociais que contestaram, sobretudo, o governo ditatorial e a repressão que se intensificava sobre as manifestações de rua. Para uma compreensão mais detida dos acontecimentos que obtiveram destaque naquele ano, como a “Sexta-feira Sangrenta” ou a “Passeata dos Cem Mil”, Cf.: VALLE, M. (2008); VENTURA (1988); Zappa (2008).

engajavam-se na luta” e “ao se juntarem à resistência, tornaram-se, aos olhos do Estado de Segurança Nacional, parte do “inimigo interno”.⁶²

Em síntese, as problemáticas advindas do modelo político-econômico⁶³ abarcado pelo governo, assim como a repressão desmedida sobre as manifestações, fomentaram o crescimento da insatisfação por parte da oposição, que se uniria nas grandes lutas de resistência à ditadura. Aquele cenário propiciava “[...] uma aliança informal de vários setores oposição, iniciada em 1967 e transmutada em movimento social de massas em 1968”, onde “três setores principais adquiriram força e coordenação suficientes para afetar em profundidade as estruturas políticas do país: o movimento estudantil, o dos trabalhadores e o da Frente Ampla”.⁶⁴ Assim, a atuação dos estudantes em prol das questões nacionais, tal como o apoio de uma considerável camada da população às suas atividades, inflamaria a insatisfação e a insegurança dos órgãos de repressão, que desde outrora já as via com maus olhos, considerando-as enquanto atividades desvirtuantes das reais atribuições dos estudantes e de seu movimento que, aos olhos do Estado, deveriam se limitar às reivindicações específicas, e, ainda assim, com uma série de limitações.

2.3. Do novo ciclo político-repressivo ao refluxo das mobilizações estudantis

Passadas as primeiras medidas de silenciamento impostas à oposição e os expressivos acontecimentos que marcaram o primeiro semestre do ano de 1968 no âmbito das lutas de oposição à ditadura, os grupos que exerciam forte pressão social frente ao Estado passam a entrar em um processo de refluxo gradual. Segundo Alves, “os desafios ao Estado por parte das classes médias, especialmente o movimento estudantil, convencera as forças de repressão da existência de áreas de “pressão” em todas as classes”.⁶⁵ O recrudescimento da repressão foi o principal fator para as transformações que se deram naquele cenário. O regime ditatorial que tentava se encobrir com uma fachada de falsa democracia – apresentando alguns momentos de liberalização entre o aumento do cerceamento de liberdades⁶⁶ – mostrava, enfim, sua faceta mais autoritária, seja pela intensificação da repressão violenta sobre oposição, seja pelo aumento do cerceamento de liberdades outorgado pelo legislativo.

⁶² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 166.

⁶³ O cenário político-econômico de 1968 foi fortemente marcado pela baixa do poder aquisitivo por parte da maior parcela da população. Cf. ALVES, *Ibid.*, p. 138-9.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 141.

⁶⁵ ALVES, *op.*, cit., p. 172.

⁶⁶ *Ibidem*.

Estreitando a ação da oposição: o Ato Institucional nº 5

Baixado em 13 dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5, assinalou o início do período posteriormente muitas vezes lembrado como os “anos de chumbo” (1968-1978), marcado pelo aumento do cerceamento das liberdades democráticas e da violência sob a responsabilidade do Estado brasileiro. Como colocou Maria Helena Alves, o AI-5 introduziu o terceiro ciclo de repressão da ditadura. O primeiro ciclo teve início em 1964 e foi marcado pelo expurgo de pessoas politicamente ligadas aos governos populistas anteriores, ciclo no qual “a repressão física direta limitara-se aos trabalhadores e camponeses, numa estratégia de classe destinada a eliminar a resistência setores da população”. O segundo ciclo (1965-1966), se deu após a promulgação do AI-2, continuando-se os expurgos, dessa vez, voltados para a burocracia de Estado e para os cargos eleitorais, além do “[...] emprego direto e generalizado da violência”. Por sua vez, o terceiro ciclo, trouxe algumas mudanças no cenário político brasileiro, levando a alterações nas ações tanto do aparato repressivo, como dos movimentos empreendidos pela oposição. Esse último ciclo foi marcado, novamente, por expurgos em diversos espaços, juntamente com a amplificação da violência contra todos os setores da sociedade.⁶⁷

Conforme já apontado pela historiografia predominante sobre o tema, o AI-5, diferentemente do defendido pelos militares, não foi uma ação necessária frente a uma real ameaça proveniente da esquerda. Anteriormente a dezembro de 1968, o texto do AI-5 já havia sido redigido, porém o pretexto final para sua edição veio com uma derrota no Congresso, que fere a legitimidade do governo Costa e Silva.⁶⁸ Assim, embora o AI-5 tenha sido promulgado em momento no qual os setores de oposição radicalizavam suas lutas, a criação de um “setor especificamente repressivo” não se deu apenas por essa razão, foi também consequência do projeto da ditadura que pretendeu eliminar qualquer ameaça à “utopia autoritária”.⁶⁹ É nesse sentido que, ao encontro de outros autores que se debruçaram sobre a temática, compreendemos o AI-5 enquanto uma ação de continuidade e amadurecimento do ciclo repressivo introduzido em 1964, que se transformou ao longo dos anos, divergindo da ideia de que sua edição foi um produto exclusivo dos episódios do ano de 1968 e, ainda, que teria marcado a abertura de um novo processo.⁷⁰

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ MOTTA, op., cit., p.148-149.

⁶⁹ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, passim.

⁷⁰ A ideia de que o AI-5 marcou um novo processo, se fez recorrente entre parte dos oposicionistas à ditadura e, também, por alguns dos estudiosos que se dedicaram ao tema, que acusaram a existência de um “golpe dentro do golpe”. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v.

De maneira semelhante às transformações das práticas repressivas adotadas pelo Estado, o movimento da categoria estudantil, apesar de demonstrar resistência contínua, apresentou mudanças em suas táticas e estratégias ao longo de sua atividade, adaptando-as de acordo com as possibilidades vislumbradas. As manifestações de rua, por exemplo, alternaram entre os “comícios-relâmpagos” – executados de modo súbito e de estreita dimensão que, por vezes, passaram a se amplificar –, e as grandes manifestações de caráter de massas, como foi o caso das missas realizadas após a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto e a Passeata dos Cem Mil, no primeiro semestre de 1968.

As grandes manifestações deflagradas em solo brasileiro se posicionavam contra a ordem imposta pela ditadura vigente e, visando mais uma vez interrompe-las, utilizando-as como justificativa para suas arbitrariedades, deu-se a articulação e intensificação da repressão, agora com um arcabouço legal. O Ato Institucional nº 5 passou a justificar legalmente os excessos cometidos pelo Estado e seus órgãos repressivos sob os indivíduos “subversivos”, e diminuiu ainda mais as liberdades de ação dos setores de oposição. Dentre os pontos principais instituídos pelo AI-5 podemos destacar a suspensão de direitos políticos de quaisquer cidadãos por até 10 anos, a cassação de mandatos e, a suspensão da garantia de *habeas corpus*, “nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular”.⁷¹

As justificativas para a suspensão de direitos políticos se deram de modo copioso e as ideias relacionadas à manutenção da ordem e à segurança nacional foram predominantes. Como consta no documento:

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la. [E] que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária.⁷²

24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 Jul. de 2018.

⁷¹BRASIL, *Ato Institucional nº 5*, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 10/08/2018.

⁷² Ibid., destaques do autor.

A partir estabelecimento do AI-5 se fez evidente que o “que deveria ser combatido não era mais um exército com outra bandeira ou outra farda, mas sim uma ideia”.⁷³ As tentativas de controle político, com o emprego da intensa violência sobre todos os estratos da sociedade, sobretudo aqueles que se destacaram no desencadeamento de ações de oposição nos anos anteriores, como foi o caso do movimento estudantil, aumentaram largamente. Nesse sentido, o ambiente universitário “tornou-se desolador e melancólico, longe dos agitados e criativos momentos vividos em 1968, quando a esquerda universitária havia acuado os grupos de direita”, para os professores e estudantes de oposição a sensação “era de total derrota política e de desânimo”.⁷⁴ A partir de então, muitos estudantes deixaram de visualizar a possibilidade de luta junto ao movimento da categoria e se deslocaram para a luta armada. Por outro lado, apesar das dificuldades impostas pelo estreitamento da repressão no meio estudantil universitário, onde o debate da oposição à ditadura se mostrava efervescente anteriormente, a luta prosseguiria, mas as mudanças seriam inevitáveis. Aqueles que optaram por manter sua militância nas universidades, através do movimento da categoria estudantil, tiveram que readequar suas estratégias e táticas de luta ao recrudescimento da repressão.

A promulgação do AI-5 foi substancial para a legitimação do discurso que visava o combate ao “inimigo interno” e, conseqüentemente, a instauração das medidas repressivas já orquestradas pelo aparato repressivo. No caso estudantil, por exemplo, apenas alguns dias após a implementação do AI-5 ocorreria a invasão ao prédio do conjunto residencial da Universidade de São Paulo, resultando na prisão de centenas de estudantes.⁷⁵ Contudo, a ditadura não consideraria o AI-5 suficiente para conter as atividades empreendidas pelo estudantado.

477: O “AI-5 das Universidades”

Poucos meses após a edição do Ato institucional nº 5 e de seus reflexos iniciais sobre aqueles que foram classificados como inimigos do Estado, visando especificamente aniquilação das atividades que continuavam a ecoar nas universidades, os estudantes foram diretamente atingidos pelo Decreto-lei nº 477. Devido aos intensos cerceamentos impostos às atividades estudantis a partir de sua edição, o decreto foi classificado pela oposição como o “AI-5 das universidades”. O 477 estreitou ainda mais as possibilidades de ação do movimento estudantil,

⁷³ QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia historia*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.21: jan./jun. de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/02.pdf>.

⁷⁴ MOTTA, op., cit., p. 99.

⁷⁵ Cf. Capítulo 4 deste trabalho.

iniciadas com *Lei Suplicy* em 1964 – considerada insuficiente pelas autoridades –, levando-o, definitivamente, à clandestinidade.

A partir da edição do Decreto-Lei 477, de acordo com seu Art. 1º, estavam classificadas como infrações disciplinares: a incitação ou deflagração de paralisações das atividades nas instituições; o atentado contra “pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele”; a prática de “atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe”; a confecção ou distribuição de “material subversivo de qualquer natureza”; o sequestro de algum funcionário do estabelecimento de ensino; ou o uso do recinto escolar “para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública”. As limitações estabelecidas legalmente foram extensas e criminalizaram até mesmo as práticas de militância do estudante fora da instituição de ensino – possibilitando que o indivíduo vinculado à mesma, mesmo que exercendo atividades políticas externas às universidades e ao movimento estudantil, pudesse ser enquadrado tanto na Lei de Segurança Nacional, como no DL-477.

Entre as penalidades previstas para as infrações cometidas é possível destacar o desligamento do estudante da instituição de ensino, com a impossibilidade de matrícula em qualquer outra instituição pelos três anos subsequentes e, ainda, caso fosse bolsista, a perda de sua bolsa de estudo.

Ressaltemos que, apesar de que outros membros do corpo universitário tenham sido passíveis de punibilidade pelo decreto, o mesmo foi claramente criado para desestruturar a mobilização estudantil, afinal, como já destacou Motta, “as infrações previstas remetiam a práticas da militância estudantil, sobretudo nos anos 1967 e 1968”. O objetivo central do 477 era o de “[...] prevenir-se contra a possibilidade antevista pelas agências de informação, que esperavam o recrudescimento do movimento estudantil com o retorno às aulas”. No entanto, embora que parte do comando da repressão tenha expressado seus temores em relação à volta das lutas de ampla dimensão dos estudantes – como as que ocorreram em 1968 –, esse temor fugia a realidade, e sua intensificação teve por finalidade convencer os setores do governo que consideravam o 477 demasiadamente desmedido.⁷⁶

É importante lembrar, contudo, que o mecanismo de repressão aos estudantes universitários não se limitou ao Decreto-lei 477, outras práticas como intervenções efetivadas pelos próprios dirigentes das instituições de ensino, foram frequentes.⁷⁷ Cabe também assinalar que apesar de o Decreto-lei 477 não ter sido o condutor da maior parte das expulsões dos

⁷⁶ MOTTA, op., cit., p. 101

⁷⁷ Ibid., p.102 et. seq.

estudantes de suas instituições de ensino, e de não ter se tratado de um instrumento de repressão hegemônico sob a categoria estudantil, é importante considerar a sua importância na tentativa de silenciamento do estudantado, pois, emprestando-nos das palavras de Motta, tornou-se um símbolo de terror nas universidades.⁷⁸ No entanto, sob outra perspectiva, como evidenciou Angélica Müller, o 477 também desempenhou uma função de intensificação da vontade da oposição de resistir às arbitrariedades impostas pelo Estado, gerando um grande debate tanto pelos universitários como por outros grupos – como foi o caso dos deputados que compunham a oposição à ditadura.⁷⁹

Além das tentativas de revogação no âmbito parlamentar, mesmo com cerceamento de liberdades, os protestos estudantis se deram profusamente. Podemos ilustrar a afirmação a partir dos panfletos, de origem do grupo “*Avante*”, colocados na manhã do dia 9 de outubro sobre as poltronas dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, nos quais acusava-se o “caráter militarista, entreguista e antidemocrático do atual governo”, ainda sob o comando de Costa e Silva, questionando o “conformismo” àquela situação no meio universitário. O manifesto lançou crítica direta ao AI-5 e Decreto nº 477 e à Lei de Segurança Nacional. Visando uma reação por parte dos demais estudantes, foi ressaltado entre as páginas do jornal em questão que: “Fomos atingidos profundamente pela repressão. No entanto, não podemos ficar nos lamentando. Há uma grande luta por fazer, e de uma luta não se foge”.⁸⁰

No mesmo sentido, em maio de 1971, através de mais um manifesto, assinado por entidades da Pontifícia Universidade Católica, outro conjunto de estudantes esboçou as problemáticas presentes nas universidades, visando à conscientização de seus colegas e destacando os abusos em nome da pretensa segurança nacional:

Enquanto se gasta muito em propaganda de grandes proporções, em quanto se gasta muito em Segurança Nacional, enquanto se gasta muito preocupado com a imprensa nacional, enquanto se está muito interessado na manutenção de atos como o AI-5, em decretos como o 477, se instaura um regime policialesco dentro da Universidade, o governo preocupado com tantas atitudes antidemocráticas se esquece do subdesenvolvimento (crescimento econômico não é desenvolvimento).

“COLEGAS: COM BASE NA NOSSA UNIÃO, MANTENHAMOS FIRMES NOSSAS REIVINDICAÇÕES LUTANDO POR UMA UNIVERSIDADE QUE VENHA A POSSUIR OS REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXERCER SEU IMPORTANTE PAPEL NO

⁷⁸ Ibid., p. 105.

⁷⁹ MÜLLER, op.cit., p.58.

⁸⁰ Ibid., página 224-232: Documento datado a 09/10/1969.

DESENVOLVIMENTO LIVRE, PRÓSPERO E INDEPENDENTE DO NOSSO PAÍS”.⁸¹

Manifestações semelhantes a esta não seriam escassas. Mesmo com as dificuldades impostas pelos esquemas repressivos, a categoria estudantil contestaria o Decreto-lei nº 477, no decurso de toda a sua vigência.

Refluxo e (re) configuração: repressão política e movimento estudantil após 1968⁸²

Como se pode observar, o AI-5 introduziu do período de maior repressão da ditadura, e junto ao Decreto-Lei 477, corroborou para a alteração nas formas de luta do movimento estudantil a partir do final de 1968. A partir dessas alterações, muitos dos jovens concluiriam da impossibilidade de uma atuação efetiva no ME e partiram rumo às organizações armadas. Nesse sentido, variadas foram às perspectivas adotadas pelos estudiosos que se dedicaram a ao estudo do movimento do setor estudantil no que diz respeito às suas ações após as agitações do final da década de 1960, desde as que se inclinaram na defesa do final das mobilizações estudantis após o período de maior agitação até os que afirmaram sua continuidade, embora que através de caminhos distintos dos percorridos anteriormente.⁸³ Mas afinal, quais foram os rumos adotados pelo movimento estudantil após o ano de 1968?

A literatura que tratou do movimento estudantil nos tempos de vigência da ditadura civil-militar brasileira, tanto por meio de produções acadêmicas ou via produções de caráter memorialístico, lançou afirmativas frequentes de que o após 1968 o ME se desarticula e, mesmo, deixa de existir, concepção que se apresenta de forma predominante na historiografia que perpassou pela temática. Contudo, vale alertar que essa concepção não é fruto apenas das discussões em nossa atualidade. Como nos confere a carta programa do *Grupo Unidade*, chapa concorrente ao DCE livre da PUC-SP, ao discorrer acerca da trajetória do ME, e de sua organização na década de 1970, apresentou que “sem uma direção firme e capaz [após 1968],

⁸¹ Ibid., Origem: PUC-Entidades CAs de filosofia, medicina e direito; DAs de economia e negócios e Grêmio da Faculdade de Serviço Social, grifo do autor. Documento datado a 17/05/1971.

⁸² Uma versão estendida desta seção foi publicada em SILVA, Dayane Soares. Entre continuidades e reconfigurações: A resistência do movimento estudantil universitário sob a ótica da repressão (São Paulo - 1968-1975). In. In. XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP: História e democracia, precisamos falar sobre isso. *Anais...* São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1532890196_ARQUIVO_TrabalhoCompleto_DAYANESOARES_1.pdf.

⁸³ Na literatura acerca do movimento estudantil as perspectivas relativas ao final dos anos 1960 e início de 1970 se direcionaram para o fim, pausa ou continuidade das mobilizações do setor. Dentre os trabalhos que perpassaram sobre a temática e que tenderam a primeira posição, podemos mencionar os de POERNER (2004); RIDENTI (2010); HAGEMeyer (2016).

[o movimento estudantil] não teve condições de adaptar-se à situação imposta pela nova conjuntura. Nos anos de 69,70 e 71, o ME não deu sinais de vida. Em 72, na USP, deu-se a primeira grande luta após 1968”.⁸⁴ Tal leitura, que desconsiderava as atividades da juventude universitária naqueles anos, se faria recorrentemente.

Desse modo, poderíamos dar como certo que a mudança do cenário político-repressivo ao final da década de 1960 foi capaz de derrotar o movimento estudantil universitário? Teria o regime ditatorial alçado seu objetivo de silenciar definitivamente a categoria estudantil, a conduzindo ao ostracismo?

Não podemos negar o refluxo do movimento estudantil ao final dos anos 1960, sobretudo no que diz respeito as atividades de massa anteriormente promovida pelo mesmo. O trágico fim do Congresso de Ibiúna, por exemplo, levou a perda das principais lideranças do movimento no país, como José Dirceu, Luís Travassos e Vladimir Palmeira. Embora o ME detivesse determinada autonomia, independentemente de lideranças ou de suas entidades representativas, a perda dessas primeiras, bem como a prisão de diversos outros estudantes, gerou uma desestabilização do movimento. Ademais, é evidente que com o fato dos órgãos de organização e centralização do movimento estudantil, como a UNE, terem sido postos na ilegalidade, a maior parte das formas de atuação do movimento estudantil se tornou mais circunscrita às instituições de ensino.

Além dos fatos destacados, a repressão desenfreada e a constante vigilância sobre o meio estudantil corroborariam para com a dificuldade de troca de informações entre as faculdades e universidades, o que levou os estudantes e seus órgãos representativos locais a atuarem de maneira isolada, sobretudo se comparado aos anos anteriores, o que levou a uma atuação de caráter mais disperso, com pouco conhecimento das atividades em outras Escolas e regiões do país.⁸⁵ Porém, a falta de contato com as mobilizações externas, fator que corroborou para que próprios agentes daquele processo constatassem uma imobilidade do ME, não resulta que a categoria deixou de travar suas lutas, embora que em novos moldes e com menor difusão, entre os anos de 1969 e 1972; como indicam a documentação do período, os testemunhos e, mesmo, algumas produções bibliográficas.

Angélica Müller bem demonstrou a continuidade da atividade do movimento estudantil ao largo de 1969 e 1979. Indo ao encontro da historiadora, ao tomarmos a documentação

⁸⁴ CEDIC. Acervo “Movimentos Estudantis”, caixa nº 02. *Carta programa do “Grupo Unidade”*, chapa concorrente ao DCE livre da PUC-SP. Cf. SOAES, Dayane. op., cit., p.02.

⁸⁵ Embora as Escolas agissem de modo mais isolado entre os anos de 1969-1973, ainda tiveram pontos de interação através dos encontros de caráter científico da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência (SBPC), que por vezes traziam à tona debates mais críticos acerca da realidade brasileira. Cf. Müller, op., cit., cap. I.

produzida no período em questão – tanto os documentos presentes nos *arquivos da repressão*, como os que se encontram em arquivos do ME –, é fácil verificarmos a existência de uma movimentação dos estudantes para além da luta armada a partir de 1968. Embora que vários dos quadros do ME tenham migrado para a luta armada, sobretudo ao final da década de 1960, e que suas entidades representativas tenham sido postas na ilegalidade e boa parte de seus líderes presos, o movimento não se encerrou por ali, adaptando suas formas de atividades ao cenário imposto, abarrotado de arbitrariedades e restrições. Deu-se seguimento na realização de assembleias nas instituições de ensino, os estudantes organizaram e compuseram passeatas nas ruas – mesmo que mais moderadas em relação aos anos anteriores e sem possuir um caráter massivo – e, ainda, efetuaram a produção e distribuição de uma vasta documentação, como panfletos e manifestos, nos quais apresentaram suas principais críticas e demandas.

Ao analisarmos a documentação produzida e armazenada pela Deops paulista referente ao movimento estudantil universitário, foi possível verificar que a produção dessa documentação, além de ter aumentado logo após o Golpe de 1964, prosseguiu e se intensificou após 1968, com o aumento das práticas repressivas. Tal evidência ilustra a vigilância constante da polícia política sobre o setor, demonstrando sua preocupação com a juventude estudantil. Do mesmo modo, o conteúdo do acervo policial reafirma a continuidade das atividades do ME em períodos nos quais diversos estudos e memórias as classificaram como inexistentes, o que vai em sentido contrário às afirmativas da derrocada do movimento estudantil após 1968.⁸⁶

Dado o golpe de 1964, caiu por terra a progressão democrática que vinha sendo constituída nos anos anteriores. No entanto, apesar da profunda “mudança de rumos na vida nacional”,⁸⁷ é possível afirmar que “a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer”.⁸⁸ Neste capítulo, discorreremos acerca das

⁸⁶ Ainda que a ideia de continuidade do movimento estudantil universitário no final da década de 1960, e nos anos iniciais de 1970, não seja um assunto que apresente larga inovação para com a literatura sobre o tema (Cf. MÜLLER, Angélica. 2010). Consideramos que dada ainda à predominância da historiografia anterior da defesa da perspectiva de final das atividades do ME, somada a expressiva documentação ainda não analisada, que ainda carece de atenção, como fatores que acentuam, mais uma vez, a importância da exposição e defesa dessa afirmativa. Posto isso, retomaremos aqui a afirmativa de continuidade das atividades do setor estudantil que foram realizadas ao longo desse período, a partir de algumas das ações que acabaram por ficar nas margens da história sobre a temática.

⁸⁷ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Os erros cometidos em 64 e uma proposta de avanço*. In: 1964: As armas da política e a ilusão armada. ARAUJO, Caetano Pereira de. Brasília: FAP, 2014, p. 173.

⁸⁸ SCHWARZ, R. *Cultura Política 1964-1969*. Alguns esquemas. In: O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 71.

principais medidas promovidas pelo Estado objetivando o silenciamento do movimento da categoria estudantil universitária ao longo da ditadura. Nota-se que embora o poder tenha se concentrado majoritariamente nas mãos do Estado, ele se fez presente na ação do estudantado que, ao compasso das mudanças do processo repressivo, realizou transformações em seu movimento. Desse modo, ainda que tenha sido tenazmente atingido pelos braços da repressão, o ME se manteve atuante, rearticulando-se e reescrevendo seus caminhos conforme os dissabores, incluso nos anos que sucederam imediatamente o ano de 1968; o que corroboraria com manutenção da categoria estudantil fosse enquadrada como um dos focos centrais dos agentes da repressão nos anos subsequentes. No capítulo posterior, trataremos da suspeição da polícia política sobre o movimento estudantil de São Paulo, com foco no Deops/SP, destacando as formas de caracterização do estudante e de suas mobilizações enquanto uma “ameaça a nação” e, também, a atuação repressiva sobre a categoria e seus componentes, atribuindo ênfase aos agentes que participaram desse processo e aos espaços de suspeição.

CAPÍTULO 3. “SE NÃO DETER, PELO MENOS, CONTROLAR EM SEUS NASCEDOUROS”: O MOVIMENTO ESTUDANTIL SOB A ÓTICA DA SUSPEIÇÃO

“Esquerda festiva”, “inimigos da pátria”, “inocentes úteis”, “monstros comunizantes”: não foram poucas as adjetivações atribuídas à categoria estudantil universitária pelos agentes da polícia política nos tempos em que vigorou a ditadura civil-militar no Brasil. A caracterização do criminoso político e a documentação criada com base nos interrogatórios ou nas práticas de vigilância empreendidas sobre o mesmo, marcaram a ação da repressão política sobre o movimento estudantil, que consistiu em um dos focos centrais de suspeição entre os grupos que fizeram oposição à ditadura. Do mesmo modo depreciativo foram tratadas, pelos agentes de segurança e informação, as mobilizações da categoria, caracterizadas enquanto “ações deletérias”, e suas entidades representativas, com ênfase na UNE, foram constantemente classificadas como “organismos a serviço da subversão”, colocadas na ilegalidade e constituídas como alvo de severas práticas repressivas.

De acordo com o próprio discurso proferido pelo Deops/SP, o objetivo da repressão ao movimento estudantil, cujas ações relativas à militância eram consideradas enquanto um desvio da mocidade, foi o de: “se não deter, pelo menos, controlar em seus nascedouros, as tentativas da esquerda em monopolizar os ideais de nossa juventude universitária”.¹ Para a efetivação desse controle, para além do uso do legislativo e do uso da violência direta, foram traçados esquemas preventivos², ou seja, ações desenvolvidas anteriormente à erupção das atividades dos grupos de oposição. A vigilância estabelecida sobre todos os assuntos concernentes ao meio estudantil teve como produto uma vasta quantidade de informações, que “[...] além de aumentar a eficiência do processo repressivo, os informes obtidos podiam também assumir um papel preventivo, uma vez que instruíam os poderes sobre as tendências, em cada microconjuntura, dos movimentos de oposição”.³

¹ ARQUIVO Público do Estado de São Paulo (APESP), DEOPS, OP 1194. (Cf. CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 31; MÜLLER, Angélica. *A repressão do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*, cit., p.47).

² O termo “esquema preventivo”, empregado para se dirigir as práticas prévias de contenção do ME, foi utilizado pelos próprios agentes do Deops/SP. Cf. APESP, DEOPS, OP 1194. *Análise do Movimento Estudantil* (de 1974 a julho de 1977).

³ MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 206. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 mar. 2019.

Nos capítulos anteriores esboçamos os princípios ideológicos gerais abarcados pelo Estado ditatorial que, por seu turno, refletiriam na lógica de sua comunidade de segurança e informações. Destacamos também as principais medidas estabelecidas pelos governos ditatoriais para conter a mobilização dos estudantes universitários e, concomitantemente, a ação destes últimos perante elas. A seguir, nos deteremos à análise da caracterização da categoria estudantil enquanto inerente ao crime político e da espionagem exercida sobre a mesma enquanto instrumento da repressão política, com ênfase ao período de 1969 a 1978. Não ignoraremos, contudo, as ações empreendidas por esta última no decurso do período recortado.

3.1. Caracterizando os “inimigos da pátria”: os estudantes e o crime político

Compreendemos, como teorizou Maria Helena Moreira Alves, que as relações entre o Estado e a Oposição se deram dialeticamente. Ambas passaram por alterações em sua organização ao longo dos anos: o Estado consolidou seu esquema repressivo, da mesma maneira que a oposição (re) organizou suas ações.⁴ Embora as tentativas de contenção das atividades estudantis tenham sido visadas ao longo de toda a ditadura brasileira, tanto os órgãos de segurança e informação, como o próprio movimento da categoria, passaram por mudanças de acordo com cada conjuntura. Determinados períodos, sobretudo de 1968 em diante, foram associados, por parte dos agentes do Estado, a um momento de “escalada da subversão” ou até mesmo à emergência de um “estado psicótico latente”, colocando o ME, de forma ainda mais veemente, sob o foco. Porém, apesar das várias alterações que marcaram esse processo, algumas características, em maiores ou menores dimensões, estiveram presentes ininterruptamente.

De maneira semelhante aos diversos setores e cidadãos da sociedade brasileira que se destacaram aos olhos da espionagem e foram indiscriminadamente associados ao crime político, a associação do estudante universitário e do movimento da categoria a tal crime se deu, em numerosos momentos, anteriormente a qualquer prática desviante das leis estabelecidas pelo Estado, tendo em vista a atribuição de características gerais que precediam o “crime” propriamente dito. Posto isto, é válido trazer à reflexão: o que levou o movimento estudantil a se tornar uma das categorias de destaque da repressão política empreendida pelo aparato repressivo do Estado ditatorial brasileiro? Quais os aspectos que marcaram a associação genérica da categoria e de seus componentes ao crime político?

⁴ Cf. ALVES, op.cit., passim.

Como já destacamos, os governos militares tiveram entre os seus aspectos centrais a preocupação com a manutenção da ordem, atrelada ao modelo de desenvolvimentismo sob moldes estreitamente capitalistas, que, por sua vez, foi constantemente desafiada pela oposição. A categoria estudantil consistiu em um dos setores da sociedade civil que ousaria contrapor a ordem vigente de modo intenso, colocando-se de forma alheia aos objetivos vislumbrados pelo Estado. Considerando que todos aqueles que contestassem a ordem estabelecida se enquadrariam no rol dos subversivos, os estudantes não escaparam a essa classificação, sendo considerados como ameaças eminentes ao longo de toda a ditadura. Tal como apontou Aline Augustinho, a simbologia estudantil era “forte o suficiente para que inquéritos de identificação de estudantes e de seu comportamento fossem instaurados pela simples notificação de associação com qualquer mobilização estudantil”.⁵

Apesar de alguns elementos semelhantes, cada setor da sociedade brasileira teve certas particularidades no tocante a sua associação à “subversão”, aspectos que se destacariam no discurso dos agentes de repressão do Estado.⁶

No que se refere ao setor estudantil, podemos tomar como exemplo uma informação expedida pelo Serviço Nacional de Informações, presente entre os dossiês do Deops/SP,⁷ que nos apresenta uma leitura de caráter oficial sobre do movimento da categoria. O documento destacou, de forma agrupada, os elementos mais comuns no tocante à associação do estudante, e das lutas de sua categoria, à “subversão”. Ao expor uma análise dos movimentos do “mundo ocidental” no período de 1967 a 1969, enfatizando as similaridades entre o caso francês e o brasileiro, a informação ressaltou alguns aspectos gerais de “periculosidade” nas atividades estudantis. Enquanto argumento de autoridade, foram lançadas citações do livro *Os Subversivos*, de Bernard Hutton, como a que alega que “tanto Moscou como Pequim começaram a instruir seus agentes para que se concentrassem nos jovens, por constituírem a parte mais maleável e ingênua das populações...”. O livro Hutton, como colocou Daniel Faria, “foi indicado como leitura básica para a formação de agentes dos serviços de espionagem na universidade, em circular do Ministério da Educação e Cultura”, e, em suas páginas, atribuiu a

⁵ AUGUSTINHO, Aline. A construção simbólica do inimigo: o movimento estudantil de 1968 pela óptica dos arquivos DOPS – SP. *Revista Movimentação*. Dossiê: 1968: Embates e Utopias, v. 5, n. 09, 2018, p.104-9.

⁶ A título de exemplo, no caso dos membros da Igreja, o assunto concernente à quebra de hierarquia marcou fortemente o discurso dos agentes do Estado, que demonstrariam seu incomodo com a questão – afinal, os valores tradicionais e hierárquicos marcam a formação e *modus operandi* das forças armadas. Cf.: GOMES, Paulo Cesar. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

⁷ Embora o documento aqui analisado seja oriundo o SNI, não podemos ignorar a importância da circulação de informações e ideais entre os órgãos de informação e segurança do Estado, especialmente pelo fato do mesmo ter sido armazenado entre os documentos do Deops/SP e de apresentar ideias predominantemente presentes do discurso produzido por este último órgão.

responsabilidade dos “problemas do mundo ocidental” – como a dissolução da família e os movimentos estudantis e o consumo de drogas – à “ação secreta do Comunismo Internacional”.⁸

Mais adiante, ao tratar das agitações estudantis em 1968 no Brasil, a mesma informação elencou alguns aspectos julgados centrais, como: as “figuras de maior projeção”, no caso Vladimir Palmeira e Luís Travassos; “os alvos preferidos pelos subversivos”, que seriam: o fechamento do restaurante Calabouço, as Forças Armadas, o projeto RONDON, às relações com os EUA; e “*a disciplina e o cultivo do respeito pelas tradições*”. O conteúdo do documento também atribuiu ênfase a integração estudantil-sindical, ali caracterizada como “*o binômio que os comunistas apontam como ideal para o império do caos em um país*”. As associações do ME com organizações de esquerda obtiveram semelhante destaque. Foram aludidas as relações da UNE, “*estado maior da subversão*”, com a AP, o PCB e outras organizações políticas, destacando que os líderes da agitação estudantil eram orientados, apoiados e financiados pelos comunistas. O texto apontou para a existência de um “*esquema comuno-subversivo*”, responsável por levar o Governo a adotar “medidas tendentes e desmontar o referido esquema e restituir a ordem do país”, no caso, o AI-5. Como apreciação, tirou-se, ao fim do informe, que os movimentos de 1968, na França e no Brasil, apresentavam pontos em comum,⁹ e que “*tais coincidências evidenciam a existência de uma diretriz externa, comandando não só os movimentos na França e no Brasil, mas em outros países do mundo ocidental*”.¹⁰

A atividade das lideranças estudantis, as práticas tidas como desviantes dos costumes, a relação “operário-estudantil”, as entidades representativas e a presença da esquerda e do comunismo no meio estudantil, foram alguns dos aspectos que obtiveram maior destaque não apenas no documento aqui exposto, mas, também, no discurso produzido pelos demais órgãos repressivos, incluindo o Deops/SP. Tais aspectos constituiriam parte significativa das motivações que levaram a associação dos estudantes e dos movimentos de sua categoria à subversão. Discorreremos sobre eles nos itens subsequentes.¹¹

⁸ Cf. FARIA, Daniel. Paisagem de cacos e dores revoltadas: as marginalias da ditadura em livros de uma biblioteca universitária. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 243 - 289. maio/ago. 2017, p.284. Acesso em: 20 de abril de 2019, disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180309212017243/7008>

⁹ Os pontos em comum, destacados pelo documento, entre as movimentações do Brasil e da França foram os seguintes: terem se iniciado por “motivos de pequena importância”; contarem com “passeatas, com grandes massas humanas, forçando a intervenção policial e acarretando choque; terem sido posteriormente explorados pelos subversivos”; apresentarem o apoio do ME as outras classes, principalmente a operária; e, por fim, terem por objetivo comum da destruição da ditadura vigente e a instalação de um governo esquerdista.

¹⁰ Cf. APESP, DEOPS, OP 1151. Ministério da Aeronáutica – CISA. Informação nº 297=74 - PSS Origem: SNI/AC. Itálicos nossos. Documento datado a 8/05/ 1973

¹¹ Conforme será possível observar, buscamos tratar dos aspectos mencionados de forma separada, todavia, será possível notar algumas relações entre eles, tendo em vista que por diversas vezes foram tratados, pelos agentes de segurança e repressão, como intrínsecos.

O estudante e a dissolução dos costumes

Para além da ascensão dos movimentos sociais de massa, a segunda metade do século 20, especialmente a década de 1960, foi marcada pela metamorfose a qual foram submetidos os valores tradicionais da sociedade brasileira: foi o momento da revolução cultural e dos costumes. A contestação dos tabus relativos à sexualidade, o uso de drogas alucinógenas, as inovações nos campos artísticos e a intensificação da participação feminina em espaços que transcendiam o privado doméstico, foram algumas das mudanças que se acentuaram naquele cenário. A juventude seria um dos setores sociais que se destacariam nesse processo de intensas transformações. Nas universidades, os estudantes passaram a transparecer muitos dos aspectos que eram comuns à época: desde a adoção de visuais não habituais à aproximação dos ideais revolucionários.

Por fomentar um distanciamento dos padrões morais conservadores tradicionais, relacionados, sobretudo, à manutenção da "ordem social" e da tríade “Deus, pátria e Família”, essa série de metamorfoses resultaria em um incomodo colossal entre os componentes das diversas camadas sociais, dentre as quais a militar, que insistiria permanentemente em suas práticas reguladoras. A inserção de aspectos relativos aos desvios dos valores morais compôs o material produzido e difundido pelo aparato repressivo estatal acerca dos setores e indivíduos colocados sob sua mira. Por consequência, o uso de questões relativas à moralidade para a desqualificação do indivíduo e, desse modo, para o estreitamento do mesmo ao crime político, somado a questões de cunho político, consolidou-se enquanto uma prática corriqueira dos agentes da repressão.

Desse modo, a efervescência das ações da juventude durante a década de 1960, incluindo a movimentação da categoria estudantil, foi caracterizada, especialmente por parte dos agentes do aparato repressivo estatal, enquanto um “ataque a disciplina” e “ao cultivo do respeito pelas tradições”.¹² À vista da preocupação com os “desvios morais” visualizados, em maior medida, nas fileiras da juventude estudantil universitária, alguns espaços detiveram maior atenção dos agentes do controle, dentre os quais podemos mencionar os alojamentos estudantis, as atividades culturais promovidas pelos estudantes, e, como não poderia deixar de ser, as atividades externas ao espaço acadêmico, sobretudo os bailes e demais espaços de confraternização.

¹² FICO, op.cit., p. 187.

No cenário paulista, o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), que foi colocado como foco de suspeição integral pelos órgãos de vigilância desde a sua criação, foi um dos espaços no qual observamos maior destaque no tocante às críticas relativas aos considerados padrões morais desviantes. Para além das observações cotidianas praticadas pelos encarregados pela repressão, comuns a todos os espaços universitários, foram gerados relatórios e dossiês temáticos específicos sobre o Crusp. O conteúdo dos documentos sobre as atividades ocorridas na residência estudantil uspiana, como o que se ressalta no Inquérito Policial Militar originado de uma operação policial no local em 1968,¹³ destacou, de forma depreciativa, questões como a circulação de mulheres nos dormitórios masculinos, e vice-versa, e, também, o uso de entorpecentes e questões relativas à sexualidade. O capítulo IX do IPM, intitulado “*Dissolução dos costumes*”, destacou a distribuição de apartamentos de forma indiscriminada entre “rapazes e moças” após a ocupação do Bloco G, fato que de acordo com o relator permitiu criar um ambiente de baixo amoralismo e, mesmo, de promiscuidade sexual.¹⁴

Numerosas obras de literatura pornográfica e sexualismo, panfletos e revistas, encontrados em apartamentos de moças, propagando os princípios negativistas do rompimento com os fundamentos de nossa formação cultural e social, herdados de nossos antepassados, constituíam um dos instrumentos de propaganda dos princípios de formação da sociedade marxista-leninista.¹⁵

Como se vê, a ênfase em aspectos semelhantes, repletos de conservadorismo moral, diz muito respeito às matrizes constituintes do anticomunismo no Brasil.¹⁶ De acordo com o discurso oficial, o Crusp teria se tornado “*uma fonte da dissolução dos costumes da família brasileira*”.¹⁷

No mais, em decorrência da invasão policial naquela residência estudantil, foi realizada, posteriormente, uma exposição com os artigos ali encontrados, dentre os quais foram retratados, através de fotografias, o “material anticoncepcional” utilizado por algumas mulheres ali alojadas. A exposição, objetivou, é claro, instrumentalizar o material para disseminar na sociedade as supostas problemáticas do meio estudantil. Após examinar o material apreendido naquela residência e exposto pelo II Exército, o então governador do estado de São Paulo,

¹³ Embora o relatório do Inquérito Policial Militar do Crusp seja de autoria do II Exército, é fundamental recordar que apesar das especificidades de cada órgão de segurança, assim como da ocasional disputa entre eles, os mesmos compartilhavam várias concepções em comum. Outrossim, o IPM em questão conta com dados originados no Deops/SP.

¹⁴ Cf. RELATÓRIO do Inquérito Policial Militar (IPM) do CRUSP (1968-1969), p.68. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ipmcrusp.html>.

¹⁵ Ibid., p. 69.

¹⁶ Cf. Capítulo 1 deste trabalho; MOTTA, R. op.cit., 2000.

¹⁷ Cf. Relatório do IPM do CRUSP, Ibid., p.72, *itálicos* nossos.

Abreu Sodré, declarou que: “Isto é a confirmação do que já dissemos. O CRUSP, ao invés de ser uma vivência de estudos, era uma reunião da subversão. Não estavam lá para estudar, mas se preocupavam em dissolver os costumes morais, históricos e culturas da nossa pátria”.¹⁸ Na mesma ocasião, Danilo da Cunha Melo, chefe do Estado Maior da 2.a. D.I., comentou que os estudantes eram completamente a favor das pílulas anticoncepcionais, pois, assim, “*podem criar mulheres revoltadas*”. Acrescendo que no Crusp dava-se “*pouca importância à virgindade*” e que “*as moças eram induzidas a ver que esse fato era uma banalidade e assim poderiam ser fatalmente prostituídas*”.¹⁹

Decerto que a maior ênfase, no tocante ao desvio dos costumes, foi atribuída às atitudes das mulheres, pois, mesmo com a ascensão das mudanças de papel social, fizeram-se evidentes as permanências das tentativas de sua regulação à moralidade conservadora.²⁰ Nesse sentido, semelhantes análises dos agentes da repressão ocorreriam em outras situações, como no caso do Congresso de Ibiúna, quando foi dada ênfase sobre questões relacionadas a presença de anticoncepcionais e demais atitudes dos estudantes caracterizadas desviantes dos padrões tradicionais de moralidade.²¹

A atenção aos costumes se daria igualmente em ambientes pouco usuais, como nos bailes de estudantes, realizados dentro ou fora das instituições de ensino. Apesar das observações realizadas pela polícia política terem sido majoritariamente voltadas para a obtenção de informações sobre questões especificamente políticas, aspectos relacionados aos padrões morais conservadores integraram o conteúdo da documentação resultante. Ilustremos esta afirmativa com dois casos. Em um baile da PUC-SP, de maio de 1973, o policial responsável pela observação apontou para o fato do uso excessivo de bebidas alcoólicas e de que “alguns elementos que se mostravam possivelmente sob o efeito de tóxicos”, mas que, apesar disto, “o baile transcorreu normalmente”.²² Já em 08 de junho de 1973, no “Baile do Começo”, promovido pelos alunos da Faculdade de Direito da USP, voltado para a arrecadação de fundos para a formatura, o relator destacou que: “nada houve durante o baile, que atentasse

¹⁸ Cf. Folha de São Paulo, caderno 7, 27-12-1968.

¹⁹ Ibid. Itálicos nossos.

²⁰ Apesar da evidente maioria masculina participante do ME, sobretudo nas lideranças, a presença de mulheres também se fez naquele espaço de atuação. Na invasão policial da PUC, em setembro de 1977, foram detidos 514 estudantes, dentre os quais 302 homens e 312 mulheres. Cf. CANCIAN, 2008, p.183. Já no Congresso de Ibiúna, entre os 900 congressistas, 120 eram mulheres. Cf. GARCIA, Priscila F. As mulheres no movimento estudantil dos anos 1960. In: *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*. Londrina: UEL, 2010, p. 61 - 70. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/7.PriscilaGarcia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

²¹ Tal questão já foi brevemente mencionada por VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não acabou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p.16.

²² Cf. APESP, DEOPS, SS 50Z013_005 Documento datado a 27/05/1973.

contra a ordem político-social, assim como aos costumes", ²³ evidenciando, novamente, os costumes enquanto um alvo do olhar vigilante.

Outro documento, originado pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo (FEBASP), ²⁴ e encaminhado ao delegado do Deops/SP, Silvio Pereira Machado, transmitiu informações sobre reuniões estudantis que ocorriam no espaço daquela faculdade, nas quais foi mencionada a presença de “elementos estranhos” e a provocação de agitações e depredações, foi destacado que, entretanto, que a maior preocupação estava vinculada ao “[...] cheiro de maconha, litros de cognac, vinho etc... que sentimos no banheiro dos Homens e, diversos materiais de agitação, que foram localizados em outros locais da Faculdade, quando após as reuniões efetuadas, nos fizemos presentes nestes locais”. Solicitou-se que o Delegado tomasse as medidas imediatas para uma presença permanente da especializada, dia e noite, em todos os espaços da instituição. ²⁵

Vale ressaltar, porém, que apesar do uso de entorpecentes ter sido uma das marcas da chamada “revolução dos costumes”, e embora tenham se feito presentes nas universidades brasileiras, sobretudo em meia a juventude, e, desse modo, se constituído como um objeto de atenção pelos agentes repressivos estatais e pelas autoridades universitárias, conforme ressaltou Izabel Silva, “[...] o rompimento de padrões comportamentais desafiava as estruturas conservadoras tanto da direita quanto da esquerda”, logo, a “revolução dos costumes” foi “absorvida de forma *restrita* pelos militantes estudantis, sobretudo pelas lideranças mais radicalizadas”. ²⁶

Por fim, outra peça que integrou o discurso de desqualificação moral do estudante e do movimento da categoria foi a associação de suas atividades à um atentado ao nacionalismo ²⁷ e ao patriotismo; questões de peso em meio as concepções enraizadas nas forças armadas brasileiras. A caracterização do comunismo enquanto um organismo externo e nocivo à nação foi a chave utilizada para a leitura, pelas forças repressivas, do movimento estudantil enquanto

²³ Ibid., SS 50Z013_006. Documento datado a 08/06/1973.

²⁴ “Faculdade de Belas Artes de São Paulo”, ou “FEBASP”, corresponde à denominação anterior do atual Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Considerando o que consta na documentação pesquisada, optamos por utilizar a denominação antiga em detrimento da atual.

²⁵ APESP, DEOPS, OP 1263. Origem: FEPASP - Para: Del. Silvio Pereira Machado. Assunto: Informe sobre reuniões de alunos daquela faculdade. Datado a: 27/11/1978.

²⁶ SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um Velho Camarada: A dissidência comunista de Guanabara*. Dissertação, História, UFF, 2009, p.140. Itálico da autora.

²⁷ Lembrando que o “nacionalismo” em questão diz respeito a sua vertente de caráter conservador: “Tal vertente do nacionalismo, que também foi influenciada pelo corporativismo, encontrava seu fundamento central na visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social. Esse nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem”. Cf. MOTTA, op. cit., p. 50.

antipatriótico, dada a presença do “credo vermelho” no meio estudantil. Exemplo disso é o fato da União Nacional dos Estudantes ter sido classificada como “uma das maiores células do comunismo internacional instalada em nosso território, servindo os seus elementos, em número elevado, de instrumentos nas mãos hábeis dos catequizadores bolchevistas [...]”; mesmo que a entidade tenha alternado de influências político-ideológica de tempos em tempos.²⁸ A que a utilização de discursos semelhantes ao destacado se fez recorrente.

Nota-se, dessa maneira, a presença de questões relativas à ordem e à moral em dois sentidos: o primeiro, expressa a recusa dos agentes repressivos aos aspectos no meio estudantil classificados como desviantes e, o segundo, demonstra o intuito de utilizá-los na construção do discurso desqualificador dos estudantes e do movimento da categoria, com o objetivo de colocá-los contra a sociedade e, é claro, legitimar as práticas repressivas a eles investidas.

A “exploração esquerdista”: partidos, organizações políticas, lideranças estudantis e a aliança operário-estudantil

A associação generalizada de estudantes às organizações de esquerda, ao comunismo internacional e ao terrorismo, bem como a leitura de que eles eram utilizados enquanto ferramentas da “exploração esquerdista”, se fez evidente no discurso oficial. Como já expusemos em momentos anteriores, apesar da presença de numerosos estudantes em partidos e organizações políticas de esquerda constituir um fato, essa presença foi amplificada e instrumentalizada tanto no discurso oficial do Estado, como no de seus órgãos de segurança e informação, por vezes, escapando à realidade. Apesar de sua heterogeneidade e, em determinados momentos, do reconhecimento desta pelos agentes da repressão, os estudantes e seu movimento foram tratados enquanto um corpo homogêneo e como massa de manobra utilizada por outros setores, partidos e agrupamentos de esquerda.

Embora que as atividades políticas empreendidas pela categoria após o ano de 1968 tenham caminhado, em maior medida, para ações mais estreitas ao meio universitário, a preocupação dos agentes da ditadura com a transmissão dos ideários abarcados nas pautas estudantis para os demais setores sociais, tal como a ideia de que o movimento estudantil receberia influências diretas de organizações de esquerda e estaria estreitamente associado ao Partido Comunista, prosseguiu de modo expressivo. Posto este tipo de associação, o

²⁸ Cf. APESP, DEOPS, BR_SP_APESP_DEOPS_SS50Z013_005, Documento datado a 15/07/1966, pág. 08-13.

estudantado foi constituído enquanto um dos grupos centrais nas investigações e nas investidas repressivas.

Embora a espionagem e a repressão física tenham sido efetivadas sobre todas as facetas do movimento estudantil, é notório o destaque dado pela polícia política sobre questões relativas à associação dos estudantes com ideologias e agremiações de esquerda, considerando a ocorrência de tais assuntos em seus dossiês. Nesse sentido, é interessante sublinhar a existência da preocupação com a inserção da esquerda no meio universitário antes mesmo do Golpe de 1964. Entre os dossiês do Deops paulista não é raro nos deparar com documentos que constataam esse fato. Em documento datado de 29 de julho de 1963, com considerações sobre o 26º Congresso da UNE, que encerrou com a posse da nova diretoria UNE para os anos de 1963 a 1965, o relator destacou que todo o Movimento Universitário “se apoia em teses de esquerda e, eventualmente, vive em função dos movimentos de esquerda, altamente ligados aos interesses das classes dominadas, que se aliam na luta contra a classe dominante [e que] A rigor, não se pode falar em Movimento Democrático, dentro do Movimento Universitário.”²⁹

Dessa maneira, se anteriormente às guerrilhas, e antes mesmo do início da ditadura, a classificação do movimento estudantil como subversivo, antidemocrático, e sua associação trivializada aos grupos e partidos revolucionários, já era frequente, após a radicalização dos movimentos de oposição nos anos de 1960 e início de 1970, a aproximação do estudante ao crime político se torna mais latente. Como afirmou Marcos Napolitano, “[...] a ligação com o setor estudantil, foco de recrutamento da luta armada de esquerda recentemente derrotada, era a principal peça acusatória que recaía sobre os suspeitos”.³⁰ E, como também destacou Aline Augustinho, os documentos da polícia política apontam para a existência de “uma direção investigativa investigava as aproximações de estudantes com as organizações armadas como uma inclinação tática do grupo ME e não a partir de uma visão particularizada onde um indivíduo pertencente a uma “O” também militasse no ME”.³¹

É certo que a associação dos estudantes às organizações de esquerda se dava por diversas vezes de maneira indiscriminada e baseada em uma leitura equivocada dos diversos grupos que compunham a categoria, todavia, conforme já mencionamos, não se tratou de um completo delírio dos agentes de segurança e informação do Estado. Para além da grande participação dos estudantes nas organizações de esquerda, e para além do caráter de suas reivindicações no

²⁹ APESP, DEOPS, OS 000085. Documento datado a 29/07/1963.

³⁰ NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). Revista Brasileira de *História*, vol. 24, nº 47, p. 106.

³¹ AUGUSTINHO, op.cit., p. 122.

âmbito universitário, algumas movimentações no meio estudantil corroborariam para com a afirmação do imaginário policial de que ele era um dos espaços centrais da presença da esquerda armada. Vejamos um caso: ao tratar do “processo revolucionário” que estaria se instalando no Brasil, um manifesto da *Frente Estudantil Pela Luta Armada*, datado de outubro de 1969, apontou enquanto dever dos estudantes universitários “DAR TODO APOIO AOS REVOLUCIONÁRIOS”,³² destacando que: “A luta dos estudantes dentro da Universidade – em suas ações revolucionárias – será a continuidade das lutas dos guerrilheiros urbanos e rurais – a vanguarda do processo revolucionário brasileiro”, apontando como inimigo comum: a burguesia e os imperialistas norte-americanos.

Um documento que exemplifica a atribuição de destaque à presença da esquerda no meio estudantil, é o intitulado *Relatório sobre a subversão comunista na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, no qual foram listados os grupos políticos atuantes naquela Escola, destacando que: o PCB e a dissidência do PCB, ressaltando que a Ação Popular e a POC não tinham mais atuação na Faculdade. Foram elencados 11 alunos vinculados ao PCB e 31 à Dissidência do Partido Comunista. Junto aos nomes foi incluído histórico prisional, as atividades de caráter político, a participação no Congresso de Ibiúna, e, até mesmo a faixa em artes marciais e a orientação sexual, no caso de homossexualidade, de cada estudante.³³

No entanto, embora seja um fato que uma expressiva parcela dos quadros das organizações de esquerda armada tenha sua origem no movimento estudantil, e, também, que as instituições de ensino superior foram locais de disseminação das ideias das esquerdas, nota-se a frequência excessiva e generalizada da associação de atividades do movimento estudantil aos agrupamentos de esquerda, e, sobretudo ao comunismo e ao “terrorismo”. Os estudantes e seus feitos foram insistentemente associados ao comunismo quando o assunto se quer estava em pauta no agrupamento ou na ação investigada.

De modo semelhante, e por vezes interligada ao aspecto anterior, às lideranças estudantis foram outro conjunto colocado na mira vigilância. Ao tratar da atuação do ME nos tempos de ditadura é natural que alguns nomes tenham proeminência, seja nas memórias, na bibliografia sobre a temática ou na documentação da época. De fato, embora a categoria tenha detido sua autonomia, as lideranças obtiveram destaque nas movimentações da mesma, sobretudo nos anos 1960, exercendo influência em muitos processos. Assim, as lideranças estudantis foram um dos alvos centrais dos órgãos policiais pelos seguintes fatores: (1) terem

³²APESP, DEOPS, SS50Z13_005. *Manifesto da Frente Estudantil Pela Luta Armada*. Documento datado a 13/10/1969. Destaque do autor.

³³ Cf. APESP, DEOPS, SS50Z013_005. Documento datado a 27/04/1971, pág. 304-06.

demonstrado a capacidade de proferir discursos que aglutinassem, ou “manobrassem”, as massas estudantis; (2) pela potencialidade de estarem ligados a partidos e organizações de esquerda.

Não foram poucos os casos nos quais as lideranças, ou estudantes politicamente mais ativos, obtiveram destaque no olhar policial. Ao tratar da mobilização do ME no estado de São Paulo, um informe, expedido pelo Serviço Secreto do Deops paulista, intitulado *Líderes Estudantis* destacou, para além da agitação no meio estudantil, uma relação nominal “dos principais líderes estudantis em São Paulo”. O documento, de tipo comum nas investigações, trouxe os nomes dos jovens, seguidos por ocupação, atuação no meio estudantil, endereço e telefone. Os estudantes foram listados em diferentes blocos, de acordo com os partidos ou organizações políticas de esquerda das quais eram membros – ou, ao menos, dos quais a polícia política acreditava ser –, constando: 7 nomes associados à Ação Popular, 15 ao PCB, 3 ao PCdoB e 1 a POLOP.³⁴

O mesmo documento trouxe a avaliação sobre qual liderança teria a maior condição de assumir a presidência da UNE em seu 30º Congresso. Dentre os nomes indicados para aquelas eleições, o que reunia maiores condições para ser eleito, segundo a análise policial, era o estudante José Dirceu, então presidente da UEE, pois Wladimir Palmeira, presidente da UME-GB e Jorge Batista do DCE-UFMG não teriam condições para se eleger, “o primeiro, porque se encontra preso e o outro, porque não tem livre trânsito nas áreas estudantis dos demais Estados da Federação, pois, seu nome ainda é desconhecido”. Destacou-se ainda Catarina Melloni, então presidente do Conselho de Presidentes de Diretórios Acadêmicos, colocando que “ciente de que seu prestígio está com os dias contados, procura participar de todas as manifestações estudantis e mais, vem convocando, através dos líderes secundaristas, passeatas, à revelia do presidente da UEE [...]”. O documento também lançou a afirmativa de que toda a orientação partida do PCB voltada para o meio universitário era transmitida através do estudante Jeová Assis Gomes³⁵, “membro do Comitê Universitário do PCB”, que estaria “intimamente ligado” a José Dirceu que, por sua vez, “reúne-se com os demais líderes destacando-se entre eles OMAR LAINO, MARCOS AURÉLIO RIBEIRO, SAMUEL IAVELBERG, LAURO RONALDO CORDEIRO, etc.”.³⁶

³⁴ Cf. APESP, DEOPS, OP 1225. Movimento Estudantil no Estado de São Paulo - *Líderes estudantis*. s/data.

³⁵ <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/jeova-assis-gomes>

³⁶ Cf. APESP, DEOPS, OP 1225. Ibid.

De modo similar, em um informe de outra observação, realizada Faculdade de Direito da USP, ao discorrer acerca do que classificou como um caso de “subversão na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo”, o agente do Deops/SP afirmou que:

Dissidência do PCB – único órgão atuante atualmente, que prega a guerra revolucionária e troca a luta política do partido pelas guerrilhas. Age no "meio estudantil", apontando, ainda, como seus chefes, José Dirceu e Bernardino Figueiredo (presos) e José Maluf. Listam ainda 20 indivíduos como chefes e coordenadores do ME, oito indivíduos como componentes do “Grupo político de segurança, que antecede as ações do grupo político, e quando necessário serve também de comissão de segurança da UEE e da UNE”.

O Presidente José Maluf é o mentor de todos os movimentos, muito embora se mantenha discretíssimo, no fim de evitar suspeitas. Mas é público e notório que é o cabeça de toda a agitação na Faculdade.³⁷

O excerto destacado apresenta um dos episódios de mobilização do ME em maio de 1969, pouco tempo após a promulgação do decreto 477. Para além de demonstrar a atenção atribuída ao estudantado naquele momento e apresentar-nos indícios da existência de uma organização estruturada no seio do movimento estudantil ao longo daquele ano, ilustra um dos aspectos que marcaria as informações produzidas sobre a categoria estudantil: a atribuição da ação de um determinado grupo a indivíduos particulares. Para além das lideranças em questão no episódio mencionado, outros 19 participantes foram classificados como “elementos secundários”

A relação do movimento da categoria estudantil com outros setores seria outro aspecto potencialmente explorado, o que pode ser observado, sobretudo, na segunda metade da década de 1970, quando, no processo de reconstrução das entidades representativas, diversas tendências ascendiam no meio estudantil. A aliança operário-estudantil, existente reivindicada por grupos que compunham o movimento estudantil, foi retratada pelos agentes do Estado enquanto o “binômio para o estabelecimento do império do caos”.³⁸ Nesse sentido, ao tratar do ME em 1976, um relatório do Deops/SP destacou que vários Diretórios Acadêmicos, ao conscientizar aos calouros da importância do movimento estudantil nas lutas sociais, tentavam posicionar o ME como caudatário do movimento operário, tal como “exige a dialética comunista”, de modo a colocar o estudante como auxiliar nas lutar pelo MO na conquista pelo poder mundial “em obediência aos ensinamentos marxistas e leninistas que sempre desconfiaram dos intelectuais como condutores das massas...”. Já ao analisar o período de campanha para constituição do DCE, destacou-se que as lideranças marxistas prosseguiram

³⁷ Cf. APESP, DEOPS, SS50Z013_005. Documento datado a 26/05/1969, pág. 202-207.

³⁸ Cf. APESP, DEOPS, OP 1151. Ministério da Aeronáutica – CISA. Informação nº 297=74... Ibidem.

ativas em seus trabalhos de agitação, contestando a morte de operários em obras, destacando “o infausto acontecimento servia assim aos interesses comunizantes”,³⁹ classificando as ações em torno do mesmo enquanto “exploração esquerdista”.

Ainda no que se refere as análises policiais sobre a presença comunista nas entidades estudantis, é interessante mencionar outro caso. Ao discorrer sobre as chapas concorrentes do processo eleitoral do DCE-Livre da USP (“Refazendo”, “Caminhando”, “Organizar a Luta” e “Alternativa”), o relator responsável colocou que foi observada uma posição mais radical assumida pela “Libelu” cujo posicionamento ideológico “identificou-os perfeitamente com o programa do Partido Comunista, nos ataques às demais chapas e aos hinos entoados ao marxismo como “solução” à problemática nacional”. Contudo, como já sabido, e esboçado no capítulo segundo deste trabalho, a “Libelu” era de orientação trotskista, atrelada a Organização Socialista Internacionalista (OSI), e não ao Partido Comunista. Percebe-se, então, a utilização de um arcabouço teórico avesso ao pensamento oficial do Estado, que tinha por objetivo a compreensão da linha política, da organização e das movimentações da oposição, todavia, essas leituras se deram, por diversas vezes, de forma equivocada.

3.2. Os agentes da informação e do silenciamento

A mudança de estratégias e táticas de atuação do movimento estudantil ocorreu nitidamente após o ano de 1968. A categoria, que anteriormente viveu uma fase de mobilizações voltadas para a luta por pautas políticos-nacionais, inserida em grandes movimentações de caráter de massas, nas ruas de várias regiões do Brasil no final da década de 1960, deslocou-se, com maior evidência, para o âmbito interno das instituições de ensino, dando destaque as suas pautas específicas – em especial à luta por sua representatividade associativa⁴⁰ –, embora que as demandas nacionais não tenham sido inteiramente subtraídas de suas reivindicações. No entanto, é certo que as lutas travadas pelo estudantado, mesmo que com readequações de tempos em tempos, não ocorreriam com tranquilidade ou sem o conhecimento da repressão, sobretudo sob o novo ciclo político-repressivo estabelecido ao final da década de 1960.

Em um relatório produzido pelo Deops/SP sobre as atividades do ME ao final dos anos 1960 foi exposto o seguinte:

³⁹ Cf. APESP, DEOPS, OP 1406. Documento datado a 14/08/1974.

⁴⁰ CF. MÜLLER, 2010, *passim*.

[...] após 1968, as tentativas realizadas com o intuito de levar aos estudantes os movimentos de massa vinham fracassando – por vários motivos, entre os quais a falta de lideranças capacitadas, o abandono do trabalho de conscientização por parte das cúpulas estudantis em favor da linha “militarista”, a legislação específica promulgada, a atuação vigorosa dos órgãos de segurança [...]

As ações armadas mostraram-se inconsequentes e impopulares, contrárias às tradições brasileiras... Os Larmarcas e Ches Guevaras caboclos, transformaram-se em bandidos puros e simples, eliminados sem qualquer lágrima ou lamento de nossa vida social.

Compreende-se que uma mudança de tática se fazia necessária, que novas lideranças deveriam surgir em nosso meio estudantil, ou líderes da Internacional Comunista por novas técnicas ou “Know How”, adaptáveis às condições locais e sensíveis à sistemática nacional ...⁴¹

Esse documento, além de reafirmar a importância atribuída pela polícia política às lideranças estudantis e às ações de caráter político empreendidas pelo setor estudantil, nos evidencia a leitura que o órgão teve sobre o ME após 1968.

Angélica Müller analisou satisfatoriamente que os órgãos de segurança e informação atribuíram centralidade a UNE e que, dado o esmorecimento da organização do movimento estudantil após Ibiúna, visualizaram uma estagnação do movimento. Contudo, é importante acrescentar que ao analisar o ME pós-1968, sobretudo após o insucesso de diversas tentativas guerrilheiras, os agentes da repressão não demorariam a traçar previsões acerca das futuras movimentações da categoria, tal como da possibilidade de surgimento de novas lideranças no setor, readequando suas ações às novas formas de mobilização estudantil. Assim, tal qual a atividade da categoria estudantil ao final da década de 1960, as práticas de vigilância seriam deslocadas, em grande parte, aos locais nos quais o ME se tornaria mais fértil nos anos subsequentes: as universidades. O foco apenas seria alterado na segunda metade da década de 1970, com a retomada do movimento estudantil de caráter mais massivo.

No tocante a cidade de São Paulo, tal como nos anos anteriores, a dinâmica, tanto das atividades estudantis, quanto da vigilância dedicada a elas, variou de acordo com cada instituição de ensino. Como já muito enfatizado pela bibliografia que perpassou a temática, nessa cidade, a USP teve grande força e evidência naquele processo. Em um dos relatórios do Deops/SP acerca do ME no estado de SP ao final da década de 1960, os principais focos listados

⁴¹ Cf. APESP, DEOPS, Dossiê: “O movimento estudantil”, OP 1194. O excerto inicial dessa citação foi anteriormente utilizado em trabalhos de outros autores. Cf. CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, cit., p. 31; MÜLLER, Angélica. *A repressão do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*, cit., p.47.

foram: o grêmio da faculdade de Filosofia da USP, o Crusp – classificado como *principal centro de toda a atividade esquerdista* –; a PUC; a Faculdade de Direito da USP, e os teatros universitários da USP e da PUC.⁴² Mas, além desses, a categoria estudantil empreendeu atividades de caráter contestatório em outros espaços, incluso em instituições privadas, dentre as quais a PUC é mais comumente lembrada, mas outras, como a Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), a Cásper Líbero, a FEBASP, as Faculdades Objetivo e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), também constituíram palco de ação do movimento estudantil, embora que com suas especificidades. À vista disso, as atividades dos órgãos de segurança procederam igualmente nessas Escolas.

Como já destacamos anteriormente, a espionagem fez-se uma ferramenta essencial para com o funcionamento do aparato repressivo e, logo, para a manutenção da ditadura. No que diz respeito às práticas de vigilância empreendidas sobre a categoria estudantil universitária, variados foram os instrumentos de silenciamento o visaram-na, e diversos foram os modos de obtenção de informações. Nos subitens a seguir, nos deteremos a esse processo de obtenção de informações, evidenciando os principais agentes do silenciamento.

Difusão pelo corpo universitário: direção e reitorias

A colaboração das reitorias das universidades com os órgãos de segurança e informação, e vice-versa, não é um fato novo no que diz respeito à suspeição e à vigilância sobre o meio universitário, sendo um assunto já explorado por alguns estudiosos.⁴³ Essas interações se deram, com suas especificidades, nas diferentes instituições de ensino superior do Brasil e visaram toda a comunidade universitária. No que diz respeito a categoria estudantil, ela foi, como de praxe, um dos setores a obter significativo destaque ao longo desse processo. A troca de informações sobre o meio estudantil corroboraria para a identificação das atividades já realizadas ou a serem realizadas pelo estudantado, bem como dos estudantes considerados potencialmente subversivos.⁴⁴

⁴² Cf. APESP, DEOPS, OP 1225. Movimento Estudantil no Estado de São Paulo - *Líderes estudantis*. O documento não está datado, mas seu conteúdo remonta a década de 1960, mais proximamente o ano de 1968.

⁴³ Podemos também vislumbrar esse assunto em: MOTTA, R. *As Universidades e o regime militar...*; PEREIRA, Ludmila Gama. *“Nenhuma ilha da liberdade”*: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987). Tese (Doutorado em História) –, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

⁴⁴ Cf. Anexo A.

A partir da década de 1970, uma parcela universidades brasileiras⁴⁵ contaria com a presença de agências de informação em seus campi. As chamadas Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis ou ASIs) corresponderam, como destacou Rodrigo Motta, a um braço do SNI, possibilitando a difusão de determinações e pressões políticas advindas de escalões superiores e, ao mesmo tempo “vigiariam a comunidade universitária e os próprios dirigentes, nem sempre fiéis aos desígnios do regime militar”.⁴⁶ No entanto, anteriormente à instalação das Aesis, as Universidades brasileiras já contavam agências de informações que exerciam atividades conjuntas aos órgãos de segurança. Na USP, por exemplo, “antes da existência da Aesi [ativa entre 1972-1982], quem se encarregava disso era o chefe de gabinete do reitor da USP [...]”.⁴⁷

Entre os órgãos de segurança ativos no intercâmbio de informações com membros do corpo universitário esteve o Deops/SP que, mesmo após o estabelecimento das Aesis, especialmente na Universidade de São Paulo, continuaria atuando nas relações de transmissão de informações com os dirigentes das instituições de ensino.⁴⁸ No que tange ao caráter das informações transmitidas, destacam-se conteúdos como informes relativos às chapas candidatas as eleições e à posse de novas diretorias para entidades estudantis locais – centros e diretórios acadêmicos –, às listas de alunos matriculados e, também às listas referentes aos trancamentos de matrículas.

Um fato interessante diz respeito ao *ofício-circular nº GR 669/72*, que solicitava as relações dos alunos da USP que requereram o trancamento e o cancelamento de matrícula entre os anos de 1968 e 1972. Em resposta ao Ofício, em junho de 1972, as relações solicitadas foram encaminhadas, por diretores de diferentes institutos daquela universidade, ao chefe do gabinete do reitor. Por seu turno, a documentação obtida pelo gabinete foi difundida ao Deops paulista.⁴⁹ O fato de os documentos terem sido devidamente arquivados entre os dossiês daquele departamento policial, somando-se ainda algumas rasuras em caneta sobre os nomes dos estudantes ali listados, e, também, o fato de serem datados a partir do final dos anos 1960 – período de intenso deslocamento dos quadros estudantis para os agrupamentos de esquerda armada –, possibilita sugerirmos que as listas tiveram importância para a polícia no sentido de

⁴⁵ Ressaltamos que “os decretos reguladores das Comunidades Setoriais de Informações dos ministérios previam agências somente nos órgãos federais – administração direta e indireta, bem como as fundações”, mas a USP, por exemplo, apesar de instituição estadual, adotou a medida espontaneamente. Cf. MOTTA, op.cit., p. 196.

⁴⁶ Ibid., p. 193.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Note-se que, embora a troca de informações entre reitores e os órgãos de informação tenha sido algo comum, essa prática teve alterações conforme a alteração de reitores. Cf. ADUSP (org.). O controle ideológico na USP (1964-1978). São Paulo: Adusp, 2004; RELATÓRIO da Comissão da Verdade da USP, Volume I; Anexo B.

⁴⁹ APESP, DEOPS, OP1257.

auxiliar na identificação de estudantes que trancaram, ou cancelaram, a matrícula para dedicar-se a militância em agrupamentos de esquerda.

Nas instituições de ensino superior privadas, nas quais também ocorreram situações de interação direta entre o corpo universitário com os órgãos repressivos, o contato deu-se, corriqueiramente, entre os diretores ou secretários das Escolas e o diretor ou delegado do Deops/SP do momento. Diversos dos contatos partiram diretamente da polícia política. Para exemplificar a questão, podemos tomar um caso de março de 1969, quando o então delegado e Ordem Política do Deops paulista, Alcides Bueno, justificando-se pela necessidade de “atualização dos arquivos”, solicita à Fundação Armando Álvares Penteado uma relação completa de todos os estabelecimentos de ensino que faziam parte daquela Escola, nas quais deveriam constar: endereços, diretores, componentes dos Conselhos técnicos administrativos e do corpo discente.⁵⁰ Solicitação que, por seu turno, obteve devolutiva positiva. Casos similares se dariam frequentemente entre FAAP e o Deops/SP.

Outra situação, também de março de 1969, ilustra novamente esse tipo de ocorrência, quando o Deops/SP acompanhou o processo instaurado pela Congregação da Faculdade de Belas Artes de São Paulo referente à “invasão” daquela Escola em junho de 1968. Foram encaminhadas diversas informações da instituição de ensino ao Departamento, dentre as quais a cópia do processo e as últimas deliberações da diretoria sobre os alunos investigados.⁵¹

Cabe destacar, todavia, que embora semelhantes situações tenham sido recorrentes, a troca de informações nem sempre teve a polícia política paulista como ponto de partida. Por diversas vezes os responsáveis pelas instituições de ensino buscariam informações sobre seus alunos através de contato com a polícia. Assim, para além da obrigatoriedade, imposta pelo regime, de as autoridades universitárias notificarem aos órgãos responsáveis as práticas consideradas “subversivas”, ou minimamente suspeitas, a documentação oficial atesta casos nos quais a presença de cordialidade e espontaneidade entre os pedidos de informação e os repasses encaminhados se fez evidente.

O *ofício nº 74/77*, de 08 de setembro de 1977, registrou um envio de um informe, do secretário da FEBASP ao Delegado titular do Deops/SP à época, Silvio Pereira Machado. O conteúdo do documento tratava das várias circulares que teriam sido distribuídas na Faculdade de Belas Artes no dia 22 anterior. Junto à informação, foi anexada uma relação com 35 alunos envolvidos na distribuição, junto à cópia xerográfica das fichas (controle interno) dos aludidos.

⁵⁰Cf. APESP, DEOPS, OP 1312. Documento datado a 21/03/1969.

⁵¹ Cf. APESP, DEOPS, OP 1263. Da FEBASP para o delegado de Ordem Política do DEOPS. Documento datado a 12/68 e 03/03/1969.

Os detalhes, transmitidos à polícia, teriam chegado às mãos do secretário da FEBASP através dos depoimentos prestados por funcionários daquela instituição. Visando esclarecer à polícia política “como as circulares, em sua maioria, são distribuídas aos demais alunos”, o Secretário disponibilizou o esquema ilustrado na imagem a seguir.

Figura 3 - Quadro demonstrativo referente à distribuição de circulares da Faculdade de Belas Artes de São Paulo (provenientes de USP e de outros locais).

Fonte: ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, DEOPS, OP 1263, 08/09/1977.

Ainda sobre a interação da polícia política paulista com instituições de ensino, é possível destacar um registro de 24 de março de 1972, no qual consta um relato acerca de observações realizadas sobre um episódio de panfletagem na Universidade de São Paulo. Naquela data, por volta das 14h30, foi determinado pelo então delegado adjunto da delegacia de ordem política do Deops paulista, Roberto Gabriel Ward, uma diligência à Cidade Universitária em virtude do recebimento de um telefonema do reitor daquela universidade, Miguel Reale, na qual informou que estava ocorrendo uma distribuição de panfletos na mesma e que era esperada a realização de trote no local e, possivelmente, “atos de subversão”. A saída da diligência se deu com ordens explícitas de:

- a) apresentarem-se ao Sr. Prof. Fonseca, pessoa referida pelo Sr. Reitor, com contato;

- b) que após tomarem ciência dos fatos, procedeu-se com a aprovação do Prof. Fonseca uma discreta observação a fim de positivar ou obter elementos que evidenciassem a atenção, digo, a intenção da prática de atos não constantes do panfleto ali distribuído.⁵²

Os panfletos citados por Miguel Reale, que chegaram às mãos do Deops/SP, eram dois, dentre os quais, um tratava das atividades realizadas em conjunto por algumas entidades estudantis de São Paulo, visando uma festa para a integração entre calouros e veteranos em cada escola. O documento ressaltava que o evento a ser realizado teria uma pretensão bem maior que uma festa para “bichos”, pois, seria (1) o começo de uma programação a ser realizada todos os sábados; (2) um ato de implantação da pedra fundamental do prédio da FFLCH e teria caráter reivindicatório. Esse conteúdo foi o suficiente para motivar o reitor Miguel Reale a solicitar com urgência uma diligência daquele departamento na Universidade, e, conseqüentemente, para o departamento a atender com prontidão.

Em sentido paralelo, é interessante pontuar a visão do processo de troca de informações a partir da perspectiva dos estudantes, aos olhos dos quais tais transmissões de informes não ocorreram sem gerar desconfiança e repulsa.

Datada a 22 de maio de 1973, originária do serviço de informações do Deops/SP, difundido à comunidade de informações, a ação nº 819-B/73 trouxe a ela anexados alguns impressos recolhidos dos murais da Cidade Universitária, dentre os quais consta uma denúncia referente ao desaparecimento do colega Alberto Alonso Lázaro, aluno da Geologia USP que, conforme o panfleto apreendido, “desapareceu de sua casa e da Faculdade, nas mesmas circunstâncias que envolveram o desaparecimento de Alexandre Vannucchi Leme e de muitas outras pessoas de diversos setores da população”. No mesmo documento, os estudantes apontaram o envolvimento do corpo universitário para com a prisão do desaparecimento do estudante:

Então, diante do “desaparecimento” de ALBERTO ALONSO LÁZARO, para o qual novamente contribuíram os arquivos e funcionários da Universidade, fornecendo informações aos Órgãos de Segurança, sentimo-nos mais uma vez humilhados como homens, reprimidos como estudantes e, sobretudo, indignados ante a barbárie e arbitrariedade que envolvem esses atos.⁵³

Percebe-se, então, que a troca de informações entre os órgãos universitários e os policiais, que não se deu em raros casos, não passou batido no cotidiano do corpo discente

⁵² Cf. APESP, DEOPS, OP 1225 - (Lutfe Sonono e Oswaldo Salvador Emílio Tobia).

⁵³ Cf. APESP, DEOPS, OP1225. Ação nº 819-B/73. Documento datado a: 22 de maio de 1973.

universitário que, embora, não possuísse uma dimensão exata da permuta de informações que se sucedia, evidenciaram consciência da existência da mesma e, em alguns casos, não a observaram em inteira passividade.

Infiltração: os “dedos-duros” e os agentes de segurança

Ao aludirmos à coleta e difusão de informações é inevitável destacar tanto a infiltração dos agentes dos órgãos de segurança matriculados ou não nas instituições de ensino⁵⁴, assim como a de estudantes e demais membros da sociedade civil que repassavam informações à polícia sob a justificativa de prestação de serviço à pátria. A atuação tanto dos “dedos-duros”, quanto dos agentes oficiais responsáveis pela espionagem, foi fundamental no sentido de manter o aparato repressivo a par das atividades realizadas e planejadas pelo movimento da categoria estudantil, tal como sobre os estudantes politicamente mais ativos.

Ao tratar da repressão empreendida sobre a esquerda por parte do DOI-CODI, Marcelo Godoy bem destacou que “o “dedo-duro” se transformou na arma que, tanto ou mais que o pau-de-arara, foi responsável pela derrocada da esquerda”.⁵⁵ Esta afirmativa pode ser igualmente aplicada no concerne à repressão política exercida pelo Deops/SP ao estudantado. Como já salientamos, o setor não foi constituído apenas por estudantes de esquerda ou politicamente isentos, posto que a juventude de direita também esteve compôs o espaço universitário. Dessa maneira, com uma militância organizada ou não, parte dos estudantes politicamente alinhados aos preceitos do governo militar e, conseqüentemente, contrários a presença as esquerdas no meio estudantil, visaram contribuir para com o insucesso das atividades estudantis de caráter de oposição à ditadura.

Um informe produzido pelo II Exército, datado de novembro de 1970, difundido ao Deops/SP, intitulado como *Movimento Estudantil Subversivo*, transmitiu algumas informações recebidas acerca das movimentações realizadas no centro acadêmico da Faculdade Paulista de Ciências Econômicas e Administrativas da PUC, relativas à impressão de boletins pelos membros da diretoria daquele CA. Os dados em questão teriam chegado aquele órgão a partir de um informante, que havia presenciado a impressão de boletins subversivos naquele CA e

⁵⁴ Cabe destacar que: “Nem sempre, porém, os militares estudantes eram agentes de informação, pois muitos tinham se matriculado depois de 1968 por estímulo de seus comandantes, para aumentar a presença de alunos com valores de direita nas universidades. Naturalmente, quando viam algo suspeito, esperava-se que informassem os superiores, mas nesses casos não se tratava de indivíduos disfarçados, e talvez por isso fosse mais fácil identificá-los”. Cf. MOTTA, op.cit., p. 204.

⁵⁵ GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014.

noticiado que um “grupo subversivo” agia dentro da diretoria do centro acadêmico, e que naquela faculdade estava sendo “*se montando verdadeira máquina de subversão*”. O informante também relatou estar sendo “perseguido por aqueles acadêmicos”, possuindo dificuldade em acompanhar o curso “face ao isolacionismo de que foi alvo pelos seus colegas, face às manobras daqueles subversivos”.⁵⁶

Em outro caso, datado a 25 de outubro de 1972, um aluno da Faculdade de Direito da PUC, endereçava uma carta anônima ao então Delegado do Deops paulista, na qual discorreu sobre “fatos e atos de certos elementos, que podem prejudicar os alunos, haja visto o risco que representa a SEGURANÇA NACIONAL”. O aluno alegou o seguinte: “como todo cidadão é responsável pela SEGURANÇA NACIONAL, julgo-me obrigado a narrar certos acontecimentos, os quais devem ser apreciados com o maior cuidado”. O informe transmitido pelo anônimo era o de que, em uma mesa do restaurante universitário da PUC, estavam reunidos alguns alunos da Faculdade Paulista de Direito, da Faculdade de Filosofia São Bento e da Faculdade de Economia. O autor destacou nominalmente os estudantes que reconhecia de seu curso, destacando, ainda, que os alunos delatados haviam esquecido um documento no local, intitulado “Carta a um Deputado Federal”, do Comando das forças guerrilheiras do Araguaia, de junho de 1972. Em continuidade, a carta enviada pelo anônimo apresentou que:

O documento em vossas mãos, V.Exa., pode aquilatar o grau de periculosidade destes elementos, os quais pleiteiam cargos políticos junto a Universidade [...] Sentindo-me responsável pela segurança, pois sou pessoa de grande prestígio junto a todo corpo da Universidade Católica, ROGO V.Exa., providências de imediato, para que o estandarte da corrupção e desmoralização universitária, volte a tremular.⁵⁷

Este trecho evidencia uma das motivações centrais para a transmissão de informações por parte dos “dedos-duros”: o entendimento de dever de prezar pela segurança nacional, de acordo com o estabelecido pelo Estado ditatorial.

Ainda nesse sentido, outro registro oriundo da polícia política, de junho de 1973, sobre a faculdade de filosofia da PUC, destacou que uma jovem, “estudante do 1º ano de Psicologia da PUC, ex-aluna do Colégio “Dante Alighieri”, conseguiu se infiltrar entre os grupos de esquerda do D.A. “Leão XIII” e passa doravante a fornecer informações, por patriotismo

⁵⁶ Cf. APESP, DEOPS, OP 1306. Faculdade Paulista De Ciências Econômicas e Administrativas – PUC/SP. 04 nov. 1970 Origem: II Exército Difusão: DEOPS/SP. Itálicos nossos.

⁵⁷ Cf. APESP, DEOPS, OP 1384. *Carta Anônima de “Um cidadão amigo do Brasil”*. Documento datado a 25/10/1972. Destaques do autor.

nacionalista”.⁵⁸ Já em outro caso, ao tratar das atividades estudantis na mesma instituição, em julho de 1974, “HM2”, colaborador do Deops/SP, descreveu ter tomado conhecimento de um jornal subversivo que circulava na Faculdade de Psicologia, no qual continham “artigos de nível altamente doutrinário, insuflando a revolta contra o sistema e sugerindo uma reunião dos alunos para fazer um movimento, ou algo assim”. O fato teria sido narrado por uma aluna da escola: “pessoa digna de nossa confiança; é nossa colaboradora”. Situações semelhantes ocorreriam ao largo do processo de espionagem.

Cabe abrimos um parêntese para ressaltar que, para além da transmissão de dados em sua forma bruta, em alguns casos é possível observar a presença de opiniões concretas dos informantes, agentes do aparato repressivo ou não, junto às suas denúncias. No decurso do último documento citado, ao tratar das movimentações dos alunos da PUC críticas à sobretaxa, o informante “HM2”, além de destacar que os alunos se aproveitaram do “clima de desagrado e revolta generalizados”, esboçou sua opinião concordando que a taxa cobrada pela PUC é “exorbitante, injustiça, extorsiva”, mas que “os alunos interessados em criar desordem, revolta, desagrado contra o sistema, aproveitaram-se da situação e organizam um movimento de caráter muito mais político que monetário”.⁵⁹

De modo semelhante, o colaborador “HM1” ao repassar informações sobre a Faculdade de Medicina da USP, em maio de 1976, destacou que ali vinham sendo pregados cartazes a respeito do DCE com “apresentação e forma nitidamente esquerdistas,⁶⁰ bem como cartazes das chapas “Caminhando” e “Refazendo”. Disse ele: “arranquei de novo muitos cartazes, alguns dos quais envio. Porém novos foram afixados”. Após destacar também ter encontrado dentro da sala do CAAVEC dezenas de jornais e cartazes do *Jornal Movimento*, finalizou com o seguinte comentário: “é realmente incrível a quantidade e a qualidade de impressão de que dispõem os comunistas. Pena que todo este equipamento não esteja a serviço da verdadeira cultura e dos verdadeiros interesses que deveriam orientar nossa mocidade”.⁶¹

Outro fato válido de ser sublinhado é a contribuição direta dos funcionários das instituições de ensino à repressão. Um relatório de julho 1979, relativo a um Processo Sumario na Cásper, apresenta a delação feita por Alpio Linera, encarregado da disciplina da Faculdade, que comunicou ter surpreendido, durante um intervalo, o aluno Janer de Oliveira “portando panfletos subversivos e até distribuindo-os entre os alunos”, com a colaboração de outro aluno.

⁵⁸ Cf. APESP, DEOPS, OP 1393. PUC - Faculdade de Filosofia. Documento datado a 30/06/73.

⁵⁹ Cf. APESP, DEOPS, OP 1384. *Relatório PUC*. Documento datado a 14/07/1974

⁶⁰ Cf. APESP, DEOPS, OP 1408. *Relatório PUC*. Documento datado a 06 e 07/05/1976

⁶¹ Cf. APESP, DEOPS, OP 1408 *Relatórios – ME*: Jan. a 17 mai. de 1976. Documento datado a 10/05/1976.

O material se tratava do *28 de Março*, jornal do DCE, e, entre suas páginas, discorria sobre o assassinato de estudantes, incluso o do estudante secundarista Edson Luís, destacando que após o AI-5 “esses crimes que eram cometidos publicamente passaram a ser realizado nos porões das polícias políticas e militares”.⁶² Por razão daquela ocasião, os boletins foram apreendidos e o Diretor daquela Faculdade instaurou sindicância para expulsão dos dois alunos com base no Decreto 477.⁶³

A contribuição de outros órgãos encarregados pela repressão foi igualmente fundamental no processo de obtenção de informações pela polícia política. Um telegrama de 1975, originado na Polícia Militar da cidade de São Paulo e difundido ao Deops/SP, por exemplo, denunciou o recebimento de telefonema de “um cidadão dizendo chamar-se Alfredo Magno”, estudante da FADUSP, o qual informava que “naquele estabelecimento de ensino está havendo eleições p/ diretório acadêmico Armando Álvares Penteado e que no interior do mesmo está havendo desordens, inclusive disparo de arma de fogo”.⁶⁴

Apesar de as delações e denúncias terem origens distintas, a prática mais habitual para a coleta de informações no meio estudantil, voltada para o Deops paulista, foi a infiltração dos agentes de segurança, corriqueiramente à paisana, matriculados ou não nas instituições de ensino superior postas sob observação. Esses, por diversas vezes, fizeram suas observações e intervenções sem gerar suspeitas, mas, da mesma maneira que os estudantes “dedos-duros”, nem sempre passariam despercebidos. Como evidenciou Motta, dentre os inúmeros casos de descobertas de colaboradores da ditadura atuantes nas universidades, alguns chegam a ser “folclóricos”, mas, por vezes “[...] às vezes as lideranças estudantis conseguiam identificar e expor agentes infiltrados que, claro, não voltavam às salas de aula”.⁶⁵

Em setembro de 1968, segundo uma matéria publicada no Diário da Noite, durante a primeira plenária do Congresso Regional da União Nacional dos Estudantes, realizado em setembro daquele ano no Crusp, os conhecidos “dedos-duros” da polícia tinham saído do local e os que tentaram entrar “foram reconhecidos e tiveram que sair quietinhos, os outros sentindo

⁶² Cf. APESP, DEOPS, OP 1265. *Relatório de Processo Sumário na Cásper*. Documento datado a 02/07/1979.

⁶³ Cf. APESP, DEOPS, OP1257. Para além desse documento, os alunos punidos pelo Decreto 477 também se encontram presentes na relação de alunos punidos pelo mesmo em 1969, expedido pela DSI-MEC. Cf.: AESI-UFMG, caixa 10, 1969. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/bitstream/handle/123456789/1156/Arquivo%20AESI-UFMG.%20Caixa%2010.%20Ma%C3%A7o%2023%20-%20Ano%201969.PDF?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jan. 2019.

⁶⁴ Cf. APESP, DEOPS, OP 132. Origem: PM / Difusão: DEOPS. Assunto: Denúncia. Datado a 22/10/1975.

⁶⁵ MOTTA, op.cit. p. 203-04.

a força do esquema de segurança, um dos mais perfeitos montados até agora, não quiseram tentar a infiltração”.⁶⁶

Aos 07 de outubro de 1968, outro policial à paisana foi descoberto. O agente em questão era Lucio Pereira Medeiros, infiltrado no movimento estudantil. Conforme uma matéria publicada no Correio da Manhã, desde a morte do estudante José Guimarães, na quinta-feira anterior, Medeiros passou a trabalhar no Crusp, prestando auxílio aos estudantes no comando de defesa do prédio da Cidade Universitária. O agente buscou obter a simpatia dos colegas, a fim de “conseguir saber como estava sendo organizado o sistema de defesa e as armas de que dispunham para enfrentar um assalto ao CRUSP”. Mas, em pouco tempo, caiu em contradição em suas falas, sobretudo quando tentou vender armas aos estudantes, que recusaram e o prenderam na madrugada da segunda-feira. Após ser interrogado e identificado, foi solto nas imediações do Crusp. Medeiros confessou ter ligação com Ulisses Belfort, aluno da Faculdade de Direito da USP, o qual os estudantes alegavam ser agente do SNI.⁶⁷

Em outra situação, em 1978, ao repassar que “nada oficial foi escrito ainda nos murais a respeito do Congresso Nacional pela Anistia”, o investigador responsável destacou o seguinte: “[...] esperando-se para os próximos dias alguma comunicação por parte dos representantes das entidades que participaram ativamente do conclave, mobilizando-se inclusive na confecção de listas, em universidades e organizações de trabalho, dos ‘dedos-duros’”, isto é, “aqueles que de alguma forma tentar colaborar com o governo, denunciando as atividades estudantis aos órgãos policiais e de informações”. O observador destacou que para as inscrições para o Congresso Nacional pela Anistia, exigiu-se que os inscritos colocassem em suas fichas o número do Registro Geral, com a justificativa de que serviria para “facilitar possível identificação no ato de inscrição ou no decorrer do congresso, para evitar que alguém facilitasse a entrada de elementos dos órgãos de segurança entregando-lhe o Crachá de identificação”.⁶⁸ A situação descrita demonstra a precaução tomada contra a presença dos “dedos-duros”.

Dentre os casos de informantes que teriam prestado serviço aos órgãos de segurança do Estado, podemos ainda fazer menção ao caso que ganhou maior destaque na mídia na época: o de Heloísa Helena Magalhães, mais conhecida como *Maçã Dourada*. Heloísa foi detida em julho 1968 pela comissão de segurança da Faculdade de Filosofia da USP – que se encontrava ocupada por estudantes –, acusada de praticar espionagem em favor da polícia política. Foi solta

⁶⁶ Hemeroteca Digital. Diário da Noite, 16 de set. de 1968, 1º caderno, p. 6.

⁶⁷ Hemeroteca Digital. Diário da Noite, 16 de set. de 1968, 1º caderno, p. 3; Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 08 de out. de 1968, nº 23.159, ano LXVIII.

⁶⁸ Cf. APESP, DEOPS, OP 1387, PUC. Documento datado a 06 nov. 1978.

após cinco dias, depois de interrogada. Em entrevistas, a jovem alegou não ser reservada especial do Deops, apenas uma informante voluntária, passando algumas informações – como a respeito de assembleias e roteiros de passeatas – ao delegado Celso Telles, do Serviço Secreto da Polícia. Os depoimentos prestados à imprensa por Heloísa foram carregados de respostas evasivas e contraditórias. Já o Deops, assim como a Secretaria de Segurança Pública, afirmou, é claro, que Heloísa não exercia funções junto à polícia política.⁶⁹

Décadas depois, Bonchristiano, ex-delegado do Deops, declarou o seguinte: “Eu sabia tudo o que o Dirceu fazia porque ele era metido a galã e eu coloquei uma agente nossa para seduzi-lo” [...] “Ela era muito bonita, a Maçã Dourada, e me contava todos os passos dele”. Ainda segundo o ex-delegado, Heloísa Helena fora “uma das 40 moças contratadas pelo DOPS para esse tipo de serviço [...]”.⁷⁰

Figura 4 - José Dirceu, Julio Magalhães (pai de Heloísa) e Heloísa Magalhães em entrevista coletiva.

Fonte: APESP, DEOPS, OP 1257, Folha da Manhã, 10/07/1968.

De acordo com o depoimento prestado pelo historiador Daniel Aarão Reis à equipe do Acervo O Globo, apesar de todo o interesse público “o episódio não teve a mesma relevância no contexto do movimento estudantil, que, na época, começava a adotar as ocupações de universidades como ferramenta de protesto importada da França”.⁷¹ No entanto, apesar da

⁶⁹ Cf. APESP, DEOPS, OP 1257, O Estado de São Paulo, 09/07/1968; A Gazeta, 10/07/1969.

⁷⁰ Cf. AGÊNCIA Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Entrevista concedida pelo delegado aposentado, ex-chefe da Divisão de Ordem política do Deops paulista, José Paulo Bonchristiano à jornalista Marina Amaral. Disponível em: <https://apublica.org/2012/02/conversas-mr-dops/>. Acesso em 14/03/2019.

⁷¹ BLOG do Acervo O Globo. *Jovem 'informante' do Dops é libertada após cinco dias mantida por estudantes na USP, há 50 anos*. 09 de jul. de 2018. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/jovem->

ressalva, é interessante sublinhar a atenção atribuída pelo Deops/SP ao caso, fato evidenciado pelos recortes de dezenas de matérias jornalísticas, de diferentes datas, anexados entre os registros sobre o movimento estudantil.⁷²

3.3. Os meios e espaços de coleta de informações

Tão importante quanto as instituições e indivíduos responsáveis pela obtenção e transmissão de informações acerca do setor estudantil, foram os meios e espaços sobre os quais a vigilância foi efetuada com maior recorrência. É sobre isso que discorreremos nos subitens a seguir.

A atenção à mídia

O fato de que os órgãos que compuseram aparato repressivo acompanhavam as produções de impressos, programas de rádio e televisão não é um assunto que nos é estranho. Mas, além da atenção atribuída a esses veículos de comunicações objetivando à censura de conteúdos contrários à ditadura, a observação a eles teve por finalidade a obtenção de informações sobre assuntos diversos. No que tange ao movimento estudantil, a polícia política se esforçou para coletar e arquivar a maior quantidade possível de informações acerca de suas movimentações estampadas nas páginas de vários jornais do país e, mesmo, em outros meios de comunicação de massa, como nos programas de rádio e televisão.

Nos dossiês presentes no acervo do Deops/SP dedicados as informações obtidas sobre o ME, constam inúmeros recortes de matérias de jornais que abordaram o assunto. Ao tratar da invasão da Faculdade de Belas Artes em 1969, por exemplo, o Deops/SP cruzou as informações obtidas pela instituição de ensino com as alcançadas através da mídia impressa. No dossiê sobre o caso, ressaltam-se algumas páginas de uma edição do Jornal *Folha de S. Paulo*, de 1968, nas quais constam fotografias de estudantes em manifestações, sob as quais os agentes do Deops perpetraram rabiscos a caneta, no intuito de traçar suas identificações nominais.⁷³

Outra ocorrência, datada a 26 junho de 1975, novamente ilustra esse tipo de situação, da mesma maneira que evidencia o intercâmbio de informações entre os órgãos universitários

informante-do-dops-e-libertada-apos-cinco-dias-mantida-por-lideres-de-ocupacao-na-usp-ha-50-anos.html.

Acesso em: 19 de jun. de 2019.

⁷² Cf. APESP, DEOPS, OP 1257.

⁷³ Cf. APESP, DEOPS, OP 1263. Da FEBASP para o delegado de Ordem Política do DEOPS. Documento datado a 12/68 e 03/03/1969.

e policiais. Naquela data ocorreram uma série de manifestações estudantis na Faculdade de Belas Artes, estas que, por sua vez, culminaram em publicações pela imprensa da capital paulista. No tocante a esse caso, constam dois documentos específicos no dossiê policial dedicado àquela instituição de ensino. Primeiro, um relatório de observações originado pela Delegacia de Ordem Política, no qual constam alguns detalhes sobre as movimentações naquela Escola, como as reivindicações centrais, as movimentações do local e a difusão de informações na imprensa, com foco na *Folha de São Paulo*. No mesmo relatório foi destacado o fato de não ter sido possível a participação de um observador na reunião entre os estudantes e o dirigente, mas ficara estabelecido com o secretário daquela Escola, que ele contataria a delegacia, dando o resultado dos debates e, se possível dos alunos participantes. Já o segundo documento, diz respeito ao *Ofício nº446/75*, através do qual o secretário da instituição de ensino solicitava informações sobre cinco alunos listados em alguns jornais de grande circulação como “líderes do movimento”. O pedido encaminhado à polícia teve como desfecho a seguinte frase: “Antecipadamente grato pelas atenções e pela inestimável ajuda que V. Sa. tem dispensado a este estabelecimento de Ensino superior, aproveito o ensejo para reiterar os protestos de estima e apreço...”.⁷⁴

Em 1978, um relatório policial, sobre as atividades realizadas no campus da PUC-SP, apresentou o seguinte: “através dos documentos e noticiários dos jornais periódicos da cidade de São Paulo, PROVAMOS que os dirigentes e responsáveis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, continuam a infringir a Lei de Segurança Nacional”, dado o fato dos mencionados terem permitido reuniões e Assembleias, que, mesmo abertas, “não perdem o caráter de clandestinidade a que são relegadas por força da Lei que as extinguiu nos idos de 1968, por comprovadamente terem sido cerne de atividades terroristas”. O documento atribuiu destaque de a PUC ser espaço de reuniões do Grupo de Convergência Socialista; uma frente de socialistas que se propunham a fundar o Partido Socialista. Para essas afirmativas, os agentes do Deops/SP tomaram como base da informação uma matéria publicada na Folha de São Paulo, em março de 1978.⁷⁵

Muito embora a maior parte dos dossiês sobre o movimento estudantil apresentem recortes de mídias impressas, também é possível nos depararmos com registros que evidenciam a coleta de informações a partir dos programas de rádio e televisão. A título de exemplo, um informe, datada de 1978, descreve uma matéria exibida no Jornal do Meio dia, no então Canal 13, acerca dos cinco membros do diretório acadêmico da faculdade Cásper Líbero processados

⁷⁴ Cf. APESP, DEOPS, OP 1263. Documento datado a 25/06/1975.

⁷⁵ Cf. APESP, DEOPS, OS 001084. DEOPS – DI/SE. Documento datado a 02/08/1978. Destaque do autor.

por subversão. A matéria consistiu em uma entrevista com o aluno candidato à presidência do Diretório naquele ano. Ao fim do registro policial sobre a matéria, consta um destaque a caneta, para que se verificasse os nomes de outros universitários que participaram dessa discussão. Consta, também, no mesmo documento, uma lista de telejornais gravados e seus respectivos canais: Jornal da Cidade, no canal 2; Telejornal Hoje, no canal 5; É tempo de notícia, canal 7 e o Globo no Ar, na Rádio Nacional.⁷⁶

Pode-se observar que, além da vigilância sobre os meios de comunicação tratar-se de um modo de obtenção de informações sobre as movimentações estudantis e seus componentes, os agentes policiais também atribuíram importância às opiniões difundidas nesses meios sobre o movimento estudantil.⁷⁷

Entidades representativas, processos eleitorais e espaços deliberativos

A vigilância se pôs de modo igualmente contínuo sobre as disputas e dinâmicas políticas em torno das entidades de representação estudantil universitárias. Os agentes da repressão se atentaram tanto às atividades que vislumbravam no momento presente, quanto às atividades futuras – como reuniões, atos, convenções, manifestações, publicações de manifestos. No que diz respeito aos processos eleitorais dessas entidades, o acompanhamento foi ininterrupto. Estiveram também sob a mira da repressão os estudantes e as chapas que se sobressaíam no jogo político. O objetivo central dessas investigações era o de traçar o perfil político-ideológico das chapas concorrentes e de cada um de seus componentes.

Nos relatórios policiais foram descritos, de quando em quando, para qual lado as eleições se direcionavam, ou seja, se a disputa caminhava para a vitória de chapas de esquerda ou de direita, e, se de esquerda, a qual linha política, partido ou organização, ela estava majoritariamente alinhada. Diversas atividades organizadas, ou endossadas, pelas entidades estudantis foram consideradas um atentado ao governo vigente. Da mesma maneira foram visualizados os documentos por eles produzidos e distribuídos.⁷⁸

⁷⁶ Cf. APESP, DEOPS, OP 1265.

⁷⁷ Cf. APESP, DEOPS, OP 1263; OP 1265.

⁷⁸ Entre os informes documentados pela polícia consta um datado de abril de 1971 que tratou do panfleto intitulado “*E o povo?*” distribuído em frente à FDUSP pelo XI de Agosto, cujo conteúdo apresenta o posicionamento dessa entidade estudantil frente à política nacional. No documento estudantil consta uma crítica à emenda que substituiu a constituição em 1969 e, logo, às eleições indiretas naquele período: “Enfim, é chegada a hora de indagarmos até que ponto poderão os governantes administrar o país sem o consentimento dos governados, os quais são os primeiros e únicos a sofrer diretamente as consequências da administração”. Ibid. Documento datado a 07 de abril de 1971.

Embora as observações sobre esses processos eleitorais pelo Deops/SP datem desde a década de 1950, é a partir de 1964, momento no qual a esquerda estudantil passa a se destacar nos espaços representativos da categoria e quando o Estado se volta, mais do que nunca, para a perseguição do “inimigo interno”, que a observação sobre o perfil ideológico das chapas e entidades torna-se mais assídua.⁷⁹ Como já destacamos, mesmo que os tradicionais órgãos representativos tenham sido colocados na ilegalidade no decurso da ditadura, alguns deles continuaram atuando à sua maneira e, em outros casos, os estudantes buscaram por novos meios de organização. Essas alterações não passariam despercebidas pela repressão.

As assembleias estudantis, um dos espaços centrais de discussão e deliberação da categoria estudantil, foram identicamente versadas pela polícia política e seus colaboradores. Essas atividades geraram uma grande preocupação pelos órgãos do Estado por possibilitarem a reunião de muitos estudantes num mesmo espaço, e por promover o debate conjunto em torno de determinadas pautas, possibilitando a circulação de ideais opostas às abarcadas pelo Estado ao longo da ditadura. As notas tomadas pelos informantes durante as observações nas assembleias possibilitavam a identificação dos estudantes mais atuantes em cada instituição de ensino e os encaminhamentos tirados pelos estudantes naqueles espaços, incluindo calendários de atividades, foram utilizados como base para espionagem e para as ofensivas.

Em um informe policial datado a 15 de outubro de 1968, ao discorrer sobre a Assembleia Geral Extraordinária, convocada pelo centro acadêmico *XI de Agosto*, realizada no dia anterior, para debater sobre a repressão ao 30º Congresso da UNE, que contou com a presença de aproximadamente 250 pessoas, foi enfatizado que: “apesar dos esforços de alguns, em apresentar entusiasmo, era visível o sentimento de frustração que dominava a maioria, face o malogro do Congresso e reflete a crise que lavra no movimento estudantil de esquerda, agora completamente desarvorado”. Naquela assembleia estudantes, oradores alertavam acerca das providencias que estavam sendo adotadas por parte do governo visando o impedimento das manifestações estudantis. Demonstrou-se, mais uma vez, a preocupação policial em efetuar uma análise acerca das movimentações da categoria.

Já na segunda metade da década de 1970, passado o período marcado pelo refluxo das atividades estudantis de larga escala, os estudantes iniciaram a luta pela reconstrução das associações representativas estudantis. A partir do ano de 1974 amplificam-se os encontros

⁷⁹ Um dos dossiês do Deops/SP, majoritariamente voltado para registros acerca do corpo discente da Faculdade do Largo São Francisco, ao Mackenzie e à Universidade Católica de São Paulo, esboça com clareza a atenção policial atribuída às eleições para entidades estudantis desde agosto de 1954. Cf. APESP, DEOPS, SS 50Z013_004.

estudantis, em nível local e nacional, voltados para esse processo que, por sua vez, seria acompanhado passo-a-passo pelos órgãos de segurança e informação.

Um documento de informações do CIE, de 1974, disposto entre os dossiês do Deops/SP, apresentou uma análise acerca da reorganização do movimento estudantil naquele período. Foi destacado que os acontecimentos verificados no meio estudantil indicavam a “obediência a uma direção centralizada, possivelmente com orientação externa”, enfatizando a “orientação de organizações subversivas nacionais, sendo as que maior influência exercem o PCB, PC do B, e APML do B”. Ressaltou-se que *“a reorganização do Movimento Estudantil visa a tumultuar a ária do ensino e assim assassinar as instituições vigentes na reivindicação de seus temas”* e que os encontros de estudantes *“só vêm os interesses da subversão”*. Estava previsto que no ano em curso, com a mudança de presidente e sua necessária fase de adaptação, viriam a ser incrementadas as práticas consideradas subversivas no meio estudantil, e, desse modo, *“deveriam ser intensificadas as medidas de vigilância sobre o meio, visando acompanhar a evolução do movimento”*, particularmente: a realização de encontros, Congressos, Reuniões e Seminários. Deveriam também ser realizados o levantamento de líderes, a identificação dos participantes do 31º Congresso da UNE e de sua atual Diretoria, e acompanhadas a ligação com organizações subversivas nacionais e internacionais, e políticas.⁸⁰ E assim sucedeu.

Diversos dossiês policiais foram dedicados ao processo de reorganização das entidades representativas estudantis. O II Encontro Nacional dos Estudantes, em 1976, por exemplo, é um dos assuntos em destaque no dossiê policial de relatórios daquele ano. Durante a observação daquele evento, além da relatoria comum, foram listados os estudantes reconhecidos. Ao final do relatório constava: “E assim terminava o II ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES, sem que as lideranças esquerdistas conseguissem ressuscitar o monstro da União Nacional dos Estudantes, pelas próprias dissensões existentes no seio do Movimento Estudantil...”.⁸¹

Os espaços deliberativos de universidades privadas não fugiram da intensa observação policial. Para além da PUC – instituição mais lembrada nesse sentido, especialmente pela historiografia especializada – outras instituições foram espaços que contaram tanto com a presença das movimentações estudantis, quanto dos agentes da repressão.

⁸⁰ Cf. APESP, DEOPS, OP 1217. Centro acadêmico de Filosofia da USP (pasta 2-46) – M.E. 1976. Origem: CIE. Documento de informações nº 0013/CISA-ESC RCD. Assunto: Movimento estudantil Documento datado a 1974.

⁸¹ Cf. APESP, DEOPS, OP 1406. Relatório do Movimento Estudantil de 1976. Documento datado a 14/08/1974.

As assembleias discentes na Universidade São Marcos, por exemplo, foram alvo de observações veladas pela polícia política. Em um caso de outubro de 1978, o observador descreveu que estiveram presentes em uma assembleia aproximadamente 80 estudantes, que objetivavam escolher membros para formar uma comissão de “6 elementos”, para acompanhar os trabalhos de auditoria na documentação de contabilidade do diretório acadêmico “Onze de novembro”, e também objetivavam a criação de um CA.⁸² Numa observação análoga, constam 12 estudantes listados daquela instituição, seguido do “carômetro” juntamente ao nome e função de cada qual no DA (6 deles).⁸³ Em setembro, foi feito um compilado de dados e uma síntese da atuação dos alunos com maior atividade nas assembleias daquela instituição, citando seus graus de politização – com ênfase ao filho de do sociólogo Florestan Fernandes, Florestan F. Jr.⁸⁴ Tal prática de observação, que culminava no fichamento dos estudantes politicamente mais ativos, não foi particular dessa instituição.

Desse modo, demonstra-se, novamente, que além da captura de informações sobre o movimento estudantil enquanto coletivo, a suspeição e a intensa vigilância sobre indivíduos particulares, mesmo nos eventos com presença massiva da categoria. Para além das lideranças, foram versados todos os componentes de chapas e de entidades representativas estudantis. Muitos tiveram seus nomes listados entre os documentos policiais, junto a seus documentos de identidade, por vezes, associações partidárias e demais dados pessoais e políticos, que serviriam para identificar sua presença em outras atividades e meios classificados como “subversivos”.⁸⁵

O campo cultural sob a mira: Imprensa clandestina, cineclubes e teatro

A suspeição sob qualquer forma de produção cultural ou artística, visando, sobretudo, impedir a propagação de questões políticas, foi uma prática corriqueira ao longo da ditadura militar.⁸⁶ O Estado buscou, de diferentes maneiras, impedir esse tipo de circulação de ideias, utilizando-se do legislativo para promulgação de leis e decretos, da prática da censura – seja implementando a censura prévia, ou ocasionando a autocensura⁸⁷ –, e de ações como de apreensão de documentos e do maquinário de gráficas que funcionavam na clandestinidade.

⁸² Cf. APESP, DEOPS. Informe de observação velada [informante 3224]. Assunto: Assembleia estudantil – Universidade São Marcos. Documento datado a 04/10/1978.

⁸³ Cf. APESP, DEOPS, OP 1309. 03/10/1978 Origem: DEOPS. Lista de atuantes a Fac. São Marcos.

⁸⁴ Cf. APESP, DEOPS, OP 1313. 16/09/1977 Origem: DEOPS-OP. Informe de assembleia, S/data.

⁸⁵ Cf. Anexo C.

⁸⁶ Cf. FICO, op.cit., p. 168.

⁸⁷ No tocante a definição de censura prévia e autocensura Cf.: SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 10, vol. 4, 1989.

Situação semelhante ocorreu no meio estudantil universitário. Apesar de as produções culturais ou artísticas de cunho político terem sido expressamente proibidas, a opção pelo campo cultural foi abraçada pelo movimento estudantil, sobretudo nos tempos de larga repressão, por meio de impressos, realização de cineclubes e de peças de teatro.⁸⁸ Atividades desse gênero não passariam batidas pelos encarregados pela repressão.

Em relação aos impressos, os “jornais, murais, cartazes e panfletos refletiam a própria estrutura que estava ao alcance das entidades estudantis”, o que pode ser visualizado através de sua “periodicidade incerta [...], a falta de recursos e o teor político, que variava conforme o grupo”,⁸⁹ e conforme cada conjuntura vivenciada. Variados tópicos estamparam as páginas desses documentos como: casos de prisões e a torturas, a contrariedade ao imperialismo estadunidense, questões relativas à qualidade de ensino e à autonomia universitária, o apoio às lutas de outros setores sociais, a luta pela anistia e pelas liberdades democráticas, e outros mais. Essas temáticas se faziam inteiramente contrárias à ditadura e seu projeto de governo atrelado ao desenvolvimento dependente, se fazendo igualmente presentes nos espetáculos de música, no teatro e em exibições de filmes.⁹⁰

Mesmo nos primeiros meses de 1969, com a recente promulgação do AI-5 e do Decreto 477, quando a repressão recrudesce sobre o setor estudantil, a apreensão de documentos produzidos por este último – que se encontravam expostos em murais ou vinham sendo distribuídos nos corredores das universidades – se deu de modo numeroso, o que evidencia a continuidade de sua produção após o recrudesimento da repressão, embora que sob novos moldes. Naquele período, como já destacou Müller, uma das funções dos jornais estudantis era a de “criar uma identidade coletiva, de organização e ação na luta clandestina”.⁹¹ A título de exemplo podemos fazer menção a uma cópia do Jornal “*Avante*”, da faculdade de direito da USP, apreendida em maio de 1969, pouco depois da promulgação do Decreto-Lei 477. A edição apresentava críticas à ditadura, em especial ao AI-5 e a “universidade arcaica”.⁹²

Toda a produção documental oriunda do meio estudantil, tanto os jornais quanto pequenos panfletos, foram apreendidos em diferentes circunstâncias, entre as quais: no momento de sua distribuição; no departamento policial, junto aos pertences de estudantes

⁸⁸ PELLICCIOTTA, 1997, passim; MÜLLER, 2010, passim.

⁸⁹ MÜLLER, op.cit., p. 75.

⁹⁰ Impressos de vários tipos, como jornais, boletins ou panfletos, se apresentam em grandes quantidades, tanto nos acervos de documentos oriundos do meio estudantil, como entre os documentos oficiais do acervo da polícia política. No caso do acervo do Deops paulista se destacam os jornais e boletins dos centros acadêmicos, como é o caso, por exemplo, do boletim do CEGE/USP e do jornal *Porandubás* da PUC.

⁹¹ MÜLLER, op.cit., p. 77.

⁹² Cf. APESP, DEOPS, *SS 50Z013_005*. Anexo do Jornal da faculdade de direito da USP, “*Avante*”. Documento datado a 28/05/1969.

detidos; nos murais das Escolas, arrancados por investigadores e informantes, ou mesmo nas próprias gráficas clandestinas, juntamente aos mimeógrafos, como resultado das invasões policiais.

Diversos dos relatórios procedentes de observações policiais nas instituições de ensino apresentam elencados aspectos como: aulas, atuação do ME, murais e panfletagens. É notável a busca constante pela existência de conteúdos que apresentassem, mesmo que minimamente, teor político que, por sua vez, quando encontrados eram apreendidos ou descritos e encaminhados ao Departamento. Quando, durante as observações dos agentes do Deops/SP, não constavam assuntos de interesse eram repassadas frases semelhantes a: “Quanto aos murais, não havia nada mais que o de costume. Era o que tínhamos a relatar”⁹³. Tãmanha foi a apreensão dessas produções que, além de estarem presentes como anexos entre os informes e relatórios, foram criados dossiês específicos para esse tipo de documentação.

No tocante aos impressos, podemos afirmar que a apreensão e difusão desses por parte dos agentes da polícia política apresentaram alguns objetivos centrais: (1) obter conhecimento dos ideais que eram propagados pelo meio estudantil através do conteúdo daqueles materiais; (2) impedir a circulações dos impressos e, portanto, das ideias; (3) obter informações acerca da agenda de atividades do ME, e (4) identificar os responsáveis por sua produção, considerando a classificação desses enquanto subversivos. Além do mais, a partir da documentação produzida através da ótica da vigilância, buscava-se traçar mapeamentos de onde estavam localizados os mimeógrafos e os locais de distribuição dos materiais que, por sua vez, eram considerados focos de urgência para ação. Tal atividade investigativa acarretaria na apreensão de documentos e, em alguns casos, no desmantelamento de gráficas clandestinas e na prisão e indiciamento de estudantes.

A título de exemplo, aos 13 de junho de 1969 um investigador do Deops paulista tomou nota de que: “diariamente, pela manhã, estudantes esquerdistas vem se reunindo no Diretório Acadêmico na Escola de Jornalismo “Cásper Libero” e “a portas fechadas””,⁹⁴ destacando que aquele DA possuía um mimeógrafo no qual vinham sendo impressos “boletins subversivos”. O investigador listou nominalmente os participantes daquelas reuniões – informando que todos eram alunos daquela faculdade, somados a estudantes de esquerda da PUC-SP.⁹⁵

⁹³ Cf. APESP, DEOPS, OP 1225. Documento datado a 02 de abril 1973.

⁹⁴ Grifo original do documento.

⁹⁵ Esse caso embora que em documentação distinta, e somado a outros assuntos, remete ao caso de Janer Oliveira e outro estudante desconhecido, citado na p. 101 deste trabalho.

Outro documento, datado de outubro de 1969, tratou da distribuição de boletins e de uma reunião estudantil realizada na Faculdade de Direito da USP para discussão da situação política. No que diz respeito aos boletins, o investigador responsável apontou que distribuição foi feita por uma aluna daquela faculdade e por um aluno da Faculdade de Filosofia, destacando que a primeira já havia sido detida naquele Departamento por “se mostrar de grande atividade” e ser ligada ao VPR.⁹⁶ No tocante a reunião, o investigador informou que “estava sendo realizada na sala dos estudantes, sendo permitida apenas a entrada dos alunos”, que não constatou “nada anormal”, e que “o movimento de alunos mínimo, não havendo distribuição de panfletos, discursos ou cartazes”. Podemos observar aqui a ênfase atribuída à distribuição de impressos.⁹⁷

Durante ou após o ato de apreensão, buscava-se sempre pela origem do panfleto ou periódico, diga-se seu local de produção e seus responsáveis. No tocante a um panfleto intitulado *Convocação*, de março de 1975, elaborado pelo CA 22 de Agosto, do curso de Direito, foram listados pela polícia política os componentes das entidades estudantis responsáveis pelo panfleto, contendo dezenas de estudantes.⁹⁸ Tal prática além de facilitar a apreensão dos impressos, facilitava a identificação dos supostos responsáveis e a descoberta da localização das gráficas clandestinas.

É nesse sentido que o conteúdo de um documento produzido pelo Deops/SP, disposto na tabela a seguir, nos evidencia, de modo mais preciso, um dos resultados da atividade de apreensão de produções estudantis.

Tabela 1 – Relação de panfletos apreendidos e analisados pelo Deops/SP em junho de 1976

Título	Origem	Tipo documental
“Faca amolada”	Diretoria do CEUPES	Panfleto
“Contra a vontade de milhares, mas	História da USP	Panfleto

⁹⁶ Cf. APESP, DEOPS, OP1257. Documento datado a 10 de outubro de 1969.

⁹⁷ Interessante ressaltar, que o documento mencionado também traz que “os autos estacionados nas imediações da faculdade, cujas placas anotadas, são as seguintes: [seguem o número de 16 placas]”. Ao lado das numerações há uma rasura feita por aquele DOPS: “Verificar todas as placas”. Esse documento, e outros semelhantes ao mesmo, nos mostra o ato de verificação de placas de automóveis enquanto uma prática comum da vigilância, que visava à identificação de indivíduos presentes em determinadas atividades, especialmente na ocorrência de eventos com grande participação estudantil: investigava-se o proprietário e origem do automóvel listado. Ibid. 10/10/1969. Em outubro de 1976, por exemplo, foi concebida uma relação de placas de veículos presentes na reunião do Encontro Nacional de Estudantes na faculdade de ciências sociais da USP. Nessa lista constam 70 placas de veículos. Cf. OP 1410. Documento datado a: 16/10/1976.

⁹⁸ Cf. APESP, DEOPS, OP 1386. Documento datado a 03/1975.

com a certeza de milhões”		
“Anistia”	Componentes do grupo de “Debate” da Faculdade de História	Panfleto
“Quando o MEC avança na implantação da Reforma Universitária”	CA de Filosofia	Panfleto
“Manifesto Alternativa”	“Alternativa” - dirigente do DCE	Panfleto
“Todos ao ato público pela Anistia”	Chapa “Liberdade e Luta” (alunos da FAU)	Panfleto
“Liberdade e Luta Intervém”	Grupo Componente da chapa “Liberdade e Luta” do DCE	Panfleto
“Todos ao ato público”	Diretoria do DCE da USP	Panfleto
“O significado da Luta contra as Prisões Políticas”	Integrantes da chapa “Organizar a luta”	Panfleto
“Posição nº 5”	Grupos de alunos da FEA	Panfleto
“Comunicado”	Diretório acadêmico da FEI	Panfleto
“Cobra de Vidro”	CAs da FEI, GV e FAAP.	Panfleto
“O CA 22 de Agosto convida...”	CA “22 de Agosto”	Jornal
“Cultural do DCE Convoca” e “Cartas aos Srs. Orlando Villas Boas e Cláudio Villas Boas”.	Fundação Escola Sociológica e Política e PEC	Panfleto
“Atlética”	Escola de Comunicação e Artes	Panfleto
Sem título.	Grupo de Teatro Cena Livre (FAU)	Panfleto

“O significado da luta contra as prisões políticas”	Chapa “Organizar a Luta” – Inst. de física e matemática da USP.	Panfleto
“Documento de conclusão da assembleia do dia 18/06/1976”	FAU/USP.	Panfleto
“Boletim Informativo” junho/776, nº7.	CA Visconde de Cairu	Boletim
“Ciclo de debates – Habitação”	Ermínia Maricato.	Publicação
“Proposta de encaminhamento das decisões da assembleia geral de 03/06”	Escola de Sociologia e Política de São Paulo	Panfleto
“A propósito da “Semana de estudos de jornalismo”.	CA Lupe Cotrim	Panfleto
“Utilização dos anfiteatros e outros locais pelo DCE”.	ASI-USP	Panfleto
“Centro acadêmico Visconde de Cairu”	Gestão Movimento	Panfleto
“III Colóquio de Incentivo a Pesquisa”	DA de Filosofia SJRP	Panfleto
“Quinzenal” – Junho 76, nº2.	CA Visconde de Cairu	Panfleto
“Afresco – Jornal dos Estudantes”	Estudantes da FAU	Panfleto

Fonte: APESP, DEOPS, OP 1354, junho de 1976.

Conforme se pode observar, trata-se de uma relação de documentos analisados pela polícia política em junho de 1976 que, além de atestar a expressiva quantidade de impressos de origem estudantil apreendidos pelos agentes policiais, evidencia os assuntos recorrentes no meio estudantil durante o período em questão.

Outra das formas de resistência estudantil, através do campo cultural, sobretudo após o recrudescimento da repressão em 1968, foi a exibição de filmes. Os cineclubes apresentaram filmes com conteúdos diversos, trazendo majoritariamente questões políticas. Conforme

destacou Müller, entre os universitários era forte a ideia e que o cinema deveria estar ligado à política e, como tal, deveria colaborar na resistência contra a ditadura militar” e, de tal maneira, “[...] a realização de ciclos de cinema, dos cineclubes e cinematecas instalados nas universidades fugiam ao esquema comercial que predominava no circuito cinematográfico em geral”.⁹⁹

Como todas as atividades desempenhadas pelo estudantado, essas exhibições foram alvo da vigilância. Os relatórios, oriundos das observações exclusivas as sessões, trouxeram, de maneira geral, os seguintes pontos de observação: (1) um resumo dos filmes; (2) a descrição de aspectos técnicos do filme, como sua nacionalidade, duração, se era a cores ou preto e branco; (3) dados acerca da seção, como local e horário de realização, e (4) a movimentação referente à exibição, destacando se houve alguma manifestação ou debate a respeito dos filmes ou se limitaram-se apenas a assistir os mesmos, e a quantidade de presentes. Esses pontos de observação demonstram a preocupação policial com o caráter político que poderia apresentar tais atividades e com seu alcance no meio estudantil.

Os registros das observações sobre os cineclubes datam com maior frequência o ano de 1976, com filmes exibidos em instituições como a PUC, a USP, a FVG e a FAAP. Dentre os filmes é possível citar: *A Caminho da Felicidade*, *O Milagre de Malaquias*, *O Caso Matei*, *Mama Roma*, *Investigação Sobre um Cidadão*¹⁰⁰, *Terra em transe*, *Um cidadão acima de qualquer suspeita*. Uma exibição de *Macunaíma*, em abril de 1976, pelo Cine Clube C.A.A.E da FGV, por exemplo, concentrou aproximadamente 400 estudantes. Para o filme *Terra em Transe*, somou-se mais de 150 espectadores. Na PUC, uma exibição de *Um cidadão acima de qualquer suspeita*, reuniu novamente cerca de 150 alunos. A numerosidade do público demonstra o peso da atividade para o movimento da categoria estudantil do período e a estreita atenção da repressão sobre a mesma.¹⁰¹

Assim como o cinema, é possível destacar a realização de peças de teatro pelo estudantado, por vezes vinculadas aos centros acadêmicos, igualmente mantidas à espreita da repressão. Como foi o caso de *Vida e Morte Severina*, apresentada pelo *Grupo Evolução*, na PUC, em abril de 1976 e a mesma peça e *Os Fuzis da Senhora Carrar*, do alemão Bertold Brecht, pela cultural do CA XI de Agosto, da FADUSP, também em abril de 1976.¹⁰² Em um relatório de maio de 1976 consta: “Está sendo apresentada no anfiteatro da História (USP) a

⁹⁹ MÜLLER, op.cit., p. 70.

¹⁰⁰ Cf. APESP, DEOPS, OP 1408.

¹⁰¹ Cf. APESP, DEOPS, OP 1324.

¹⁰² Cf. APESP, DEOPS, OP1324.

peça “Diário de um Louco”, de Gogol, do dia 8 ao dia 16, às 20h30hrs. Muitas vezes após esse tipo de palestras ocorrem “debates” e reuniões esquerdistas. Pode ser interessante verificar”.¹⁰³ Casos como este se repetem em outros documentos.

Um dos pontos de análise do relatório policial intitulado *Líderes Estudantis*, foi o nomeado “Teatro Universitário”, no qual consta que desde 1965, quando foi inaugurado o Teatro da Universidade Católica (TUCA), o Serviço Secreto do Deops/SP acompanhava a atuação dos “elementos” que integravam os grupos teatrais do meio universitário. O texto destacou o então diretor do TUCA, Henrique Suster, que, conforme as informações recebidas pelo departamento de polícia política, tratava-se de um “elemento ativíssimo nas esquerdas, identificado com as lideranças do movimento estudantil em São Paulo”. No tocante ao Teatro da Universidade de São Paulo (TUSP), o relatório apontou que aquele espaço havia sido “infiltrado por outros elementos esquerdistas”, como Carlos Takaoka e Cláudio Arantes. A conclusão disposta no documento foi a de que: “através do teatro, pretendem os esquerdistas propagar a ideologia comunista entre os estudantes universitários, que, em conformidade com a tese marxista-leninista, são um meio propício para a disseminação de sua propaganda”.¹⁰⁴ Nota-se, novamente, o intuito policial em manter em evidência o meio estudantil, incluso as atividades culturais, enquanto espaços de observação, por considera-los locais de atuação e difusão dos ideais de esquerda.

De olho no “proselitismo”: vestibulares e calouradas

As tradicionais atividades estudantis voltadas para os exames vestibulares e, sobretudo, as “calouradas”, também detiveram a atenção da polícia política.¹⁰⁵ Tais atividades, que propiciavam o contato de veteranos com os ingressantes, foram enquadradas pelos agentes de segurança no rol das movimentações perigosas à ordem, tendo em vista que as consideraram como uma ocasião ideal para a eventual propagação dos ideais da vanguarda estudantil, de esquerda, aos candidatos e ingressantes das instituições de ensino superior. De fato, para além de um contato inicial entre os estudantes, essas atividades visaram “apresentar informações sobre a realidade na qual o país estava inserido, com o objetivo de introduzir os estudantes no universo das questões específicas do sistema educacional”, sendo que “[...] tais experiências

¹⁰³ Cf. APESP, DEOPS, OP 1408. Relatório PUC. Documento datado a 06 e 07/05/1976.

¹⁰⁴ Cf. APESP, DEOPS, OP 1225. Movimento Estudantil no Estado de SP- *Líderes estudantis*. s/data, folha 6.

¹⁰⁵ A vigilância sobre as atividades em calouradas e vestibulares também fez parte das ações de outros órgãos voltados para a vigilância e repressão das universidades, como foi o caso ASI/UFF e DSI/MEC. Cf. PEREIRA, op.cit., p.220.

também podem ser vistas como tentativas de ampliar a representatividade e o poder de articulação do movimento, através do recrutamento de jovens que acabavam de ingressar na universidade”.¹⁰⁶

As atividades organizadas diretamente pelas entidades estudantis de cada instituição de ensino, versando os calouros, contaram com a atenção especial.¹⁰⁷ Em um documento de 21 de março de 1969, por exemplo, o delegado de Ordem Política do Deops/SP, Alcides Bueno, destacou que no dia 22 daquele mês, seria realizada a passeata de calouros do CA *Horácio Berlinck*, da Faculdade de Ciências Econômicas da FAAP, destacando o horário e o itinerário a ser seguido.¹⁰⁸ Já em 27 de março de 1973, em um informe derivado de observações realizadas na FADUSP, destacou-se o empenho da direção do CA da mesma em “conquistar os calouros” daquela Escola: “Logo que estes entraram em aulas, distribuíram um panfleto, batendo sempre na mesma tecla, ou seja, a reforma universitária e a questão do ensino pago”.¹⁰⁹

No tocante as atividades de espionagem realizadas entorno dos exames vestibulares, podemos ilustrar tal prática com um registro de janeiro de 1970, difundido pelo Deops/SP à comunidade de informações, sobre a distribuição do panfleto intitulado *Em memória ao colega Chael Schreier, assassinado pela ditadura*, no qual o investigador relatou que “durante os exames vestibulares que vem se realizando na Cidade Universitária, estão sendo distribuídos panfletos entre os estudantes, com dizeres que abordam a morte do terrorista Chael Charles Schreier”. Chael foi aluno da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia e era dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares no ano de seu assassinato, em 1969.¹¹⁰ O informe da polícia política difundido à comunidade de informações apresenta, além da presença dos observadores nos exames vestibulares, a atenção dada à disseminação do apoio a um guerrilheiro naquele espaço.¹¹¹

Ainda sobre os vestibulares e os processos de matrícula, é possível destacar atitudes semelhantes. Em uma observação às Faculdades paulistanas, por investigadores do Deops/SP, em janeiro de 1977, foi exposta a tentativa de boicote dos alunos às inscrições para o exame vestibular, desenvolvendo uma campanha de conscientização entre os candidatos. Seis alunos estariam bloqueando a entrada daquela escola, e o vice-presidente da entidade mantedora

¹⁰⁶ MÜLLER, op.cit., p. 63.

¹⁰⁷ Cf. Anexo D.

¹⁰⁸ Cf. APESP, DEOPS, OP 1321.

¹⁰⁹ Cf. APESP, DEOPS, OS SS 50Z013_005. Documento datado a 27 de mar. 1973.

¹¹⁰ Cf. APESP, DEOPS, SÃO PAULO. (2014), “Rubens Paiva”. *Ficha de mortos e desaparecidos políticos: Chael Charles Schreier*. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/chael-charles-schreier>. Acesso em: 28 mai. 2019.

¹¹¹ Cf. APESP, DEOPS, OP 1257. Documento datado a 07/01/1970.

solicitara o concurso do Deops para intervir e garantir o patrimônio da escola.¹¹² Já no mês de fevereiro de 1978, ao transmitir informações sobre matrículas no Mackenzie, o investigador responsável colocou que naquela data, foram iniciadas as matrículas referentes ao exame vestibular para o ano de 1978, apontando que tudo ocorria “num ambiente de bastante calma, apesar de haverem gozações dos veteranos com os calouros, porém sem excessos”.¹¹³

No mais, em um dos relatórios policiais voltado a discorrer acerca dos “antecedentes do Movimento Estudantil”, seu autor destacou que foi produzido um “intenso proselitismo” em torno dos calouros, através do “Trote Unificado”, organizado por vários diretórios acadêmicos, para conscientizar os ingressantes do papel dos universitários nas lutas sociais.¹¹⁴ De tal maneira, além do conteúdo das observações meramente descritivas, é possível de se observar que, por vezes, o discurso produzido pelos responsáveis pela repressão deixou transparecer a forma com a qual esse tipo de atividade era vislumbrada e problematizada.

As atividades externas em foco

Embora as práticas de vigilância tenham se voltado majoritariamente para o interior das universidades após o ano de 1968, elas também foram efetuadas em outros espaços. A inquietação devido a difusão das demandas da categoria estudantil entre os outros setores da sociedade foi latente, dada a preocupação com a manutenção da ordem voltada para a garantia do projeto almejado pelo Estado ditatorial. Dessa maneira, não foram apenas os comícios e passeatas, capazes de mobilizar milhares de pessoas em várias regiões do país, que chamaram a atenção dos atentos agentes de segurança e informações do Estado. Eventos externos, que não tinham relação direta com o movimento da categoria estudantil também foram alvo de atenção. Visando captar possíveis discussões de cunho “subversivo” e dados sobre as movimentações da oposição, os agentes e informantes da polícia política se inseriram no ambiente extra acadêmico e, por vezes, em espaços pouco usuais, como em bailes de formatura, e, até mesmo, churrascos de turma.

Em abril de 1975, por exemplo, foi realizada uma observação sob um Baile de Calouros organizado pelo CC 22 de Agosto, da PUC.¹¹⁵ De modo semelhante, em abril de 1978 foram feitas observações junto ao Baile de Calouros da Faculdade São Marcos, realizado no Clube

¹¹² Cf. APESP, DEOPS, OP 1314. Origem: DEOPS – OP [3023 e equipe]. Documento datado a 31/01/1977.

¹¹³ Cf. APESP, DEOPS, OP1261. Origem: DEOPS-OP (Investigador: Sergio Mendes Villar), para: Diretor do DEOPS – Silvio Pereira Machado. Documento datado a 01/02/1978.

¹¹⁴ Cf. APESP, DEOPS, OP 1406. Documento datado a 14/08/1974.

¹¹⁵ Cf. APESP, DEOPS, OP 1392. Documento datado a 18/04/1975.

Atlético Juventus.¹¹⁶ O mesmo ocorreu em eventos realizados em prol dos calouros, nas universidades, como foi o caso da I Semana Cultural de Calouros, também em abril de 1978.¹¹⁷

Já como um outro tipo de situação, podemos mencionar que no ano de 1970, para as solenidades de formatura do curso de bacharelado em direito da Universidade de São Paulo, foi aprovado para paraninfo, pela comissão de alunos encarregada, o professor Caio Prado Júnior. Conforme o que se apresenta entre as linhas do documento originado pelo Deops/SP, dedicado exclusivamente à questão, após a homologação do nome de Caio Prado para paraninfo, teria se criado um clima de tensão entre os quintanistas daquela Escola e gerado irritação do então Diretor da Faculdade de Direito da USP, José Pinto Antunes. O relatório policial atesta o esforço realizado para identificar os alunos que votaram naquele professor para paraninfo e para acompanhar as discussões entre os estudantes que apoiavam o paraninfo eleito. À vista da situação, foram realizadas observações veladas, por parte da polícia política, por cerca de três dias.¹¹⁸

Conforme pudemos esboçar no decurso deste capítulo, não seria difícil para que os órgãos que constituíam o aparato repressivo do Estado levassem as atividades empreendidas pelo movimento da categoria estudantil ao desmantelamento. No entanto, diversas dessas atividades prosseguiriam sem maiores intervenções, o objetivo era claro: primeiro vigiar, depois agir. A documentação coletada e sistematizada, que incluía importantes informações em nível coletivo e individual, seria fundamental para a descoberta de atividades estudantis de maiores dimensões, bem como para a incriminação de diversos componentes da categoria em momentos posteriores.

¹¹⁶ Cf. APESP, DEOPS, OP 1309. Documento datado a 09/04/1978 [informante 2821].

¹¹⁷ Cf. APESP, DEOPS, OP 1309. Documento datado a 07/04/1978 [informante Roberto Campos].

¹¹⁸ Cf. APESP, DEOPS, SS 50Z013. Documento datado a 19/09/1970, p.301-302.

CAPÍTULO 4. DAS INFORMAÇÕES À PRÁXIS

Quem chega à sala do comissariado do DOPS – no último andar do Palácio da Relação – vê fixado à parede um cartaz. Seus dizeres – alinhados à moda dos antigos dísticos romanos – exprimem um conceito sugestivo:

‘Informar para prevenir. Agir para reprimir’.

O conteúdo da função dopsiana fica aí revelado com meridiana clareza. A polícia política necessita de informantes. E com o material fornecido pelos alcaguetes que pode então passar a reprimir - quer dizer, a espancar, torturar, para obter confissões das vítimas.

O objetivo não tem nobreza, a missão policial é sórdida, os meios são ignóbeis.

MARIGHELLA¹

Embora que a categoria estudantil universitária tenha empreendido suas lutas de maneira contínua no decurso da ditadura, nem todas suas atividades obtiveram êxito integral e, da mesma maneira, nem todos seus militantes escapariam às investidas repressivas. O acompanhamento silencioso de todas as movimentações provenientes do setor estudantil possibilitou à repressão o acúmulo de um sem número de informações que permitiu a antecipação de suas ações, propiciando, por vezes, a derrubada de atividades de maiores dimensões, a prisão de estudantes politicamente ativos e no acúmulo ainda maior de informações que corroborariam em ofensivas posteriores.

Postas tais colocações, neste capítulo nos deteremos às implicações diretas da prática da vigilância e, conseqüente, do acúmulo de informações, sobre o movimento estudantil, atribuindo ênfase às ofensivas da repressão sobre atividades e espaços da categoria, assim como às implicações posteriores na vida dos estudantes que tiveram seus nomes listados entre as documentações da polícia política paulista, de modo a exemplificar o uso dos produtos do processo vigilante enquanto uma das ferramentas da repressão ao estudantado, em nível coletivo e individual.

¹ MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. São Paulo: Brasiliense; Salvador: Editora Brasiliense, 1994, p.51.

4.1. *Ofensivas sobre a categoria estudantil*

Considerando a atual situação estudantil e outros fatos que poderão ocasionar a quebra de normalidade neste Estado e tendo em vista contatos mantidos anteriormente, visando uma atuação mais incisiva e harmônica dos órgãos responsáveis pela segurança, venho hipotecar apoio às medidas que Vossa Excelência houver por bem adotar para a manutenção da ordem pública.

São necessárias variadas providências no campo da ordem política e social, para o bom desempenho das quais, especificamente no caso do atrito de entre estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e Universidade Mackenzie e prisão dos principais líderes e agitadores entre os quais JOSÉ DIRCEU, LUIS TRAVASSOS e MARIA DO SOCORRO [...].

Para o bom desempenho destes encargos solicitaria a Vossa Excelência, juntasse aos poderes que lhe são próprios, também o da Polícia Federal, delegando-os as autoridades que lhe são subordinadas, para que se tornem efetivas todas as medidas necessárias à manutenção da ordem.

A Polícia Federal, com todos os recursos disponíveis estará empenhada em idênticos objetivos. Dada à deficiência de nossas instalações, com falta absoluta de prisões, pediria também a Vossa Excelência, conservasse em seu poder as pessoas que devierem a ser detidas.²

Objetivando ilustrar as grandes operações investidas sobre a categoria estudantil, realizadas com o suporte de informações anteriormente obtidas, selecionamos dois eventos que tiveram maiores dimensões nesse sentido, e sobre os quais consta uma documentação mais detalhada sobre seus antecedentes, o ocorrido e seus desdobramentos: a *Operação Ibiúna* e a *Operação Crusp*.

A Operação Ibiúna

Ao tratar das mobilizações dos setores de oposição social em 1968 no Brasil, assim como sobre os seus reflexos, sobretudo do movimento estudantil, é inevitável lembrar o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes. Comumente conhecido como o “Congresso de Ibiúna”, esse encontro, que vinha sendo organizado há meses na clandestinidade, e que tinha por objetivo central a eleição da nova diretoria da entidade máxima de representação estudantil, teve um final precoce, marcado por sua desmobilização pelas forças repressivas do Estado.³

² Cf. ARQUIVO Público do Estado de São Paulo (APESP), DEOPS, OP 1225. Solicitação: *Of. Nº 518/68 – GAB*. Do Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal, ao Secretário da Segurança Pública do Estado de S. Paulo: Encaminhado ao DEOPS para reconhecimento e execução. 03 de out. de 1968. Grifos do autor.

³ Embora o Congresso fuja do recorte espacial circunscrito para o presente estudo, que seria São Paulo, o mesmo adquire importância ao trabalhar a temática por ser compreendido como marco inicial da desmobilização em massa das atividades do ME, sobretudo em nível nacional.

Como foi possível salientar no decurso deste trabalho, anteriormente ao recrudesimento da repressão, o movimento estudantil já se dispunha entre os setores mais visados pelos órgãos de repressão. No entanto, apesar dos vários impasses estabelecidos desde a deflagração do Golpe, a categoria, que empreendeu suas atividades de maneira contínua, optou pela realização de seu trigésimo congresso nacional. Porém, mesmo que o estudantado tenha compreendido a viabilidade da realização do Congresso naquele momento, seus riscos não foram ignorados em absoluto. Por um lado, uma parte dos estudantes não vislumbrava a ação da repressão que se punha em seu horizonte, por outro, uma parcela contava com essa possibilidade, mas, em suas previsões, sua intensidade seria menor do que a de fato se daria. De todo modo, o risco não foi bem calculado.

Eram 7h15 da manhã do dia 12 de outubro de 1968. Os estudantes se organizavam para o café de manhã antes de darem prosseguimento às atividades do Congresso, quando ali chegaram mais de 200 agentes da Força Pública e do Departamento Estadual de Ordem Polícia e Social de São Paulo. Foi, então, que o Sítio Murundu, localizado a 70 km da capital paulista, tornou-se palco da prisão de cerca de 700 estudantes. Os jovens ali autuados foram conduzidos para o para o Presídio Tiradentes e para o DEOPS/SP. Entre os presos estiveram algumas das lideranças estudantis mais ativas no período, como José Dirceu, presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Luís Travassos, presidente da União Nacional dos Estudantes, e Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro.⁴

Apesar de os estudantes terem articulado um grupo dedicado a segurança do Congresso, como se pode notar, ele foi insuficiente. Conforme descreveu Vladimir Palmeira, quando as forças policiais chegaram “não havia nenhum plano”. Palmeira e Travassos almejaram uma fuga pelo morro que ficava aos fundos do Sítio Murundu, mas, com a intensificação e aproximação dos tiros disparados ao alto pelos agentes policiais, a única solução viável foi a de se entregarem.⁵

Décadas depois, ao compartilhar suas memórias sobre o Congresso e, é claro, sobre a desmobilização do encontro pelos agentes da repressão, o ex-presidente da UEE paulista, José Dirceu, descreveu as péssimas condições do local escolhido para a realização do evento, tal

⁴ Contornada a situação, 158 mulheres e 558 homens “devidamente relacionados pelo Dr. Orsatti e escrivão deste Departamento”, dentre os quais, 199 eram do Estado de São Paulo. Os detidos foram encaminhados ao presídio Tiradentes, e Travassos, Dirceu, Ribas e Palmeira foram encaminhados ao DEOPS e imediatamente indiciados em flagrante. Cf. APESP, DEOPS, OP 1258.

⁵ DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Garamond, 1998, p. 15.

como o cerco policial e as prisões em massa que ocorreram quando o dia ainda estava amanhecendo:

Comida fria, na maioria, numa parte dos delegados doentes. E foi descoberto. Porque o risco era grande. Porque o local não tinha condições, né?! [...] Mas que muitos não acreditavam estar havendo realmente uma repressão. Achavam que era um querendo acabar com o congresso, porque ia perder, porque ia ganhar, entendeu?! E muitas lideranças tomaram a decisão de não sair. Foram todas presas, né?!⁶

Carlos Russo Júnior, ex-militante do movimento estudantil e da Ação Libertadora Nacional (ALN), também discorreu sobre da leitura errônea que os estudantes tiveram acerca da possibilidade de uma investida repressiva em Ibiúna:

É claro que é muito difícil você estimular um congresso, com mil estudantes participantes, sem que notícias vazem para a repressão política. De tal maneira que a queda do Congresso de Ibiúna não era desejada, não era esperada. Mas, estava dentro das probabilidades, daquele contexto histórico, achava-se que a repressão não chegaria ao ponto de prender todos os estudantes que estavam no Congresso de Ibiúna. Achou-se errado.⁶

Logo, de maneira inesperada pela maioria dos estudantes que compunham aquele Congresso, e sobre dimensões maiores do que outros tantos prognosticavam, a repressão chegou, acarretando em uma das maiores prisões em massa no decurso da ditadura civil-militar brasileira. O desfecho do Congresso, sob o comando das forças repressivas, tonou-se um marco significativo no plano das atividades contestatórias de massas que vinham sendo praticadas ao longo daquele ano. A contar daquela ocasião, estava explícita a emergência de um novo ciclo político-repressivo.

Importante também ressaltar que embora uma ofensiva repressiva tenha sido desacreditada e subestimada por parte dos estudantes, a ação policial que desembocou na dissolução daquele encontro não se deu de um dia para o outro. Todo o preparo para o Congresso não passou despercebido aos olhos dos órgãos de segurança e informação do Estado, que permaneceram atentos a todos os passos dados pelo estudantado.

Ao descrever o cerco policial em Ibiúna, a imprensa da época destacou em suas páginas o fato de os habitantes daquela cidade terem notado, desde o início daquela semana, a presença de jovens estranhos à região que “iam à cidade comprar pão, carne, escovas e pasta de dentes,

⁶ Trechos do Depoimento de alguns dos participantes do Congresso sobre da organização, do cerco policial e das prisões que foram efetuadas no dia 11 de outubro de 1968. Cf.

despertando suspeitas ao adquirir mais de NCr\$ 200 de pão de uma só vez”.⁷ Estas movimentações, incomuns à região, geraram desconfiança em seus moradores que transmitiram as informações ao Deops e à Força Pública de São Paulo. É certo que esses dados foram preciosos para identificar as movimentações dos estudantes e o local exato no qual seria realizado o congresso, mas, conforme atesta a documentação oficial, o início do processo voltado para o desmantelamento desse evento foi anterior àquela semana.⁸

O fato de que ocorreria um congresso nacional não era, há um bom tempo, mistério para ninguém. Além das informações obtidas através das observações dos agentes da repressão e de seus colaboradores, as notícias sobre o preparo de um futuro congresso do órgão de representação máxima dos estudantes corriam, sem delongas, nas páginas da imprensa.

Em setembro de 1968, anteriormente ao 30º Congresso, foi realizado em São Paulo, no Conjunto Residencial da USP, o congresso regional relacionado à UNE, que teve por objetivo central o preparo das teses a serem apresentadas pela representação paulista no nacional. O evento contou com um esquema de segurança habilmente organizado e, apesar de a repressão não ter comparecido, o cuidado foi conservado até o final.⁹ Esse congresso contou com a presença de cerca de 2.500 estudantes e de 55 faculdades, o que possibilitava supor que o encontro posterior contaria, provavelmente, com semelhante participação estudantil. Todas essas informações circularam nos diversos jornais da capital paulista.

É evidente que apesar de a pré-organização para o congresso nacional, que ocorreria na clandestinidade, não ter sido segredo, os estudantes almejavam, conforme demonstram seus esquemas organizativos, que sua organização e realização não atraíssem suspeitas. Todavia, diferentemente regional, a realização do nacional não ocorreria com tranquilidade. O 30º Congresso foi especialmente visado pelos órgãos de repressão, afinal de contas, para além da previsão de que ali se reunissem, mais uma vez, centenas de estudantes politicamente ativos, o congresso contaria com a presença de várias lideranças, já que era naquele espaço em que seria eleita a nova direção da União Nacional dos Estudantes.

Como é sabido, a UNE, mesmo no período em que permaneceu na ilegalidade, foi especialmente visada pelo aparato repressivo, que se dedicou a acompanhar qualquer atividade correlacionada à entidade estudantil. De maneira semelhante, todas as movimentações partidas

⁷ O valor corrigido para julho de 2019 corresponderia a cerca de R\$ 1.700,00 de acordo com o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da FGV).

⁸ BANCO de dados Folha. *Congresso da UNE: todos presos*. FOLHA de S. Paulo, domingo, 13 de outubro de 1968. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_13out1968.htm. Acesso em: 19 de abr. de 2019; Cf. VALLE, Maria. Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2016, cit., p.229.

⁹ Hemeroteca Digital Brasileira, DN, 16 de set, de 1968, 1º caderno, p. 2.

do meio estudantil foram acompanhadas passo-a-passo durante todos os anos da ditadura que precederam o 30º Congresso. Dada às largas dimensões do evento a ser realizado, fator que claramente dificultaria o seu sucesso, somado a estruturação bem organizada e ramificada dos órgãos de segurança e informação, não seria difícil para que sua queda constituísse um fato.

A ofensiva que se deu de modo intenso em Ibiúna, foi resultado de um plano previamente projetado e estruturado pelo Deops/SP, contando com a participação de outros órgãos repressivos do Estado, como foi o caso da Força Pública (FP). O esquema preventivo em questão, nomeado *Operação Ibiúna*, foi dotado de ferramentas distintas para que se efetivasse a dissolução do Congresso.¹⁰ A Operação foi dividida, por seus responsáveis, em três fases: (1) levantamento e difusão de informações, (2) ação repressiva, e (3) elaboração do inquérito policial.

Posto isto, foi previamente realizado o recolhimento de todas as informações concernentes ao congresso em questão e feita a identificação antecipada dos postos de observação e de segurança dos estudantes responsáveis pela organização do evento. Foram também levantados os pontos de embarque e desembarque rodoviários, ferroviários e aeroviários das delegações de estudantes que vinham de outras regiões do Estado e do país. Os dados obtidos foram disseminados por diferentes meios para que se procedesse a devida apreciação pelas autoridades. Com as informações em mãos, foi iniciado o preparo da ação repressiva.

Tomadas as primeiras atitudes por parte do Deops/SP, já no mês de setembro todas as autoridades da região de Sorocaba, na qual estava prevista a realização do Congresso, haviam sido alertadas e instruídas a comunicar qualquer tipo de movimentação ou agitação promovida por estudantes. Feito isso, no dia 07 de outubro o Departamento recebeu a informação de que foram avistados 10 estudantes na região. Estava, enfim, identificado o local no qual seria realizado o evento, a cidade de Ibiúna. Nota-se, assim, a importância da transmissão, da análise e do acúmulo de todas as informações possíveis, referente ao estudantado, para que o Serviço Secreto do Deops paulista efetuasse o levantamento do local de realização do evento já nos primeiros dias de outubro.

¹⁰ Apesar de este trabalho ter como marco inicial o final de 2016, quando a Operação Ibiúna era ainda inexplorada pela historiografia especializada, é importante atribuímos créditos ao primeiro estudo publicado que explorou a mesma com maiores detalhes, que diz respeito ao artigo de Pedro Ernesto Fagundes, publicado em 2018. É importante, contudo, destacar que apesar das semelhanças de ambos os trabalhos, cada um apresenta características e perspectivas próprias. Cf. FAGUNDES, P. “Operação Ibiúna”: XXX Congresso da UNE sob o olhar da repressão política. In: MÜLLER, Angélica (coord.). 1968 em movimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

Descoberto o local no qual seria realizado o congresso clandestino, a polícia política se voltou não para impossibilitar sua realização, mas de para estimular sua realização, visando cercá-lo quando estivesse em andamento, possibilitando, então, a prisão em massa de estudantes politicamente ativos, sobretudo das lideranças que, certamente, estariam no local.

Para fazer com que os estudantes fossem surpreendidos, as forças policiais se valeram do que foi chamada de “ofensiva da desinformação”, cujo objetivo foi gerar confusão e uma falsa sensação de segurança aos organizadores e participantes do Congresso. Como os jornais buscavam por notícias a respeito do assunto, a polícia política aproveitou para transmitir a eles a desinformação: conforme o relatório da Operação, um jornal especializado em assuntos estudantis, por exemplo, teria publicado que a polícia “tinha certeza que o Congresso estaria começando na cidade Monteiro Lobato”.¹¹ Assim, estava difundido à imprensa e, logo, aos estudantes o entendimento de o aparato repressivo desconhecia o local correto em que seria realizado o Congresso. Portanto, a “ofensiva da desinformação” viabilizou uma leitura errônea, por parte dos estudantes, a respeito da organização das forças repressivas, ao tempo que os agentes policiais paulistas, interagindo com as polícias de outras localidades do país, observavam e se informavam atentamente acerca dos detalhes do congresso que estava por vir.

Como mencionado, as movimentações das delegações que chegavam a São Paulo para se dirigirem posteriormente à Ibiúna também foram postas sob atenção. Mesmo que os estudantes tenham tentado fazer uso de artifícios para ludibriar os órgãos do aparato repressivo, como o fato de terem se deslocado da Guanabara, no Rio, até o município Jacareí, em São Paulo, e então, em outro transporte, terem ido para Mogi das Cruzes chegando, então, à PUC e o ao Crusp,¹² os agentes de segurança se mantiveram um passo à frente. Logo, ao organizar o esquema voltado para a derrubada do Congresso o Deops/SP havia tomado as seguintes medidas: (1) avisado o Delegado de Ibiúna que só difundisse informações sobre estudantes ao Deops; (2) realizado um levantamento completo do congresso, preparando a ação para os dias 11, 12 ou 13, “quando o Congresso estivesse instalado e a presença de todas as lideranças assegurada; (3) lançado a ofensiva da desinformação, fornecendo dados errôneos sobre o real conhecimento da polícia; (4) baixado a ordem de repressão.”¹³ Por sucesso ou não das táticas envolvidas nessa operação policial, os estudantes foram pegos praticamente desprevenidos na manhã de 12 de outubro e reprimidos de maneira superior a qualquer previsão.

¹¹ Cf. APESP, DEOPS, BR_SPAPESP_DEOPSOS000138, p. 104.

¹² Ibidem.

¹³ Cf. APESP, DEOPS, OP 1257.

Como destacou uma matéria de uma edição do jornal *Folha de São Paulo*, dedicada ao episódio, com a chegada das tropas policiais no local do Congresso, se iniciou uma correria entre os estudantes. Foram lançadas rajadas de metralhadoras ao ar até que, finalmente, com os estudantes rendidos, com exceção dos que conseguiram fugir pelos fundos, os agentes do Estado passaram a buscar pelos líderes do movimento.¹⁴ A prioridade atribuída à captura das lideranças se fez, mais uma vez, evidente:

Os estudantes estão reunidos para a revista, José Dirceu entre eles. Um investigador chega-se ao delegado Bonchristiano e diz: "Aquela cara não é conhecida?" O delegado olha e exclama: "É o José Dirceu!" O líder estudantil é retirado do meio da massa e levado antes que os outros, para onde estão os carros. Dirceu vai tranquilo, ri.¹⁵

À época do ocorrido em Ibiúna, o então governador do Estado de São Paulo, Abreu Sodré, reafirmou sua disposição de "manter a paz e a tranquilidade para a população que deseja trabalhar", acrescentando que agiu com energia para "reprimir a agitação e a subversão" quando determinou, "após horas de angustia e apreensão, a prisão de estudantes subversivos que participavam do congresso da UNE". Objetivou-se, mais uma vez, justificar o uso das forças repressivas através do discurso de preservação da ordem e do bem-estar social, a qual, segundo os agentes do Estado, os estudantes, suas movimentações e suas entidades representativas constituíam uma ameaça.¹⁶

Décadas depois do episódio repressivo em Ibiúna, Bonchristiano, ex-delegado do Deops/SP, declarou o seguinte: "Coloquei a garotada em 100 ônibus cedidos pela (viação) Cometa e levei todo mundo para o DOPS. Separei os líderes e liberei o resto para ir para casa. Não tínhamos vontade de matá-los, eram estudantes", ironiza.¹⁷ A derrubada do Congresso foi recorrentemente lembrada, com orgulho, por seus responsáveis.

No mais, como de praxe, no que diz respeito da desmobilização de atividades empreendidas pelos setores de oposição à ditadura, a descoberta do local do 30º Congresso, e sua consequente derrubada, entrou em território de disputa por parte dos órgãos de segurança do Estado.

¹⁴ BANCO de dados Folha, op.cit.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Cf. AGÊNCIA Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Entrevista concedida pelo ex-delegado do Deops/SP José Paulo Bonchristiano à jornalista Marina Amaral. Disponível em: <https://apublica.org/2012/02/conversas-mr-dops/>. Acesso em 14/03/2019.

Orlando Rozante, delegado de Ordem Social do Deops paulista na época, destacou que ao se aproximar do cruzamento da estrada da Cachoeira da Fumaça, no km 91 da BR 02, foi destratado por Malvasi, capitão da Força Pública (FP), que “ali acabara de chegar com o contingente daquela milícia”. Segundo Rozante, o capitão da FP proferiu a ele os seguintes dizeres: “Quem comanda aqui sou eu”; “Não vou segurar a vaca para o pessoal do DOPS mamar”.¹⁸ Afim de não criar caso, Rozante se retirou com seu pessoal, seguindo pela BR até outra entrada que dava para o local visado, onde penetrou com seus homens até o posto mais avançado possível: a usina elétrica da Cachoeira da Fumaça, que distava cerca de 10 Km (através do mato), do local de concentração dos estudantes. Ao chegarem ao local, Rozante e seus agentes, encontraram os investigadores chefiados por José Paulo Bonchristiano, também delegado do Deops/SP, que conduziam os presos com a colaboração dos soldados da Força Pública. Já na entrada de Ibiúna, Rozante relatou mais um desentendimento com outro capitão Força Pública por razão de uma maleta preta, que teria sido apreendida em poder dos estudantes durante a Operação. O capitão da FP reclamava a posse da maleta, delegando que seus oficiais não deveriam cumprir ordens dos Delegados do Deops.

Já Otávio Camargo, então delegado de Ibiúna, negou a responsabilidade do Deops tenha pela descoberta do local no qual seria realizado o Congresso. Em depoimento cedido à imprensa, Camargo afirmou que desde o início da semana em que ocorreria o congresso estudantil, ouvia os moradores das proximidades do Sítio de São Sebastião comentar sobre do aparecimento inesperado de uma “multidão” por lá, e, a partir disso, “resolveu comunicar o acontecimento ao Batalhão de Sorocaba e, depois, à Secretaria de Segurança Pública”.¹⁹

Postas variadas atribuições de responsabilidade pela Operação por parte de agentes diversos, a quem poderíamos atribuir, de fato, a responsabilidade sobre o desmantelamento do 30º Congresso da UNE? Ao considerarmos a ramificação e difusão de informações entre os diferentes órgãos que constituíram o aparato repressivo do Estado no decurso da ditadura, assim como a disputa entre eles no que compete as operações que resultariam em grandes saldos positivos no combate à oposição, dificilmente poderíamos atribuir apenas a um órgão a responsabilidade de descoberta e da ofensiva final sobre Congresso. Nesse caso, como em tantos outros, foi notória a participação ativa de agentes diversos, contudo, como se pôde observar, é fato que o Deops/SP acabou por tomar a dianteira na execução do plano de ação responsável pela derrubada do Congresso, assim como também viria a ser responsável por parte

¹⁸ Cf. APESP, DEOPS, OP 1258. *Relatório – Congresso da ex-UNE – Ibiúna*. Delegado de Ordem Social Orlando Rozante.

¹⁹ Diário da Noite (RJ), 14 de out. de 1968, 1º caderno, p. 02.

dos processos decorrentes daquela operação; como a elaboração do Inquérito Policial Militar e o acúmulo de informações.

Figura 5 – Veículos da Força Pública usados no transporte dos estudantes detidos em Ibiúna.

Fonte: Diário da Noite (RJ), 14 de out. de 1968, 1º caderno, p. 02.

É interessante também ressaltar que, o conteúdo do plano de ação referente à *Operação Ibiúna* nos apresenta, além da descrição da operação e de seus desdobramentos, um esforço realizado para uma leitura de maior amplitude daquele evento e do significado do mesmo para o movimento estudantil. Na primeira parte do plano de ação mencionado, voltada a colher todas as informações sobre o congresso anunciado, ao se dedicarem à finalidade que teria aquele evento, foi destacado que o mesmo era almejado pelos agrupamentos de esquerda enquanto chance para o desenvolvimento do movimento estudantil e para uma fusão deste último ao “Movimento Proletário de libertação”.²⁰ Acreditou-se, conforme consta no relatório policial,

²⁰ Cf. APESP, DEOPS, OP 1257, op., cit.

que esses agrupamentos objetivavam se utilizar do Congresso para lançarem uma ação de caráter anarquista em praça pública.

A polícia política se utilizou da análise de documentos produzidos por alguns grupos do meio estudantil, como foi o caso do documento intitulado “*Proposições para a UNE*”, com base no qual o relatório policial afirmou que a finalidade do Congresso de Ibiúna seria a de “agitar as massas populares, indispondo-as contra o governo e sua consequente derrubada”. Também foi tomado como objeto de análise o “*Informe da OCLAE [Organização Continental Latino Americana de Estudantes]*” ao 30º Congresso da UNE, o qual o relatório policial apontou como um incentivo à luta. Ao analisarem o *Programa para a União Estadual dos Estudantes* alegaram que o mesmo apresentava em seu conteúdo “a disposição de levar avante uma luta mais violenta e mais próxima da “linha chinesa””, concluindo que a mesma estaria “voltada para a coordenação de forças estudantis e populares para impulsionar uma revolução, bem como contribuir com sua parcela para a coordenação das demais forças, interessadas também na mesma finalidade em outros países da América Latina, através da *OCLAE*”, que, por sua vez, tinha sua sede em Cuba, “tudo levando a admitir a existência de uma orientação que, de acordo com a técnica que se vem observando, parte da China comunista, aliada a Cuba.”²¹

Conforme evidenciamos anteriormente, foi uma constante no discurso policial se referenciar ao setor estudantil enquanto uma marionete nas mãos dos agrupamentos de esquerda, sobretudo do Partido Comunista; mesmo nos momentos nos quais ele não teve predominância no meio estudantil. No caso dos Autos do caso de Ibiúna o relator afirmou que a atuação do ME se dava de acordo com o do “Plano de Trabalho Aprovado pela Conferência Estadual do Partido Comunista” que, por sua vez apresentava lutas voltadas a contrariedade a *Lei Suplicy*, ao acordo MEC USAID, à autonomia das universidades e ao posicionamento de vanguarda dos estudantes contra a ditadura, destacando-se ainda que: “Trabalhados habilmente e através de propaganda eficiente os estudantes se tornam presa fácil dos profissionais da subversão”.²² Mais uma vez se fez evidente uma associação generalizada do movimento estudantil a linhas político-ideológicas específicas.

Por fim, para além do desmonte de um congresso estudantil de grande importância e dimensões, acarretando na prisão de centenas de militantes da categoria e gerando medo e apreensão em muitos deles – ocasionando em situações de abandono da militância –, a *Operação Ibiúna* foi substancial para as ações futuras das forças repressivas, no sentido de que, a ação resultou na obtenção de uma vasta quantidade de informações, decorrentes do

²¹ Ibidem.

²² Ibid., pág.107 e 123

fichamento dos estudantes detidos em razão do Congresso. O acúmulo desses dados, mais uma vez, corroboraria na investigação de indivíduos posteriormente colocados sob a mira do Estado enquanto subversivos.

Após a prisão, os estudantes passaram pelo que foi chamado de processo de triagem, sob encargo do Deops/SP. Embora que a maioria dos estudantes presos naquela ocasião tenha sido liberada após o fichamento, os dados obtidos através do mesmo corroborariam para com o prosseguimento da repressão sobre os mesmos e o movimento da categoria. Conforme narrou José Dirceu:

Posteriormente, quando começaram a torturar e a assassinar em nome do combate à luta armada, tinham uma lista enorme de nomes e endereços à disposição. Foi um excelente banco de dados para reprimir uma parte significativa da esquerda: foto, impressão digital, histórico, tudo. Isso também desorganizou profundamente o movimento estudantil, porque muita gente havia voltado às suas faculdades para atuar e aquela ficha era um verdadeiro chamariz para a polícia.²³

De fato. Os dados obtidos pela polícia política corroborariam para a identificação de estudantes politicamente ativos e das mobilizações estudantis depois daquele episódio. Mesmo que após 1968 a categoria estudantil tenha revisto suas táticas e estratégias de luta frente ao recrudescimento da repressão, atuando, sobretudo, de modo mais restrito às instituições de ensino, suas atividades não escapariam aos olhos dos agentes do Estado. Em alguns casos posteriores de indiciamento e prisões de estudantes, é possível visualizar que a participação em Ibiúna, bem como em outras atividades relativas ao ME, foi citada como agravante.²⁴

No total, 695 indivíduos, de todas as regiões do país, detidos no Sítio Murundu, foram indiciados no Inquérito Policial nº 15/68 da Delegacia Especializada em Ordem Política, referente à *Operação Ibiúna*.²⁵, dos quais 11 foram autuados em flagrante e indiciados diretamente na Lei de Segurança Nacional. As lideranças mais visadas do período, Luiz Travassos, Antonio Ribas, Vladimir Palmeira e José Dirceu, por exemplo, foram indiciados em 1º flagrante. O inquérito policial resultante da Operação foi considerado pelo Deops paulista enquanto “um dos mais volumosos que se tem notícia”. O material, que abarca oito volumes, com 694 boletins individuais e 15 termos de declarações, dispõe, em seu conteúdo, vários

²³ DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Garamond, 2003, p. 169.

²⁴ Cabe ressaltar que em seu artigo, publicado em 2018, Aline Augustinho trouxe alguns dos casos nos quais a participação em Ibiúna foi utilizada enquanto agravante pela ficha de estudantes detidos ou perseguidos em outras situações. Cf. AUGUSTINHO, 2018

²⁵ Cf. APESP, DEOPS, OP 1258 e 1257, p. 110.

depoimentos e inúmeros documentos comprometedores, muitos dos quais foram encaminhados à Justiça Militar. No relatório de qualificação dos indiciados, há centenas de boletins individuais (fichas), nos quais constam: nome completo; nacionalidade; idade e data de nascimento; filiação; faculdade e curso pertencente e, em alguns casos, endereços. Também se fazem presentes, junto à documentação policial referente da Operação, álbuns fotográficos divididos pela representação estudantil de cada delegação e por gênero.

Outros produtos da Operação se apresentariam de outras formas em um curto espaço de tempo. Exemplo disso é um caso no qual o Diretor de Relações Públicas da Faculdade de Belas Artes de São Paulo buscava identificar alunos que participaram de movimentos estudantis na instituição em novembro de 1968. O diretor, que teria identificado uma das alunas envolvidas, constatando sua participação no Congresso em Ibiúna, solicitou ser informado, pelo Deops, se outros alunos daquela instituição estavam sendo processados pela participação do Congresso de Ibiúna. Em resposta, Aldério Tinoco, então diretor de Ordem Política daquele departamento policial, afirmou que: “tendo em vista o elevado número de indiciados, torna-se impossível identificar os alunos da Faculdade de Belas Artes. Assim sendo, o aconselhável seria termos uma relação dos suspeitos matriculados naquela Escola, para procedermos a pesquisa”.²⁶ É nítido que o diretor da FEBASP visou, tomar como exemplo o caso da aluna associada ao 30º Congresso da UNE para identificar os demais estudantes ativos no movimento daquela instituição de ensino. De modo similar a esse caso, a presença de estudantes naquele congresso continuaria sendo utilizada como forma de medir suas atividades políticas ao longo de muitos anos.

A Operação Crusp

Na madrugada do dia 17 dezembro de 1968, poucos dias após o decreto do Ato Institucional nº5, tanques do exército e soldados munidos de táticas de guerra adentravam a Universidade de São Paulo. As forças repressivas do Estado invadiam, especificamente, o Conjunto residencial da Cidade Universitária, onde havia, naquele momento, cerca de 1.400 residentes.²⁷ Como relatou, posteriormente, José Maria Bassalo, então pós-graduando em Física naquela universidade e, também, residente do Crusp:

Quando terminei os relatórios [de pesquisa], cerca de duas horas da manhã do dia 17, fui à janela do apartamento para respirar aliviado e, depois, me deitar.

²⁶ Cf. APESP, DEOPS, OP 1263.

²⁷ Cf. Relatório do IPM do CRUSP, Ibid., p.05.

No entanto, na janela, notei que o silêncio da madrugada tépida que cobria o Crusp, estava sendo perturbado por um ruído estranho, como se um furtivo comboio de carros tivesse entrando no campus da USP. Como era de madrugada, tive de aguçar a visão para ver que tipo de barulho era aquele. Qual a minha surpresa quando percebi que se tratava de tanques do Exército, cerca de 17 unidades, conforme verificamos mais tarde.²⁸

A desproporcionalidade das forças ali investidas foi uma das características mais expressivas daquela invasão que se configurou enquanto um dos acontecimentos que marcou o início da intensificação da repressão e a continuidade do refluxo do movimento estudantil. O episódio resultou, mais uma vez, na prisão de centenas de estudantes, na apreensão de diversos materiais nas dependências da residência estudantil, e em mais um caso de vasta produção de informações acerca dos estudantes detidos e do movimento da categoria.

Em 1968, anteriormente à invasão, o conjunto residencial vivenciava um momento de crise interna. Dentre os acontecimentos que marcaram o espaço naquele período podemos mencionar a greve de seus trabalhadores e a ocupação de uma parcela do conjunto pelos estudantes. Em agosto daquele ano o Bloco G do Crusp, que estava pronto desde 1967 e não era liberado legalmente pelo Instituto de Saúde e Serviço Social da Universidade (ISSU), foi ocupado pelos estudantes, que alegavam a incompetência do Instituto para cuidar dos edifícios. À crise, foi englobada a queixa dos estudantes o fato de 6 investigadores de Polícia terem ido ao Crusp e recebido da administração do ISSU o arquivo, de modo a violar a autonomia universitária.²⁹ Os detalhes desses acontecimentos marcaram presença no conteúdo das produções estudantis, das publicações da imprensa e da documentação da polícia política, atenta a cada movimentação naquele espaço.

Dada a intensificação da crise no Conjunto Residencial uspiano, bem como a efervescência da repressão em âmbito nacional, em outubro de 1968, os estudantes já aguardavam uma ofensiva repressiva. Uma matéria do *Diário Popular*, intitulada *Universitários ainda temem ocupação policial no Crusp*, mostra-nos um pouco da atmosfera estudantil no tocante a possibilidade de uma invasão violenta. Após grandes manifestações pela cidade de São Paulo, começou a circular o boato de que a residência seria tomada pelas forças policiais. A situação se agravou quando alguns jornalistas, que teriam tido contato com o diretor do Deops/SP, passaram a confirmá-lo: “Vocês atiraram num delegado da polícia e atingiram outro na cabeça. Eles estão furiosos, pois a polícia aprendeu a bater em estudante e não

²⁸ Cf. RELATÓRIO da Comissão da verdade da USP (CVUSP). *Depoimento de José Maria Filardo Bassalo*. São Paulo, 2018, volume IX, p. 23-4.

²⁹ Cf. APESP, DEOPS, OP 1225, *Diário da Noite*, 29.08.1968, 1º caderno, p.7.

apanhar”. Os estudantes permaneceram em vigília na madrugada do dia 8 para 9 de outubro, “preparando-se para enfrentar a propalada tomada policial que o Crusp sofreria”. Eles reforçaram suas barricadas, feitas anteriormente para conter ataques do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), e preparam outros esquemas de segurança. Nada aconteceu, mas alguns dos residentes continuavam a acreditar que a invasão poderia se dar a qualquer momento.³⁰ A invasão, de fato, ocorreria, mas um tanto longe do momento esperado: apenas dois meses depois.

Cabe ainda lembrar que, embora a invasão de dezembro de 1968 tenha sido a ofensiva mais intensa sobre o Crusp, a presença dos agentes do Estado não foi uma novidade naquele espaço estudantil; um dos mais visados pelos órgãos de segurança e informação do Estado ao longo da ditadura. No dossiê do Deops/SP dedicado ao Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, por exemplo, integram documentos produzidos entre os anos de 1965 e 1973, entre os quais constam relatórios das observações ali efetuadas e produções documentais apreendidas no local. A opção repressiva em atribuir destaque ao Crusp não se deu de modo irracional. O conjunto residencial foi palco de diversas das atividades desenvolvidas pelo movimento estudantil (como reuniões, assembleias e atividades culturais), sobretudo após a tomada do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na Rua Maria Antônia, em 1968, onde, até então, concentravam-se várias das atividades empreendidas pela categoria. Além disso, a residência uspiana foi moradia de diversos estudantes que compuseram a militância de esquerda e local de atividades consideradas desviantes aos padrões de moralidade tradicionais. As investidas àquela residência, que já se davam desde sua fundação, no ano de 1963, incluindo outras invasões das forças repressivas ao espaço, apenas se intensificaram a partir do AI-5.

De acordo com o próprio chefe do Estado maior da 2ª DI, Danilo da Cunha e Melo: “com o Ato Institucional nº 5, nós tivemos, enfim os meios para agir e ocupar aquele local, verdadeiro QG da subversão, desvirtuado que foi de suas finalidades, que seria de servir de moradia aos estudantes pobres”.³¹ Apesar da invasão ter sido efetuada poucos dias após a promulgação do novo ato institucional, a documentação oficial acerca do Crusp indica que essa ideia já vinha de longa data. Ademais, conforme o Coronel Danilo: “nós tínhamos conhecimento de que todos os elementos subversivos de São Paulo moravam no Crusp, mesmo

³⁰ Cf. APESP, DEOPS, OP 1225, *Universitários ainda temem ocupação policial do CRUSP*. Diário Popular, 10 de out. de 1968.

³¹ Cf. APESP, DEOPS, OP1225. “*Exército faz exposição de material subversivo*”, recorte do jornal Diário Popular 22 dez. de 1968, 1º caderno, página. 5.

os não estudantes, porque nós não somos bobos e pusemos gente nossa lá para saber o que estava acontecendo”.³² Estando cientes das movimentações no Crusp, bem como do que poderiam encontrar por lá, não tardaria para que as forças repressivas optassem por adentrar violentamente aquele espaço.

Além do mais, o ato da invasão foi efetivamente empreendido pelas tropas do II Exército, e este também foi responsável pela elaboração do Inquérito Policial Militar decorrente da mesma, no entanto, não podemos anular a possibilidade de participação de outros componentes do aparato repressivo, como o Departamento Estadual de Ordem Política e Social paulista, ou de sua tentativa de operar a invasão daquela residência.

Entre os registros do Deops/SP dedicados ao Crusp, encontra-se um documento intitulado *Operação Crusp*, que demonstra, em maiores detalhes, a existência de uma organização prévia à ação repressiva. O mesmo documento também nos leva a sugerir que o Deops/SP desempenhou posição ativa frente à questão, mesmo que não tenha o responsável central pela invasão. Pode-se observar abaixo a listagem presente no documento produzido pelo Deops/SP, na qual foram elencadas 10 prioridades a serem adotadas na invasão do Conjunto Residencial da USP.

OPERAÇÃO CRUSP

- 1) Revistar todos os apartamentos;
- 2) Apreender todo o material subversivo: livros, panfletos, revistas, cartazes, volantes e estêncil;
- 3) Mimeografo ou qualquer outra máquina de impressão;
- 4) Levantamento nominal dos estudantes que não estudam na USP e residem na Cidade Universitária;
- 5) Levantamento nominal dos estrangeiros que não estudam na USP e residem na Cidade Universitária;
- 6) Levantamento dos líderes sindicais;
- 7) Apreender armas; preparados para confecção de bombas e outros engenhos;
- 8) Estudantes com prisões preventivas decretadas ou condenados pela justiça militar;
- 9) Arrecadar dinheiro, proveniente de fundos coletados para sustentar a subversão;
- 10) Panos para confecção de faixas, tintas, color gets, pinceis e outros elementos para pichação;
- 11) Megafones, bolinhas de gude e pedras britadas.³³

³² Ibid.

³³ Plano da *Operação CRUSP*, expedido pela SSP/DEOPS, S/d. Embora o documento não apresente data, ele se encontra junto aos documentos relativos da invasão no CRUSP o que, segundo a lógica organizacional habitual do Deops/SP, sugere que o documento seja datado de 1968, pouco antes da invasão.

Para além do que nos atesta o conteúdo acima, o Deops participaria ativamente em momentos subsequentes à invasão do Crusp, executada pelo II Exército, corroborando para com a repressão política, em nível individual, dos estudantes residentes daquele conjunto. O departamento policial atuaria no processo do interrogatório e nos fichamentos decorrentes dos estudantes atuados na invasão em questão, conforme discorreremos em momento posterior.

Semelhantemente ao que indicavam os pontos esboçados no plano de ação do documento intitulado “Operação Crusp”, uma vasta quantidade de materiais, de diferentes categoriais, classificados como subversivos, foi efetivamente apreendida pelas forças repressivas nos apartamentos dos estudantes durante a invasão do conjunto residencial uspiano, dentro os quais as armas que eram utilizadas pelos estudantes para defender a residência dos ataques do CCC; livros que abordavam processos revolucionários em diferentes regiões do mundo, ou mesmo que possuísem capa vermelha; fotos de figuras importantes no âmbito da esquerda, como as de Che Guevara e etc.

Figura 6 - Documentos escondidos em frestas no Crusp.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Deops, Ordem Política, pasta 1225.

No tocante a revista realizada em todo o espaço da residência estudantil cruspiana no ato da invasão, José Maria Bassalo narrou alguns fatos curiosos, como é possível de se observar a seguir.

Por exemplo: na época, a Revista Realidade havia feito uma matéria com o grande líder comunista brasileiro Luís Carlos Prestes, cuja fotografia havia sido capa dessa Revista. Pois bem, logo que o oficial entrava em cada apartamento, junto à porta de cada apartamento, essa Revista era automaticamente confiscada, e entregue ao sargento que a colocava no corredor, junto à porta de cada apartamento, como uma prova de suposto crime de lesa-pátria. Além do mais, de acordo com o critério do oficial-censor, haveria um novo confisco de supostas outras provas. Em nosso apartamento, na sala de estudos, eu possuía uma pequena biblioteca. Nesta, lembro-me bem, tinha a coleção *The Feynman Lectures on Physics*, composta de três volumes, editada pela Addison Wesley Corporation, dos Estados Unidos, e de cor vermelha. Além dela possuía, também, uma coleção de Física Teórica, do Landau e Lifchitz, composta de seis volumes, editados em Moscou, de sobrecapa vermelha, porém, com o dorso preto. Pois bem, o oficial, ao ver os livros, comentou: É, parece que aqui se estuda. Eu repliquei: Sim, porque todos somos professores. No entanto, apesar desse pequeno diálogo, ele viu os livros do Feynman, pediu-me que os tirasse da estante, e devido a sua cor vermelha, indagou-me sobre a sua “periculosidade”. Quando disse ao capitão que era um livro americano, respirou aliviado. Por felicidade minha, e por ignorância – em assuntos de Física – do censor, ele passou pela coleção do Landau-Lifchitz, e não disse nada. O dorso preto do livro evitou que eu fosse considerado “agente do ouro de Moscou”. Ainda com relação a essa revista-humilhação, há mais alguns fatos curiosos a registrar. Terminada a mesma, o suposto material subversivo era anotado e levado para o hall de entrada de cada prédio. No amontoado de material de meu prédio, vi o livro *O Vermelho e o Negro*, do escritor francês Stendhal (escrito em 1830, e versando sobre a queda do Imperador Napoleão e a restauração dos Bourbons), confiscado como um livro subversivo. Vi, também, o sargento-relator ficar abismado com o monte do famoso pôster do Che Guevara, com o boné e a estrela solitária, pôster que ele havia recolhido de cada apartamento. Recordo-me de sua frase: Vocês gostam ‘paca’ deste um.³⁴

O material apreendido durante a invasão transcenderia as pastas dos órgãos de segurança e informação do Estado. Para além do uso desses materiais enquanto objeto de investigação e, sobretudo, como provas materiais da chamada subversão no meio estudantil, para serem utilizadas para o indiciamento de estudantes, eles foram utilizados com o intuito de informar à opinião pública a suposta ameaça comunista no conjunto residencial uspiano.

No dia de 17 de janeiro de 1969, foi inaugurada, pelo II Exército, a exposição dedicada ao material apreendido na invasão ao Crusp, que duraria até o dia 26 seguinte. A abertura da “mostra” contou com a presença de autoridades federais. Entre o conteúdo da exposição

³⁴ Cf. RELATÓRIO da CVUSP. *Depoimento de José Maria Filardo Bassalo*. São Paulo, 2018, volume IX, p. 24.

estiveram as armas apreendidas no local, materiais como livros sobre as experiências revolucionárias no mundo, objetos classificados enquanto indícios de promiscuidade e, logo, um atentado à moral (como foi o caso das pílulas anticoncepcionais).

Figura 7 – Material apreendido no Crusp e exposto pelo II Exército

Fonte: Hemeroteca Digital, Diário da Noite, 17.01.1969, 1º caderno, p.4.

Os produtos obtidos da invasão foram expostos ao público em um momento muito oportuno para o regime ditatorial, quando, após o primeiro de semestre de 1968, parte da população civil passava a prestar apoio ao movimento estudantil, posicionando-se contrariamente à repressão ele investida. Portanto, não seria muito sugerirmos que a exposição, de caráter depreciativo, dando ênfase a “subversão” nos meios estudantis, não foi um fruto do acaso e nem se deu de modo despretenso. Os materiais contidos na “mostra” foram utilizados enquanto argumentos para evidenciar ao público a concretude das acusações feitas aos estudantes e, certamente, para justificar as ações repressivas investidas a eles.

Com base no material exposto pelo II Exército, afirmativas semelhantes às expressadas através do discurso do Estado e seus organismos foram reproduzidas pela imprensa. Em uma coluna do *Diário de Notícias*, foi publicado que estavam ali “as algemas intelectuais da bastilha subversiva. Ali estão os instrumentos do terror cultural que domina ainda a Universidade de São Paulo. Ali estão as bases de domínio das mentes e do enquadramento comunista”, apresentando ainda o ar de indignação ao dizer que tudo aquilo “funcionava num próprio governamental, pago com o dinheiro do povo, usado para destruir as estruturas democráticas. É o que espanta e impressiona”.³⁵ Já o jornal *Luta e Democracia*, lançou em um pequeno espaço o texto intitulado *Subversão e Prostituição na Universidade*, no qual deu informações sucintas no tocante a invasão policial no prédio.³⁶

No relatório final do Inquérito Policial Militar do Crusp, os moradores da residência foram retratados enquanto uma “comunidade que se marginalizou as leis do país constituindo-se em um «ghetto», onde foi destruído totalmente qualquer resquício de princípio de autoridade”,³⁷ e o Crusp foi chamado de “*Quartel General da subversão em São Paulo*”. Conforme o relatório, o fato de parte considerável de seus residentes serem do interior, afastados de suas famílias, somado ao fato de o Crusp ter se tornado um “*local de contato de estudantes de várias Faculdades*” tornou fácil a doutrinação dos estudantes “*dentro dos princípios marxista-leninistas pela liderança esquerdista do Movimento Estudantil*, explorando as suas reivindicações e propondo soluções pelo incitamento à desordem, e ao desacato às autoridades”.³⁸

O Relatório contou também com uma parte dedicada, exclusivamente, a infiltração comunista naquele espaço, a qual foi destacada a existência de distintos grupos marxistas que visavam à doutrinação política do ME. Embora o conteúdo do documento sugira, mesmo que minimamente, que havia o conhecimento da diversificação entre os agrupamentos de esquerda, os métodos e objetivos desses últimos foram corriqueiramente generalizados pelos agentes da repressão.³⁹ De acordo com o relatório, aqueles “grupos marxistas” tinham por objetivos principais: (1) “mobilizar e organizar as massas estudantis, pela agitação e propaganda política, procurando integrá-lo no processo revolucionário, de acordo com as leis específicas da

³⁵ Hemeroteca digital. *A Bastilha da Subversão*, por Paulo Zingg. *Diário de Notícias*, 28 de dez. de 1968, 1ª Seção, p. 03.

³⁶ Hemeroteca Digital, *Subversão e Prostituição na Universidade*. *Luta Democracia*, 2.02.1969, p. 02.

³⁷ *Ibid.*, p. 6.

³⁸ *Ibid.*, p. 11, itálicos nossos.

³⁹ Destaquemos, ainda, o seguinte exemplo: “Infiltradas e organizadas, havia no CRUSP diversas correntes esquerdistas, que transformaram o mesmo em um grande centro de atividades subversivas”. Cf. Relatório do IPM do CRUSP, op.cit., p.75.

revolução brasileira”; (2) formar quadros revolucionários para o partido, visando à preparação da luta armada”, e (3) “mobilizar recursos materiais contribuindo para a construção do partido, preparando para a luta armada”.⁴⁰

No mais, os documentos de cunho político apreendidos nos apartamentos do Crusp, além de serem considerados altamente subversivos, foram tidos como provas para “a preparação do movimento estudantil, com base no CRUSP, para ações de guerrilhas urbanas dentro de um esquema de agitação de âmbito nacional, visando à derrubada do governo e as instituições do regime instaurado pela Revolução de 31 março”.⁴¹ Em novembro de 1969, *O Estado de São Paulo*, ao tratar do IPM, alegava que a residência “era o núcleo de agitação estudantil promovida pelos comuno-esquerdistas, quartel-general das atividades terroristas de agentes da subversão que nele se abrigava e centro de propaganda e atividades subversivas”.⁴²

No que diz respeito aos produtos gerados decorrentes da invasão do Crusp, de moldes semelhantes à *Operação Ibiúna*, as informações resultantes do episódio e seu decurso, ofereceram base para diversas investigações subsequentes. Na ocasião da invasão, foram encaminhados cerca de 900 estudantes ao Presídio Tiradentes, direcionados pelo II Exército. No processo de “triagem”, feito pelo Deops, para além da revista nos apartamentos e da apreensão de materiais, a polícia verificou em seus arquivos os estudantes que já tinha ficha naquele departamento, os que não tinham foram liberados do Presídio Tiradentes, mas, apenas depois, de serem fichados, deixando seus dados, digitais e sendo fotografados. Desse modo, embora que, diferentemente do caso de Ibiúna, a invasão à residência estudantil uspiana não tenha sido efetuada pelo Deops, ele, mais uma vez, contribuiria para com aquele processo.

Novamente se produzia uma ampla quantidade de informação a partir de um único evento e um significativo quadro de estudantes fichados e investigados.⁴³ Foram relacionados por implicação em atividades políticas subversivas no Crusp o total de 235 estudantes, dos quais 53 foram indiciados.⁴⁴ Houve, também, um mandado de prisão, a ser empreendido pelo Deops, para 12 dos estudantes. À vista disso, o departamento policial encaminhou para o local quatro agentes para “deterem os principais líderes estudantis que pretendem reativar o movimento estudantil em S. Paulo”.⁴⁵

⁴⁰ Ibid., p. 38.

⁴¹ Ibid., p.60. Itálicos nossos.

⁴² Cf. APESP, DEOPS, OP 1225, *Coronel faz no IPM o retrato do CRUSP*. O Estado de SP, 29 nov. 1969.

⁴³ Cf. APESP, DEOPS, OP 1225, *DOPS começa a soltar estudantes presos no CRUSP*. Folha da Manhã, 19 dez. 1968.

⁴⁴ Para além dos estudantes, foram relacionados: 5 deputados, 3 professores da USP, dois funcionários do ISSU e 1 presidente de sindicato (Osasco). Cf. APESP, DEOPS, OP 1225, IPM 2-a-CRUSP. *Relação dos implicados em atividades subversivas no CRUSP*. 15 set. 1969.

⁴⁵ Cf. APESP, DEOPS, OP 1225, 29 abr. 1969. *Cidade Universitária [Secreto]*.

Em 2008, foi encontrado, em uma fazenda no município paulista de Jaborandi, um conjunto documental escondido por décadas pelo ex-delegado do Deops/SP Tácito Pinheiro Machado. Entre a documentação ali encontrada, consta mais um dos produtos resultantes da invasão ao Crusp em 1968: dezenas de fichas geradas pela delegacia de Ordem Política do Deops sobre os residentes do Crusp presos naquele episódio e indiciados no IPM decorrente do mesmo. O fato de aqueles documentos terem sido separados e escondidos por ex-delegado da polícia política nos evidencia, além de outro caso de perseguição política permanente ao movimento estudantil, a importância atribuída àquele material.⁴⁶

As fichas encontradas em Jaborandi datam outubro de 1969, nas quais constam alguns itens comuns naquele tipo documental: nome; RG; filiação, nacionalidade; naturalidade; data de nascimento; estado civil; residência; universidade/faculdade e foto. Algumas das fichas apresentam parte desses espaços não preenchidos. No verso das fichas estão descritas as razões pelo indiciamento no IPM do Crusp, que vão para além da posse de materiais “subversivos”. Lincoln Marques foi indiciado por queimar papeis em seu apartamento no momento da invasão; Ludovic Tsu por participar da segurança do Crusp; Marco Aurélio de Almeida por fabricar molotov e coordenar passeatas; Masato Terada por participar de reuniões e vender material subversivo, Cirio por ser agitador e ativista e Luciano José do Santos por ser ativista, destacando-se ainda o fato de fazer retratos de Che Guevara vendidos na banda de cultura, ter sido participante da Invasão do Bloco F do Crusp e por ter sido identificado “farto material subversivo em seu apartamento”. Quaisquer atividades minimamente políticas foram tidas como razão para o indiciamento.

Cabe, no entanto, destacar que os estudantes não se calariam frente à ocupação do Crusp. Na faculdade de filosofia se esboçava um movimento voltado para a formação de um comitê em defesa do Crusp, visando a sua retomada.⁴⁷ Já na *Carta aos professores e funcionários da Universidade de São Paulo*, originada da Associação Universitária Rafael Kauan, ressaltou-se a necessidade de forjar uma unidade combativa entre professores alunos e funcionários em resposta as ofensivas contra a Universidade. No mesmo documento, ao discorrer acerca das prisões arbitrárias consta que “Os presos são submetidos a interrogatórios absurdos e tratamento desumano. Dois colegas presos acham-se em grave estado de descontrole emocional sem qualquer assistência médica”. E, ainda, que:

⁴⁶ Os documentos “Os documentos encontrados na fazenda de Jaborandi estão bastante deteriorados em função da exposição ao tempo e à umidade. Os técnicos do APESP resolveram mantê-los reunidos para um posterior estudo do motivo que levou o delegado a separá-los e guardá-los”. Cf. <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/icaatom/index.php/colecao-do-dr-tacito-pinheiro-machado:isad>.

⁴⁷ Cf. OP 1225: *CRUSP [Secreto]*, 24 mar. 1969.

Os militares, através do terror e da opressão tentam desagregar o movimento patriótico e democrático no seio da Universidade. Pisoteiam os resquícios de autonomia universitária e tentam impedir que lutemos por liberdade de expressão e de opinião. É imperioso que professores, alunos e funcionários levantem-se unidos em defesa da Universidade que está sendo destruída, lutem pelos direitos humanos, pela liberdade em defesa da ciência e da cultura. Solidarizemo-nos com os presos políticos e lutos justos pela sua libertação.⁴⁸

O Crusp continuaria sob o alvo da vigilância da polícia política nos anos subsequentes à sua invasão, sobretudo a partir de 1972, quando algumas atividades, como as de retomada do Crusp, passaram a ganhar mais corpo entre as pautas do movimento estudantil.⁴⁹ Entre as pastas do Deops ainda seriam anexados mais documentos apreendidos naquele espaço e centenas de informações variadas, incluindo a forma de utilização dos prédios e distribuição dos apartamentos,⁵⁰ e os antecedentes político-sociais sobre solicitantes de alojamento naquela residência.⁵¹ Por sua vez, os documentos ali encontrados possuem origens distintas, como do o Ministério da Educação e da Polícia Militar.

Para além da continuidade da vigilância constante ao espaço, outras ações repressivas também seriam realizadas na residência uspiana. Em outubro de 1969, por exemplo, a Delegacia de Ordem Política do Deops paulista solicitou a prisão preventiva de cinco estudantes. Segundo o relatório de Delegacia, em abril às 20h foi verificado um enorme agrupamento no Crusp, aparentemente liderado pelo presidente do grêmio da Filosofia, que protestavam contra a “ilegal aposentadoria compulsória de professores”. Foi encaminhado à Justiça Militar o inquérito com os indiciados por infração a Lei de Segurança Nacional⁵²

Interessante também é refletir acerca das razões pelas quais aquela residência estudantil seria tão visada pela repressão ao longo dos anos. José Maria Bassalo, deteu-se a uma explicação pela qual o Crusp foi atacado pelo CCC e invadido pelos militares. Segundo o ex-estudante uspiano:

⁴⁸ Cf. OP 1225. *Carta aos professores e funcionários da Universidade de São Paulo*. Associação Universitária RAFAEL KAUAN (A.U.R.K.), 23 abr. 1969.

⁴⁹ A documentação atesta já em 1972 a existência de uma Comissão de Encaminhamento da Luta do CRUSP, dos alunos da Filosofia da USP, assim como a existência de assembleias estudantis do CRUSP e distribuição de panfletos. Cf. APESP, DEOPS, OP 1225, 2º *Boletim da Comissão de Encaminhamento da Luta do CRUSP*. s/d; *Inf. N° 142-139/72-PM2 – Movimento Estudantil*; *Movimento Estudantil no Estado de São Paulo - Líderes estudantis*. O documento não está datado, mas, dada a organização do dossiê, estimamos sua produção entre o final do ano de 1971 e início de 1972.

⁵⁰ Cf. APESP, DEOPS, OP 1225, Secretaria de Segurança Pública – Relatório: Utilização do prédio do CRUSP. São Paulo 23 de mai. de 1963.

⁵¹ Tal como foi o caso do Professor Irineu Strenger. Cf. APESP, DEOPS, OP 1225, 28 de maio de 1973.

⁵² Cf. APESP, DEOPS, OP 1225, *DOPS pede a prisão de 5 estudantes*. Diário Popular, 31 out. 1969.

O Crusp era considerado um território livre para os que queriam lutar contra o regime de exceção que havia se implantado no Brasil, a partir de 1964. Desse modo, para lá iam se homiziar os líderes estudantis brasileiros, tais como Wladimir Palmeira, Luiz Travassos (este, morto posteriormente em circunstâncias estranhas no Rio de Janeiro, vítima de um atropelamento), presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), e José Dirceu, líder dos estudantes secundaristas paulistas. Assim, em agosto de 1968, o Crusp recebeu a visita de uma viatura (camburão) do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), cerca de seis horas da manhã. Um delegado se apresentou para prender alguns daqueles líderes. Então, os Cruspianos prenderam-no no Bloco G, e começaram a interrogá-lo. A viatura foi queimada em frente ao Restaurante Universitário. Como o delegado não voltou ao DOPS, esta foi avisada, certamente pelo motorista do camburão. Assim, por volta das sete horas da noite desse dia de agosto, o DOPS mandou um pelotão de policiais para libertar o delegado na “marra”. Lembro-me que um cinegrafista de TV teve seu instrumento de trabalho quebrado por um violento golpe de coronha de fuzil.

Um outro fato que fez do Crusp um objeto de repressão, foi o de que por ocasião do célebre XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em outubro de 1968, alguns participantes desse Congresso estiveram hospedados lá. Quando esse Congresso foi descoberto pelas forças militares de repressão, os jornais paulistas mostravam fotografias do evento, e nelas era fácil identificar os mantos de dormir que usávamos no Crusp. Além do mais, houve a célebre refrega entre o CCC, que se encontrava na Universidade Mackenzie, situada na rua Maria Antônia, e os alunos da Filosofia da USP, que ficava também nessa rua, da qual resultou na morte do estudante secundarista José Guimarães.⁵³

Decerto, no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo “florescia um pensamento crítico organizado que precisava ser silenciado a qualquer custo pelo exercício da força, da violência e do medo, independente do que fosse feito ou não pelos estudantes, professores, funcionários e mesmo pelos visitantes daquela Cidade Universitária”.⁵⁴ Independentemente de motivações concretas, a intensa vigilância e repressão política sobre esse espaço, assim como aos seus residentes, só apresentaria mudanças significativas após o processo de redemocratização.

4.2. Os reflexos sobre sujeitos particulares

Conforme destacou Maria Aparecida de Aquino, “[...] conhecidos genericamente como Dops – durante o regime militar era comum aterrorizarem-se as pessoas com a advertência:

⁵³ Cf. RELATÓRIO da CVUSP. *Depoimento de José Maria Filardo Bassalo*. São Paulo, 2018, volume IX, p. 26.

⁵⁴ RELATÓRIO da Comissão da Verdade da USP, Volume 3, p. 38.

“cuidado, desse jeito você vai ser fichado no Dops””.⁵⁵ A preocupação decorrente do fichamento não era em vão. Semelhantemente ao que ocorreu com o movimento estudantil, enquanto coletivo, os dados obtidos pelos órgãos de segurança e informação também afetaram diretamente estudantes, enquanto sujeitos particulares. As informações armazenadas lograriam efeitos em momentos posteriores da vida daqueles que tiveram seus nomes listados entre as pastas dos órgãos de repressão, resultando em uma perseguição política contínua, acarretando em práticas como o indiciamento, prisões e em entraves em médio prazo na vida acadêmica e profissional daqueles que, em algum momento, atuaram junto ao movimento estudantil.

Do Deops à Justiça Militar

Embora que a responsabilidade pelas condenações daqueles que foram indiciados por cometerem alguma infração relacionada ao crime político tenha sido um atributo da Justiça Militar brasileira, os órgãos de segurança, como foi o caso do Deops paulista, corroboraram ativamente para com o processo de incriminação de sujeitos, seja por meio da difusão das informações contidas sobre os réus em questão em seus arquivos, seja dando o passo inicial na criação de Inquéritos dedicados ao indiciamento de diversos estudantes, que, por vezes, tiveram suas prisões decretadas.

De acordo com o relatório do Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM), relativo aos processos do Supremo Tribunal Militar (STM), as acusações dirigidas aos réus nas denúncias, foram, de modo geral, distribuídas em 13 “categorias-tipo”: (1) militância em organizações partidárias e clandestinas; (2) simpatizantes dessas organizações; (3) qualquer outra ligação com essas organizações; (4) qualquer atividade em Partido legal; (5) participação em entidades ou movimentos de massa; (6) porte de material; (7) participação em ação violenta ou armada; (8) manifestação de ideias por meios regulares (jornais, legais, rádio e etc.); (9) manifestação de ideias por meios não regulares (panfletos e similares); (10) manifestação de ideais por meios artísticos; (11) críticas e ataques a autoridades; (12) participação em cargos do regime deposto ou identificação com ele; (13) indisciplina militar.

Entre os conteúdos mais comuns das denúncias que recaíram sobre os estudantes nos processos que tramitaram na Justiça Militar, podemos destacar: (1) a participação dos acusados na produção e distribuição de materiais considerados subversivos; (2) a organização ou

⁵⁵ AQUINO, Maria Aparecida de. As Visceras expostas do autoritarismo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLII, nº 1, Janeiro - Junho de 2006, p. 23.

participação dos acusados em atos, assembleias e passeatas.⁵⁶ Entre os 695 processos do Supremo Tribunal Militar (STM) disponibilizados pelo Projeto BNM, 52 foram classificados como relativos ao movimento estudantil, embora que alguns estudantes também tenham sido indiciados em processos com temáticas centrais distintas. Entre esses processos, 12 correspondem a casos de movimentações estudantis em São Paulo, dos quais 9 tiveram como ponto de partida o Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo.⁵⁷ Citemos alguns exemplos.

Aos 29 de junho de 1967, os réus indiciados no processo relativo ao BNM 489, os estudantes Helenira Resende de Souza Nazareth e Rafael Orlando D'Alessio, foram autuados pelo Deops/SP após terem escrito palavras de ordem nos muros da Universidade Mackenzie, incluindo dizeres alusivos ao 29^a congresso da União Nacional dos Estudantes. No mesmo dia os estudantes, acusados inicialmente por sabotagem e terrorismo, foram indiciados no Inquérito Policial elaborado sob a responsabilidade do Deops e direcionado ao Supremo Tribunal Militar. Ao final do processo, em setembro de 1971, Rafael foi absolvido e Helenira condenada a dois anos de detenção, acusada de propaganda subversiva conforme indicava o Art. 38 do Decreto-Lei n° 314, de 1967.⁵⁸

Já em agosto de 1968, em uma passeata promovida por estudantes na cidade de São Paulo, foi preso em flagrante o jovem José Roberto Michelazzo, estudante de física da USP. Foi, então, iniciado pelo Deops paulista um Inquérito Policial, no qual Michelazzo foi incriminado por depredar viaturas oficiais durante a passeata, vindo a ser oficialmente acusado de sabotagem e terrorismo, incitação ao crime contra a segurança nacional e propaganda subversiva. Após a fase inicial do processo, que corresponde ao BNM 486, foram indiciados mais dois estudantes no mesmo Inquérito – dentre os quais José Dirceu, então presidente da UEE paulista, indiciado como responsável pelos panfletos apreendidos pelos agentes policiais na passeata estudantil de agosto. Ao final desse processo, Michelazzo foi condenado a 2 anos e 6 meses de reclusão com base na Lei de Segurança Nacional.⁵⁹

⁵⁶ Para detalhes sobre o perfil de alguns dos estudantes processados no decurso da ditadura, bem como as acusações e defesas nos julgamentos, Cf. GUSSON, Claudia Maria. *Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros. (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo (História Econômica), 2008.

⁵⁷ Os processos sobre as movimentações estudantis no Estado de São Paulo correspondem aos BNM de número: 489; 230; 486; 165; 331; 249; 516; 648; 010; 565; 324; 063. Sendo que os de número 230 e 249 partiram da Polícia Federal e o de número 010 do II Exército.

⁵⁸ Cf.: RELATÓRIO Projeto “Brasil: Nunca Mais”. *O Regime Militar - TOMO III - Perfil dos Atingidos*. Arquidiocese de São Paulo, 1985, p.200; PROJETO “Brasil: Nunca Mais”, *Sumário do BNM 489*, Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.br/sumarios/500/489.html>. Acesso em: 18/06/2019.

⁵⁹ Ibid., p.209; PROJETO “Brasil: Nunca Mais”, *Sumário do BNM 486*, Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.br/sumarios/500/486.html>. Acesso em: 18/06/2019.

Por sua vez, o BNM 648 corresponde ao processo instaurando contra os seguintes estudantes da Universidade de São Paulo: José Eli Savóia da Veiga, Nair Bobai, José Wilton Lopes Pereira, e a Arkan Youssef Siman. Os quatro foram acusados de promover uma assembleia nas dependências da instituição de ensino e, também, por realizarem panfletagens, pichações e greves na Faculdade de Filosofia da USP em maio de 1969, atividades classificadas, pela polícia, enquanto subversivas. O inquérito instaurado pelo Deops/SP, em abril de 1969 e 24 de março de 1971 acarretou na condenação dos quatro réus, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Os estudantes foram condenados a penas entre 6 e 17 meses, das quais a maior foi atribuída à José Eli, então presidente do grêmio daquela faculdade.⁶⁰ Todos foram sentenciados por incitação ao crime contra a segurança nacional e por propaganda subversiva.

Por fim, podemos mencionar o processo relativo ao BNM 063, que teve como réu o estudante Álvaro Antônio Zini Junior, processado, em julho de 1974, como responsável pelo funcionamento de uma gráfica no Centro Acadêmico “Visconde de Cairu”, da FEA-USP, na qual teriam sido apreendidos, pelos agentes da repressão, panfletos contendo denúncias sobre a prisão de estudantes da Universidade de São Paulo. A acusação oficial que recaiu sobre o estudante, feita pelo Ministério Público Militar (MPM), foi a de realização de propaganda subversiva. Vale ressaltar que um agente do Deops/SP, Benedito Caetano, serviu de testemunha da denúncia feita pelo MPM. O Inquérito em questão veio a ser concluído com o indiciamento de 3 estudantes. Álvaro Antônio, por sua vez, foi absolvido aos 18 de setembro de 1974.⁶¹

Ainda que os reflexos do processo de vigilância e do acúmulo de informações sobre os estudantes enquanto sujeitos particulares sejam evidentes, é válido recordar que aqueles que foram condenados pela Justiça Militar corresponderam, em sua maioria, a jovens politicamente ativos no meio estudantil, e, de tal modo, suas prisões, corresponderam, também, a uma ofensiva sobre o movimento da categoria, posto que o mesmo perdia uma parte de seus quadros. A mesma afirmativa vale para os estudantes que, para além do movimento de sua categoria, atuavam concomitantemente em agremiações de esquerda que, por sua vez, seriam igualmente afetadas por suas prisões.

⁶⁰ Ibid., p.221; PROJETO “Brasil: Nunca Mais”, *Sumário do BNM 648*, Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/648.html>. Acesso em: 18/06/2019.

⁶¹ Ibid., p.233-34; PROJETO “Brasil: Nunca Mais”, *Sumário do BNM 063*, Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/063.html>. Acesso em: 18/06/2019.

Os reflexos em médio prazo: carreira acadêmica e retomada à vida universitária

Além da “Operação Limpeza”, que ocasionou diversos expurgos a professores universitários logo após o Golpe de 1964, foram estabelecidas, pelas próprias instituições de ensino superior junto aos órgãos repressivos do Estado, outras medidas repressivas relativas aos seus docentes, que se estenderam desde a não renovação de contratos, até a não aprovação dos candidatos em processo de contratação. Os egressos candidatos egressos da militância estudantil, estiveram entre aqueles cujas contratações foram negadas devido aos seus antecedentes políticos-ideológicos. O conteúdo dos documentos produzidos, armazenados e disponibilizados pela polícia política foi essencial para essa atividade repressiva, e, em algumas situações, para além da transmissão dos antecedentes citados, a polícia foi também responsável pelo encaminhamento de recomendações, positivas ou negativas, às autoridades das instituições de ensino, acerca dos candidatos aos cargos de professores.

Os casos ocorreram ao longo dos processos voltados para a contratação de docentes, tanto de instituições de ensino públicas, quanto privadas. No que concerne a estas últimas, podemos ilustrar a situação a partir de caso presente em um dos dossiês elaborados pelo Deops paulista, na década de 1970, sobre a Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Pode-se notar, entre as páginas do dossiê, uma listagem com os nomes de dezenas de professores que passavam por um processo de contratação pela instituição. Antes da efetivação do mesmo, a listagem foi enviada à polícia política, visando à obtenção de informações relativas ao histórico dos candidatos naquele departamento de polícia. Em abril de 1975, ocorre um intercâmbio de informações entre o Dr. Evaristo V. Costa, então presidente do Conselho das Faculdades da FAAP, e Silvio Pereira Machado, o Delegado titular do Deops/SP daquele momento, sobre a contratação dos professores. Os documentos trocados entre os dois atestam a colaboração ativa da polícia política para com aquele processo.

O Presidente do conselho da FAAP, que solicitava informações a respeito de um professor específico, anteriormente a sua contratação, teve como retorno do Deops que o candidato citado era “prontuário neste Departamento, *razão pela qual não aconselha, esta especializada, sua contratação por essa Fundação*”. A justificativa para a negativa foi o fato de que no arquivo policial constava uma relação nominal de estudantes de diferentes faculdades que foram expulsos das mesmas em decorrência da violação dos preceitos do Decreto-Lei nº 477, “figurando o nome do epigrafado que pertencia ao Movimento Estudantil de São Paulo”. Embora que, como atesta o documento, o candidato em questão tivera prestado declarações à polícia anteriormente, nas quais afirmara não fazer parte de nenhum movimento estudantil,

segundo as informações arquivadas, o candidato teria sido um dos membros do Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e, conforme uma carta mensal do Deops, de setembro de 1974, o epigrafeado foi, em 1970, diretor de esporte do Grêmio da FAU e ocupou o cargo de 2º Vice-Presidente do mesmo.⁶²

O caso anterior não foi uma exceção. Nos dados enviados pela polícia política à FAAP, a partir dos prontuários de cada um dos professores com candidatura ativa sobre os quais foram solicitadas informações, constam informações como as seguintes: se o candidato foi membro ou presidente de grêmios ou entidades estudantis representativas ao longo de sua vida acadêmica; se o candidato foi orador de alguma atividade na universidade; se o candidato ministrou algum curso de férias ou participou de debates. É nítido que o incomodo com os antecedentes dos candidatos à docência se dava quando estiveram associados à alguma atividade do movimento estudantil ao longo de sua graduação e, sobretudo, quando as atividades nas quais participaram se valeram de algum nível de teor político – ou foram assim visualizadas pela perspectiva da repressão e de seus colaboradores.

Outras instituições foram palco de situações semelhantes, como a Universidade de São Paulo. Nesta, as ocorrências se deram com maior evidência nos tempos em que Miguel Reale esteve à frente da reitoria. Reale foi responsável por ceder uma sala à Assessorias Especial de Segurança e Informações (Aesi) e, também, pela nomeação do chefe daquela agência. Semelhantemente ao Deops, a Aesi/USP teve entre suas atribuições centrais: contratos barrados ou não renovados; a triagem ideológica de alunos e professores e a manipulação de temas de pesquisas.⁶³

Embora que, desde seu estabelecimento, a Aesi tenha detido grande autonomia na Universidade de São Paulo, como já mencionamos no capítulo anterior, a troca de contatos entre agência, o reitor e o Deops paulista foi frequente. Para além da presença do reitor no espaço físico do Deops, como atestam os livros de controle entrada naquele departamento⁶⁴, também foram solicitadas diversas informações aos órgãos do aparato repressivo acerca dos antecedentes dos candidatos à docência nas faculdades daquela instituição.⁶⁵ Como ilustrou o relatório final elaborado pela Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (CVUSP), no que concerne à lista de professores que tiveram sua contratação indeferida pela reitoria da

⁶² Cf. APESP, DEOPS, OP 1259, FAAP. Itálicos nossos.

⁶³ Cf. RELATÓRIO da Comissão da verdade da USP, São Paulo, 2018. Volume I, p. Ibid., p.39.

⁶⁴ “Durante o regime militar, havia visitação de pessoas de diversas áreas de atuação às dependências do DOPS/SP. Na entrada do órgão, por razões de segurança, eram registrados nome e profissão, bem como horários de entrada e saída desses visitantes.”. Cf. RELATÓRIO, COMISSÃO da verdade do Estado de São Paulo. Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política. Tomo I - Parte I - 2014, 168, subitem 223.

⁶⁵ Ibid., p. 30-31.

USP, os documentos encontrados no acervo Deops “especialmente as fichas remissivas sobre cada uma das pessoas citadas no documento, comprovam que seus contratos foram barrados em razão de posições políticas”.⁶⁶

Outro caso relacionado às consequências, em médio prazo, do fichamento de estudantes pelos órgãos repressivos, diz respeito aos desdobramentos das prisões decorrentes da invasão ao Crusp. Conforme o ex-estudante José Maria Bassalo:

Em virtude dela, fui impedido algumas vezes de sair do país para estudar fora do Brasil. Por exemplo, convidado para fazer o doutorado na França, em 1972, e com Bolsa de Estudos do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), nunca o Ministério de Educação e Cultura (MEC) completou minha liberação para viajar, pois o Serviço Nacional de Informação (SNI) não deixava. Depois de me doutorar na USP, fui vítima da chamada cassação branca. Feito convite por instituição estrangeira, Bolsa do CNPq ou da CAPES, mas a mão invisível da Ditadura, manipulada pelo SNI, impedia que o MEC liberasse o candidato, apesar do aprovo do Ministro da Educação.⁶⁷

Semelhante processo de triagem política e ideológica também ocorreu em outras circunstâncias. Citemos, como exemplo, o caso em que após cumprirem suas penas ou obterem condicional, alguns dos jovens estudantes condenados anteriormente com fundamento na Lei de Segurança Nacional, tentaram reaver o vínculo com as instituições de ensino nas quais estavam matriculados anteriormente à prisão. No entanto, ao longo do processo de tentativa de reintegração aos seus cursos, dezenas de impasses foram impostos diante dos requerentes, em alguns casos, como se deu na Universidade de São Paulo, mesmo que algumas das solicitações tenham sido efetuadas posteriormente a Lei da Anistia, os alunos tiveram que recorrer a mandatos de segurança contra a instituição.⁶⁸ De acordo com a documentação oficial, conforme apresentou o levantamento realizado pela Comissão da Verdade da USP, 14 estudantes cujos pedidos de retomada de vínculo foram a princípio negados pela Universidade de São Paulo, não se conformando com a primeira devolutiva, entraram com mandatos de segurança.

Os documentos mencionados no mesmo relatório da CVUSP atestam a interferência ativa dos órgãos vinculados ao Serviço Nacional de Informações no tocante à autonomia universitária e, especialmente, no processo de retomada de vínculo dos estudantes em questão. Com a anuência da reitoria, os órgãos de segurança corroboraram para impedir a matrícula solicitada por aqueles estudantes, mesmo que a Consultoria Jurídica da instituição, o promotor e o juiz, tenham se manifestado a favor da matrícula. Como também apresentou o relatório da

⁶⁶ Ibid., p. 87- 90.

⁶⁷ Cf. RELATÓRIO da CVUSP. *Depoimento de José Maria Filardo Bassalo*. São Paulo, 2018, volume IX, p. 26.

⁶⁸ Cf. RELATÓRIO da Comissão da verdade da USP, São Paulo, 2018, volume II.

Comissão da Verdade da USP, a Aesi/USP, encarregada pelos mandados de segurança, apresentou uma “orientação pré-estabelecida” sobre o retorno daqueles estudantes às instituições de ensino, levando a crer que “[...] a orientação vinda da mesma tenha se sobreposto a “qualquer decisão administrativa tomada sem constrangimento”.⁶⁹ A troca de informações entre a reitoria da USP e os órgãos de informações do Estado se fez, novamente, evidente.

Um dos casos mais intrigantes, relativos a esse processo de retomada de vínculo, diz respeito ao processo de Carlos Takaoka, estudante de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo anteriormente à prisão. Sob a gestão do reitor Orlando Marques de Paiva, o caso de Takaoka “foi amplamente divulgado pela AESI-USP para o DOPS, com atualizações constantes de todo o seu processo de requerimento de matrícula”. Em abril de 1975 a Aesi/USP procurava uma solução legal, entre os órgãos de informação, para que pudesse indeferir o pedido de matrícula de Takaoka. Dentre as 11 folhas de informações sobre os antecedentes de Carlos, difundidas do Deops paulista para a reitoria, constam dezenas de informes sobre a participação do mesmo em atividades diversas do movimento estudantil. Além disso, conforme a documentação copilada pela CVUSP, Carlos integrava o PC do B – Ala Vermelha.⁷⁰ Ali estavam as razões políticas-ideológicas, consideradas suficientes, pelos órgãos de informação e, especialmente, pela Aesi/USP, para que a reintegração daquele aluno à instituição de ensino fosse inviabilizada. Carlos conseguiria retomar seus estudos na Universidade de São Paulo apenas no ano de 1976, após passar novamente pelos exames vestibulares.

Entre os estudantes da USP cujos pedidos foram inicialmente negados, todos tinham histórico, no Deops/SP, de associação à partidos e organizações de esquerda, dentre os quais a ALN, o PCB, a APML, a Ala Vermelha, o VPR e a VAR-Palmares. Contudo, conforme o depoimento prestado por Paulo Beskow, ex-aluno de ciências econômicas da USP, à Comissão da Verdade da USP, o mesmo “não mantinha vínculos com nenhum partido político considerado subversivo, porém, como presidente do Centro Acadêmico “*Visconde de Cairu*” (FEA-USP), expressava opiniões sobre as arbitrariedades do governo militar”. Dessa maneira, o posicionamento político adotado por Paulo bastou para que fosse detido em junho de 1969, “[...] vindo a ser torturado nas instalações do DOPS, com sessões de espancamento e tortura psicológica”.⁷¹

⁶⁹ Ibid., p. 11.

⁷⁰ Cf. APESP, DEOPS, 50K_104_1203 *Apud*. RELATÓRIO da Comissão da Verdade da USP, São Paulo, 2018, Vol. II, p. 67.

⁷¹ Ibid., p.155.

Por fim, ainda nesse sentido, constam entre os dossiês do Deops/SP, outros registros sobre o histórico político-ideológico dos alunos que perpetraram os mandatos de segurança, nos quais estão inseridas informações como sua participação em participação em Ibiúna; seu envolvimento com a “política estudantil”, sua participação em agitações promovidas pelos estudantes, e sua relação com materiais cujo conteúdo foi classificado como propaganda subversiva.

As informações previamente obtidas pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, e pelos demais órgãos de segurança e informação do Estado, tiveram função significativa para o sucesso de ofensivas lançadas à categoria estudantil e, também, para a punibilização, direta ou indireta, de seus componentes. Os documentos produzidos, apreendidos e acumulados pela polícia política funcionaram enquanto peças de um quebra cabeça para a incriminação de sujeitos em diferentes circunstâncias, de modo que o acúmulo sem fim de informações acarretou em ônus na vida futura de parte daqueles que foram posicionados sob a mira da repressão. Indiciamentos, prisões, desligamentos da instituição de ensino, consequências em momentos posteriores da vida e o temor constante, foram os reflexos do processo do acúmulo de dados sobre os estudantes e o movimento da categoria, constituindo uma ferramenta essencial para a repressão política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da ditadura civil-militar brasileira a categoria estudantil universitária se manteve em intensa atuação no cenário de lutas de oposição social. Por sua vez, suas mobilizações e seus componentes foram posicionados entre os alvos de suspeição do Estado e de seu aparato repressivo, aos olhos dos quais os estudantes deveriam se deter aos seus estudos e, restritamente, a algumas pautas específicas da categoria, não extrapolando os limites impostos pela ditadura. Objetivando conter as movimentações classificadas como “subversivas” que partiam do meio estudantil, e, sobretudo, controlar a presença das esquerdas naquele espaço, os responsáveis pela repressão lançaram mão de diferentes e insistentes esforços visando o seu silenciamento, dentre os quais a espionagem e os demais modos de obtenção de informações.

O Deops paulista, uma das instituições repressivas mais ativas no Estado de São Paulo, manteve o setor estudantil continuamente sob a sua mira e atuou em diversas das ofensivas a ele lançada. Seus agentes direcionaram sua atenção a questões distintas relativas à atuação daquela juventude e, semelhantemente aos demais órgãos do aparato repressivo, readequou suas ações conforme as transformações particulares de ciclo repressivo, embora que muitas das práticas tenham persistido ao longo de todo o período de sua atividade.

No decurso deste trabalho, pode-se notar que o discurso expresso pela polícia política, relativo à associação do estudante e de seu movimento ao crime político foi composto por variados aspectos, embora alguns tenham se sobressaído em relação aos outros. Pudemos ressaltar que entre os aspectos de maior recorrência nas observações policiais, estiveram: os jargões característicos do anticomunismo; a ideia do estudante enquanto ludibriado por outros grupos e setores, detendo ausência de autonomia; a classificação dos estudantes e de seu movimento como desviante de suas finalidades; o superdimensionamento da União Nacional dos Estudantes enquanto um órgão subversivo; e, também, a ênfase atribuída à episódios de violência nas ações empreendidas pelo movimento da categoria. Tais aspectos foram recorrentemente utilizados para compor as justificativas para a desmedida repressão lançada à juventude universitária de oposição.

À vista disso, em busca de movimentações previamente concebidas como “subversivas”, variados foram espaços, práticas e meios nos quais a vigilância se deu de maneira contínua. Estiveram entre os alvos centrais das observações policiais: as salas de aulas, os eventos realizados nas universidades, as manifestações de rua, as eleições e congressos dos

órgãos de representação estudantil, os churrascos de turma, as cerimônias de colação de grau, os bailes de turma e as entidades representativas estudantis. Outrossim, para que o acompanhamento permanente dos estudantes e de suas movimentações fosse possível, igualmente díspares foram os agentes constituíram o processo de vigilância, obtenção e difusão de informações. Além dos policiais infiltrados, contribuíram as autoridades universitárias, os colegas delatores, professores e funcionários das instituições de ensino, membros diversos da comunidade civil e diversos outros órgãos de segurança e informação do Estado.

Com o acúmulo de informações derivados desse processo, não seria preciso de muito para que as práticas de resultantes da suspeição permanente colaborassem no processo de punibilidade ao estudantado. Embora que, na maior parte das vezes, o descobrimento antecipado das atividades “subversivas” que partiam do meio estudantil não tenham resultado em uma ofensiva imediata, os dados obtidos, produtos da suspeição, foram utilizados enquanto instrumentos substanciais no processo repressivo sobre o estudantado, resultando na dificuldade da mobilização da categoria e, até mesmo, em violências em nível coletivo e individual.

Mediante o amparo outorgado pelo legislativo, como o concedido através da Lei de Segurança Nacional, da Constituição de 1967, e, no caso estudantil, do Decreto-Lei nº 477, e dado o intenso controle político do movimento estudantil pelos agentes de segurança e seus colaboradores, estudantes de diferentes regiões do país foram diretamente atingidos pelo silenciamento imposto pelo Estado ditatorial. Uma parcela desses estudantes veio a ser punida com o deslocamento de seu principal local social de atuação: as instituições de ensino nas quais estavam vinculados. Tantos outros acabaram indiciados e, mesmo, condenados a penas distintas pela Justiça Militar. Não obstante, em médio prazo, outras barreiras se ergueram diante daqueles que se dedicaram à militância no meio estudantil, de modo uma parcela daqueles afastados de seus estudos em decorrência de suas prisões, excedendo o tempo limite usual para retomada de vínculo institucional, enfrentaram dificuldades em suas tentativas de retorno. Semelhantes empecilhos também foram impostos frente aqueles que tentaram trilhar a carreira docente no ensino superior. No mais, para além das consequências claras aos nossos olhos, não seria demais sugerir a existência de um temor contínuo entre aqueles que, por diferentes razões, foram fichados por um órgão que compunha o aparato repressivo do Estado. Percebe-se, então, que apesar de uma parte da militância estudantil ter dado continuidade às suas atividades de oposição frente a repressão ditatorial desmedida, essa persistência refletiu, em maiores ou menores dimensões, em saldos negativos na vida de alguns daqueles que decidiram se manter em luta no movimento da categoria.

O presente trabalho se insere na produção de estudos dedicados a explorar uma parcela da história da ditadura civil-militar brasileira através do uso de documentos armazenados, predominantemente, nos *arquivos da repressão*. É interessante sublinhar que, apesar dos resultados obtidos, trabalhar com o tipo documental de caráter oficial está intrínseco a trabalhar com ausências, posto que muitos documentos, sobretudo os incriminadores, foram submetidos a queimas de arquivo. Ademais, entre os milhares de documentos dispostos no acervo do Deops/SP é inevitável que alguns deles tenham fugido das lentes de nossa análise. No entanto, mesmo com ressalvas, foi possível, a partir dessa rica documentação, bem como das complementares, nos adensarmos às práticas repressivas lançadas ao movimento estudantil universitário e seus componentes, colaborando para com a compreensão de uma parte das relações entre o Estado e a oposição ao longo da ditadura.

A partir de um entendimento mais detido acerca dos diferentes mecanismos de silenciamento direcionados da polícia ao estudantado, objetivo central de nossa investigação, foi possível compreendermos um tanto mais sobre a violência, direta ou simbólica, lançada sobre a oposição nos tempos da ditadura. Pudemos destacar os usos da produção e do acúmulo de informações enquanto uma ferramenta repressiva capaz de contribuir para com o silenciamento de uma parcela significativa da oposição, sendo possível sugerir que essa prática se constituiu enquanto umas das ferramentas que corroborou para com a perpetuação da ditadura que durou vinte e um anos. Por fim, explorar as práticas repressivas exercidas sobre a categoria estudantil universitária e seus componentes, permitiu-nos retomar as ações empreendidas por esses últimos, corroborando para que as lutas por eles travadas, assim como as arbitrariedades por eles sofridas, não caíam no esquecimento.

Iniciamos este trabalho com uma série de indagações que objetivávamos responder ao longo de seu desenvolvimento. Chegando ao final, acreditamos ter conseguido, se não o fazer por completo, ao menos explorá-las em grande medida.

Aproximamo-nos de sessenta anos desde o Golpe civil-militar instaurado no Brasil em 1964 e, embora nos distanciemos temporalmente daquele episódio, várias das feridas geradas em sua decorrência permanecem abertas. O processo de justiça de transição brasileiro, de início tardio, bem como uma lei de anistia instituída sobre moldes desfigurados, corroborou para que muitos dos fantasmas daquele período ainda parem no ar. Apesar do empenho na recuperação de memórias e para com a obtenção de justiça àqueles que tiveram seus direitos violados – o que pode ser observado em iniciativas como as comissões da verdade, bem como no esforço demonstrado pelas produções literárias e acadêmicas dedicadas ao campo temático –, ainda há muito a ser recuperado das margens do esquecimento.

Tratar desse período nebuloso do nosso passado recente se faz essencial, sobretudo no momento atual, em que discursos saudosistas, clamantes pelo retorno dos militares no poder, passam a se intensificar e a serem legitimados pelos mais altos escalões da nossa classe política, e no qual o conhecimento histórico, de mesma maneira que todos os saberes científicos e a autonomia universitária, passam a ser diretamente atacados e lançados ao negacionismo. Em um tempo no qual as memórias sobre o golpe de 1964 e a ditadura subsequente adentram crescentemente em um território de disputas, no qual se põe em jogo a memória daqueles que lutaram e que, por vezes, perderam suas vidas se oporem a um regime violento, faz-se cada vez mais indispensável torna-las alvo do fazer histórico.

REFERÊNCIAS

FONTES

Acervo Deops/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP):

Delegacia de Ordem Política:

Dossiê Comunismo (pastas):

OP 1151 (Terrorismo e Comunismo nos Meios Universitários)

Dossiês Movimento Estudantil (pastas):

OP 1194 (Análise do Movimento Estudantil)

OP 1217(Centro Acadêmico de Filosofia da USP Vol. 2)

OP 1218 (CEUPES - Centro de Informações Sociais da USP Vol. 1)

OP 1225 (Conjunto Residencial da USP - Cidade Universitária)

OP 1257 (Estudantes)

OP 1258 (Estudantes - UNE)

OP 1259 (FAAP)

OP 1263 (Faculdade de Belas Artes de São Paulo)

OP 1265 (Faculdade Cásper Líbero)

OP 1261 (Faculdade de Arquitetura, Comunicação e Artes - Mackenzie)

OP 1306 (Faculdade Paulista de Ciências Econômicas e Administrativas - PUC)

OP 1309 (Faculdade São Marcos)

OP 1312 (Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU)

OP 1313 (Faculdades Objetivo)

OP 1314 (Faculdades Paulistanas)

OP 1321 (Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP)

OP 1324 (Fundação Getúlio Vargas - FGV)

OP 1384 (PUC)

OP 1386 (PUC)

OP 1387 (PUC)

OP 1392 (PUC - Faculdade de Direito)

OP 1393 (PUC - Faculdade de Filosofia)

OP 1406 (Relatório do Movimento Estudantil de 1976)

OP 1408 (Relatórios: Janeiro a 17 de Maio)

Delegacia de Ordem Social:

Dossiês Movimento Estudantil (pastas):

OS 000036 Boletins Estudantis

OS 0085 Estudantes (UNE)

OS 0087 Estudantes (UNE)

OS 0138 Operação Ibiúna

Dossiês do acervo geral (pastas):

SSBI237_1971

SS50Z013_005.

SS 50Z013_004.

SS 50Z013_005.

SS 50Z013_006.

SS 50K_104_1203.

Acervo Digital do Projeto “Brasil Nunca mais” (BNM):

Sumário do BNM 063, Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/063.html>. Acesso em: 18/06/2019.

_____. 489, Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/500/489.html>. Acesso em: 18/06/2019.

_____. 486, Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/500/486.html>. Acesso em: 18/06/2019.

_____. 648, Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/648.html>. Acesso em: 18/06/2019.

Agência Pública:

AGÊNCIA Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Entrevista concedida pelo delegado aposentado, ex-chefe da Divisão de Ordem política do Deops paulista, José Paulo Bonchristiano à jornalista Marina Amaral. Disponível em: <https://apublica.org/2012/02/conversas-mr-dops/>. Acesso em 14/03/2019.

Centro de Documentação e Pesquisa da UNESP (CEDEM):

Acervo do “Archivio Storico del Movimento Operario Brasileiro” (ASMOB). Caixa 90.03.229 (1974-1977).

Fundo Fúlvio Abramo. Dossiê “movimento estudantil” (1976, 1977, 1978).

Centro De Documentação e Informação Científica – PUC-SP (CEDIC):

Coleção “Movimentos Estudantis”, caixa nº 02.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

- Diário da Noite, 16 set. 1968, 1º caderno.

- Correio da Manhã (RJ), 08 out. 1968, nº 23.159, ano LXVIII.

- Diário de Notícias. *A Bastilha da Subversão*, por Paulo Zingg, 28 de dez. de 1968, 1ª Seção.

- Luta Democracia. *Subversão e Prostituição na Universidade*, 2 fev.1969.

Legislação:

BRASIL. **Lei nº 4.341**, de 13 de junho de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4341.htm. Acesso em: 01 nov. 2017.

_____. **Ato Institucional nº 2**, de 27 de Outubro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 01 nov. 2017.

_____. **Constituição da república federativa do Brasil de 1967**, 24 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 314**, de 13 de Março de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 mar. 2017.

_____. **Decreto-lei nº 228**, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0228.htm. Acesso em: 05 mar. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 nov. 2017.

_____. **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 05 mar. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 477**, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.htm. Acesso em: 05 mar. 2017.

_____. **Lei 12.527/2011**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: 12 mar. 2018.

BIBLIOGRAFIA

ADUSP (org.). **O controle ideológico na USP (1964-1978)**. São Paulo: Adusp, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: EDUSC, 2005.

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. **Cultura Amordaçada: intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS**. Módulo VI.

APOLÔNIO, L. Manual de polícia política e social. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo, 1963. (3ª Edição), p. 318. Apud. KOSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas antirracistas de afrodescendentes sob a vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

AQUINO, Maria Aparecida de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, M.; MATTOS, M.; SWENSSON, JR.; LONGHI, C. (Orgs.). **O Deops/SP em busca do crime político**. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. As vísceras expostas do autoritarismo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 47, n. 1. p. 21-39, 2006.

AUGUSTINHO, Aline. A construção simbólica do inimigo: o movimento estudantil de 1968 pela óptica dos arquivos DOPS – São Paulo. **Revista Movimentação / Dossiê: 1968: Embates e Utopias**, v. 5, n. 09, 2018.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, ed.4.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

- BRAGGIO, Ana Karine. **O movimento estudantil paranaense e a vigilância política no pré-golpe civil-militar de 1964**. Mestrado (História da educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2013.
- BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. O Movimento Estudantil de direita no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1961-1980). In. ANPUH-SP: História e democracia, precisamos falar sobre isso. São Paulo, **Anais...**, 2018. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427239792_ARQUIVO_EstudantesDemocraticos-Anpuh.pdf.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Vol. 3. CNV, 2014. 1996.
- CANCIAN, Renato. **Movimento estudantil e repressão política: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da polícia política brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: PROIN, 2005. Disponível em: https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf Acesso em: 15 jan. 2018.
- CATELA, Ludmila da Silva. “Do segredo à verdade... processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (org.). **Desarquivando a ditadura – memória e justiça no Brasil**. Vol. II. São Paulo: Hucitec, 2009.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. Os erros cometidos em 64 e uma proposta de avanço. In: **1964: As armas da política e a ilusão armada**. ARAUJO, Caetano Pereira de. Brasília: FAP, 2014.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. Psicol. Estud.* 2000, vol.5, n.2, pp.1-22. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02>. Acesso em: 10 jan. de 2019.
- CZAJKA, Rodrigo. **Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)**. 2009. 397 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280603>>. Acesso em: 13 ago. 2018.
- D'ARAÚJO, M. *et al.* (Org.) **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Garamond, 2003.

- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual básico da escola superior de guerra**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1976.
- FAGUNDES, P. “Operação Ibiúna”: XXX Congresso da UNE sob o olhar da repressão política. In: MÜLLER, Angélica (coord.). **1968 em movimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- FÁVERO, Maria Lourdes de Albuquerque. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- FARIA, Daniel. Paisagem de cacos e dores revoltadas: as marginalias da ditadura em livros de uma biblioteca universitária. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 243 - 289. maio/ago. 2017, p.284. Acesso em: 20 de abril de 2019, disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180309212017243/7008>.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (Orgs.). In: **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.169-205.
- _____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.56, jan. /jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf> . Acesso em: 3 jul. 2017.
- _____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Rev. Bras. Hist.** vol.24 nº 47 São Paulo 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 Jul. de 2018.
- FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982, p.97.
- FLORINDO, Marcos Tarcísio. **O Serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas**. Dissertação (Mestrado em História) –, Universidade Estadual Paulista- Campus de Franca, 2000.
- GAIO, Daniel Machado. **A concepção de modernização na política de cooperação técnica entre o MEC e a USAID**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2008.
- GARCIA, Priscila F. As mulheres no movimento estudantil dos anos 1960. In: I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. **Anais...** Londrina: UEL, 2010, p. 61 - 70. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/7.PriscilaGarcia.pdf> . Acesso em: 10 mar. 2019.

- GODOY, Marcelo. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar.** 2. ed. São Paulo: Alameda, 2015.
- GOMES, Paulo Cesar. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem.** Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GOENDER, Jacob. **Combate nas Trevas.** São Paulo: Ática, 2003, 1987.
- GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto. **Classes médias e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina.** São Paulo: Cortez, 1998.
- JOFFILY, Mariana. **No centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975).** São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- _____. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: MOTTA; REIS; RIDENTI. **A ditadura que mudou o Brasil.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.
- KONRAD, G; LOPES, J. Arquivos da Repressão e Leis de Acesso à Informação: os casos brasileiro e argentino na construção do direito à memória e à verdade. **Aedos**, nº 13, vol. 5 – Ago/Dez 2013.
- LÖWY, Michael. **O Marxismo na América Latina: uma Antologia de 1909 aos Dias Atuais.** São Paulo: Editora: Expressão Popular, 2017.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl. Fazer falar. In. CANCELI, Elizabeth (Org.), **Histórias de violência, crime e lei no Brasil.** Brasília: Editora UNB, 2004.
- _____. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist.** vol. 17 n. 34 São Paulo, 1997, pág.01. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01811997000200011. Acesso em: 11 jan. 2017.
- MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão.** São Paulo: Brasiliense; Salvador: Editora Brasiliense, 1994.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968.** Campinas: Papirus, 1987.
- _____. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969).** São Carlos, Editora da UFSCar, 1995.
- MELLA, Julio Antonio. ¿Puede ser un hecho la Reforma Universitaria? (Cuba, 1925); MARIATÉGUI, José Carlos. La Reforma Universitaria. Peru, 1928. In. SADER, E.; GENTILLO, P.; ABOITES, H. (Orgs.). **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después.** Buenos Aires: CLACSO, 2008.

- MERLINO; OJEDA (Orgs.). **Direito à memória e à verdade:** Luta substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/livro_sedh_mulheres_ditadura.pdf. Acesso em: 10 nov. 2017.
- MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, núm. 5, 2002, p. 40-56. Disponível em: <http://oai.redalyc.org/articulo.oa?id=16200503>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **Em guarda contra o perigo vermelho:** O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- _____. A "Intentona Comunista" ou a construção de uma legenda negra. **Tempo**, núm. 13, julho, 2002, pp. 189-207, Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil, p. 190.
- _____. **As universidades e o regime militar** – cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- _____. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Historia y problemas del siglo XX** | Año 3, Volumen 3, 2012, p. 138. Disponível em: http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2014/10/Contemporanea03_2012-11-23-webO-07.pdf. Acesso em: 22 de outubro de 2017.
- _____. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 30, n.1 p. 17-27, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20132>. Acesso em: 05 jun. 2018.
- MÜLLER, Angélica. **A resistência do Movimento Estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública.** Dissertação (Pós-Graduação em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- _____. O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 37, n. 76, p. 193-196, Dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000300193&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 jul. de 2018.
- NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). **Revista Brasileira de História**, vol. 24, nº 47.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As forças armadas:** política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Nilo Dias. **A vigilância do DEOPS-SP às Forças Armadas (Brasil – década de 1950):** sistema repressivo num Estado de natureza autocrática. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- _____. A vigilância do DOPS-SP: vigia-se tudo e todos. **Revista História em Reflexão:** Vol. 4 n. 7 – UFGD - Dourados jan./jun. 2010.

- PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: ARAÚJO, Maria de Paula; FERREIRA, Marieta de Moraes; FICO, Carlos; QUADRAT, Samantha Viz. (org.). **Ditadura e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- PEDROSO, Regina Célia. **Estado autoritário e ideologia policial**. Coleção Histórias da Intolerância - Intolerância étnica e intolerância política. V. 06. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005.
- PELLICCIOTTA, Mirza. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis nos anos 70. Dissertação (Mestrado em História Social). Campinas: Universidade Estadual de Campina, 1997.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior**: uma biografia política. São Paulo: Boitempo, 2016.
- POERNER, Artur José. **O Poder Jovem**: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47. jan./jun. de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/02.pdf>.
- REIS FILHO, Daniel Aarão Reis. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **1968**: o curto ano de todos os desejos. Tempo soc., São Paulo, v. 10, n. 2, p. 25-35, out. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320701998000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 30 jul. 2018.
- REIS, Carla Longhi. O Aparato Repressivo Brasileiro: dinâmicas da violência e confrontos pelo poder. **Projeto História 38** (jan.- jun., 2009), p. 3.
- RELATÓRIO, Projeto Brasil: Nunca Mais. Tomo I – O regime militar. São Paulo. Arquidiocese de São Paulo, 1985.
- RELATÓRIO, COMISSÃO da verdade do Estado de São Paulo. **Perseguição ao Movimento Estudantil Paulista**. Tomo I - Parte II - 2014.
- _____. **Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política**. Tomo I – Parte I – 2014.
- RELATÓRIO, COMISSÃO da verdade da Universidade de São Paulo. **Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na Universidade de São Paulo**, Volume I. São Paulo, 2018.
- Depoimentos de ex-estudantes**. Volume IX. São Paulo, 2018.
- _____. **Mandados de Segurança**. Volume II. São Paulo, 2018.

- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, 2ª. Ed.
- _____. **Em busca do povo brasileiro: artistas de revolução, do CPC à Era da TV**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- _____. The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. In: **Bulletin of Latin American Research**, v. 35, n. 4, 2016, p.32-42. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/blr.12519/abstract>. Acesso em: 28 set. 2018.
- SANTOS, Jordana dos. **A atuação das tendências políticas do ME da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da Ditadura Militar nos anos 70**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília), 2010.
- SANTOS, Viviane Teresinha dos. **Os subversivos das arcadas**. In: CARNEIRO, Mariz Luiza Tucci (org.). Inventário DEOPS, Módulo II – Estudantes.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura Política 1964-1969. Alguns esquemas. In: **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- SILVA, Antonio Ozai. **História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)**. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.
- SILVA, Dayane Soares. Entre continuidades e reconfigurações: A resistência do movimento estudantil universitário sob a ótica da repressão (São Paulo - 1968-1975). In. XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP: História e democracia, precisamos falar sobre isso. **Anais...** São Paulo, 2018.
- SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **Os filhos rebeldes de um Velho Camarada: A dissidência comunista de Guanabara**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 2009.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 10, vol. 4, 1989.
- TELES, Janaina. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil: Nunca Mais e a abertura da Vala de Perus. **Anos 90**. Porto Alegre, v.19, n. 35, jul. 2012.
- VALLE, Maria. Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2016.
- VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não acabou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ZAPARTE, Andreia. **A DOPS e a repressão ao Movimento Estudantil em Curitiba Paraná (1964-1969)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

ZEN, Erick Reis Godliauskas. **O Germe da Revolução: A Comunidade Lituana sob Vigilância do DEOPS (1924-1950)**. São Paulo: Editora Humanitas, 2005.

APÊNDICE A - “Documentando o inimigo”: a sistematização das informações sobre o movimento estudantil e seus componentes.

Os documentos produzidos e coletados por parte da polícia política – e pelos órgãos de segurança e informação em geral –, funcionaram como uma das peças que constituíram as engrenagens da repressão ao longo da ditadura civil-militar brasileira. As informações resultantes das práticas repressivas, seja as obtidas partir dos depoimentos e fichamentos resultantes das prisões, ou as obtidas a partir da etapa de espionagem, forneceram dados substanciais para investigações sobre as atividades, anteriores e futuras, empreendidas pelos setores de oposição ao regime, possibilitando a antecipação dos passos daqueles classificados enquanto criminosos políticos.

A organização das informações obtidas pelo Deops/SP foi realizada visando à facilitação para uma futura verificação de suspeitos potenciais já fichados. Não objetivamos uma reconstrução burocrática desses documentos e, menos ainda, uma retomada do processo de constituição do acervo Deops paulista – questões já aprofundadas por outros estudiosos –, mas compreendemos que os documentos, originados a partir do olhar da repressão, apresentam características e informações diversas, cujo entendimento, mesmo que breve, se faz interessante para a compreensão de seu acúmulo e uso nas ofensivas sobre a categoria estudantil e seus componentes. Posto isto, tratarmos, a seguir, acerca de algumas das particularidades da documentação produzida pela polícia política sobre o movimento estudantil.

Os relatórios

Como destacou Nilo de Oliveira, a vida dos indivíduos colocados à espreita do regime militar “era monitorada com relatórios periódicos dos agentes aos chefes do Serviço, ou às autoridades que requisitavam a vigilância sobre alguém em particular” e, dependendo da importância atribuída ao indivíduo, ou movimento em questão, foi criado “um verdadeiro dossiê onde constava, além das informações pessoais de praxe, a sua agenda social, relatando-se com quem conversava, onde se encontrava qual o assunto abordado, enfim uma “verdadeira devassa” sobre o indivíduo”.¹ Os relatórios foram um dos produtos dos informes obtidos sobre o movimento estudantil e objetivaram traçar esboços relativos à atuação dos estudantes nas distintas instituições de ensino superior. Esses documentos se dispõem em diferentes

¹ OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A vigilância do DOPS-SP: vigia-se tudo e todos*. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 7 – UFGD - Dourados jan./jun. 2010, p.6.

configurações entre os dossiês policiais: dispõem a análise de um episódio específico ou da somatória de várias atividades ao longo de um período. Alguns deles dizem respeito a uma única atividade, como um processo eleitoral de uma Escola, ou mesmo sobre observações acerca de um evento organizado ou endossado pelo estudantado – é possível encontrarmos relatórios de observações do mesmo espaço nos três períodos do dia. Outros relatórios consistem em análises anuais, com balanços das atividades do movimento estudantil nas universidades, tendo por base as informações coletadas ao longo do período levado em consideração, esboçando, até mesmo, perspectivas da atuação da categoria nos anos vindouros. Além de exporem as atividades desempenhadas pela categoria, os relatórios também apresentam leituras dos relatores da polícia política acerca do movimento estudantil universitário em diferentes períodos.

Os índices onomásticos

Os índices onomásticos, no que diz respeito a produção da polícia política, consistem nas relações nominais normalmente acompanhadas dos relatórios policiais. Esses índices foram de suma importância para com a identificação de indivíduos e atividades associadas ao crime político. No que diz respeito aos Índices produzidos sobre o setor estudantil – que marcam presença, em maior ou menor quantidade, na maior parte dos dossiês –, eles apresentam listagens de indivíduos caracterizados como “nominados”, “epigrafados” e “fichados”.² Podemos dividir, *grosso modo*, as origens do conteúdo dessas listas em: (1) as resultantes de prisões ou presença em atividades de caráter específico do ME; (2) as resultantes de prisões ou participação estudantil em manifestações públicas. Ilustremo-las.

No que diz respeito às detenções de estudantes decorrentes da participação de atividades específicas da categoria, podemos trazer alguns casos da década de 1970. Diante a retomada das mobilizações estudantis naquele período, diversas foram às relações elencadas sobre os estudantes atuantes no meio estudantil, como: a “Relação dos alunos mais atuantes do movimento da ECA” com 40 nomes, a “Relação de alunos mais atuantes nos movimentos estudantis”, na qual estão elencadas 21 faculdades, totalizando 104 nomes; a “Relação de alunos que pretendem tumultuar o ambiente da faculdade de comunicações – Objetivo –, com a campanha do DL- 477 e aumento de mensalidades” com 12 nomes ; a lista de “Alunos do 1

²“Nominado e epigrafado normalmente dizem respeito ao indivíduo ainda não processado, enquanto fichado revela um indivíduo sob investigação, e marginado um indivíduo já condenado por algum processo ou que teve mandado de prisão expedido”. Cf. AUGUSTINHO, op., cit., p. 122.

ano de comunicações da FAAP ouvidos nesta especializada” com 10 nomes; a lista de “Estudantes mais atuantes nas assembleias da faculdade de comunicação da FAAP (15.05.1975)” com 10 nomes; a lista de “Representantes discentes no conselho universitário da USP” com 12 nomes; a de “Alunos mais atuantes no ME da FAMED – USP” com 24 nomes e a lista referente às detenções de estudantes no III ENE na PUC em 1977, com 483 nomes.

No tocante aos dados obtidos a partir das detenções em manifestações de rua, podemos destacar: a manifestação pública do dia 15 de junho 1977, em São Paulo, na qual foram detidas 91 pessoas. Na lista, consta que 62 dessas pessoas já tiveram seus endereços e dados pessoais já checados, e que 2 delas ainda não haviam sido localizadas “em virtude de os referidos elementos terem fornecido *dados gelados*”. Consta, ainda, em anexo à lista nominal, um documento cujo assunto era “checagem de endereços”, seguido de um relatório final. Nesse documento constam dados como: filiação/irmãos, documento, endereço atual, curso e, em alguns casos, parte da declaração do referido ou pais, como: pais satisfeitos/contentes com a visita; declarações de advertência aos filhos; estudantes envergonhados; promessas de não ir a outras manifestações ou do próprio ME.³ Dentre outros exemplos de listagem produzida acerca de estudantes que participaram de manifestações públicas, podemos citar a lista de 18 estudantes detidos em 18 de agosto de 1977, outra do dia 23 de agosto, na Passeata estudantil “Dia Nacional da Luta”, onde os estudantes detidos foram identificados e fotografados, e outra manifestação no mês seguinte na qual 52 estudantes foram detidos.⁴

As fichas remissivas

Como indica o nome, as fichas remissivas correspondem a pequenos boletins individuais, que remetem a outros pontos de acesso de informações. As fichas remissivas, elaboradas pelo Deops, trazem o nome da pessoa em questão e um código “que remete à pasta com outras informações”.⁵ Nas fichas dedicadas aos estudantes constam dados como: nome, residência, documento, profissão, fotografia, e, no caso de estudantes, a faculdade e curso nos

³ No que diz respeito aos depoimentos de estudantes, e de seus responsáveis, prestados à polícia política, além da forma organizativa dos documentos, a forma de produção de seus conteúdos demonstra sentido para além do que está posto entre suas linhas. Da maneira semelhante a que Joffily evidenciou, ao tratar dos documentos do DOI-CODI, a operação de informações se deu de forma seletiva de modo a destacar alguns pontos em detrimento de outros, destacando que “[...] o emprego de fórmulas como “afirma que”, “declara que”, parecem colocar a narrativa do depoente em permanente suspeição”, sendo que “o quadro discurso é regulado pela repressão” ocorrendo, também, a padronização da fala do depoente. Cf. JOFFILY, Mariana. *No centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p.118.

⁴ Cf. APESP, DEOPS, BR_SPAPESP_DEOPSOS000087.

⁵ COMISSÃO da Verdade da USP, Volume III, p.62.

quais estava matriculado. Constan também informações de participação em atividades anteriores, com local, data e descrição; se o fichado já fez parte do movimento estudantil ou ocupou cargos em entidades estudantis ou órgãos colegiados da instituição de ensino. Esse tipo de documento foi produzido em grande quantidade pelas delegacias do Deops/SP e, no caso das que correspondem a componentes do ME, os maiores volumes possuem como tema central a invasão ao CRUSP em 1968 e a ascensão das atividades estudantis na década de 1970.

Ficha remissiva da estudante Catarina Melloni, gerada a partir da invasão do Crusp em 1968.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA

Nome : CATARINA MELLONI

R. G.

Filiação { Pai: João Melloni
Mãe: Christina Maria S. Melloni

Nacionalidade : brasileira Naturalidade: Pontal - SP

Data do nascimento : 3 / 10 / 43 Idade : 26 anos

Estado civil : solteira

Residência : Av. Angelica 132 ou Av. Washington Luiz, 1025
Sertãozinho

Em / / Fotografado e identificado

Universidade : São Paulo

Faculdade : Filosofia

Ano :

3 x 4

(CONTINUAÇÃO)

Nome :

10-10-69 - Inf. Encarregado IPM do CRUSP: INDICIADA.
GRANDE ATIVISTA. Estudante Profissional.
Matriculou-se em 1965. Coordenava passeatas
e comícios relâmpagos. Residia no ap. 502-G.
Participou da chapa de Travassos na UEE.

Cf. APESP, DEOPS, Coleção Dr. Tácito Pinheiro Machado, Caixa, 094.

Os carômetros

Os carômetros, que correspondem aos álbuns de fotografias de rostos, tiveram por finalidade a identificação visual dos indivíduos em questão. Dentre os documentos do Deops paulista relativos à categoria estudantil universitária é possível destacarmos dois carômetros de maiores dimensões: o resultante da *Operação Ibiúna*, no qual constam álbuns de fotografias separados por gênero, constituídos para identificar os rostos ali estampados em demais atividades enquadradas como subversivas; e o carômetro relativo ao movimento estudantil de São Paulo na segunda metade da década de 1970, o qual estampa a relação de membros dos Diretórios Centrais de Estudantes e dos cursos de várias unidades universitárias paulistanas. Na maior parte dos casos, as fotografias estão acompanhadas de informações básicas sobre os estudantes listados. No caso do carômetro dedicado aos membros de DCEs, constam dados sobre os integrantes da chapa Refazendo,⁶ concorrente para a gestão nos anos de 1976 e 77 do DCE da USP, e dois integrantes do DCE da PUC. No mais, apresenta-se entre os documentos a relação dos estudantes de acordo com os departamentos e faculdades da instituição nas quais estavam vinculados: constam 51 alunos e 3 egressos da FAU – tendo em vista o ME como local de onde tiravam os formadores dos quadros, cabia vigia-los após sua formação –; 32 alunos da FEA; 69 alunos e 4 egressos da ECA; 3 egressos e 106 alunos da Ciências Sociais e 63 alunos da História.⁷

⁶ Cf. APESP, DEOPS, BR_SPAPESP_DEOPSOS000332.

⁷ Cf. APESP, DEOPS, BR_SPAPESP_DEOPSOS000332; 33.

ANEXOS

Anexo A.

Difusão de informação do diretor da Escola Superior de Administração de Negócios ao diretor do Deops/SP.

ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS
da AÇÃO SOCIAL "Pe. Sabóia de Medeiros"
Agregada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(Reconhecida pelo Decreto n.º 50.164)
RUA SÃO JOAQUIM, 163 - FONE: 278-6626 - SÃO PAULO

Aqui por engano, devolva-se ao DEOPS
São Paulo, 7 de maio de 1970
JOÃO MILANZI DA CUNHA LIMA
Delegado Titular
São Paulo, 29 de abril de 1970.

of. 35/70

AO "SS" - O.P. ✓
São Paulo, 30 de _____ de 1970
O DELEGADO AUXILIAR DA 8.ª DIVISÃO POLICIAL
[Assinatura]
1. adp. P. 11/120
2. adp.

Senhor Diretor:

Para as providências cabíveis, estamos passando à mão de Vossa Excelência boletim, que nos pareceu subversivo, o qual foi encontrado, hoje, pela manhã, pelo funcionário, Sr. Ercílio Santini, no banco de entrada do Estabelecimento, às 6,55 horas, quando o mesmo iniciava o seu período de trabalho, não lhe tendo sido, entretanto, possível, dadas as / circunstâncias apresentadas, identificar o seu distribuidor.

Cumpre-nos esclarecer, para orientação de V. / Exa; que referido prédio abre suas portas, às 6,30 horas, diariamente, para os serviços normais de limpeza.

Servimo-nos do ensejo para renovar a V.Exa os / protestos de nosso apreço e alta consideração.

As la de
Escola Superior de
Administração
D.E.O.P. 11-5-70
Jenio

[Assinatura]
Prof. Otto Costa
Diretor

Exmo Sr.
Diretor do DOPS
R. Gal. Osório, 86
Capital

DELEGADO APOSTADO DE ORDEM POLITICA
PROTOCOLO
N.º 1175 Livro 15 Fls. 57
São Paulo, 11/05/1970
Rubrica do funcionário: *[Assinatura]*

Fonte: APESP, DEOPS, OP 1253. 29 abr. 1970.

Anexo B.

Documento referente ao ofício nº 1428, enviado da Reitoria da USP ao Deops/SP.¹

REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES
SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO

São Paulo, 22 de novembro de 1971
N.º 7796

A Reitoria da Universidade de São Paulo remete a

Ilmo. Sr. Dr. Alcides Cintra Bueno FO
M.C. Diretor de DEOPS - Larga General Osório, 89

sob o número 1428, o ofício de G.R.

obs. envelope fechado

de _____ que _____ se designará passar recibo.

Recebi em _____ de _____ de 1971

O Destinatário

NOTA: 02 - 02 - 026 - Sul, 20
400 T11 - 3/71

Fonte: APESP, DEOPS, Coleção Dr. Tácito Pinheiro Machado, Caixa, 094.

¹ O restante do conteúdo não consta.

Anexo C.

Análise do Deops/SP acerca de uma das chapas para disputa do CAOC -77 (Medicina)

CHAPA CAOC 77

PASTA MEDICINA
PINHEIROS

Presidente	:	BIRA	(4E) Ubiratan
1º Vice	:	ARTIGAS	(3E)
2º Vice	:	LAURA	(4T)
3º Vice	:	VANDER	(2T)
1º Tesoureiro:		KAL	(2E) José Carlos Monteiro
2º Tesoureiro:		MASSAAKI	(1B)
1º Secretário:		MARIA MAENO	(1B)
2º Secretário:		LAURA	(1A)

CHAPA DC 77

ANOTADO
DEOP 2.19.76

Diretor de revista	:	EDSON	-(3T)
Secretário de revista:		LÚCIO	-(1B)
Diretor de Cursos	:	OLAVO	-(2E)
Secretário de Cursos	:	VALTER	-(2E)
Diretor de POC	:	OSCAR	-(3E)
Diretor Pesquisas	:	GEOVAH	-(2T)
Secretário Pesquisas	:	DORA	-(1A)
Tesoureiro	:	HIROTAKA	(1A)

Análise da Chapa CAOC-77 para a Diretoria do Centro Acadêmico. O Presidente, Ubiratan, é elemento ativo que está sempre trabalhando nas salas de CAOC e coordenando atividades com o Departamento Científico. Nunca fala, nem se manifesta em grupos maiores de alunos. É relativamente taciturno, só aparecendo quando prega cartazes, etc... Os elementos que trabalham com ele mesmo os não marxistas, não referem suas idéias políticas. É porém ativo, dedicado e - companheiro constante de Arnaldo Sala, Geovah, etc.

Artigas:- elemento ativo, porém não dispenhe de informações.

Laura:- garota estudiosa, revoltada e problemática sob muitos aspectos. Namorou Mauro Hegenberg. Em conversas pessoais demonstra poucos conhecimentos políticos. Possui caráter decisivo e por isso é facilmente manipulável.

Vander:- (Vanderjaekson) 2ºT - garoto inteligente e capaz de dialogar. Embora não se declare marxista e tenha algumas propensões ao misticismo, demonstra estar condicionado por uma literatura de cunho esquerdista. Adquiriu o hábito de só ler livros sociologizantes e marxistas. É bem relacionado com alunos da FAAP. É também um elemento interessado e dedica-se de corpo e alma ao que faz. Parece - ser, no entanto, acessível ao diálogo.

fls:2

KARL -2ºB) - As informações de que disponho deste elemento por intermédio de terceiros é de que ele é revoltado e ativista. Esquerdista confesse.

Massaki, Maria Meno, e Laura:- não disponho de informações. Laura parece ser "progressista" na sua maneira de vestir e falar.

CONCLUSÃO:- De um modo geral são elementos externamente manipuláveis e de péssima formação cultural (exceção feita ao Vander).

Chapa DC-77 - Dora é o elemento perigoso. Garota bem apresentável e ao que parece de caráter dominador, convenceu os colaboradores da Revista de Medicina a incluir artigos do Departamento de Medicina Preventiva (Prof. Guilherme) e de "problemas sociais" e "pesquisas" (de cunho científico duvidoso).

Pelas informações de artigos integrantes de DC., os outros elementos são despolitizados (exceção de DORA) e, portanto, facilmente manobráveis.

Geovani:- segundo o que disponho de informações, trabalha em favor da esquerda e, apesar de chamar os elementos do antigo CAOC de "Comunas", ele não deixa por menos. Introduziu muitas idéias de cunho "progressista" no DC, no tal Departamento de Pesquisas. Defende intrinsecamente a "nova linha" de DC. Não se diz marxista mas favoreceu os elementos inimigos da CRUSP.

ASSUNTO BISTURI

Tenho informações de que o Departamento de Medicina Preventiva, os elementos de BISTURI e o Jornal Movimento mantêm amplos contatos.

Embora o CAOC sob pressões dos alunos da "oposição" (segundo eles a direita) da escola não tenha aderido a ela e tenha até combatido o "DCE Livre" agora ele se coloca integralmente do seu lado, retirando a máscara.

Devo lembrar que o Professor Pessoa, apesar de ter sido um brilhante cientista, enviou pêsames ao Kremlin por ocasião da morte de Stalin. Isto só para se ter uma idéia de seu temperamento.

Apreciação Geral:- Os elementos da atual chapa CAOC-77, embora dedicados, são facilmente manobráveis. Mas, pela sua falta de decisão não conseguem mobilizar toda a escola. São por isso, passíveis de combate pelos próprios alunos da escola.

Anexo D.

Panfleto apreendido pelo Deops/SP e anexado a um dossiê sobre o ME.

C A L O U R O / 1.975

" PROGRAMAÇÃO "

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ATIVIDADE
22 e 23 MAR75	18 e 20:30 HS.	SALA ESPECIAL	FILME
05ABR75	09:00 HS.	QUADRA AVENIDA RUBEN BERTA	DISPUTA ESPORTIVA
05ABR75	15:00 HS.	QUADRA AVENIDA RUBEN BERTA	CHOPADA (BRINDE: 1 CANECA)
12ABR75	21:00 HS.	TUQUINHA TEATRO U.CATÓLICA	PEÇA TEATRAL
13ABR75	20:00 HS.	T.U.C.A.	CORAL UNIV.CATOLICA "C.U.C.A."
26ABR75	21:00 HS.	SALÃO BETA	SAMBÃO
10 e 11 MAI75	20:00 HS.	T.U.C.A.	SHOW DE MUSICA POPULAR BRASIL.

Fonte: APESP, DEOPS, OP 1306. 1975.

Anexo E.

Recorte do Jornal F. de São Paulo anexado à dossiê do Deops/SP sobre o ME.

Folha de São Paulo
23 AGO 1973

Alunos da USP escolheram ontem seus representantes

Pós-graduação teria um Conselho

BRASILIA (Sucursal) — A criação do Conselho Nacional Interministerial de Pós-graduação, para elaborar o Plano Nacional de Pós-graduação e fixar critérios uniformes a serem obedecidos por todos os órgãos oficiais ligados ao assunto será a proposta principal a ser apresentada ao ministro Jarbas Passarinho na próxima semana, pela comissão especial.

Depois de estudar três meses a matéria, a comissão especial para definição da nova política de pós-graduação encerrou seus trabalhos ontem, concluindo pela criação de um decreto que determine a criação do Conselho e a elaboração de um Plano Nacional de Pós-graduação.

CONSELHO

Caberá ao Conselho Nacional de Pós-graduação a elaboração do plano, que deverá atender às indicações do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, aos levantamentos e estimativas das potencialidades universitárias e às previsões das necessidades regionais e nacionais nos próximos cinco anos.

O Conselho deverá preocupar-se com a formação de professores para o ensino superior, de pesquisadores e de profissionais altamente qualificados, de acordo com os planos coordenados pelos órgãos setoriais respectivos.

RECURSOS

Para o professor Newton Sucupira, um dos membros da comissão especial, a criação do Conselho pretenderá também evitar a dispersão de recursos numa área que, por natureza, é altamente dispendiosa. Segundo ele, o Conselho Nacional Interministerial de Pós-graduação aplicará racionalmente os recursos dispendidos em 20 programas sobre Pós-graduação de diferentes Ministerios, atualmente desenvolvidos sem nenhuma coordenação ou planificação.

"O Conselho deverá ser vinculado ao MEC, fixando critérios de que evitem o financiamento e a autorização indiscriminada de cursos, sem exercer, no entanto, o controle dos recursos de outros órgãos, restringindo-se apenas a orientar as verbas a ele fornecidas", esclareceu o professor Newton Sucupira.

Os alunos da USP escolheram ontem seus seis representantes do Conselho Universitário, através de votação realizada em todas as unidades da Universidade, tanto na Cidade Universitária como nas cidades do Interior. Em algumas Faculdades, o número de alunos que haviam votado até o final da tarde era insignificante, em relação ao total de alunos regularmente matriculados, enquanto que em outras, quase a metade dos alunos compareceu às urnas.

Vinte e oito mil são os alunos da Universidade de São Paulo, e "28 mil" é o nome da chapa única integrada pelos oito estudantes que conseguiram inscrever para as eleições — a candidata da FAU, Helena Saia, teve seu nome impugnado pela Reitoria, atendendo às exigências do estatuto interno da Universidade: ela não pode se candidatar pois tem uma dependência para fazer.

PROGRAMA

Entre os oito integrantes da chapa, os seis mais votados serão eleitos. A chapa única, "28 Mil", assumiu perante os alunos da Universidade o compromisso de defender os seus interesses, na tentativa de uma reestruturação do ensino, e na luta contra a implantação do ensino pago, e ainda quanto aos problemas de falta de verbas para certos departamentos e de aumento da representação estudantil em todos os órgãos colegiados da USP. Além destes itens, a chapa distribuiu um programa com cerca de 25 reivindicações que serão feitas pelos eleitos representantes, à Reitoria da USP.

CANDIDATOS

Os candidatos que disputaram a eleição de ontem estão distribuídos da seguinte forma: Aparício Dias (Sitio); Fernando Gomes da Silva (Escola Politécnica); José Eduardo M. Horros (São Carlos); Luiz Carlos Morgado (Medicina de Ribeirão Preto); Maria Carolina Negreiros (Comunicações); Maria Helena Dib (Medicina São Paulo).

Ontem mesmo foi iniciado o trabalho de processamento dos votos por parte das faculdades, após o que eles seriam encaminhados à reitoria da USP para a contagem final.

Passarinho chegou ontem a Belem

BELEM (do Correspondente) — O ministro da Educação, Jarbas Passarinho, chegou ontem a Belem, onde presidiu a solenidade de inauguração do Laboratório de Física da Universidade Federal do Pará e parafinou, no Teatro da Paz, a primeira turma de licenciados do Curso Polivalente de Belem.

O ministro embarcará hoje para Santarém e depois visitará Itaituba, Altamira e Marabá, para tomar contato com o desenvolvimento do projeto do MEC na área da Transamazônica.

Procarta

BLUMENAU (Do Correspondente) — Sob a orientação do Programa Nacional da Carta Escolar (PROCARTA) estarão reunidos em Florianópolis, de 22 a 23 deste mês, dois técnicos de cada uma das doze Coordenadorias Regionais de Educação do Estado. O encontro tem como objetivo o treinamento dos 24 técnicos para que façam o levantamento de dados para a PROCARTA.

Inscrições ao supletivo ainda abertas na GB

Continuam abertas as inscrições aos próximos exames supletivos, de 1.º e 2.º graus, que o Estado da Guanabara realizará em outubro e novembro.

Para esse exame, a Guanabara está aceitando inscrições de candidatos emancipados desde que apresentem certidão de emancipação lavrada em cartório.

As inscrições que serão encerradas no próximo dia 31, podem ser feitas nas escolas que farão exames, na Guanabara, ou em São Paulo à r. Santa Teresa, 20, sala 506.

*Política
Processo
de revisão
em curso*

*Cartão
Arquivo*

SIXAUX

N.º

CARTÓRIO

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE EXP.

DEPARTAMENTO DE ORDEN.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

M. 4369 Livro 19 Fls. 157
São Paulo, 23 / 8 / 1973
Rubrica do funcionário: [assinatura]

Fonte: APESP, DEOPS, OP 1217. Folha de S. Paulo, 23 ago. 1973.